

PERSPECTIVAS
Revista de Ciências Sociais



UNESP – Universidade Estadual Paulista

Reitor

Julio Cezar Durigan

Vice-Reitor

Eduardo Kokubun

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Eduardo Kokobun

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PERSPECTIVAS
Revista de Ciências Sociais

ISSN 0101-3459
PRSVDY

Perspectivas	São Paulo	v. 48	p. 1-222	jul./dez. 2016
--------------	-----------	-------	----------	----------------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

PERSPECTIVAS: Revista de Ciências Sociais
Bibliotecária responsável: Ana Paula Meneses Alves
Faculdade de Ciências e Letras
Caixa Postal 174
Rodovia Araraquara-Jaú, km 1
14800-901 – SP – Brasil

Comissão Editorial

Dagoberto José Fonseca, Francisco Luiz Corsi, Luis Fernando Ayerbe, Marco Aurélio Nogueira, Marcos Cordeiro Pires, Marcos Tadeu Del Roio.

Conselho Consultivo

Álvaro de Vita, Anita Simis, Bárbara Freitag Rouanet, Brasília Sallum Jr., Charles Pessanha, Edgard de Assis Carvalho, Elide Rugai Bastos, Fernanda Peixoto, Gabriel Cohn, Giovani Alves, Gláucia Vilas Boas, Helena Carvalho de Lorenzo, Ilse Scherer, Lúcia Helena Vitalli Rangel, José Antonio Segatto, Lucília Neves, Luiz Eduardo Soares, Luiz Werneck Vianna, Marcelo S. P. Ridenti, Marcia Teixeira de Souza, Marcos Nobre, Maria Aparecida de Moraes Silva, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Helena Oliva, Maria José de Rezende, Maria Orlando Pinassi, Maria Teresa Miceli Kerbauy, Raimundo Santos, Renato de Andrade Lessa, Rubem Barbosa Filho, Vera Lúcia Botta Ferrante, Tullo Vigevani, Walquíria Domingues Leão Rêgo.

Diretor da Revista
Milton Lahuerta

Assessoria Técnica

Organização do volume: Milton Lahuerta e Alessandra Santos Nascimento
Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz
Normalização: Giovanna Isis Castro Alves de Lima
Publicação Semestral/Biannual publication
Revisão técnica: Milton Lahuerta / Alessandra Santos Nascimento
Solicita-se permuta/Exchange desired

Perspectivas: revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista. – Vol.1 (1976)– . – São Paulo: UNESP, 1976-

Semestral
Interrompida, 1978,1979, 2004 e 2014.
ISSN 0101-3459

Os artigos publicados em PERSPECTIVAS são indexados por:

The articles published in PERSPECTIVAS are indexed by:

Abstracts in Anthropology; Bibliographie Latino-américaine D'Articles; Bulletin Signaletique; Clase-Cich-Unam; Sociological Abstracts; IBZ-International Bibliography of Periodical Literature, IBZ-CD-ROM; GeoDados: Indexador de Geografia e Ciências Sociais; International Political Science Abstracts.

SUMÁRIO/CONTENTS

- Apresentação
Milton Lahuerta e Alessandra Santos Nascimento 7

- Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000-2016)
Who are they? Identifying and characterizing councilors in Brazil (2000-2016)
Bruno Souza da Silva e Humberto Dantas 11

- Transformações político-institucionais dos Estados Latino-americanos na década de 1990: um debate sobre instituições incentivadoras de políticas
Political-institutional transformations of the Latin American States in the 1990s: a debate on political encouraging institutions
Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio e Ivan Ervolino... 47

- Da financeirização da economia à precarização do trabalho: considerações a partir da obra tardia de Luciano Gallino
From financialization of economy to precarization of labor: notes from Luciano Gallino's late work
João Mauro Gomes Vieira de Carvalho 69

- A crise da política e a irrupção da "violência de ódio difusa"
The political crisis and the emergence of the "diffuse hatred violence"
Ana Paula Silva 87

- Estado e sociedade civil no pensamento político brasileiro
State and civil society in Brazilian political thought
Sylvia Iasulaitis 121

- Estado e desenvolvimento no pensamento de Octavio Ianni
State and development in the thought of Octavio Ianni
Jeanne Gomes de Brito..... 155

■ Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus: da trajetória à escrita da violência social brasileira Machado de Assis and Carolina Maria de Jesus: from the trajectory to the writing of Brazilian social violence <i>Eliane da Conceição Silva</i>	183
■ ÍNDICE DE ASSUNTOS	213
■ <i>SUBJECT INDEX</i>	215
■ ÍNDICE DE AUTORES / <i>AUTHORS INDEX</i>	217

APRESENTAÇÃO

Este volume de *Perspectivas* propõe uma reflexão em torno de um eixo temático de fundamental importância à análise da crise política e ética pela qual passa a sociedade brasileira contemporânea: possibilidades e limites institucionais e culturais da democracia. Neste sentido, são apresentadas ao público leitor distintas abordagens sobre as instituições, os poderes, o Estado, a sociedade civil, a cultura cívica, o pensamento social e político e a violência social, nos séculos XX e XXI.

No primeiro texto, Bruno Souza da Silva e Humberto Dantas nos convidam a conhecer a maior parcela dos políticos do Brasil: “Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000-2016)”. Para isso, os autores demonstram como o quadro político brasileiro é marcado por uma contínua fragmentação partidária e por eleições competitivas. Na sua busca por demonstrar a inviabilidade de descartar sua hipótese, a qual consiste em afirmar que a entrada nos Legislativos municipais é mais restrita do que o grande volume de candidaturas no período (2000-2016) sugeriria, os autores nos fornecem pistas importantes para entendermos os dilemas e desafios da representação política partidária no país.

No artigo intitulado “Transformações político-institucionais dos Estados latino-americanos na década de 1990: um debate sobre instituições incentivadoras de políticas”, os pesquisadores Gabriel H. Burnatelli de Antonio e Ivan Ervolino projetam um olhar instigante sobre as mudanças ocorridas nos instrumentos institucionais do agir político da vida contemporânea. Para isso, se apoiam nas análises de Ulrich Beck acerca da constituição simbólica do fenômeno político e realizam um balanço crítico da crise atual nas estratégias político-institucionais de desenvolvimento social, bem como de seus desdobramentos entre os Estados latino-americanos, utilizando a OIT como um exemplo emblemático do papel que as instituições incentivadoras de políticas podem exercer nas relações entre o local e o global.

O texto “Da financeirização da economia à precarização do trabalho: considerações a partir da obra tardia de Luciano Gallino”, escrito por João Mauro Gomes Vieira de Carvalho, compreende uma análise crítica do processo de globalização neoliberal a partir do aporte teórico de Luciano Gallino. Segundo este intelectual, semelhante processo teria sido responsável por promover a desregulamentação econômica e a flexibilização, bem como gerar a precarização do trabalho e a insegurança de vida das classes trabalhadoras. O artigo sugere que as ideias de Gallino, as quais nos remetem à produção dos autores da primeira geração da teoria crítica, especialmente, a obra de Erich Fromm, contribuíram para demonstrar como a educação, ao se pautar na hegemonia ideológica neoliberal, estimula e aprofunda a erosão da cultura política democrática.

Olhar criticamente para o Brasil é também reconhecer “A crise da política e a irrupção da ‘violência de ódio difusa’”, logo, não é irrelevante que seja este o título do artigo de Ana Paula Silva. Para responder às inquietações teóricas e políticas que este texto propõe, sua autora parte da definição do conceito de “violência de ódio difusa” e estabelece uma relação entre as transformações históricas do capitalismo e este tipo de violência. A leitura do artigo nos surpreende ao sugerir que o caráter múltiplo e difuso da violência estaria relacionado à fragmentação do capitalismo flexível, em que o Estado não tem mais a força que teve de tornar homogêneo um discurso e uma identidade nacional.

A potência da reflexão e da ação política da sociedade civil brasileira é a aposta da autora Sylvania Iasulaitis com o texto: “As interpretações sobre Estado e sociedade civil no pensamento político e social no Brasil”. O artigo se dedica a interpretar a produção intelectual acerca das categorias analíticas de Estado e sociedade civil, sugerindo como a disputa de rumos para o projeto de nação teria sido capaz de abrir espaço à última categoria que, além de se tornar um referencial teórico importante a partir do final século XX, passou a ser apropriada pelos movimentos sociais no país.

“Estado e desenvolvimento no pensamento de Octavio Ianni” é o título do artigo de Jeanne Gomes de Brito. Segundo esta estudiosa, a história da violência se encontra relacionada à construção de um tipo de institucionalidade e um modelo de desenvolvimento que foi artesanalmente forjado no Brasil. Visando satisfazer sua proposta, o texto recorre aos estudos do

sociólogo Octavio Ianni sobre a concepção de desenvolvimento brasileiro, no período que envolve a década de 1930 até os anos de 1960. É a partir desse diálogo intelectual que a autora contempla a interpretação sobre o modo como o Estado patriarcal brasileiro se transformou em Estado burguês.

Dentre as várias consequências do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil se destaca a violência social. Esta pode ser perscrutada, inclusive, na produção literária do país. Com o propósito de lançar luz sobre a escrita da violência, a pesquisadora Eliane da Conceição Silva nos presenteia com seu artigo: “Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus: da trajetória à escrita da violência social brasileira”. Para cumprir seu intento, ela analisa a trajetória de Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus com o auxílio de importantes intérpretes da área de pensamento social, além de recorrer a uma problematização instigante acerca do conceito de campo literário, de Pierre Bourdieu. Por esses caminhos teórico-metodológicos, propõe uma interpretação sofisticada sobre as obras: *Pai contra mãe*, de autoria de Machado, e *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina, nos sugerindo que tanto Machado quanto Carolina tiveram em suas trajetórias e obras aspectos importantes em comum, já que, a violência social, que ainda é vivenciada pela maioria da sociedade brasileira no século XXI, impactou fortemente a vida e a obra de ambos.

Milton Lahuerta
Alessandra Santos Nascimento

QUEM SÃO ELES? IDENTIFICANDO E CARACTERIZANDO OS VEREADORES BRASILEIROS (2000-2016)

Bruno Souza da SILVA¹
Humberto DANTAS²

■ **RESUMO:** Os vereadores compõem a maior parcela dos políticos no Brasil, porém, pouco se sabe deles. Ilustram esta afirmação, com base nas eleições municipais de 2000 a 2016, médias de 380.597 candidatos disputando 56.146 vagas. Inicialmente parece que tais eleições mobilizam todos os partidos e milhares de postulantes, simbolizando uma democracia representativa que estimula a participação. Assim, temos um quadro político marcado pela contínua fragmentação partidária e eleições competitivas. Mas quem são os vereadores? Em âmbito local, os partidos tendem a não desempenhar funções de coordenação parlamentar que, caracteristicamente, espera-se que sejam exercidas no Parlamento. Reforça este argumento o fato de 85% das Câmaras terem entre 9 e 11 vereadores. Diante dessa configuração, deduz-se que os atores principais são os próprios vereadores, não os partidos. No entanto, falta caracterizar quem são esses agentes e se há permanência/alternância deles nas eleições. Tendo em vista que o problema de pesquisa é analisar quem são os candidatos que vencem eleições e se dentre os eleitos há permanência ou variação marcante, a hipótese central é a de que a entrada nos Legislativos municipais é mais restrita do que o grande volume de candidaturas sugeriria e que isto se deve ao fato de tal ingresso se concentrar nas mãos de poucos políticos locais.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Política local no Brasil. Vereadores. Representação política. Câmaras municipais.

¹ UNICAMP – Universidade de Campinas. Doutorando em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP – Brasil. 13083-896. b.silvaunicamp@gmail.com.

² FGV – Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Departamento de Administração Pública. São Paulo – SP – Brasil. 01313-902. hdantas@usp.br.

Introdução

No Brasil, a exemplo de outros países do mundo, parece consensual aceitar a tese de que existe uma crise na lógica de representação política formal. Ao analisarem como esse tema tem sido debatido por diferentes autores, Dantas e Martins Jr. (2007) apontam que a realidade da crise não está associada a um determinado ente federativo. Ou seja, políticos eleitos em municípios, estados e na União integram o fenômeno do distanciamento entre representantes e representados.

Reforça tais afirmações uma série de pesquisas de opinião pública que avaliam o vereador, ou a câmara municipal. Um levantamento realizado pelo Vox Populi em 2008, com 1.502 pessoas em todo o Brasil, buscava compreender o que os cidadãos esperavam dos vereadores e o que eles entendiam ser obrigação desses representantes. Mais de 90% dos entrevistados apontaram para ações como “discutir e aprovar projetos de lei” e “fiscalizar as contas da prefeitura”. No entanto, percentuais expressivos destacaram soluções de problemas em órgãos públicos, pagamentos de despesas médicas e funerárias, proteção a pessoas ameaçadas, ajuda na conquista de emprego e distribuição de dinheiro para pessoas em situação de necessidade. Em todos esses casos, os percentuais de percepção dessas “obrigações” dos representantes, somados ao índice daqueles que entendiam que mesmo sem ter a obrigação o vereador deveria cumprir tais tarefas, superaram 50% dos entrevistados.

Acrescenta-se a esse quadro, a pesquisa da Opinião Consultoria de 2007, feita para a Associação dos Magistrados do Brasil, mostrava que o índice de confiança na Câmara de Vereadores era de 19%, percentual maior que os registrados por políticos, partidos e casas parlamentares do Congresso Nacional, mas inferior àqueles dos organismos de justiça e instituições do Poder Executivo em diferentes esferas de poder. No ano seguinte, em 2008, a mesma associação contratou pesquisa do IPESPE para avaliar a confiança dos cidadãos em um conjunto de instituições. Nela, apenas 26% diziam confiar na Câmara de Vereadores, acima dos valores destinados à Câmara dos Deputados (24%) e aos partidos políticos (22%), e abaixo de organizações associadas à justiça, ao Poder Executivo e a outras frentes. Quando a questão é transformada em notas de 0 a 10 expressando a avaliação da atuação, a Câmara de Vereadores ocupa a penúltima colocação com 4 pontos, acima apenas dos partidos políticos com 3,6.

Por fim, uma pesquisa qualitativa do Instituto Ipsos feita para o Tribunal Superior Eleitoral, em 2012, mostrava que quanto mais informados, sobretudo pela mídia, os eleitores estavam, mais atentavam para o pleito. No caso de prefeitos, deputados e vereadores – esse último item o mais mal avaliado –, a desinformação era maior e o sentimento de possibilidade de haver clientelismo, sobretudo em classes economicamente desfavorecidas, além da venda de voto, aumentavam.

Tais percepções se expressam, de alguma forma, nos dados da Tabela 1. De acordo com os dados, nota-se uma elevação superior a 33% do eleitorado entre 2000 e 2016, ao mesmo tempo em que o comparecimento atinge 29%, mostrando que as taxas de abstenção aumentam. O melhor resultado da série analisada está registrado em 2004, com 85,7% de presença, encalhando para 82,6% em 2016. Isso mostra que as abstenções passam a significar 17,4% no ano mais recente contra 13% em 2004. Assim, os votos válidos que representaram 94,2% dos comparecimentos em 2004, melhor ano da série, caíram sistematicamente nos pleitos seguintes, atingindo 92,6% em 2008, 91,5% em 2012 e, finalmente, 89,6% em 2016. É nesse sentido que chama a atenção o somatório dos votos brancos e nulos. Enquanto o eleitorado cresce um terço, como apontado, os brancos e nulos dão um salto de 121%, o que implica dizer que 10,4% do eleitorado votou branco ou nulo em 2016 contra 5,8% em 2004.

Tabela 1. Quadro geral das eleições municipais para vereador (2000 a 2016)

Ano	Eleitorado	Comparecimento	Abstenção	Votos Válidos	Branco e Nulos
2000	108.464.562	92.205.244	16.229.591	86.592.830	5.612.414
2004	119.811.982	102.646.885	15.622.425	96.730.039	5.916.846
2008	128.806.592	110.085.191	18.721.401	101.974.774	8.110.417
2012	138.544.318	115.807.514	22.736.804	105.932.358	9.875.156
2016	144.088.912	119.015.885	25.073.027	106.627.528	12.388.357

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Com base em tal realidade, as perguntas centrais desse artigo são: diante de um quadro de afastamento e descrédito de parcelas expressivas da sociedade, qual o perfil dos candidatos a vereador e dos eleitos no Brasil? Em outros termos e com base em informações contidas nos repositórios de dados do Tribunal Superior Eleitoral: quais as características dos candidatos

a vereador? E dos vencedores? Quais variáveis partidárias permitem a percepção de padrões de candidaturas e construção de carreiras políticas? Como entender a quantidade de candidaturas e a inserção de públicos como jovens e mulheres ao longo dos anos? Por fim: qual o impacto da redução de vereadores nas Câmaras a partir de 2004 e da nova definição no total de representantes em diversas cidades a partir de 2012?

As limitações deste estudo devem-se às informações disponíveis nas bases de dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tal análise é guiada pela hipótese de que a liderança municipal nas câmaras se concentra em poucos políticos que conquistam mandatos e aglutinam votos, a despeito de o cargo de vereador ser a porta de entrada mais ampla para o surgimento de novas figuras políticas no país. Embora as eleições municipais tenham mobilizado as médias de 380.597 candidatos e de 56.146 vagas entre os pleitos de 2000 e 2016, a competição eleitoral estaria circunscrita a um número mais restrito de lideranças locais que se mantêm no poder, independentemente dos partidos políticos.

Para a compreensão de tais desafios, além da introdução, este trabalho está dividido em outras três partes: 1) uma rápida análise da bibliografia que, embora escassa devido a pouca atenção dada na área sobre o tema, trata de aspectos ligados aos vereadores, aos sistemas partidários locais e ao papel dos legislativos municipais; 2) uma análise quantitativa dos dados do TSE de candidaturas e dos eleitos, e; 3) as considerações finais que dialogarão com as hipóteses e os principais achados.

Por que olhar para os vereadores? O que dizem os estudos sobre Legislativo

A representação política local é multifacetada. Não é difícil imaginar as razões da multiplicidade de interesses demandados pelos eleitores em relação à classe política municipal, sobretudo, ao considerarmos as diferenciações em fatores socioeconômicos, políticos e demográficos nos municípios brasileiros (KERBAUY, 2005; SILVA, 2014; ROCHA, KERBAUY, 2014; LAVAREDA, TELLES, 2016). Os milhares de candidatos a vereador acentuam as dificuldades em identificar quem são eles e, uma vez eleitos, como se mantêm no poder. Afinal, se há uma grande variedade de contextos nos quais atuam estes representantes, como identificar

padrões de atuação política? A despeito dessas dificuldades, há pistas na literatura que podem ser valiosas para lançar luz sobre aspectos mais elementares desses representantes – como o perfil profissional, educacional, etário e presença no Legislativo –, identificadas a partir de lacunas ou pontos inconclusivos nas análises sobre a arena eleitoral e legislativa municipal.

Por um lado, os trabalhos focados nas análises dos resultados dos pleitos municipais comumente procuram identificar o desempenho dos partidos com vistas a mostrar a organização dos sistemas partidários e a competição eleitoral, necessárias à estruturação da democracia. Contribuições importantes têm sido dadas para compreendermos os resultados eleitorais e a dinâmica partidária no país. Alguns trabalhos apontam para um desempenho nacional satisfatório dos grandes partidos, o que evidenciaria um processo de institucionalização da competição (KERBAUY, SILVA, 2016; BRAGA, PIMENTEL JR., 2013), embora identifiquem também um crescimento contínuo da fragmentação partidária. Sobre a dinâmica de competição política, um trabalho importante de Piquet e Almeida (2008) mostra que a organização dos sistemas partidários locais resulta de uma complexa combinação, que envolve um conjunto de instituições, como o federalismo, a capacidade de organização dos partidos e a lógica de representação política.

Abordagens com foco no sistema partidário são fundamentais para se compreender o grau de representatividade em uma democracia e como demandas e pautas políticas dos cidadãos são processadas dentro do sistema político, conforme os competidores vencem eleições. Ainda que de maneira simples, podemos dizer que a tendência de sistemas partidários institucionalizados (MAINWARING, SCULLY, 1995) é levar a uma situação de estabilidade da competição política, ou seja, sistemas que carecem de institucionalização são marcados pela fragilidade dos partidos, imprevisibilidade das ações políticas e altos custos governamentais – sobre o primeiro ponto, atrelado à fraqueza dos partidos, tal aspecto é corroborado nos municípios em análise de Dantas e Praça (2012).

Resumidamente, as práticas personalistas encontram fértil terreno em sistemas sem institucionalização. Portanto, uma democracia mais estável necessita de um sistema partidário institucionalizado. Na base dessa compreensão está a perspectiva de que os partidos detêm o monopólio da representação política

nas modernas democracias (MANIN, 1997). Eles desempenham importantes funções, dentre as quais a de apresentar candidatos nos momentos eleitorais é uma das mais significativas. As abordagens centradas na análise dos sistemas partidários encontraram campo profícuo na medida em que se tornou importante compreender como as regras eleitorais afetam o comportamento dos eleitores e a atuação dos partidos e representantes. No caso brasileiro, a excêntrica combinação entre sistema proporcional e a modalidade de lista aberta incentivaria os representantes a se autonomizarem em relação aos partidos na medida em que concorrem intra e interpartidariamente. Nesse caso, a grande dificuldade para os partidos seria cumprir a função de coordenação eleitoral, uma vez que os incentivos são para que os candidatos não cooperem.

Abundante nos estudos é a ênfase no desempenho eleitoral dos partidos políticos como uma das condições para se compreender a institucionalização do sistema. No entanto, pouco destaque tem sido dado às lideranças e muito às organizações, como se as legendas, sobretudo no nível local, onde são menos organizadas e formadas majoritariamente por comissões provisórias, com exceção de poucos partidos como PMDB e PT que possuem mais diretórios municipais (GUARNIERI, 2011; BRAGA, PIMENTEL JR., 2013), fossem autoexplicativas do maior ou menor sucesso eleitoral à deriva da capacidade política de suas lideranças pessoais.

Em trabalho recente sobre estruturação partidária nos municípios, Vasquez, Fernandes e Faganello (2016) mostram o crescimento contínuo da capilaridade dos partidos no país, tomando como parâmetro o lançamento de candidaturas a vereador no país entre 1996 e 2016. Eles apontam que tal espraiamento pode ser explicado mais por migrações partidárias de candidatos já conhecidos localmente, os quais provavelmente se deslocam para novos partidos, do que pela força organizacional, além da importância de candidatos estreantes no processo de territorialização partidária. Desse modo, as lideranças e as figuras políticas em si parecem ser mais expressivas do que as organizações partidárias, o que corrobora nossa percepção sobre a necessidade de se compreender quem são os vereadores que acessam a representação legislativa municipal, independentemente dos partidos vencedores.

Nosso argumento é que ao olharmos para os vereadores podemos compreender melhor os resultados eleitorais e a

permanência de representantes ao longo do tempo, o que nos permite levantar novas hipóteses sobre o funcionamento da política local e, inclusive, o papel mais pragmático dos partidos nesses pleitos, se os considerarmos como marcas que os vereadores precisam utilizar nos pleitos. Além desses aspectos relacionados à arena eleitoral (sistema partidário, regras eleitorais e dinâmica de competição), compreender por que é preciso olhar para quem são os representantes é importante também à luz de algumas lacunas da literatura sobre legislativos locais.

De maneira geral, os estudos sobre as Câmaras Municipais tratam principalmente do seu funcionamento, do papel dos partidos no processo decisório e das relações entre Legislativo e Executivo local. Os trabalhos têm um aspecto para o qual chamamos a atenção e que nos levou a destacar a figura dos vereadores: ao procurarem encontrar partidos nesses legislativos, a maior parte dos estudos não os encontrou. Ao não encontrarem, derivou-se desta situação diagnósticos que marcam a compreensão sobre a política local tanto no meio acadêmico quanto em parcelas da sociedade até os dias de hoje, como a fragilidade de funcionamento das Câmaras e a submissão dos vereadores ao Executivo, em associação ao individualismo no comportamento parlamentar.

Nos anos de 1990, as pesquisas seguiram o debate que estava sendo feito no nível federal sobre presidencialismo, centrado na discussão a respeito das dificuldades para se garantir a governabilidade do sistema político devido à fragmentação partidária, o multipartidarismo e a fragilidade dos partidos políticos. Desse modo, a identificação dos fatores externos às instituições políticas é fundamental para se compreender a relação entre os poderes. Nessa linha, inserem-se os trabalhos que apontam para a atuação política dos vereadores pautada no distributivismo, na atuação essencialmente individualista nas câmaras e na busca de benefícios particulares junto ao Executivo (MALUF, 1993; COUTO, ABRÚCIO, 1995; COUTO, 1998; TEIXEIRA, 2000; NETO, 2003).

Já em meados dos anos 2000, após acúmulo de estudos sobre o Legislativo nacional em virtude da agenda de pesquisa inaugurada por Figueiredo e Limongi (1999), os poucos trabalhos sobre a relação entre Executivo e Legislativo municipal passaram a olhar para dentro das câmaras, especificamente para o processo decisório e sua organização. Tal como no nível federal, buscou-se

compreender o papel dos partidos na coordenação política, apontados como sendo fundamentais para a construção de decisões políticas no Legislativo, gerando cooperação dos legisladores e controlando ímpetus individuais (CAETANO, 2005).

Esse conjunto de trabalhos levou em conta as explicações sobre comportamento parlamentar desenvolvidas nos modelos de organização legislativa, tal como apresentados em Limongi (1994), os quais foram utilizados para entender o funcionamento da Câmara dos Deputados. Dessa maneira, o modelo distributivo e o partidário, importados dos norte-americanos, foram os que serviram como referência para analisar as câmaras locais. Contudo, vale destacar que a maioria desses trabalhos trata especificamente da Câmara paulistana – um parlamento com 55 representantes eleitos, mesmo número da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e apenas menor que as duas casas do Congresso Nacional e que as assembleias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Ou seja, o sétimo maior parlamento do Brasil. Por um lado, os que identificaram a existência de uma lógica fisiológica na relação entre os Poderes apontam que os vereadores são essencialmente clientelistas. Nesse sentido, procuram obter recursos junto ao Executivo que lhes possam conferir protagonismo individual perante suas bases eleitorais, uma vez que os vereadores se movem pelo desejo de reeleição e, na Câmara, atuam individualmente para maximizar seus interesses, de acordo com esta leitura. Por outro lado, há a identificação da existência de uma lógica partidária na relação entre os Poderes. Essa lógica evidencia que os vereadores são constrangidos a atuarem individualmente por conta das regras do processo legislativo e da organização interna da Câmara, que possibilita a coordenação política pelos partidos.

À primeira vista, as pesquisas parecem dar conta de explicar o funcionamento da política local, produzindo dois tipos de explicações (uma distributivista e outra partidária) totalmente diferentes sobre o funcionamento das Câmaras e a relação destas com os Executivos municipais. No entanto, tais explicações podem ser questionadas quando se olha para aspectos que não se encaixam nos modelos, os quais são identificados por estas mesmas pesquisas, mas acabam marginalizados nas análises, tais como: o uso intenso do plenário da Câmara pelos vereadores e não apenas por líderes partidários, as debilidades das comissões permanentes no que diz respeito a coordenar preferências

sobre políticas ou mesmo funcionarem, o protagonismo de poucas lideranças que exercem influência no Legislativo e a informalidade nas negociações políticas.

Desse modo, é razoável dizer que o Legislativo municipal é peculiar, uma vez que possui características que lhes são próprias e que, portanto, pode exigir um esforço diferente para se compreender tanto o que é o trabalho parlamentar nele quanto a relação entre os Poderes e, principalmente, o que nos importa neste artigo: a capacidade de os vereadores se constituírem como lideranças e controlarem a porta de acesso à representação política local, considerando que ocupar espaço no Legislativo é um importante fator de sobrevivência dos partidos, o que também pode render indicações de correligionários políticos e apoiadores de campanhas pelos vereadores em seus gabinetes.

Dentre os fatores que tornam os Legislativos municipais peculiares, destaca-se o fato dos vereadores constituírem grupos pequenos de parlamentares (considerando que aproximadamente 85% das Câmaras Municipais têm entre 9 e 11 vereadores), além das possibilidades de legislar serem bem mais restritas e a política produzida na cidade ter que atender a questões que podem aparentemente ser consideradas como irrelevantes, se forem comparadas à percepção empregada ao Legislativo Nacional, mas que, no entanto, interessam ao município resolver, como a zeladoria local, a fiscalização dos serviços públicos, a nomeação de vias públicas, etc.

Portanto, atentamos para o fato de que a coordenação política realizada pelos partidos nos Legislativos é menos necessária na maioria das Câmaras municipais, uma vez que a realidade política nesses parlamentos está representada por pequenos grupos de vereadores. Se tais conjuntos são menores em dimensão, ao invés de serem necessários mecanismos institucionais, a fim de gerar cooperação política, as negociações são mais informais e apelam para o protagonismo de “empreendedores individuais”, como aponta Olson (1971) em clássico estudo sobre a lógica da ação coletiva ao tratar de grupos pequenos. Isso quer dizer que os prefeitos se relacionam, na maioria dos municípios, diretamente com vereadores, podendo coordenar e negociar a agenda política do Executivo de maneira mais próxima, sem a necessidade e os custos de uma intermediação partidária mais complexa.

Sendo assim, a necessidade de olhar para quem são os vereadores, além das razões já apresentadas anteriormente –

ao considerarmos os apontamentos da literatura sobre a arena eleitoral – também encontra espaço nos estudos sobre legislativos municipais, abertos a questionamentos sobre a importância dos partidos e lideranças políticas no processo de coordenação. Em outros termos, a política local é um espaço privilegiado para uma atuação dos representantes menos dependentes de seus partidos e mais de suas capacidades individuais e habilidades políticas. Nessa linha é que têm sido desenvolvidos trabalhos recentes sobre o que fazem os vereadores nas câmaras, como os de Almeida e Lopez (2014), D’Avila Filho, Jorge e Lima (2014) e Silva (2014).

Considerando essa senda, nosso esforço é mostrar, na sequência, a análise desenvolvida a partir de dados de caracterização individual dos vereadores para o período de 2000 a 2016. As informações aqui utilizadas são aquelas disponíveis no repositório de dados do TSE e respeitarão o intervalo de tempo ofertado com maior riqueza de detalhamento, o que representa o período entre 2000 a 2016, ou seja, cinco eleições municipais. Duas análises serão realizadas com tais dados a partir daqui: quem são os candidatos e quem são os eleitos.

Caracterizando o universo pesquisado: quem são os candidatos e os eleitos

No primeiro ponto, associado aos candidatos, um conjunto de informações pode ser analisado: unidade da federação e cidade da candidatura, partido, ocupação profissional, faixa etária, gênero, grau de instrução, estado civil e cidade e estado de origem. Esses dados estão disponíveis para todo o período. A partir de 2004, a nacionalidade dos postulantes passa a integrar de forma mais clara o conjunto, mas a imensa massa de brasileiros torna qualquer análise menos relevante, o que nos levará a descartar tal variável. Por fim, a partir de 2016, surgem pela primeira vez informações étnicas sobre os candidatos.³

³ Como não há uma série de informações, cumpre apenas destacar que seguindo os critérios de cor da pele adotados pelo IBGE e repetidos pela justiça eleitoral, brancos são 50,5% dos candidatos, enquanto pardos significavam 39,7%, pretos 9%, amarelos 0,4%, e indígenas outros 0,4%. O Censo de 2010 mostra um total de 47,7% de cidadãos que se declaram brancos, 43,1% de pardos, 7,6% de pretos, 1,1% de amarelos e 0,4% de indígenas. As disparidades não combinam com algumas expectativas associadas à lógica da exclusão e da desigualdade brasileiras quando o assunto são os candidatos: brancos e pretos são levemente mais representados nas candidaturas, pardos perdem pouco espaço, indígenas se mantêm fiéis aos seus percentuais e os amarelos perdem de forma significativa em termos percentuais – a representatividade da

Assim, inicialmente, algumas considerações podem ser feitas caracterizando o conjunto de candidatos das eleições selecionadas. A despeito da condição da candidatura – se deferida, indeferida, sub judice⁴, etc. –, foram encontrados 382.791 cidadãos registrados em 2000. Já em 2004, o total caiu para 369.024 (-3,6%), provavelmente motivado por dois fenômenos: a redução do número de partidos e o corte na quantidade de vagas. Primeiramente, houve uma redução no total de partidos, de 30 para 27. Tal aspecto seria atenuado pelo fato de que, ao longo dos anos 2000, houve um espraiamento das legendas pelo território nacional, pelo qual eles passaram a estar presentes em mais cidades. Se em 2000 a média de localidades em que os partidos lançaram candidatos a vereador foi de 1.495, em 2004 subiu para 2.149 (aumento de 44%). A queda de candidatos, no entanto, parece estar mais ligada ao total de vagas para vereador nas cidades. Em abril de 2004, em pleno ano eleitoral, a justiça interpretou unilateralmente uma lei, Marchetti (2010), e reduziu em mais de oito mil o total de vagas nas Câmaras Municipais brasileiras – de 60.287 (dado de FLEISCHER, 2002) para 51.829, ou seja, 14% de decréscimo. A decisão afetou diretamente cerca de metade dos municípios brasileiros. Essa redução limita o total de postulantes por partido ou coligação, que é determinado pelo volume de cadeiras disponíveis em eleições proporcionais de acordo com o sistema vigente, além de desestimular postulantes em diversas localidades onde os quocientes eleitorais tendiam a aumentar.

Em 2008, uma medida aprovada pelo Congresso Nacional, após as eleições, buscou redimensionar o total de vereadores por cidade. O presidente do Senado, na ocasião, sugeriu retroagir na redefinição de parlamentares eleitos por cidade, elevando o total nacional. Porém, a iniciativa foi considerada inconstitucional pela justiça e 53.346 vagas foram ocupadas a partir de 2009. Assim, foi possível localizar 351.534 candidatos nas bases oficiais do TSE, ou seja, 4,7% menos que na disputa anterior. Ao todo, 27 partidos estiveram presentes nas eleições de 2008 e, a exemplo de 2004, cada legenda concorreu, em média, em 2.149 cidades. Se o total de candidatos baixou e a média de localidades foi a mesma, os partidos registraram totais de candidaturas menores:

população é três vezes maior que o espaço ocupado entre estes candidatos. A despeito da riqueza de tais informações, tal aspecto não será aprofundado neste artigo.

⁴ As quais aguardam determinação da Justiça Eleitoral.

em 2000 cada uma das 30 legendas lançou uma média de 12.872 candidatos a vereador, com o PMDB superando 50 mil e o PCO registrando 51 candidaturas; em 2004, a média foi de 13.668 candidatos por partido, num total de 27 legendas, oscilando entre os 40 mil do PMDB e os 408 do PCO, e; em 2008, a média caiu para 13.020, com 27 legendas, sendo o montante liderado pelo PMDB com pouco menos de 40 mil cidadãos e finalizado pelo PCO com 27 postulantes.

Já em 2012, há uma explosão no número de candidatos apontado no sistema do TSE: 450.695, o que representa um incremento de 28% em relação a 2008. A elevação está atrelada à nova quantidade de vereadores por cidade, que atingiu 57.434 (um avanço de aproximadamente 7,5%); ao aumento do total de legendas (de 27 para 29); à elevação da média de cidades em que cada partido aparece na disputa, a saber, 2.470 (15% mais que em 2008); ao aumento do total de candidatos por partido, que atingiu 15.541 com mais de 43 mil peemedebistas e apenas 15 postulantes do PCO e; por fim, à obrigatoriedade de lançamento de candidaturas do gênero politicamente minoritário, o que comumente é representado pelas mulheres. Nesse último caso, até 2008 a justiça apontava que as vagas de candidatas podiam ser deixadas vazias em caso do não registro, mas a partir de 2012, para cada mulher não apresentada, o partido ou coligação era obrigado a retirar dois homens da disputa até atingir a proporção aproximada e mínima de 2x1, o que estimulou o aumento de registros femininos.

Por fim, em 2016, o que efetivamente aumentou foi o total de partidos políticos: 35 ao todo, tendo as vagas sofrido acréscimo mínimo e atingido 57.834 (0,7%). Com legendas debutantes demonstrando dificuldades em alavancar grandes contingentes de candidatos e novas regras de financiamento eleitoral, a média de cidades por partido caiu para 2.217 (-10%). Caiu também o total de candidatos por partido, em percentual equivalente a quase 15% (com 13.239) e oscilação que vai dos mais de 40 mil do PMDB aos 42 do PCO. Ao todo foram localizados 463.375 candidatos, ou seja, 3% mais que em 2012. Com base em tais dados agregados dos totais de vereadores, surge a pergunta que norteia esse estudo: quem são esses cidadãos, tendo em vista as características possíveis de serem retiradas dos bancos de dados oficiais da justiça eleitoral para o período estudado?

O primeiro desafio está associado ao gênero. Em meados dos anos de 1990, o Brasil assinou acordo internacional na China, liderado pela Organização das Nações Unidas, para estimular a participação feminina na política. A principal medida legal criada no país está relacionada a uma lei que obrigava aos partidos políticos e às coligações reservarem percentuais de candidaturas, dentro dos limites impostos de lançamento de candidatos, ao que se convencionou chamar de gênero minoritário – que nesse caso costuma ser caracterizado por mulheres. Até 2012, pouco se fez para fiscalizar a lei, sendo os partidos inicialmente liberados para utilizarem as vagas quando alegavam que “não tinham encontrado mulheres” e, posteriormente, obrigados a deixar o espaço feminino vazio, sem lançar homens, caso “não encontrassem” candidatas.

A partir das eleições de 2012, a proporção foi rigorosamente exigida, ou seja, cada vaga não ocupada por uma mulher obrigou a retirada de dois homens da chapa até que se atingisse a relação mínima exigida, o que levou ao lançamento de ao menos 30% de mulheres, ou seja, arredondando os números, um terço. Isso fez com que desde então o percentual de mulheres aumentasse significativamente, superando 100 mil candidaturas nos dois pleitos municipais mais recentes, o que representa mais de 30% do total de candidatos. No caso dos homens, os valores recentes se assemelham àqueles de 2000, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Quadro das eleições municipais para vereador por gênero (Candidatos)

Gênero	2000	2004	2008	2012	2016
Masculino	308.171	287.560	274.119	303.322	310.060
Feminino	73.922	81.266	77.415	147.373	153.315
Masculino	80,51%	77,92%	77,98%	67,30%	66,91%
Feminino	19,31%	22,02%	22,02%	32,70%	33,09%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Se no caso do gênero uma determinação legal, seguida de uma interpretação mais intensa da justiça, levou a uma alteração no quadro de distribuição de frequências, o mesmo não se pode dizer em relação à idade dos candidatos distribuída por faixa etária: primeiro, porque não houve alteração jurídica alguma nesse quesito; segundo, porque não ocorreram grandes transformações,

como se pode verificar na Tabela 3. Conforme interpretação da lei em vigor até o pleito analisado de 2012, um candidato deveria ter um mínimo de 18 anos na data da posse, o que foi alterado pela reforma eleitoral de 2015 para a data de registro da candidatura. Apesar disso, a divisão por idades não se alterou nas eleições analisadas.

Tabela 3. Quadro das eleições municipais para vereador por faixa etária (Candidatos)

Faixa Etária	2000	2004	2008	2012	2016
Até 24 anos	3,43%	3,79%	3,28%	3,77%	3,88%
De 25 a 34	18,84%	18,12%	17,08%	17,69%	17,05%
De 35 a 44	35,99%	35,16%	32,76%	30,13%	29,81%
De 45 a 54	27,67%	28,80%	30,68%	30,34%	29,45%
De 55 a 64	10,71%	11,02%	12,93%	14,36%	15,50%
65 ou mais	3,35%	3,10%	3,27%	3,71%	4,32%
Média de idade	43 anos	43 anos	44 anos	44 anos	44 anos

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

É possível notar na Tabela 3 uma forte concentração entre os 35 e os 54 anos, com cerca de 60% dos candidatos. O valor cai de 63,7% em 2000, para 59,3% em 2016, mas o ritmo de queda é pequeno, apesar de persistente ao longo do período. Os jovens e os maiores de 65 anos ocupam espaços relativamente semelhantes nos pleitos e, por mais que tenham maior peso em 2016, ainda assim não somam sequer 9% dos candidatos. Dessa forma, mais de 90% dos postulantes em todo o período analisado têm entre 25 e 64 anos. Se observada a média de idade dos candidatos a vereador, a elevação é mínima, concentrada em casas decimais que fazem o total subir apenas um ano em mais de uma década e meia, de 43 para 44 anos.

Se em relação às questões etárias não parece haver grande alteração, o mesmo não se pode dizer da escolaridade. As leis não permitem candidaturas de analfabetos, mas ainda assim existiam registros no Tribunal Superior Eleitoral, assim como até 2004 havia cidadãos que não informavam a respectiva escolaridade, apesar de este ser um requisito legal para a participação. A alternativa é a declaração de próprio punho atestando habilidades que não são comprovadas por meio de certificados oficiais. A despeito de tais aspectos, é possível notar na Tabela 4 um crescimento contínuo e significativo no total somado de candidatos com ensino médio

completo, superior incompleto e superior completo. Em 2000, esse contingente representava 41% do total, atingindo 46% em 2004, 54% em 2008, 59% em 2012 e 62% em 2016. De acordo com o IBGE, entre 2000 e 2010, o percentual de brasileiros com nível superior saltou de 4,4% para 7,9%, um aumento de cerca de 80 pontos percentuais. O ritmo não é o mesmo entre os candidatos a vereador, pois no grupo dos diplomados, o aumento entre 2000 e 2016 foi de 53%, mas é possível afirmar uma elevação da escolaridade dos postulantes às vagas nas câmaras, com uma redução na participação daqueles que leem e escrevem, têm fundamental completo ou incompleto de 48%, em 2000, para 33%, em 2016. Entre os Censos de 2000 e 2010, o percentual de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto caiu de 65% para 50% dos brasileiros. Na política municipal, o recuo pode estar associado ao reflexo da elevação da escolaridade média do brasileiro, mas também ao fato de o cargo de vereador ser atraente sob os mais diversos aspectos, incluindo o financeiro.

Tabela 4. Quadro das eleições municipais para vereador por grau de instrução (Candidatos)

Grau de instrução	2000	2004	2008	2012	2016
Analfabeto	-	-	0,08%	0,02%	0,00%
Lê e escreve	5,72%	5,46%	2,91%	3,38%	2,98%
Fundamental incompleto	26,64%	25,35%	21,93%	17,68%	16,00%
Fundamental completo	15,77%	14,29%	15,49%	14,59%	14,04%
Médio incompleto	8,30%	7,36%	5,95%	5,34%	5,31%
Médio completo	23,46%	27,34%	31,68%	35,94%	38,07%
Superior incompleto	4,76%	5,13%	5,28%	4,65%	4,36%
Superior completo	12,59%	13,59%	16,67%	18,39%	19,23%
Não informado	2,76%	1,48%	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Outro aspecto que merece atenção sob o ponto de vista das características gerais dos candidatos a vereador está associado ao estado civil. Existe um fenômeno relevante atrelado ao crescimento de candidatos solteiros e à redução dos casados. Nesse último caso, o volume diminuiu sistematicamente de mais de dois terços, em 2000, para pouco mais da metade em 2016. Em contrapartida, os solteiros, pouco mais de um quinto em 2000, superaram um terço em 2016 (Tabela 5). O Censo não mostra esse avanço, sobretudo nesse ritmo, na sociedade brasileira em

geral. Resta, assim, lançar hipóteses atreladas a uma sensação de redução de sentimentos de preconceito eleitoral relacionado a uma ideia de que “políticos precisam ter família” ou mesmo a uma elevação no total de uniões consensuais ou mais informais que podem estar sendo lançadas pelos candidatos em classificação diferente de “casado(a)”. No caso dessa variável, em especial, interessante notar que o gênero explica parte do fenômeno, sendo as solteiras mais frequentes que os solteiros. O ano de 2016 ilustra tal aspecto: quase 60% dos candidatos eram casados e menos de 45% das candidatas o eram. Em contrapartida, mais de 40% delas eram solteiras enquanto apenas um terço deles eram.

Tabela 5. Quadro das eleições municipais para vereador por estado civil (Candidatos)

Estado civil	2000	2004	2008	2012	2016
Casado(a)	67,97%	65,16%	62,10%	57,16%	53,75%
Solteiro(a)	21,24%	24,34%	28,06%	32,36%	35,73%
Divorciado(a)	3,53%	4,00%	5,22%	6,20%	7,12%
Viúvo(a)	1,98%	1,95%	1,90%	2,20%	2,03%
Separado(a) judicialmente	3,37%	3,10%	2,73%	2,08%	1,37%
Não informado	1,91%	1,45%	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Em relação ao mercado de trabalho, o que mais chama a atenção é uma variedade significativa de ocupações destacadas pelos candidatos. Em 2000 eram 153 respostas diferentes, o que cresceu para 220 em 2004 e manteve-se entre 242 em 2008 e 2012, e 241 em 2016. Para além de tal fato, chama a atenção que a opção “outros” tenha oscilado entre expressivos 19%, em 2016, e 11%, em 2008. A Tabela 6 apresenta um resumo das atividades que ultrapassaram, em algum dos anos, 2% do total de respostas, sendo que em alguns casos foram somadas ocupações a partir de uma lista de respostas que superaram 1% em pelo menos um dos anos. Os dados aqui não são organizados pela Justiça Eleitoral de forma tão precisa, mas os resultados merecem atenção.

Tabela 6. Quadro das eleições municipais para vereador por ocupação (Candidatos)

Ocupação	2000	2004	2008	2012	2016
Outros (de acordo com os dados da justiça)	16,03%	14,40%	11,01%	15,19%	19,10%
Trabalhador agrícola (agricultor)	13,20%	13,21%	11,15%	8,07%	7,19%
Proprietário de estabelecimento comercial	9,05%	10,59%	9,28%	7,33%	6,44%
Professor fundamental e médio	5,34%	5,55%	6,02%	5,20%	4,25%
Servidor público municipal	4,98%	6,84%	6,94%	8,41%	6,60%
Motorista transporte de passageiros	3,30%	2,21%	1,85%	1,53%	1,52%
Vendedor de comercio varejista e atacadista	2,96%	1,00%	<1%	<1%	<1%
Aposentado (exceto funcionário público)	2,81%	2,36%	2,85%	3,13%	3,28%
Servidor público estadual	2,65%	2,37%	1,99%	1,85%	1,13%
Dona de casa	2,51%	2,71%	2,71%	5,09%	5,22%
Empresário	<1%	1,59%	2,93%	3,82%	4,64%
Trabalhador rural	<1%	<1%	2,33%	1,77%	1,66%
Poder legislativo: (ênfase em vereador)	1,17%	2,20%	5,00%	4,21%	4,76%
Representatividade dos casos acima no total	64%	65%	64%	66%	66%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Em relação às listas de opções que variam de 153 a 242 ocupações, no período analisado o quesito “Outros” lidera as respostas. Isso significa que as alternativas com menos de 2% não foram somadas a esta opção, mas a tabela é capaz de mostrar entre 64% e 66% do total de respostas dadas pelos postulantes. Dentre o que está apresentado, é interessante notar que não existe nenhuma ocupação notadamente atrelada a um diploma universitário. Advogados superam 1% em todos os anos e se destacariam nesse aspecto, mas ficaram de fora da tabela graças ao critério adotado para visualização.

Assim, além do quesito “Outros”, os postulantes ao cargo de vereador que se destacam, com médias acima de 5% nos anos pesquisados são: agricultores, comerciantes, professores e servidores públicos de diferentes esferas, com ênfase para os municipais. Diversas hipóteses podem explicar alguns pontos, sobretudo no caso dos agricultores, tendo em vista que o peso das pequenas cidades, geralmente mais rurais, sobre o total de vereadores e de candidatos no Brasil é imenso. Ademais, não aparecem líderes religiosos, radialistas e outras ocupações que, por vezes, o senso comum atribui facilmente ao universo das candidaturas. Por fim, demandam especial atenção as “Donas de casa”. O aumento significativo do peso dessas mulheres no total

de candidatos, a partir de 2012, sugere que parte da demanda por candidaturas femininas, por exigência da lei, foi cumprida por cidadãs sob tais ocupações. Aqui a hipótese de que pode se tratar de esposas de políticos ou de líderes partidários ganha força. Esse fenômeno tem chamado a atenção de estudiosos e da própria justiça eleitoral, que consideram tais candidaturas como meras cumpridoras de cotas, e não como capazes de ilustrar como as mulheres passaram a buscar efetivamente os postos de representação política.

No que diz respeito à naturalidade, chama atenção a quantidade de candidatos naturais de outros estados que se apresentam nas cidades de unidades federativas diferentes daquelas em que eles nasceram. Além disso, algo bastante comum também é a origem do candidato de outra cidade, independentemente do estado. Por exemplo: em 2000, o dado oficial é muito frágil, mas em 2004 apenas 38,7% dos candidatos a vereador do Brasil eram naturais da cidade onde se candidataram. O número oscila pouco nos pleitos seguintes, atingindo 37,3% em 2008, 35,9% em 2012 e 37,9% em 2016.

Saindo do campo das diferenças de naturalidade em termos municipais, a Tabela 7 mostra o percentual de candidatos nascidos no próprio estado, a despeito do município. Chama atenção a oscilação entre as unidades federativas. Foram destacadas na tabela aquelas unidades em que mais de 90% dos candidatos, em todos os pleitos, são nascidos no estado. São os casos de boa parte dos estados do nordeste (com exceção de Sergipe, Alagoas e Maranhão), Minas Gerais e Rio Grande do Sul (este último mantém as maiores médias de nativos entre seus candidatos, e é conhecido por cultivar seus símbolos, povo e território). Nos demais casos merece atenção, como representantes de um fenômeno a ser aprofundado, o Mato Grosso, Rondônia e Roraima que em nenhuma eleição superam 50% de candidatos originários do próprio estado. Em todas as 26 unidades, para além do próprio local, o segundo maior “fornecedor de candidatos” é uma unidade que lhe faz fronteira. As exceções são justamente esses três estados apontados, que por vezes sequer são os maiores fornecedores de candidatos a vereador de suas próprias territorialidades. Em Mato Grosso, destacam-se os paranaenses em segundo lugar em todas as eleições, o mesmo ocorrendo com os maranhenses em Roraima. Esses estados não são vizinhos entre si e tal fenômeno deve encontrar forte explicação em fluxos

migratórios. O caso de Rondônia é ainda mais radical nesse sentido: entre 2000 e 2004 os rondonienses ocuparam o terceiro lugar em matéria de quantidade de candidatos a vereador no próprio estado, com porcentagens que não atingem sequer 15%, ficando atrás de mineiros e, principalmente de paraenses (estes aparecem na liderança ou no segundo lugar em todo o período, sendo que perderam o primeiro posto apenas em 2012 e 2016 para os rondonienses). O fenômeno de Rondônia e Roraima poderia ser explicado pelo fato de serem estados novos na federação, mas o Acre, o Amapá e o Tocantins apresentam números que, por mais que possam estar abaixo da média nacional, não são tão acentuados quanto aqueles do trio analisado e não recebem expressivo volume de candidatos de unidades que não lhes sejam fronteiriças. Em 2016, por exemplo, no Acre o segundo maior estado de origem de seus candidatos a vereador era o Amazonas, no Amapá era o Pará, e no Tocantins, o Maranhão, praticamente empatado com Goiás.

Por fim, estados que receberam fortes fluxos migratórios ao longo de parte expressiva do século XX, como São Paulo e Rio de Janeiro, mantêm índices superiores (Rio de Janeiro) ou próximos de 80% (São Paulo). Em 2016, por exemplo, no território paulista, os paranaenses e os mineiros se destacaram com mais de três mil candidatos espalhados pelo estado. Contudo, unidades com forte fluxo migratório para São Paulo e grandes populações, como baianos e pernambucanos, se destacavam (superavam dois mil e mil postulantes, respectivamente). Um estudo mais aprofundado desses fenômenos parece promissor, sobretudo porque, entre 2000 e 2016, o total de candidatos migrantes entre estados atingiu 17% no primeiro ano, 16% em 2004 e 2008, 15% em 2012, e 14,5% em 2016, sendo que em todos esses anos o maior ofertante de candidatos fora de suas fronteiras foi Minas Gerais, que chegou a atingir 17% do total desses migrantes, com 11 mil postulantes em outras unidades em 2000, e cerca de nove mil em 2016, representando 13%, seguido de perto por São Paulo e Paraná.

Tabela 7. Quadro das eleições municipais para vereador por origem no próprio estado (Candidatos)

Estado	2000	2004	2008	2012	2016
AC	79,89%	84,30%	84,30%	87,02%	88,56%
AL	89,30%	86,35%	89,69%	89,99%	90,43%
AM	85,77%	87,16%	88,14%	89,46%	89,87%
AP	56,17%	57,53%	56,11%	59,88%	62,37%
BA	91,34%	92,64%	92,60%	93,13%	93,26%
CE	94,60%	95,00%	94,82%	94,88%	94,93%
ES	80,66%	81,68%	83,02%	81,79%	81,92%
GO	71,01%	73,58%	73,67%	74,66%	73,14%
MA	86,30%	88,31%	89,53%	89,51%	91,06%
MG	92,84%	91,70%	92,80%	92,28%	91,96%
MS	52,00%	56,99%	60,16%	64,68%	69,47%
MT	29,93%	32,53%	35,26%	40,81%	45,92%
PA	63,96%	69,08%	69,56%	72,99%	76,51%
PB	91,91%	91,33%	91,87%	90,63%	90,94%
PE	91,24%	92,86%	93,54%	93,48%	93,05%
PI	92,37%	92,37%	92,92%	92,66%	92,28%
PR	72,33%	76,71%	79,64%	83,17%	85,42%
RJ	82,35%	87,22%	86,93%	89,09%	89,92%
RN	91,46%	91,93%	91,62%	91,81%	91,36%
RO	10,38%	14,47%	17,13%	25,39%	34,19%
RR	30,16%	32,45%	35,89%	38,34%	45,26%
RS	96,21%	96,68%	96,82%	96,44%	96,38%
SC	83,99%	85,57%	85,23%	84,65%	84,55%
SE	87,25%	88,33%	88,94%	88,71%	88,11%
SP	80,09%	79,50%	79,27%	79,18%	79,13%
TO	52,38%	56,50%	58,66%	62,09%	66,71%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Por fim, como última variável a ser analisada, 40 partidos políticos foram localizados ao longo das cinco eleições selecionadas, sendo que 25 deles (62,5%) estiveram, mesmo que com nomes alterados ao longo do tempo, em todas elas. Assim, dez legendas surgiram e cinco foram absorvidas, fundiram-se ou desapareceram no período. A eleição com maior número de partidos ocorreu em 2016, com um total de 35, e a menor em 2004 e 2008 com 27 legendas. Ao todo, 17 partidos conseguiram, em algum instante, lançar candidatos em mais de duas mil cidades: PMDB, PSDB, PT, PPB/PP, PFL/DEM, PTB, PDT, PL/PR, PSB, PPS, PV, PSC, PC do B, o novo PSD, PRB, SD e PROS (estes dois últimos debutantes em 2016). A barreira de quatro mil foi transposta apenas pelos

nove primeiros da lista acima e pelo novo PSD. E a marca de cinco mil cidades em que foram lançados candidatos numa eleição foi obtida apenas pelo PMDB (2004, 2012 e 2016) e PT (2004 e 2012).

Em relação ao total de candidatos, os dez principais partidos de 2000 (PMDB, PFL/DEM, PSDB, PPB/PP, PTB, PT, PDT, PL/PR e PPS) eram responsáveis por 81,3% do total de nomes, caindo para 77,1% em 2004 e 73,2% em 2008. Em 2012 e 2016, o PPS saiu da lista e o novo PSD assume lugar de destaque, ocupando a terceira colocação no pleito mais recente em número de candidatos lançados. O peso dessa dezena de legendas, no entanto, mantém forte ritmo de queda na representatividade com 64,7% em 2012 e 56,1% em 2016, o que mostra a força do espraiamento das pequenas organizações pelo território nacional, as possíveis dificuldades de financiamento eleitoral com as regras inauguradas com as reformas de 2015 e a pulverização partidária. Em 2000, os dez maiores partidos lançavam uma média de 32,8 mil candidatos, enquanto os pequenos atingiam 4,1 mil nomes. Em 2016, os dez maiores partidos caíram para 26 mil e os demais subiram para 8,1 mil. As principais legendas podem ser visualizadas na Tabela 8.

Tabela 8. Quadro das eleições municipais para vereador por presença dos partidos nos municípios brasileiros (Candidatos)

Partido	2000	2004	2008	2012	2016
PMDB	4.957	5.183	4.984	5.230	5.078
PSDB	4.305	4.667	4.492	4.687	4.631
PT	3.309	5.082	4.760	5.145	4.235
PPB/PP	3.979	4.386	3.992	4.500	4.221
PFL/DEM	4.599	4.709	4.109	3.934	3.664
PTB	3.562	4.291	3.874	4.114	3.580
PDT	2.956	3.713	3.720	4.105	3.901
PL/PR	2.437	4.032	3.464	3.706	3.627
PSB	1.954	2.714	3.326	4.003	4.021
PPS	2.521	3.433	2.946	3.065	2.894
PV	757	1.849	2.383	2.928	2.576
PSC	1.112	1.675	2.108	2.796	2.781
PC DO B	755	1.371	1.774	2.338	2.271
PSD (pós-2011)	-	-	-	4.060	4.256
PRB	-	-	2.002	2.562	3.048
SD	-	-	-	-	2.503
PROS	-	-	-	-	2.102

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Após mostrarmos as variáveis de caracterização dos candidatos, passaremos para a análise dos eleitos. Relembramos que a hipótese central deste artigo é que existem elites políticas locais que têm se mantido no poder ao longo dos pleitos. Agora, baseado na análise dos dados de caracterização dos eleitos, poderemos verificar se estes vereadores seguem as distribuições das caracterizações dos candidatos ou se eles apresentam perfil mais específico (gênero, faixa etária, estado civil, grau de instrução, ocupação, origem do estado e partido). As eleições para vereador no Brasil, independentemente de heterogeneidades profundas entre as cidades e estados, tendem a ser extremamente disputadas. Em 2000, por exemplo, a relação candidato x vaga era de 6,4, subindo para 7,1 em 2004 (impactada por decisão da justiça eleitoral de reduzir cadeiras nas câmaras), caindo para 6,6 em 2008, e voltando a subir fortemente para 7,9 em 2012, e 8,0 em 2016 – provavelmente impactado pelo aumento no número de candidatas e partidos. No caso dos eleitos, o banco de dados oficial de 2000 é confuso e contém dubiedades. A fim de não prejudicar a análise, nos concentramos no período de 2004 a 2016. Além disso, serão considerados os políticos eleitos de acordo com as bases oficiais, embora saibamos que os vereadores possam ter sido substituídos por suplentes em qualquer instante da legislatura.

A primeira diferença expressiva diz respeito à questão do gênero, como mostra a Tabela 9. Entre os candidatos já existia um desequilíbrio expressivo, atenuado pela lei e pelas exigências da justiça eleitoral a partir de 2012. O problema central é que enquanto existe norma que determina que candidaturas femininas tenham espaço reservado, o mesmo não se repete nas urnas. Dessa forma, se em 2004 eram 22% de mulheres postulantes e em 2016 já existiam 33%, entre os eleitos a oscilação é mínima: em 2004, 12,6% dos vencedores são do gênero feminino, número que cai 0,1 ponto percentual em 2008 e ultrapassa 13% em 2012, chegando a pouco menos de quatorze pontos em 2016, o que representa menos da metade do espaço destinado às candidaturas. Isto significa dizer que as mulheres não ampliam sua presença nas casas parlamentares municipais nas últimas quatro eleições, ao contrário do que foi conquistado em termos de espaço nas chapas dos partidos e coligações, sugerindo que efetivamente o cumprimento da lei não se converte em resultados mais efetivos, como já haviam observado, para o caso de prefeitos, Speck e Mancuso (2012).

Tabela 9. Quadro das eleições municipais para vereador por gênero (Candidatos eleitos)

Gênero	2004	2008	2012	2016
Masculino	87,35%	87,47%	86,67%	86,48%
Feminino	12,63%	12,53%	13,33%	13,52%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Outro ponto que merece destaque é a faixa etária dos escolhidos. Nesse caso, as médias de idade dos vencedores oscilam pouco entre os anos: de 42 anos em 2004, para 43 nos dois pleitos seguintes, atingindo 44 em 2016 – algo praticamente idêntico ao que verificamos junto aos candidatos. Nas faixas etárias, as divisões desfavorecem os mais jovens (até 24 anos) e os mais velhos (65 ou mais anos) (Tabela 10). A representação se concentra nas faixas entre 35 e 54 anos. A soma das faixas de 35 a 44 anos e de 45 a 54 aproxima-se de dois terços dos eleitos, discretamente maior que o identificado na seção anterior (Tabela 3). Assim, não parece possível dizer que exista distorção expressiva em relação ao quesito idade quando comparados eleitos e candidatos em geral.

Tabela 10. Quadro das eleições municipais para vereador por faixa etária (Candidatos eleitos)

Faixa etária	2004	2008	2012	2016
Até 24 anos	2,49%	2,39%	2,14%	2,08%
De 25 a 34	18,60%	18,09%	18,09%	16,41%
De 35 a 44	39,90%	36,86%	34,43%	33,67%
De 45 a 54	27,72%	29,99%	31,02%	31,25%
De 55 a 64	9,24%	10,65%	12,03%	13,86%
65 anos ou mais	2,05%	2,02%	2,29%	2,73%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No que diz respeito ao grau de escolaridade, a exemplo da idade, o peso dos estudos impacta pouco sobre a característica dos eleitos. A Tabela 11 mostra claramente essa diferença. A soma daqueles que têm ensino médio, superior incompleto e superior completo atinge 50% em 2004, 58% em 2008, 64% em 2012 e 67% em 2016, cerca de cinco pontos percentuais acima daquilo que os candidatos registram. Nesse sentido, é possível afirmar que as distâncias são relativamente discretas.

Tabela 11. Quadro das eleições municipais para vereador por grau de instrução (Candidatos eleitos)

Grau de instrução	2004	2008	2012	2016
Analfabeto	0,00%	0,04%	0,01%	0,00%
Lê e escreve	4,52%	2,18%	2,25%	1,77%
Fundamental incompleto	24,43%	20,39%	15,72%	14,04%
Fundamental completo	13,51%	14,43%	13,78%	12,94%
Médio incompleto	6,19%	5,16%	4,29%	3,81%
Médio completo	28,42%	32,40%	35,55%	37,11%
Superior incompleto	5,46%	5,68%	4,67%	4,04%
Superior completo	16,51%	19,73%	23,73%	26,29%
Não informado	0,97%	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No quesito seguinte é possível avaliar o estado civil dos eleitos. Nesse caso, em especial existe uma predominância maior dos casados, o que pode ser impactado pelas diferenças mostradas entre os candidatos no que diz respeito ao gênero. Mais homens que se candidatam são casados e os eleitos são desproporcionalmente do gênero masculino. A despeito de uma explicação mais precisa, é possível afirmar que existe um peso maior dos casados eleitos sobre os demais, inclusive em relação à participação desse grupo no conjunto de candidatos.

Tabela 12. Quadro das eleições municipais para vereador por estado civil (Candidatos eleitos)

Estado civil	2004	2008	2012	2016
Casado(a)	74,08%	70,34%	67,22%	64,73%
Solteiro(a)	18,85%	22,51%	25,40%	28,01%
Separado(a) judicialmente	2,42%	2,22%	1,60%	1,10%
Divorciado(a)	2,79%	3,78%	4,74%	5,15%
Viúvo(a)	1,15%	1,14%	1,03%	1,01%
Não informado	0,70%	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Na Tabela 13, a mais relevante diferença encontrada até aqui é em relação à distância existente entre eleitos e candidatos em geral. Os parlamentares, que tinham peso que variava entre 1,2% e 5% no total de candidatos, atingem marcas que variam entre 7% e 21%. Esse último valor foi obtido em 2016, o que representa que mais de um quinto dos eleitos declararam como principal

ocupação o exercício da vereança, algo que já havia atingido números próximos de 20% em 2008 e 2012. Curiosamente, o salto ocorre justamente quando a justiça eleitoral opta pela redução do total de vereadores nas cidades a partir das eleições de 2004. A partir dali, com o pleito de 2008, a representatividade parlamentar cresce. Tal incremento pode estar associado a não redução do percentual de recursos orçamentários repassados para as Câmaras (embora tenha diminuído o total de vereadores), o que representa menor concorrência entre os vereadores na disputa pela utilização destes recursos na manutenção dos seus mandatos e objetivos eleitorais. Essa é mais uma hipótese que vale a pena ser aprofundada em estudos futuros.

Ademais, agricultores, comerciantes e professores, servidores estaduais, motoristas de transporte de passageiros e servidores públicos municipais mantêm relevância entre os eleitos. Perdem espaço, no entanto, trabalhadores rurais, aposentados e donas de casa – este último grupo reforça o argumento de que mulheres são utilizadas para preencher cotas de gênero em chapas partidárias. Surgem, a partir do grupo dos eleitos, com mais representatividade os empresários e os advogados, este segundo representando uma carreira de nível superior específica. O peso dessa classe na política é historicamente relevante (Dantas, 2002), e a representatividade do empresariado pode estar associada à força de uma capacidade extraordinária de levantar recursos ou de se autofinanciar, algo que parece mais notável e merece aprofundamento a partir de 2016, com as novas regras eleitorais.

Tabela 13. Quadro das eleições municipais para vereador por ocupação (Candidatos eleitos)

Ocupação	2004	2008	2012	2016
Parlamentar	7,42%	17,50%	18,27%	21,06%
Agricultor	17,31%	14,11%	11,10%	10,01%
Comerciante	12,10%	9,22%	7,35%	6,12%
Servidor público municipal	7,71%	7,69%	9,76%	8,55%
Professor médio/fundamental	4,81%	5,20%	4,75%	4,41%
Empresário	2,00%	3,26%	4,63%	5,52%
Servidor público estadual	2,81%	2,27%	2,18%	1,55%
Motorista de veículos de passageiros	2,49%	2,02%	1,92%	1,85%
Advogado	1,93%	1,84%	1,93%	2,24%
Representatividade sobre o total	69,41%	74,39%	72,13%	71,31%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Em relação à naturalidade, chama a atenção alguns fenômenos notados entre os candidatos. São Paulo, Minas Gerais e Paraná têm-se mantido como os estados que mais exportam vencedores nas eleições para vereador. Ao todo, se somadas as quatro eleições da análise dos eleitos, esses três estados superam mais de três mil cadeiras conquistadas, cada um, em outras unidades da federação, representando mais de 35% do total de vereadores migrantes. Em relação à origem dos estados dos eleitos, quando comparados com os resultados obtidos pelos candidatos, estados como Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul mantêm mais de 90% de representatividade dos cidadãos nativos, dessa vez entre os eleitos. Se junta a esse conjunto de estados, com mais de 90%, Rio de Janeiro e Sergipe, com Santa Catarina fica muito próximo da marca. Em oposição a esse cenário, entre os eleitos, Mato Grosso, Roraima e Rondônia seguem com baixas taxas de nativos. Nesse terceiro estado, os nascidos no próprio território só ultrapassam os paranaenses entre os eleitos em 2016. Tal fenômeno merece estudo mais aprofundado e, certamente, está associado a fortes fluxos migratórios que vão além de aspectos político-eleitorais.

Tabela 14. Quadro das eleições municipais para vereador por origem no próprio estado (Candidatos eleitos)

Estado	2004	2008	2012	2016
AC	81,86%	91,18%	88,00%	91,27%
AL	86,91%	91,74%	90,56%	93,12%
AM	88,51%	88,70%	90,11%	89,89%
AP	63,58%	65,13%	62,65%	70,00%
BA	93,69%	93,95%	94,07%	94,60%
CE	96,24%	96,03%	95,62%	95,40%
ES	89,08%	86,71%	85,78%	87,50%
GO	82,71%	83,81%	83,27%	83,56%
MA	88,25%	88,87%	90,52%	91,05%
MG	93,81%	95,08%	94,32%	94,12%
MS	56,03%	61,72%	64,83%	69,35%
MT	30,98%	37,31%	43,17%	43,52%
PA	66,27%	67,84%	68,51%	72,09%
PB	94,20%	93,56%	92,59%	92,78%
PE	94,46%	93,66%	94,47%	93,84%
PI	94,22%	94,54%	94,62%	94,77%
PR	75,92%	80,02%	84,09%	85,83%
RJ	90,30%	91,36%	92,51%	94,62%
RN	93,06%	93,65%	93,26%	93,48%
RO	10,58%	13,49%	19,51%	28,17%
RR	34,53%	40,00%	41,72%	50,98%
RS	97,45%	97,29%	97,23%	97,25%
SC	89,71%	90,10%	90,99%	91,65%
SE	94,94%	92,63%	91,50%	91,34%
SP	87,16%	87,21%	85,70%	85,64%
TO	61,89%	63,09%	66,92%	72,13%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

A última variável que merece atenção, seguindo a lógica do que foi verificado em relação aos candidatos é a origem partidária dos eleitos. E aqui o desempenho eleitoral das principais legendas chama mais a atenção. Em 2004, 90% dos eleitos eram dos dez maiores partidos à ocasião (PMDB, PFL/DEM, PSDB, PPB/PP, PTB, PT, PDT, PL/PR e PPS) e o valor cai para 86% em 2008, atinge 79% em 2012 e, finalmente, vai a 72% em 2016, em movimentação semelhante àquela verificada em relação aos candidatos (destacando que, a partir de 2012, o PSD ocupa o lugar do PPS). A pulverização do quadro partidário, no entanto, não leva a um caos político, afinal, quando são tomados os 17

partidos que mais elegeram candidatos, a representatividade já se aproxima ou supera 90% dos políticos escolhidos para o Legislativo local. Dentre as siglas, destaque importante para o PMDB, PSDB, PT (até 2012), PPB/PP, PFL/DEM (até 2012), PTB, PDT e PL/PR, cada sigla elegendo mais de três mil vereadores por pleito desde 2004, além do PSD, a partir das eleições de 2012. Adicionalmente à grandeza do PMDB, o partido que mais elege vereadores no Brasil há décadas sustenta vantagem de mais de dois mil eleitos em relação ao segundo colocado, o PSDB – algo que se mantém em todos os pleitos.

Tabela 15. Quadro das eleições municipais para vereador por partido (Candidatos eleitos)

Partido	2004	2008	2012	2016
PMDB	8.313	8.475	7.969	7.563
PSDB	6.565	5.897	5.260	5.364
PT	3.680	4.168	5.185	2.813
PPB/PP	5.460	5.128	4.938	4.740
PFL/DEM	6.461	4.802	3.285	2.898
PTB	4.212	3.934	3.581	3.056
PDT	3.250	3.523	3.663	3.766
PL/PR	3.834	3.534	3.191	3.011
PSB	1.836	2.956	3.555	3.629
PPS	2.816	2.159	1.864	1.671
PV	774	1.237	1.583	1.520
PSC	741	1.146	1.468	1.524
PC DO B	272	612	976	1.002
PSD (pós-2011)	-	-	4.666	4.639
PRB	-	780	1.207	1.618
SD	-	-	-	1.437
PROS	-	-	-	984
Representatividade	93,03%	93,16%	91,22%	88,56%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Considerações finais

A literatura a respeito da política municipal trata quase que exclusivamente das arenas partidária e legislativa local. Contudo, há uma lacuna importante nesses estudos que é justamente o ponto central deste trabalho: compreender quem são os representantes à frente das mais de 56 mil vagas de parlamentares, em média, ao longo das eleições de 2000 a 2016

no Brasil. Mesmo com as importantes contribuições que nos permitem compreender a força dos partidos, a estruturação da competição eleitoral e a institucionalização dos sistemas partidários, é preciso ainda avançar no mapeamento e caracterização das lideranças e figuras políticas locais.

A ideia de que é preciso estudar o funcionamento das Câmaras e as relações dos vereadores com os prefeitos no Brasil é central neste trabalho, uma vez que não se chegou a um diagnóstico preciso a respeito do papel dos partidos nos legislativos locais e à liberdade legislativa dos parlamentares. As lacunas apontadas nos levantamentos anteriores nos levam a compreender que os partidos são menos necessários para cumprir funções de coordenação política na imensa maioria dos legislativos municipais, uma vez que negociações políticas tendem a ser mais informais e dependentes de “empreendedores individuais” (prefeitos). Esse recorte da literatura nos colocou o desafio de compreender melhor quem são os candidatos e os eleitos a vereador no país, nos incentivando a analisar com cautela dados disponíveis no TSE. Isso também nos levou a desenvolver uma hipótese sobre a permanência de uma quantidade significativa de vereadores ao longo dos pleitos, revelando possível força política de lideranças pelo país, as quais independentemente da vinculação partidária se mantêm no poder. Assim, quais foram as descobertas sobre os candidatos e os eleitos?

Em relação à competição eleitoral, as médias de candidato por vaga apresentam aumento contínuo a partir de 2008, chegando a oito candidatos disputando uma cadeira em 2016. No que diz respeito ao gênero, embora se tenham intensificado os esforços para os cumprimentos das cotas de candidatos de gênero minoritário (comumente mulheres), em 2004 isso representou 22% dos candidatos e, em 2016, subiu a 33%. Contudo, quando olhamos para o número de mulheres eleitas, chegamos a percentuais muito menores: 12,6% em 2004, e mais de dez anos depois, 13,5% em 2016. Se os legislativos municipais são a porta de entrada para vários políticos, no que tange à representação das mulheres temos imenso desafio à frente.

Quanto às faixas etárias, as médias de idade estão entre 42 e 44 anos para os eleitos, números praticamente idênticos aos verificados para os candidatos. No entanto, chama a atenção os dados referentes aos mais jovens, na faixa de até 24 anos.

Considerando 2004 e 2016, primeira e última eleição na qual analisamos o perfil dos eleitos, há uma diminuição muito discreta de 0,4 pontos percentuais nos vencedores desta faixa. Ainda assim, a tendência de diminuição de candidatos mais jovens é identificada em outras faixas: dois pontos percentuais entre aqueles de 25 a 34 anos e seis pontos entre os de 35 a 44. Paralelamente, há um aumento contínuo nas faixas de candidatos mais velhos: quatro pontos percentuais entre os de 45 a 54 anos e igual valor entre os de 55 a 64 anos. Esses pontos percentuais podem indicar que parte dos eleitos de 2004 provavelmente tem-se mantido no poder ao longo do tempo e, portanto, isso explicaria o aumento percentual nas faixas etárias acima dos 45 anos, uma vez que tais vereadores estão envelhecendo.

No que diz respeito ao grau de instrução dos eleitos, os que possuem ensino médio, superior incompleto e superior completo apresentam contínuo aumento ao longo das eleições de 2004 a 2016, na casa dos 17 pontos percentuais. Quando comparados ao que é apresentado pelos candidatos, o aumento é discreto. Destaque especial foi conferido a um grau de instrução específico: os que têm superior completo. Há uma intensificação no sucesso eleitoral dos candidatos com diploma universitário, uma vez que a diferença percentual entre candidatos e eleitos é de mais 3%, em 2004 e 2008, e, a partir desta última eleição, se intensifica, chegando a 5,4% em 2012 e mais 7% em 2016. Dentre todos os graus de instrução é o que apresenta maior crescimento no comparativo entre eleitos e candidatos.

Os dados de estado civil apontam para a predominância contínua dos casados, embora se verifique uma tendência de queda nos últimos pleitos. Paralelamente, o crescimento dos solteiros é de 10 pontos percentuais, quando considerado o período de 2004 a 2016.

As distâncias mais significativas entre candidatos e eleitos aparecem em relação à ocupação profissional. Chamamos a atenção para uma ocupação em especial: os parlamentares. Na massa de candidatos que se declarou legislador, o peso deles em relação ao total de candidaturas variou de 1% a 5% ao longo das eleições. No entanto, dentre os eleitos, variou de 7% a 21%, representatividade quatro vezes mais alta se compararmos os eleitos aos candidatos na última eleição (2016). Provavelmente, a maior parte dos que se declararam parlamentares ocupavam uma cadeira nas Câmaras Municipais, uma vez que é menos comum

verificar deputados estaduais, federais ou senadores disputando eleições para vereador. Se há quatro vezes mais eleitos nessa ocupação, isso quer dizer que há expressiva quantidade de vereadores se mantendo no poder. Comparada a todas as demais ocupações declaradas é a que apresenta maior percentual dentre os eleitos.

No que toca à origem dos escolhidos pela sociedade, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná se mantêm como os que mais exportam políticos, enquanto Mato Grosso, Rondônia e Roraima apresentam taxas de nativos baixas. Este dado é interessante porque aponta para a formulação de novas hipóteses a respeito da importância dos fluxos migratórios nacionais na constituição das elites políticas locais nos últimos tempos.

Por último, quanto à origem partidária dos eleitos, embora o desempenho eleitoral dos partidos mostre a força nacional das grandes siglas, a fragmentação partidária está presente ao longo das eleições. Especialmente nos pleitos de 2008 e 2012, quando apresenta maior avanço. Se em 2004 cerca de 90% dos eleitos pertenciam aos dez maiores partidos, esses valores caem da seguinte maneira: 86% em 2008, 79% em 2012 e 72% em 2016. A fragmentação é um fenômeno importante na medida em que a capilaridade das mais de 35 siglas existentes hoje no país pode vir a ofertar novos espaços a antigas lideranças.

Considerando a análise dessas caracterizações, uma questão merece destaque: existiria uma elite política que controla as vagas nas cidades a despeito dos partidos? Verificamos que entre as quase 220 mil vagas acumuladas das eleições de 2004 a 2016, quase 145 mil cidadãos ocuparam essas vagas entre uma e quatro vezes. Esse número equivale a quase 70% do total dos eleitos, considerando o período.

Ao observar nominalmente os eleitos pode-se verificar que 17.375 obtiveram três ou quatro mandatos em cada ano eleitoral do período (2004, 2008, 2012, 2016). O total de eleitos representa algo entre 30% e 33% dos vereadores brasileiros. Esse percentual, bastante expressivo, aponta para uma tendência marcante. Trata-se de um conjunto de políticos espalhados pelos 26 estados brasileiros, que estão presentes em 5.309 cidades. Isso quer dizer que na imensa maioria dos municípios brasileiros existem cidadãos que acumulam três ou quatro mandatos de vereador em tempos recentes, o que corrobora nossa hipótese de permanência de quantidades expressivas de políticos ao longo do tempo,

independentemente da vinculação partidária. Um estudo mais aprofundado sobre esses agentes mostra-se promissor: pode vir a apontar para diferenças em suas características, construção de redes políticas, relação com os partidos, perpetuação de famílias locais no poder, etc. Não se deve perder de vista que tais políticos constituem uma elite local, levando em conta o aumento contínuo da competição em todo o período considerado e a permanência deles no poder.

O fato é que praticamente todas as cidades brasileiras convivem com o fenômeno de presenças longevas nas Câmaras Municipais, o que pode representar também a profissionalização da política local. Não fosse a Justiça Eleitoral em seu ímpeto legislativo e, caso a infidelidade partidária continuasse liberada, seria interessante notar o quanto esses cidadãos migram de partido espontânea e naturalmente. Compreender os incentivos à migração pode estar intimamente relacionado à construção de carreiras políticas e fortalecimento de lideranças individuais, caminho importante de pesquisa que tende a mostrar melhor como funciona a política municipal e a sua lógica específica.

SILVA, B. S.; DANTAS, H. Who are them? Identifying and characterizing councilors in Brazil (2000-2016). *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p. 11-45, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *Councilors are the largest share of politicians in Brazil, however, we do not know much about them. This affirmation can be exemplified, based on the municipal elections from 2000 to 2016, by averages of 380,597 candidates disputing 56,146 places. Initially it seems that such elections mobilize all parties and thousands of postulants, symbolizing a representative democracy that stimulates participation. Thus, we have a political framework marked by continuous party fragmentation and competitive elections. But who are the councilmen? Locally, parties tend not to perform parliamentary co-ordination functions, which are characteristically expected to be held in Parliament. This argument reinforces the fact that 85% of the chambers have between 9 and 11 councilmen. In this configuration, it can be deduced that the main actors are the councilors themselves, not the parties. It is then necessary to characterize who these agents are and whether they remain in the elections. In consideration that the research problem is who are the candidates who win elections and, consequently, if they elect vary or there is a marked permanence, the*

central hypothesis is that the entrance in the municipal Legislative is more restricted than the great volume of applications would suggest and this is due to the fact that the entry is concentrated in the hands of a few local politicians.

■ **Keywords:** *Local politics in Brazil. Councilors. Political representation. City Councils.*

Referências

ALMEIDA, A.; LOPEZ, F. Representação política local e clientelismo. In: ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

BRAGA, M. S.; PIMENTEL JR., J. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. Rio de Janeiro, *Cadernos Adenauer*, ano XIV, vol. 2, 2013.

CAETANO, B. Executivo e legislativo na esfera local. *Novos Estudos Cebrap*, n. 71, p. 101-125, mar. 2005.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. L. Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara municipal. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 2, p. 57-65, 1995.

COUTO, C. G. Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano. In: ANDRADE, R. de C. (Org.). *Processo de governo no município e no Estado*. São Paulo: Edusp, 1998.

DANTAS, H. *Ensino jurídico e classe política*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DANTAS, H.; MARTINS JR., J. P. (Orgs.). *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Coligações entre partidos nas eleições municipais de 2004 e 2008: o caso DEM/PFL e PT, *Revista Liberdade e Cidadania*, v. 4, n. 17, p. 1-12, 2012.

D'AVILA FILHO, P. M.; JORGE, V. L.; LIMA, P. C. Comportamento político e produção legislativa: padrões de emissão de "indicações" pelos vereadores cariocas. In: ROCHA, M. M.;

KERBAUY, M. T. *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, v. 8, n. 1, 2002.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 1, 2011.

KERBAUY, M. T. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.

KERBAUY, M. T. M.; SILVA, B. Padrões Regionais de Votação nas eleições municipais brasileiras. In: BOTERO, F.; SÁNCHEZ, M. G.; WILLS-OTERO, L.; BARRERO, F. (Comp.). *Dinamismo e diversidad en la ciencia política latinoamericana*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2016.

LAVAREDA, A.; TELLES, M. (Orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

LIMONGI, F. O novo institucionalismo e os estudos legislativos – A literatura norte-americana recente. *BIB*, n. 37, 1º sem, 1994.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (Ed.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MALUF, R. T. *A Câmara Municipal de São Paulo na IX legislatura (1983-1988) e o processo decisório do IPTU*. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1993.

MANIN, B. *Principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARCHETTI, V. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e a “verticalização” das coligações. Partidos e coligações eleitorais no Brasil. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Perfis e tendências. Rio de Janeiro: Korand-Adenauer-Stiftung, 2010.

NETO, J. *Câmaras municipais no Brasil: ascensão e declínio*. São Paulo: Taubaté, 2003.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 2011 [1971].

PIQUET C., L.; ALMEIDA, M. H. T. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v. 51, n. 2, 2008.

ROCHA, M.; KERBAUY, M. T. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In: ROCHA, M. e KERBAUY, M. T. (Org.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

SILVA, B. Produção legislativa e relações Executivo-Legislativo no nível local: uma análise das indicações e dos requerimentos na Câmara Municipal de Araraquara-SP. In: ROCHA, M. e KERBAUY, M. T. (Org.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

SILVA, P. C. *O poder legislativo municipal: estrutura, composição e produção*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SPECK, B; MANCUSO, W. O que faz a diferença? Gastos de campanhas, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. Rio de Janeiro, *Cadernos Adenauer*, ano XIV, v. 2, 2013.

TEIXEIRA, M. A. C. *Clientelismo e voto na cidade de São Paulo (1993/1999): uma análise das relações Executivo-Legislativo e seus impactos no sistema político local*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VASQUEZ, V.; FERNANDES, J. L. M.; FAGANELLO, M. A. *Estruturação partidária nos municípios brasileiros*. In: 40º Encontro Anual da ANPOCS, *Anais...* Caxambu, MG, 2016. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st21-6/10361-estruturacao-partidaria-nos-municipios-brasileiros-1996-2012/file>>. Acesso em: 28 out. 2016.

TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS NA DÉCADA DE 1990: UM DEBATE SOBRE INSTITUIÇÕES INCENTIVADORAS DE POLÍTICAS

Gabriel Henrique Burnatelli de ANTONIO¹
Ivan ERVOLINO²

■ **RESUMO:** Este artigo projeta um olhar sobre parte das transformações nos instrumentos institucionais do agir político da vida contemporânea. Tendo como aporte teórico as análises de Ulrich Beck acerca da constituição simbólica do político no atual processo de modernização reflexiva, busca-se fazer um balanço da crise atual nas estratégias político-institucionais de desenvolvimento social desenhadas no século XX e seus desdobramentos entre os Estados latino-americanos nas últimas décadas. O estudo de caso que ilustra o cenário acima descrito é o da relação entre os Estados latino-americanos e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituição esta, que se caracteriza por incentivar, nestes países, a formação de agenda entre atores consagrados e novos sujeitos da política, tendo como mecanismo de entrada as Convenções que versam sobre relações trabalhistas ligadas a Direitos Humanos. Constata-se uma importante mudança na natureza dos processos políticos relativos à organização do modo de produção capitalista, da esfera do trabalho e, em sentido lato, da cidadania, uma vez que, como ilustrado com a inserção institucional da OIT na arena política latino-americana, o Estado tem colocado certas demandas para fora de suas estruturas.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Teoria democrática. OIT. América Latina.

¹ IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Campus Avançado de Tupã. Tupã – SP – Brasil. 17607-220. gabriel.antonio@ifsp.edu.br

² SIGALEi. São Carlos – SP – Brasil. 13560-042. ivan@sigalei.com.br

Introdução

O artigo busca fazer um balanço da crise nas estratégias político-institucionais de desenvolvimento social, desenhadas no século XX, e seus desdobramentos entre os Estados latino-americanos nas últimas décadas. Para isso, apoia-se nas reflexões de Ulrich Beck a respeito da constituição simbólica do fenômeno político no atual processo de modernização reflexiva.

Nesse sentido, a discussão a respeito da crise e da reativação do político, e, mais especificamente, sobre o atual processo de autonomização e descentralização das estruturas político-estatais de deliberação e governança, tem como referência de análise a trajetória histórica ambivalente dos Estados modernos latino-americanos em virtude de seu vanguardismo no desenvolvimento econômico e na formação do tecido nacional, e também, de sua baixa responsividade. Tais aspectos expressam sua implementação débil no interior das estruturas sociais latino-americanas, cujos reflexos, do ponto de vista das demandas políticas da atualidade, reclamam a construção de uma sinergia institucional entre o Estado, a sociedade civil e os organismos internacionais, por exemplo.

O estudo de caso que exemplifica o cenário descrito anteriormente é o da relação entre os Estados latino-americanos e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituição que se caracteriza por incentivar a formação de agenda entre atores consagrados e novos sujeitos da política nesses países, tendo como mecanismo de entrada as Convenções que versam sobre relações trabalhistas ligadas a Direitos Humanos. Ao ser uma organização antiga e possuir uma estrutura tripartite (representantes dos governos nacionais, empregados e empregadores), a OIT incentiva ações por parte de todos os entes envolvidos nos processos de negociação e deliberação transcorridos em seu foro.

À luz do conceito de subpolítica cunhado por Beck, entende-se que esta organização internacional ascende no cenário do planejamento social contemporâneo como uma instância burocrática que movimenta, em um âmbito internacional de debate, questões e demandas que outrora se restringiam ao domínio interno de cada país.

Do ponto de vista de uma teoria das instituições, atualizada para os problemas e ambivalências de um contexto de fragmen-

tação social e sofrimento organizacional, o debate ora proposto busca contribuir para o desenho das estratégias de retomada do controle político da ação social em um contexto de modernização reflexiva.

Da crise à reorganização do Estado: velhas e novas demandas do planejamento social

A partir dos anos 1970, o *welfare-state keynesiano* (WSK) – um dos pilares sobre o qual repousou a coexistência entre capitalismo e democracia no ocidente desde a Segunda Guerra Mundial – entrou em crise evidenciando um abalo significativo no conjunto de instituições e práticas estatais ao qual este conceito se referia. Dessa maneira, com o declínio do WSK, desapareceu uma modalidade de capitalismo politicamente organizado que, durante algumas décadas, favoreceu as economias capitalistas avançadas ao transformar o conflito industrial e de classe de modo a se afastar, cada vez mais, do radicalismo político, por vezes revolucionário, e a conduzir o conflito de classe economicista, centrado na distribuição e crescentemente institucionalizado (OFFE, 1984, p. 372).

A crise do WSK se expressou também como uma crise republicana, ao compreender o ocaso de uma forma de sociedade política fundada na densa articulação da tríade dos direitos (civis, políticos e sociais), sobre a qual se gestaram vários processos de amadurecimento da cidadania por meio do empoderamento de grupos e categoriais da sociedade civil. Outrossim, trata-se também de uma crise da sociedade salarial (CASTEL, 1995 *apud* KOWARICK, 2009, p. 77), no interior da qual a centralidade do mundo do trabalho fez sedimentar um conjunto de instituições políticas, sindicais e comunitárias que produziram experiências de organização e de luta, assim como de construção de valores e discursos que dinamizaram as energias das identidades e oposições políticas.

Decorreu da crise do WSK, que a forma de participação política das massas, baseada no e canalizada através do sistema partidário, esgotou grande parte da sua utilidade para conciliar o capitalismo e a política de massas. Segundo Claus Offe (1984, p. 367),

isto parece acontecer porque a forma política do partido está sendo cada vez mais ultrapassada e substituída por outras práticas e processos de participação e representação política [...]. De um modo um tanto esquemático, podemos indicar três destas práticas – os novos movimentos sociais, o corporativismo e a repressão – como fenômenos que tendem a superar, restringir e subverter o sistema partidário com suas práticas políticas e potencial de conciliação.

Offe (1984) asseverou que a incorporação destas novas práticas políticas alternativas não exibiu o mesmo potencial de conciliação entre a legitimação política e os imperativos da acumulação de capital alcançados pelo sistema partidário competitivo durante um período de tempo considerável. Ademais, o empobrecimento da capacidade política de organização das massas pelos partidos políticos teria precarizado ainda mais a dimensão republicana do regime democrático, uma vez que a estrutura representativa do governo democrático acabou se insulando no interior do sistema político competitivo, aprofundando ainda mais o hiato entre a dinâmica da estruturação social da política e a lógica – cada vez mais autárquica – de reprodução da vida político-partidária.

Apropriando-se da descrição feita por Carlos Strasser acerca da democracia, que passou a hegemonizar a existência social do ocidente, pode-se dizer que o que se instaurou a partir daí foi

un régimen fiduciário del “gobierno representativo”, en verdad de democracia más representada que representativa, mucho más a tono con la tradición liberal que con la popular, basado no tanto em la soberanía del pueblo cuanto em el constitucionalismo, de ciudadanía menos activa que pasiva, inspirador de um *animus* más individualista que comunitário o privatista que público (STRASSER, 2002, p. 110).

As crises do WSK e do modelo de representação, baseado no sistema partidário competitivo, somadas à crescente globalização econômica nas últimas três décadas, desvelaram um cenário em que a diminuição da capacidade normativa dos Estados Nacionais e dos partidos políticos é inversamente proporcional ao aumento do poder de injunção das forças econômicas transnacionais – sobretudo do capitalismo financeiro e de suas flutuações inesgotáveis que provocam abalos cíclicos no conjunto todo da economia mundial – no desenrolar da vida dos indivíduos.

Em um contexto de profunda ausência de referência política, de globalização do capital e finanças, e também, de transformações técnico-científicas radicais³, o território sobre o qual os indivíduos têm controle passa a ser muito menor, situado cada vez mais na vida local e cotidiana de cada um. A fuga ao controle destes processos, tanto pelos indivíduos, quanto por parte das agências políticas tradicionais, evidencia uma modernidade nova, que passa a exortar a sociedade como um todo a lidar com a rotinização do *risco*.

De certo modo, isto significa dizer que instituições e técnicas geradas pelos processos de modernização estão atingindo níveis cada vez mais altos e sofisticados de integração mundial, o que pressupõe um arranjo societal no qual indivíduos isolados têm cada vez menos controle existencial sobre suas próprias vidas, dependendo cada vez mais dos chamados sistemas abstratos e de discursos peritos que delimitam o escopo da organização instrumental da vida ordinária. A gestão de sistemas sociais complexos e dependentes profundamente de processos técnicos especializados trouxe à tona o problema da incerteza quanto aos produtos gerados por esses processos, o que compele os indivíduos a agirem reflexivamente, no sentido de articular o contexto local, onde suas vidas se desenrolam ordinariamente, com questões globais, que envolvem instituições e processos que atuam concretamente na vida cotidiana das pessoas.

Decorre disso que, em linhas gerais, esta modernidade tardia se configura como um momento histórico em que estruturas macrossociais, geradas consoante o princípio da racionalidade, tiveram seu funcionamento abalado e perpassado pela dimensão reflexiva e dialética dos processos de organização da vida. Em outras palavras, a interconexão de aspectos ordinários da vida cotidiana com processos institucionais de grande alcance e risco consagrou um tipo específico de reflexividade, nos termos de Giddens (2002), que envolve a incorporação rotineira de conhecimento ou informação novos em situações de ação que são assim reconstituídas e reorganizadas.

³ A crise dos rígidos padrões de acumulação capitalista nos anos 1970 fora acompanhada por um processo de reestruturação econômico-organizacional em que as tecnologias da informação tiveram um papel essencial. O paradigma deste novo padrão tecnológico – conhecido, entre outros nomes, por Revolução da Informação – é a convergência de tecnologias específicas em um sistema integrado, que se constitui, por sua vez, como uma rede aberta de múltiplos acessos, cuja abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais aspectos. A internet é a forma-síntese desta transformação técnico-informacional.

Com base no exposto, pensar o fenômeno político no atual contexto de modernidade implica em admitir a existência de um conjunto de questões para as quais regras, instituições e atores políticos consagrados não mais respondem isoladamente, posto que se ampliam *ad infinitum* agendas e debates políticos que emergem *dentro* da sociedade, quer seja na mídia, no senso comum, nas minorias sociais, na *intelligentsia*, entre outros.

Segundo Zygmunt Bauman (2000), esta nova modernidade dissociou os padrões e sanções supra-individuais das opções individuais, destruindo com isso a visão controladora dos caminhos preferidos “de salvação” que a modernidade anterior legou do ascetismo religioso da Reforma. Deste dismantelamento, argumenta o autor, nasce o “homem modulado”,

[...] o mais notável produto da sociedade moderna. [...] [Ele] não tem perfil nem função predeterminados. É um ser com demasiados aspectos e características que por essa abundância mesma só podem ser mantidos por algum tempo, sempre prontos para serem adotados ou dispensados segundo as necessidades. O homem modulado é uma criatura com qualidades móveis, disponíveis, cambiáveis [...]. Resumindo: o homem modulado é, antes e acima de tudo, um homem sem essência (BAUMAN, 2000, p. 161).

Como se pode perceber, a multivocidade dos problemas que adquirem atualmente um estatuto político coloca os sujeitos politicamente implicados/implicáveis em permanente desgaste, bem como suas ideias e projetos estão sob constante processo de exaustão. Quebrantou-se o fio de Ariadne que alinhavava a política em torno da coordenação dos arranjos econômico-sociais subsumidos aos interesses corporativos e trabalhista-sindicais.

A *modularização* do *zoon politikon* teve como prego uma espécie de fragmentação que deixou “cada atividade sem sustentação das outras, fria e calculada em função de sua própria finalidade claramente formulada, e não parte de uma cultura ‘total’, quente e integradora” (GELLNER, 1996 *apud* BAUMAN, 2000, p. 163).

O surgimento de engajamentos múltiplos e contraditórios, circunscritos à subjetivação crescente do fenômeno político, deslocou a política para áreas de decisão recônditas, cada vez mais especializadas, com potencial de conflito tão grande quanto o de cooperação. Entre estas áreas estão, por exemplo,

os negócios, a ciência, as cidades, a vida cotidiana, o meio ambiente. No entanto, uma qualidade intrínseca a esse processo permanente de fragmentação/subjetivação do fenômeno político é o seu inesgotável avanço sobre setores cada vez mais inusitados da esfera social, como demonstra a seguinte afirmação:

Hoje em dia, o Estado é confrontado por todos os tipos de grupos e minorias [...] não somente as antigas organizações, mas também os sindicatos, as igrejas e os meios de comunicação. Até os atletas estão extremamente organizados. E também os homossexuais, os traficantes de armas, os motoristas, os deficientes, os pais, os sonegadores de impostos, os divorciados, os conservacionistas, os terroristas etc. Eles constituem dez mil centros de poder diferentes na nossa sociedade (ENZENSBERGER, 1991 *apud* BECK, 1997, p. 53).

Ulrick Beck cunhou o conceito de *subpolítica* para definir esta capilarização do fenômeno político:

[...] a subpolítica (*sub-politics*) distingue-se da 'política' porque se permite que os agentes *externos* ao sistema político ou corporativo apareçam no cenário do planejamento social (este grupo inclui os grupos profissionais e ocupacionais, a *intelligentsia* técnica nas fábricas, as instituições e o gerenciamento de pesquisa, trabalhadores especializados, iniciativas dos cidadãos, a esfera pública e assim por diante), e, em segundo, porque não somente os agentes sociais e coletivos, mas também os indivíduos, competem com este último e um com outro pelo poder de conformação emergente do político (BECK, 1997, p. 34).

Percebe-se, assim, que o Estado moderno burocrático requer a participação de instâncias sociais/organizacionais que o complementem e, no mais das vezes, o transcendam em suas limitações resultantes de sua estrutura rígida e instrumental; ademais, trata-se de um problema político, pois observa-se a importância de espaços de coordenação e de formação de uma agenda mais ampla que supere o discurso estritamente técnico. Entende-se, assim, que a OIT, entre outros atores e novos sujeitos da política, desponta no sentido de desobstruir este estrangulamento da capacidade de tomada de decisões.

Isto não sugere a postulação de que espaços como a OIT estão a propugnar uma “nova utopia”, uma deontologia que brota do vazio deixado pela exaustão das esferas de socialização política tradicionais. Não obstante, afirma-se que o que está em voga, em âmbitos institucionais como o da OIT, é um esforço recobrado no sentido de se engendrar novos fóruns de ação capazes de dar maior espaço à agência individual, à negociação inter-sistêmica e à construção de procedimentos capazes de permitir o ressurgimento do conflito político institucionalizado.

Neste sentido, efetiva-se um processo de articulação de diferentes poderes e foros jurisdicionais (nacional, supranacional, regional, classista, de novos movimentos sociais, etc.) em uma série de instituições dentro e fora dos limites do Estado-nação, com autonomia em cada nível decisório, mas com uma responsabilidade conjunta no processo de coordenação e tomada de decisão. Do ponto de vista de uma ontologia do político para sociedades pós-tradicionais⁴, expõe Beck (1997), existe um movimento que desloca as questões tradicionais de classe para um plano menos central, coexistindo com temas pós-industriais emergentes, como proteção ambiental, direitos dos consumidores, igualdade de gênero e etnia, direitos humanos, entre outros (MAJONE, 1999, p. 25).

Chamado por Manuel Castells (1999) de “Estado-rede”, este plexo institucional baseado na redistribuição da autoridade entre instâncias infra e supranacionais torna-se, paulatinamente, um instrumento para a ação política dedicado à monitoração reflexiva da complexidade crescente das relações entre o global, o nacional e o local e, num sentido mais amplo, entre a agência humana e as estruturas macrossociais, de modo a suscitar reflexões teóricas acerca de como esta multiplicação dos foros de concertação política deve se estruturar do ponto de vista de sua finalidade ética, a saber: como peças para o evoluir da cidadania a um patamar transnacional, replicando em outro nível de integração ético-normativa o modelo do Estado democrático nacional (HABERMAS, 2002, p. 142-145), ou como palcos para a re-valorização da política democrática sob a égide de uma disputa agonística de distintos projetos hegemônicos (MOUFFE, 2009).

⁴ Sociedades que já vivenciaram (sem que necessariamente tenham transcendido) o espectro de questões referentes à emancipação simbólico-material do reino da escassez por meio do capitalismo e da industrialização, avançando, hoje em dia, sobre níveis ulteriores de demandas e riscos decorrentes de um novo patamar de integração social que engendra, por seu turno, uma outra modernidade (BECK, 1997, p. 12).

Sem mergulhar na discussão ético-finalista, mas valendo-se da força heurística deste debate na análise das transformações tardias das instituições político-sociais latino-americanas, face à crise das balizas modernizadoras do mundo ocidental do século XX, observa-se a imbricação de duas ordens distintas e complementares de problemas que radicalizam a experiência da angústia e da ambivalência presentes na exortação contemporânea à convivência e ao enfrentamento do risco e da incerteza. Para usar uma imagem empregada por Beck em outro contexto, os povos periféricos [dentre os quais os latino-americanos] pensam a partir das categorias de ordem da Primeira Modernidade, mas agem “[...] na zona cinzenta e nas turbulências da Segunda” (BECK; WILLMS, 2003, p. 28). Miséria, exclusão social e desemprego estrutural se misturam intensamente com os restos de latifúndios improdutivos, de formas primevas de exploração da mão-de-obra, bem como com as dinâmicas frenéticas e “deslocalizadas” do mundo digital e transnacional. Na periferia, a Segunda Modernidade encontra um fator a mais de tensão e perturbação. Nela, a vida global se torna experiência cotidiana sem que se elimine por completo a vida tradicional provinciana, que ainda pesa em demasia (NOGUEIRA, 2007, p. 52).

Este vórtice de temporalidades e mundos sociais – tradicional, moderno e hipermoderno – que atravessa a constituição material e simbólica das sociedades periféricas desvela, outrossim, a articulação de dois princípios de justiça social (os direitos à redistribuição e ao reconhecimento)⁵, no dimensionamento das instituições e organizações políticas para o tratamento de questões ético-culturais implicadas nos problemas estruturais relacionados à industrialização, ao trabalho e ao meio-ambiente.

Em países como os da América Latina, marcados pela ausência de precondições essenciais nos processos de construção da cidadania e, sobretudo, caracterizados pela mácula perversa da escravidão e do subdesenvolvimento, o não-reconhecimento das especificidades e contingências de seu processo de modernização sustenta a situação degradante e depreciativa de um amplo espectro de indivíduos e grupos sociais que tiveram o seu acesso ao moderno e aos direitos universais de cidadania severamente restringidos.

⁵ Atualmente há uma extensa bibliografia que versa sobre este tema. Entre as principais referências deste debate estão os trabalhos de Fraser (2001) e Honneth (2003).

Assim, reconhecimento não é uma cortesia ou gentileza, mas uma necessidade vital. Uma imagem depreciativa de povos ou comunidades pode tornar-se uma das formas mais potentes e expressivas de opressão destas. Livrar-se de uma identidade depreciativa imposta e destrutiva torna-se fundamental, seja para a vida privada seja para a vida coletiva (SOUZA, J. 1997, p. 25).

Levando em conta o exposto, discutir-se-á logo adiante sobre a importância da OIT como instância burocrática internacional incentivadora de políticas públicas relacionadas, ao mesmo tempo, com a regulamentação do trabalho, a moralização das relações de produção capitalista e, o que é mais importante para o presente artigo, com a defesa dos direitos humanos e o atendimento às demandas focais vinculadas a grupos sociais vulneráveis. Por conseguinte, um balanço estatístico feito com todos os países latino-americanos demonstrará como a OIT tem se convertido, nas últimas décadas, em um ator estratégico dentro do atual processo de interpelação de instâncias multilaterais por parte do Estado e da sociedade civil latino-americanos, o que confirma o crescimento da importância dessa organização em sociedades periféricas, que buscam alternativas para a superação do subdesenvolvimento por meio do debate de agendas que reflitam o caráter bidimensional da justiça social, no turbulento mundo contemporâneo (FRASER, 2001).

A Organização Internacional do Trabalho como agente incentivador de políticas

A OIT foi criada em 1919, no final da Primeira Guerra Mundial, por ocasião da Conferência da Paz, ocorrida em Paris e, posteriormente, em Versalhes. Além da motivação social para sua criação – instituir uma organização que fornecesse princípios de justiça social – era necessário nivelar os custos dos encargos sociais provenientes da adoção de regras de proteção ao trabalho.

Assim, os Estados que tivessem adotado regras de proteção ao trabalho não seriam prejudicados no comércio internacional por aqueles que, não tendo adotado essas medidas, teriam despesas menores e, conseqüentemente, uma produção com custo mais baixo (BARROS, 2008, p. 3).

Algumas propostas de modelos de funcionamento foram formuladas, tendo como diferencial entre elas a ênfase dada à

intervenção dos Estados na organização (SOUZA, Z., 2006). O projeto escolhido foi sugerido pela comissão inglesa, que recomendava a criação de uma estrutura tripartite (presença de governo, empregados e empregadores). Sugestões neste sentido foram feitas também por outros países como França e Itália, que ressaltavam o papel dos governos no funcionamento da OIT, e os Estados Unidos da América, que propuseram um modelo que evidenciava o papel dos empregados e empregadores. Deste modo, a que prevaleceu foi àquela proposta que reunia mais equitativamente estas três esferas (SOUZA, Z., 2006).

A Constituição da OIT, que se tornou a parte XIII do Tratado de Versalhes, foi redigida entre janeiro e abril de 1919, por uma Comissão do Trabalho criada pela própria Conferência de Paz.⁶ Nesta comissão havia representantes de nove países, sendo eles Bélgica, Cuba, Checoslováquia, França, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido e os Estados Unidos sendo presididos por Samuel Gompers – chefe da American Federation of Labour (AFL) (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2008a).

Após a elaboração de sua Constituição, a OIT deu início a seus trabalhos em 29 de outubro de 1919 na cidade de Washington nos Estados Unidos. Representantes dos governos, das entidades patronais e dos trabalhadores aprovaram as primeiras seis Convenções Internacionais do Trabalho. Estas versavam sobre horas de trabalho na indústria, desemprego, proteção da maternidade, trabalho noturno para as mulheres, idade mínima e trabalho noturno de jovens na indústria (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2008b). O Conselho Executivo da Organização, composto por metade de representantes dos governos, um quarto de representantes dos trabalhadores e um quarto de representantes dos empregadores, escolheu Albert Thomas como primeiro diretor da Organização Internacional do Trabalho.

O exemplo das convenções da OIT na legitimação das demandas dos novos sujeitos corrobora a possibilidade aventada de que instituições externas à estrutura estatal são importantes

⁶ A versão inglesa desse texto, utilizado por esta comissão em seus projetos, foi redigido por Harold Butler (inglês, diretor da Nuffield College, em Oxford e secretário-geral da primeira conferência da OIT. Foi diretor adjunto do Gabinete de Albert Thomas – primeiro presidente da OIT. Tornou-se o segundo diretor da organização em 1932) e Edward Phelan (irlandês, membro do Ministério do Trabalho, integrante da comissão que elaborou a proposta britânica de funcionamento da OIT e secretário adjunto do Comitê organizador da primeira sessão da Conferência Internacional do Trabalho em 1919, em Washington. Foi nomeado Diretor em 1941). (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2008c).

por desempenharem a função de incentivar o debate e ações internas mesmo sem qualquer mecanismo de sanção legal. O papel destas instituições não é imputar aos atores obrigatoriedade nos modelos sugeridos, mas garantir que estas sugestões traduzam as demandas latentes, incentivando a movimentação de instituições internas (sejam elas “*rule make decision*”, “*rule-applying*” ou “*rule-adjudicating*”) para a tomada de decisões. O fato de se formarem fora dos parâmetros estatais, de não exercerem poder de veto e, tampouco possuírem mecanismos que permitam a aplicação de sanções reais, não diminui sua legitimidade. Estas instituições conseguem sua estabilidade graças à confiança que os atores envolvidos possuem na reciprocidade do cumprimento do teor de suas ações, característica que torna a coação moral um instrumento suficiente para dar lastro à sua função de incentivar ações. É necessário enfatizar que esta delegação de função praticada pelos Estados latino-americanos não se relaciona com o fato de permitir que estes novos atores interfiram diretamente na ação concreta que o Estado desempenha para a implantação destas novas demandas. Com isso, é vital reconhecer o papel que as questões ligadas à soberania desempenham neste cenário. O debate proposto por esse artigo caminha no sentido de demonstrar que as etapas anteriores à implementação legal das políticas – discussão, refinamento das demandas e incentivo às ações dos atores consagrados – são designadas a outras esferas que não o núcleo duro do Estado. A questão que se coloca versa sobre quão efetivas serão estas convenções após a ratificação. Para isso é fundamental considerar dois fatores: 1) a não interferência destas normas na soberania dos Estados⁷ e 2) sua fiscalização não impositiva⁸.

Segundo Sussekind (*apud* SILVA; FERREIRA, 2006), a Organização Internacional do Trabalho desenvolveu mecanismos de controle de aplicação das Convenções que serviram, inclusive, como base para a elaboração de mecanismos similares em outras organizações internacionais. Este sistema é caracterizado por um controle permanente e outro contencioso⁹, sendo realizado por grupos específicos para determinadas tarefas.

⁷ Apesar de não impor, de fato, obrigações aos Estados signatários, no limite, sua adesão às convenções implica em aceitarem fiscalizações conforme os princípios da OIT.

⁸ Os Estados concordarem voluntariamente com a fiscalização das comissões.

⁹ Como contencioso deve se entender como sendo as *Queixas* “procedimento utilizado também para garantir efetivo cumprimento de normas convencionais na qual se informa à OIT da não adoção de medidas necessárias, por um determinado Estado-membro” (SILVA; FERREIRA, 2006, p. 626) e as *Reclamações*

De acordo com Silva e Ferreira (2006), a *Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações* busca, através do exame dos relatórios governamentais, fazer com que todos os Estados-Membros cumpram a aplicação das Convenções. Esta Comissão analisa os relatórios que são emitidos a cada 4 anos desde que não se trate de temas como: liberdade sindical, trabalho forçado, discriminação, política de emprego, trabalhadores imigrantes, inspeção do trabalho e consultas tripartites, pois, nestes casos, os relatórios são bienais. São analisados nos relatórios os pontos referentes à *eficácia* dos projetos utilizados para o cumprimento das normas, à *legalidade* (não se pode ter discordância das normas com o sistema jurídico interno) e à *efetividade*, que é analisada de acordo com o tipo da Convenção. Se for autoaplicável, busca-se analisar se os preceitos contidos estão sendo cumpridos de fato. Se for de princípios, procura-se as medidas concretas tomadas pelo Estado para sua implementação. E, se for promocional, a Comissão visa medir o alcance de seus efeitos.

Quando a Comissão detecta que uma Convenção não é cumprida ela pode atuar de três maneiras: 1) encaminhando um pedido ao Estado violador da Convenção para que cumpra o corpo das normas (Demanda Direta); 2) realizando uma visita¹⁰ ao país para reunir mais informações junto a empregadores, empregados e órgãos do governo acerca do problema (Contato direto), e, por fim, 3) analisando as observações públicas, que são comentários sobre as violações praticadas pelo país, inseridas nos relatórios da Comissão de Peritos.

A *Comissão de Aplicação de Normas da Conferência*, que possui uma estrutura tripartite, é a responsável por analisar os relatórios enviados pela *Comissão de Peritos* antes de levar tais pautas à deliberação da Conferência (SILVA; FERREIRA, 2006). No caso da liberdade sindical, existe uma comissão específica de investigação e de conciliação em matéria de liberdade sindical: o *Comitê de Liberdade Sindical e da Comissão (ONU-OIT)*¹¹ de *Investigação e de Conciliação em Matéria de Liberdade Sindical*¹².

“A reclamação é um procedimento disponível às organizações de empregadores ou de empregados para levarem ao conhecimento da OIT o desrespeito – não cumprimento satisfatório – de alguma norma convencional ratificada pelo país que possui jurisdição sobre elas” (SILVA; FERREIRA, 2006, p. 625).

¹⁰ Esta visita deve ser autorizada pelo Estado-membro.

¹¹ Esta Comissão foi negociada em meados de 1951 entre o Conselho de Administração da OIT e o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, sendo um procedimento complementar aos procedimentos gerais de controle da aplicação das normas da OIT (BARROS, 2003).

¹² Tem o caráter de comissão mista, Silva e Ferreira (2006).

A estrutura montada pela OIT (relatórios gerados pelas Comissões, cobrando dos países signatários metas no cumprimento do corpo das convenções) produz um mecanismo de fiscalização não punitivo, todavia eficaz. Segundo as palavras do jurista Evaristo Moraes Filho:

A OIT dá corpo à opinião pública mundial dos problemas do trabalho, por sua só existência, exerce sobre os diversos Estados uma pressão moral, cujo poder é certo, tornando-se difícil manter certas regras, recusar certas reformas, na atmosfera assim criada (MORAES FILHO *apud* SOUZA, Z., 2006, p. 442).

Considerando que uma questão importante para o debate posto neste artigo é a análise de dados que demonstrem a OIT sendo utilizada como fiscalizadora das ações governamentais que propôs através do debate com os agentes envolvidos, levantou-se informações de toda a produção sobre as “Requisições Individuais Diretas”, documentos redigidos pela OIT, que analisam as ações concretas dos Estados visando o cumprimento das convenções tiradas nas reuniões da organização. Essa fiscalização, embora seja feita seguindo uma periodicidade constitucional, também é realizada nos países de acordo com as denúncias de atores internos.

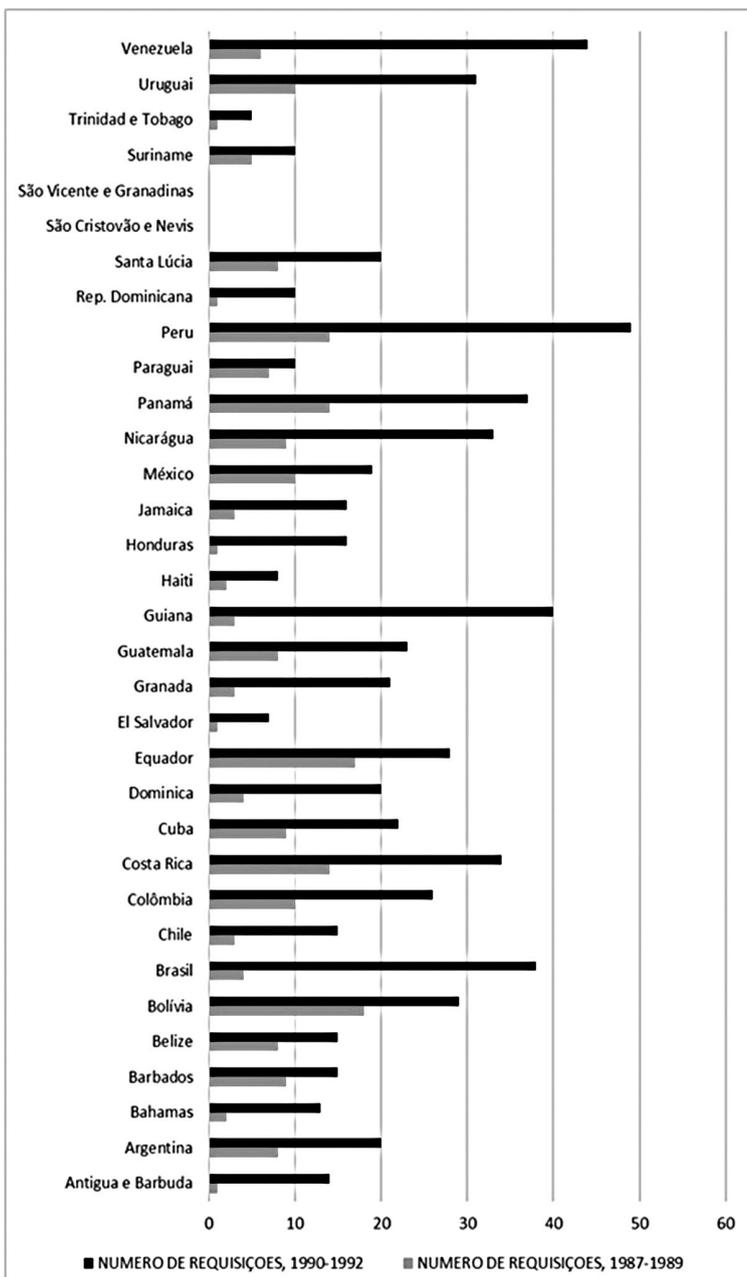
O que se notou foi que, depois da década de 1990, a produção desses relatórios cresceu consideravelmente, tendo como motivador dos textos, além da própria Comissão de Peritos, denúncias de não cumprimento das convenções feitas por associações, sindicatos e agências nacionais, por exemplo. Como os bancos de dados da OIT (NATLEX e ILOLEX) trazem informações dessas requisições a partir de meados de 1987, os documentos referentes aos anos de 1990, bem como as mudanças no âmbito econômico (inflação, medidas de ajuste fiscal e mudanças de política monetária) e institucional (democratização política e crescimento/diversificação dos públicos demandantes de direitos). Esta escolha coincide com a crise do estado neoliberal e a ascensão de novos mecanismos de luta por direitos, os quais estavam fora do escopo anterior.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico do Número de Requisições, que se encontra disponível abaixo, todos os 33 países da América Latina aumentaram consideravelmente o número de requisições individuais diretas recebidas, cobrando

ações efetivas dos Estados. Este cenário corrobora a hipótese deste artigo de que o Estado, tendo as demandas internas aumentado na década de 1990, “terceirizou”, de certa forma, a função de debater e esquematizar as demandas sociais. Observou-se também que este movimento, em média, não foi pontual, o que pode ser percebido pela manutenção e/ou crescimento da produção desses relatórios.¹³ É evidente que essas informações não autorizam generalizações a respeito do movimento dos Estados latino-americanos, todavia ilustram nossa proposição. Especificamente sobre a OIT, os dados reforçam que ela se porta como um agente legítimo no debate interno, seja trazendo demandas através de suas convenções, seja fiscalizando o cumprimento do corpo destas convenções por meio das solicitações diretas de esclarecimento. Na verdade, nota-se que as alternativas de dignificação da vida pública estão escapando da estrutura estatal e tomando forma em outras instituições que não fazem parte, necessariamente, de uma lógica pautada exclusivamente pela atuação direta do Estado.

¹³ Maiores detalhes sobre o tema podem ser acompanhados no *Anexo I* deste artigo.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE REQUISIÇÕES (1987-1992)



No caso da OIT, esta foi concebida com a função de incentivar o debate sobre as demandas latentes das mudanças trabalhistas e sugerir modelos de ação para os dilemas postos pelo cenário de reorganização da lógica laboral. A função de incentivar ações é parte importante na formulação de propostas sendo que os modelos sugeridos pela organização geram ações concretas do Estado.

Considerações finais

Diante de um momento histórico suscetível a mudanças contingentes na capacidade de injunção normativa das estruturas de poder dos Estados-nação, nota-se um duplo movimento sendo adotado por países latino-americanos quando lidam, por um lado, com problemas estruturais básicos relacionados às desigualdades sociais e de classe, e, por outro, com dinâmicas explosivas que surgem dos processos de globalização, de aceleração tecnológica e de crescimento radicalizado das demandas focais, decorrentes dos limites do contrato social, baseado na utopia de um tecido social homogêneo, de caráter nacional.

Com isso, constata-se que o liberalismo convencional dos Estados-nação modernos é insuficiente – conquanto necessário como ponto de partida – para amear avanços significativos na ampliação das oportunidades sociais, posto que as instituições políticas liberais, e os respectivos indivíduos participantes de suas esferas deliberativas, raramente abordam com sucesso a experiência concreta da desigualdade ou a luta contra ela.

Como consequência, as estruturas sociais e as ordens políticas de países em vias de modernização capitalista se defrontam, inexoravelmente, com uma agenda política de desenvolvimento que é transversal a temas pós-industriais, como multiculturalismo e direitos humanos, economia informacional e globalização, meio-ambiente e ecologia, democracia e democratização das *capabilities* individuais, etc., a partir dos quais os diferentes grupos sociais vulneráveis se revelam, paulatinamente, como demandantes de políticas específicas, que exigem do Estado um novo nível de integração democrática e de gestão de políticas públicas. Neste bojo,

A terrível pobreza de tantas pessoas, principalmente no Terceiro Mundo, não pode ser tratada sem cuidar dos grupos aos quais elas

pertencem. Não há dúvida de que as pessoas pobres são indivíduos, e precisam ser tratadas como tais; mas também são membros, e, se sua filiação é por vezes antitética à sua individualidade, às vezes ela também é sua parte necessária (WALZER, 2008, p. XV).

A partir do levantamento dos dados do gráfico percebe-se que os países latino-americanos têm passado, *via de regra*, por um processo de crescimento e rotinização da assimilação das Convenções da OIT, bem como por um aumento da fiscalização/monitoramento externo (por meio da sociedade civil, seja ela de âmbito local, nacional ou global) da ação Estatal mediante o expediente das “Requisições Individuais Diretas”, de modo que, à guisa de conclusão, constata-se uma importante mudança na natureza dos processos políticos relativos à organização do modo de produção capitalista, da esfera do trabalho e, em sentido lato, da cidadania, uma vez que, como ilustrado com a inserção institucional da OIT na arena política latino-americana, o Estado tem colocado certas demandas para fora de suas estruturas, como consequência do aumento da pressão do global sobre o nacional e, o que é igualmente importante, do peso do local/subnacional sobre as instâncias anteriores.

ANTONIO, G. H. B.; ERVOLINO, I. Political-institutional transformations of the Latin American States in the 1990s: a debate on political encouraging institutions. *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p.47-68, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *This article looks at some of the transformations in the institutional instruments of the contemporary political life. Having as a theoretical contribution the analyzes of Ulrich Beck about the symbolic constitution of the politics in the current process of reflexive modernization, it is sought to take stock of the current crisis in the political and institutional strategies of social development drawn in the twentieth century and its developments among the Latin states in recent decades. The case study that illustrates the scenario described above is the relationship between the Latin American States and the International Labor Organization (ILO), wich is characterized by encouraging in these countries the formation of an agenda between established and new actors in politics, having as a mechanism of entry the Conventions that deal with labor relations related to Human Rights. There is a significant change in the nature of political processes related*

to the organization of the capitalist mode of production, the sphere of labor and citizenship, since, as illustrated by the institutional insertion of the ILO in the Latin American political arena, the state has placed certain demands out of its structures.

■ **Keywords:** *Democratic theory. ILO. Latin America.*

Referências

BARROS, C. M. Livre associação e reconhecimento dos acordos coletivos. In: VIII Encontro Nacional da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho). *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2003. 23 p.

_____. *Direito do trabalho*. São Paulo, 2008. 27 p.

BAUMAN, Z. Em busca de uma perspectiva. In: _____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U. et al. *Modernização Reflexiva*. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BECK, U.; WILLMS, J. *Liberdade ou capitalismo*. São Paulo: UNESP, 2003

CASTELLS, M. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, L. C. B., WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.). *Sociedade e estado em transformação*. São Paulo; Brasília: UNESP; ENAP 1999.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HABERMAS, J. O Estado nacional europeu: sobre o passado e o futuro da soberania e da nacionalidade. In: _____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a teoria social da *realphilosophie* de Jena. In: _____. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu anexo: Declaração da Filadélfia*. ILO, 1946.

_____. *ILO History*. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/publicacoes/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2008a.

_____. *Origins and history*. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/publicacoes/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2008b.

_____. *The ILO: What it is. What it does*. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/publicacoes/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2008c.

KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In: _____. *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

MAJONE, G. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. *Revista do Serviço Público*, Ano 50, n. 1, jan./mar. 1999.

MOUFFE, C. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

NOGUEIRA, M. A. Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 43, n. 001, jan./abr. 2007.

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o “welfare state” keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. In: _____. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SILVA, D. J. S.; FERREIRA, L. C. S. A efetividade das normas da OIT. In: XV Congresso Nacional do CONPEDI. *Anais...* Manaus: CONPEDI, 2006, p. 614-634.

SOUZA, J. Multiculturalismo, racismo e democracia. Por que comparar Brasil e EUA? In: _____. *Multiculturalismo e*

racismo. Uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUZA, Z. A. D. A Organização Internacional do Trabalho-OIT. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, v. 7, p. 425-465, 2006.

STRASSER, C. El futuro presente. In: _____. *La vida en la sociedad contemporánea*. Una mirada política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

WALZER, M. Liberalismo e desigualdade. In: _____. *Política e paixão*. Rumo a um liberalismo mais igualitário. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

**ANEXO 1 – Requisições individuais diretas enviadas
aos Estados Latino-Americanos de 1987 a 2011**

País	Número de Requisições							
	1987-1989	1990-1992	1993-1995	1996-1998	1999-2001	2002-2004	2005-2007	2008-2010
Antígua e Barbuda	1	14	11	7	12	15	18	29
Argentina	8	20	29	17	23	23	19	19
Bahamas	2	13	15	9	12	13	29	20
Barbados	9	15	16	23	14	24	24	38
Belize	8	15	12	7	17	30	43	65
Bolívia	18	29	20	20	22	30	25	32
Brasil	4	38	34	35	27	21	39	34
Chile	3	15	12	12	17	29	34	19
Colômbia	10	26	19	13	15	30	27	35
Costa Rica	14	34	32	26	25	23	21	20
Cuba	9	22	14	7	15	22	21	24
Dominica	4	20	25	22	19	14	23	31
Equador	17	28	37	27	16	30	22	18
El Salvador	1	7	8	8	21	14	22	17
Granada	3	21	13	10	18	15	19	18
Guatemala	8	23	53	34	37	32	38	22
Guiaa	3	40	38	13	12	28	33	37
Haiti	2	8	8	9	18	17	16	21
Honduras	1	16	10	11	7	15	11	14
Jamaica	3	16	17	16	19	17	18	21
México	10	19	24	21	19	26	25	28
Nicarágua	9	33	29	17	31	22	24	33
Panamá	14	37	26	24	29	31	30	35
Paraguai	7	10	11	23	20	22	29	34
Peru	14	49	35	17	23	26	32	51
Rep. Dominicana	1	10	14	11	15	14	23	18
Santa Lúcia	0	20	27	21	21	15	17	37
São C. e Nevis	0	0	0	0	0	0	11	16
São V. e Granadinas	0	0	0	0	8	25	21	23
Suriname	5	10	11	4	11	12	9	16
Trinidad e Tobago	1	5	7	3	8	8	18	10
Uruguai	10	31	43	16	28	25	37	36
Venezuela	6	44	39	26	20	21	17	30

DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA OBRA TARDIA DE LUCIANO GALLINO

João Mauro Gomes Vieira de CARVALHO¹

■ **RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar a obra recente de Luciano Gallino, importante sociólogo italiano, que dedicou seus últimos anos à análise crítica do processo de globalização neoliberal. Segundo o autor, esse processo teria sido marcado pelo primado do capital financeiro sobre o produtivo, de acordo com as propostas do receituário neoliberal, que promoveu a desregulamentação econômica e a flexibilização e conseqüente precarização do trabalho, intensificando a pressão concorrencial e insegurança de vida das classes trabalhadoras. Transformações econômicas que seriam produzidas por um processo político de implementação de uma hegemonia ideológica neoliberal, promovendo simultaneamente a erosão da cultura política democrática.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo. Capitalismo financeiro. Teoria social. Luciano Gallino.

Introdução

Ao revisitar retrospectivamente, na década de 1990, o que chamou de “breve século XX”, Eric J. Hobsbawm (1995) expressou seu espanto em relação ao predomínio, a partir da década de 1980, de um ideário econômico bastante semelhante àquele que levara o mundo à “Grande Depressão” em 1929, conduzindo a um “abismo econômico” que servira de solo fértil para a recusa

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14.800-105. jmcvalho87@gmail.com.

da política democrática e dos valores liberais, para a ascensão de regimes autoritários, notadamente do fascismo e do nazismo, para o segundo grande conflito de proporções globais que atingiu o mundo em um intervalo de duas décadas, a Segunda Guerra Mundial.

Suas palavras a esse respeito são eloquentes:

Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos (HOBSBAWN, 1995, p. 107).

Hobsbawn parecia notar, de antemão, as consequências que a adoção de uma orientação econômica ortodoxa provocaria nos anos subsequentes, com a produção de uma nova crise econômica em escala global em 2007, levando, novamente, ao aparecimento de manifestações político-ideológicas que recusam os valores liberais, humanistas e democráticos. Por isso, talvez, ressaltou a “necessidade, para a sociedade, dos historiadores, que são os memorialistas profissionais do que seus colegas-cidadãos desejam esquecer” (HOBSBAWN, 1995, p. 107). Pois percebia o modo como o advento de uma ordem global baseada na ortodoxia econômica poderia conduzir, outra vez, a um novo abismo econômico e a novas ameaças para a sociedade democrática.

Foi à compreensão crítica desse processo que o sociólogo italiano Luciano Gallino se dedicou nos últimos anos de sua vida. Falecido em 8 de novembro de 2015, Gallino não foi apenas um sociólogo acadêmico, mas um importante intelectual público, militante do Partido Socialista Italiano, com formação marxista, crítico do neoliberalismo como ideologia político-econômica e de suas consequências no campo social, especialmente na esfera da produção e do trabalho. Tendo se formado e colaborado como pesquisador na *Ufficio Studi Relazioni Sociali*, fundação de pesquisa relacionada ao grupo industrial Olivetti, dedicou-se, por toda sua carreira, ao estudo das relações de trabalho, com particular interesse no trabalho industrial, sob o impacto

do desenvolvimento tecnológico e de técnicas organizacionais, interesse que o levou a escrever, no início dos anos 2000, sobre a globalização e a flexibilização do trabalho.

Tais preocupações levaram à elaboração do livro *Finanzcapitalismo. La civiltà del denaro in crisi* (GALLINO, 2011), obra síntese de um diagnóstico de tempo que toma o processo de financeirização da economia como eixo interpretativo das mudanças sociais ocorridas a partir do final do século XX. Nosso objetivo com este texto é destacar alguns aspectos desse diagnóstico, de modo a compor um esboço sobre os fatores objetivos que sustentam o processo de financeirização do capital e a flexibilização do trabalho, bem como suas consequências no campo da cultura e da política. Com isso, procuramos apresentar as contribuições de Gallino para a compreensão da sociedade contemporânea, contribuições ainda pouco conhecidas do público brasileiro.

O capitalismo financeiro como regime de acumulação e forma social

Em seu livro *Finanzcapitalismo*, Gallino (2011) se propôs a fornecer uma interpretação sobre o processo de financeirização da economia capitalista que abarcou a sociedade globalizada, de modo a caracterizar o capitalismo financeiro, expondo suas raízes históricas, seu *modus operandi* e suas consequências no âmbito da economia, política democrática e da organização do trabalho e da vida dos trabalhadores.

No início da obra, ele fornece uma caracterização sintética do capitalismo financeiro, ao qual se refere por meio da contração “Finanzcapitalismo”²:

O capitalismo é uma mega-máquina que se desenvolveu no curso das últimas décadas com o escopo de maximizar e acumular, sob a forma de capital e conjuntamente de poder, o valor extraível seja do maior número possível de seres humanos, seja dos ecossistemas. A extração de valor tende a abraçar cada momento e aspecto de uns e de outros, do nascimento à morte ou à extinção. Como

² Trata-se de uma contração da língua alemã para o conceito *Finanzmarkt-Kapitalismus* e *Finanzkapitalismus*, que significam, respectivamente, capitalismo de mercado financeiro e capitalismo financeiro. É notória a influência do debate germânico acerca da economia política do capitalismo financeiro na obra de Gallino.

máquina social, o capitalismo financeiro superou cada uma das precedentes, incluindo aquela do capitalismo industrial, em função da sua extensão planetária e da sua penetração capilar em todos os subsistemas sociais e em todos os estratos da sociedade, da natureza e da pessoa (GALLINO, 2011, p. 5).³

Gallino utiliza o conceito de máquina social, extraído da obra de Lewis Mumford, para caracterizar o aspecto sistêmico do capitalismo financeiro, que opera coordenadamente, como um complexo político-financeiro, por meio de uma racionalidade instrumental, com a finalidade de extrair o máximo valor possível dos homens e da natureza. Ele se preocupa em distinguir a extração de valor, objetivo último do capitalismo financeiro, da produção de valor que caracterizava a forma precedente do capitalismo industrial. Enquanto a produção de valor encontrava seu fundamento na produção de mercadorias, que serviam como suporte de valor, a extração de valor ocorre por meio da especulação financeira, da manipulação e imposição de taxas, que provoca o endividamento massivo de pessoas, famílias e empresas, e por meio do aumento da produção, através do aumento do ritmo de trabalho, produzindo a flexibilização e precarização dos postos.

Essa distinção é importante nos próprios termos da crítica marxista da economia política, pois se de acordo com a formulação marxiana a produção de valor implicava uma relação entre capital e trabalho na produção de mercadorias (em que se investe capital na produção de mercadoria, de modo a gerar mais-valor por meio da venda dessa mercadoria, conforme a formulação D-M-D'), a extração de valor baseada na especulação consistiria em extrair mais valor diretamente do capital investido, sem a mediação da produção de mercadorias (alterando a fórmula precedente, que então se expressa como D-D').

Essa alteração implica numa intensificação da extração de valor, que produz um aumento do poder do capital, de modo que o próprio capital se converta em poder. Conforme as palavras de Gallino:

Em seu lugar avança a noção de capital como poder em si, um poder organizado em larguíssima escala. [...] Em consequência não é exato dizer que o capital *tem* poder. O capital é poder. O poder

³ As citações foram traduzidas pelo autor, a partir do original italiano.

de decidir que coisa produzir no mundo, com quais meios, onde, quando, em que quantidade. O poder de controlar quantas pessoas têm direito a um trabalho e quantas são consideradas dispensáveis; de estabelecer de que modo deve ser organizado o trabalho; quais devem ser os preços dos alimentos de base, dos quais cada ponto percentual a mais ou a menos aumenta ou diminui em uma quinzena de milhões, no mundo, o número de famintos; quais doenças são curáveis e quais negligenciar, ou quais fármacos devem ou não ser desenvolvidos em laboratórios de pesquisa (GALLINO, 2011, p. 6-7). (Grifos do autor).

Dessa forma, o poder do capitalismo financeiro supera aquele dos Estados, de modo que a própria organização política da sociedade se encontra à sua mercê, graças ao aparato pelo qual seu poder é exercido. Aparato que nem sempre pode ser notado, em função de sua opacidade, pois o capitalismo financeiro se estrutura por meio de um sistema “bancocêntrico”, composto por sociedades financeiras transnacionais que controlam bancos e agências de seguradoras; de uma estrutura financeira que opera de maneira opaca, cuja ação é difícil de se distinguir e de regular, a qual o autor denomina *finança oculta*⁴; e um conjunto de investidores institucionais, composto por fundos de pensão e de investimento.

Como essa estrutura do capitalismo financeiro é composta por agências internacionais, seu poder abrange praticamente a totalidade dos Estados nacionais, cujas decisões políticas se encontram subjugadas aos interesses desse sistema financeiro. Como afirma o autor:

[...] a mega-máquina do *finanzcapitalismo* passou a cumprir seu propósito de extração de valor de todos os aspectos como de todos os cantos do mundo contemporâneo. Um semelhante sucesso é devido a uma economia que com as suas inovações superou a política, mas a uma política que tem identificado seus próprios fins com aqueles da economia financeira, esforçando-se com todos os meios para favorecer sua ascensão. Deste modo a política abdicou de sua tarefa histórica de civilizar, governando a economia, a convivência humana. Mas não se limita a isso. Contribuiu para

⁴ Enquanto as grandes sociedades financeiras e agências de investimento agem de modo visível ao público, essa *finança oculta* não se mostra, sendo composta por derivados não registrados nos balanços dos bancos, de sociedades privadas que veiculam operações que não são registradas em balanços, por intermediários especializados em vender títulos a entes públicos e investidores, por derivados que são negociados sem registro nas bolsas de valores, contabilidades fraudulentas e paraísos fiscais.

transformar o finanzia-capitalismo no sistema político dominante a nível mundial, capaz de unificar as civilizações preexistentes em uma só civilização-mundo e ao mesmo tempo de esvaziar de substância e sentido o processo democrático (GALLINO, 2011, p. 12-13).

Nesse sentido, Gallino se preocupa em destacar que a hegemonia do pensamento econômico sobre as instituições políticas tem, ela própria, uma origem política, posto que o processo de financeirização da economia e a constituição das organizações internacionais que lhe oferecem suporte se configuraram conforme a ação de líderes políticos no início dos anos 1980. A desregulamentação da economia e o desmonte do Estado social, que tornaram possível a concentração de poder por parte dos componentes estruturais do capitalismo financeiro, ocorreram nos governos de figuras como François Mitterrand, Margaret Thatcher, Helmut Kohl e Ronald Reagan, além de uma série de figuras públicas que passaram a atuar no âmbito empresarial ou de empresários que ocuparam posições públicas de poder, em uma lógica de “porta giratória”. Nesses governos ocorreu uma mudança na configuração da luta de classes, por meio da ação de novas forças sociais e políticas. Não se trata, pois, apenas de afirmar o primado da economia sobre a política, mas de compreender a nova imbricação entre ambas, mais complexa do que pode parecer à primeira vista (GALLINO, 2014, p. 21-24).

Essa desregulamentação foi posta em prática de acordo com os princípios de uma ideologia política que se traveste de teoria econômica: o neoliberalismo. Gallino não faz referência ao neoliberalismo como uma categoria abstrata que se propõe a explicar a totalidade do sistema capitalista, mas a qualifica de acordo com seu conteúdo ideológico, com a teoria econômica que lhe é subjacente e com sua significação política.

O autor situa historicamente as origens do neoliberalismo no contexto da crise econômica de 1929. Ela aparece, a princípio, como uma teoria econômica que afirma as virtudes do capitalismo e a capacidade auto-reguladora do mercado, culpando a ação interventora do Estado como responsável pela crise econômica.⁵ Sobre ela, Gallino afirma:

⁵ Essa proposição teórica foi defendida por economistas ligados às chamadas Escola Austríaca, Escola de Friburgo e Escola de Chicago, dentre os quais o autor destaca Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek,

Com base nesses objetivos primários, que ainda hoje formam as suas bases, o neoliberalismo tem operado desde a origem como uma doutrina política revestida com os trajes de uma teoria econômica. Tem sido, em outras palavras, o instrumento técnico da contraofensiva política dirigida a cancelar por quanto possível as conquistas sociais da classe trabalhadora obtidas nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (GALLINO, 2011, p. 25).

Essa teoria se torna hegemônica – no sentido gramsciano, conforme evoca o próprio autor –, de modo a se transformar em uma grande teoria da realidade social, que passa a ser propagada por *think tanks* financiados por grupos financeiros e corporações industriais em diversos países. Uma teoria cujo escopo político implica em uma ratificação da realidade social como uma ordem natural e que consagra a lógica econômica, composta por autores autônomos, como a única racional. Dessa forma, o neoliberalismo se impõe a todas as esferas da sociedade, até mesmo àquelas de caráter público.

O homem econômico como modelo subjetivo do capitalismo financeiro

Gallino ressalta que a ideologia neoliberal possui uma teoria própria da educação, segundo a qual a finalidade última da educação seria a aquisição, por parte dos alunos, de competências profissionais que lhes tornem empregáveis, isto é, aptos a competir no mercado de trabalho, de modo a ocupar-se produtivamente (GALLINO, 2014, p. 29). Subjacente a essa concepção de educação encontra-se a forte pressão concorrencial que caracteriza o capitalismo financeiro que, elevada a princípio pedagógico pelo elogio da competitividade, atua no esvaziamento de outros valores, como a solidariedade, compromisso público e justiça social, formando uma subjetividade privada e pessoal, atomizada, avessa ao público e à participação política, reduzindo o ser humano a um tipo de *homo economicus*, engrenagem fundamental do sistema capitalista na época da intensificação da exploração do trabalho, que produz o aumento da extração de valor. Trata-se de um tipo de “servo-unidade humano”, segundo analogia de Mumford, sobre o qual escreve Gallino:

Wilhelm Höpke, Walter Eucken, Frank Knight, Gary S. Becker e Milton Friedman (GALLINO, 2011, p. 25).

Este é um modelo de homem que o concebe como um ser cujas ações são motivadas unicamente por um princípio normativo supremo: a persecução do interesse e da utilidade pessoal. Conceitualmente falando, o homem econômico é uma máquina de cálculo, como havia definido Marcel Mauss tempos atrás. Isso se torna realmente seu comportamento efetivo, tanto no plano econômico como no moral e político, quanto mais são oferecidos pela sociedade reconhecimento material e simbólico se de tal modo se comporta, e privações de diversas naturezas se acontecer de se desviar deste comportamento (GALLINO, 2011, p. 139-140).

A conversão de seres humanos em homens econômicos consiste, portanto, em um tipo de determinação do comportamento humano, seu condicionamento por uma lógica econômica de agir racional, produto da cultura neoliberal. Não se trata, pois, de mera ideologia, mas de uma forma concreta de socialização que transforma o ser humano, em sua imensa complexidade, em *homo economicus*, fazendo com que este tipo abstrato se converta numa criatura de carne e osso.

Essa conversão ocorre pela imersão dos homens, desde o nascimento, em uma socialização que se engendra através de sua participação em instituições sociais e culturais:

Imersos como somos desde o nascimento em instituições sociais e culturais – a escola e o mercado, a produção e o consumo, a mídia e o entretenimento, a administração pública e a política – as quais operam intensivamente *como se todos fossem um homem econômico*, os seres humanos desenvolveram em massa uma personalidade da qual não é nem mesmo exato dizer que os faz agir *como se fossem homens econômicos*. Deve-se ao invés reconhecer que a este ponto todos os seres humanos parecem *ter se tornado* um homem econômico (GALLINO, 2011, p. 140). (Grifos do autor).

A construção desse tipo de homem, sua concretização por meio de um determinado processo de socialização, ocorre não só por meio da ideologia neoliberal, mas também através de práticas sociais de cunho neoliberal, que atuam profundamente na formação da personalidade. Para abordar esse aspecto da socialização contemporânea, Gallino nos remete aos escritos da primeira Teoria Crítica, mais especificamente de Erich Fromm,

que cunhou, em sua obra “O medo à liberdade”, o conceito de “caráter social”⁶.

Se, no entanto, esse conceito originalmente fora proposto através de uma abordagem psicológica, Gallino afirma que não se trata, no caso da constituição do homem econômico sob o capitalismo financeiro, de um fenômeno puramente psicológico. Em função de seu aspecto totalitário, que não permite nenhuma forma de resistência psicológica, o autor argumenta que o fenômeno é melhor caracterizado como um fenômeno antropológico e sociológico.

Gallino expõe seu argumento explicando que, enquanto o conceito original de “caráter social”, proposto por Fromm, depende da posição que um grupo ou classe social ocupa no sistema econômico, a socialização do homem econômico abarcaria todas as esferas da sociedade, independentemente da posição do grupo ou classe social:

Disso resulta que se diversa é a posição social de um grupo, diverso deveria ser o caráter social predominante entre seus membros. Por outro lado, o modelo de homem econômico construído e propagado pelo neoliberalismo possui uma veste totalitária: é possível de ser compartilhado por grupos ou classes cujos interesses materiais se opõem uns aos outros e de caráter social aparentemente diverso, ao menos exteriormente (GALLINO, 2011, p. 141).

Isso porque, como explica Gallino, segundo a teoria psicanalítica os homens são dotados de uma “indomável razão biológica”. No entanto, o caráter abarcador do capitalismo financeiro seria capaz até mesmo de moldar este fundamento biológico do aparato psíquico humano: “No finanzcapitalismo até o ser biológico, o fundo corpóreo da personalidade, a fonte das suas pulsões e desejos, agora parece subitamente sofrer a universal pressão modeladora da cultura dominante” (GALLINO, 2011, p. 142). Dessa forma, já não haveria um sujeito capaz de se afastar criticamente da forma de socialização do homem econômico.

Como forma de socialização, a produção do homem econômico serve como aspecto complementar do processo de extração de

⁶ Assim Fromm definiu o conceito de caráter social: “O caráter social compreende somente uma seleção de traços, o núcleo essencial da estrutura de caráter da maior parte dos membros de um grupo, que se desenvolve por efeito das experiências fundamentais e do modo de vida comum a tal grupo” (FROMM *apud* GALLINO, 2011, p. 140-141).

valor operado pelo capitalismo financeiro. Como foi apontado, os homens, como homens econômicos, se apresentam como servos-unidade da mega-máquina de extração de valor, que os utiliza como engrenagens que movimentam o sistema intermediário do capitalismo financeiro, formado pelas grandes empresas, financeiras ou não.

Como mega-máquina, o capitalismo financeiro dispõe de seus componentes (sistema intermediário e servos-unidade humanos) de modo a intensificar a extração de valor (dos homens e da natureza) por meio de um alto grau de racionalidade instrumental – e de um baixo grau de racionalidade objetiva. Aqui, Gallino faz menção ao conceito de racionalidade instrumental trabalhado por Max Horkheimer em *Eclipse da razão*.

Como explica o autor, razão instrumental e razão objetiva:

São duas formas de racionalidade que derivam de duas formas radicalmente diversas de razão. Elas não são opostas quando a primeira procede conjuntamente com a segunda; se tornam quando a primeira dela se separa. Segundo a primeira forma de razão se inventam, se coordenam e se aplicam os meios adequados a conseguir um dado fim e se calculam os riscos de poder sofrer um dano econômico. Pelo contrário, através da razão objetiva e do agir racional que dela deriva, se pretende avaliar se tanto os fins quanto os meios considerados refletem, ou não, a estrutura fundamental e abrangente da realidade. Seguramente esta última é lesada em profundidade pelos meios empregados para extrair valor dos seres humanos e da natureza (GALLINO, 2011, p. 142-143).

A separação entre os dois tipos de razão, a supressão da racionalidade objetiva, em favor do predomínio quase exclusivo da racionalidade instrumental, é dramática porque obscurece a irracionalidade inerente ao sistema do capitalismo financeiro, cuja finalidade de intensificar a extração de valor provoca impactos danosos sobre o trabalho humano e sobre a natureza, ampliando a desigualdade econômica e dificultando a constituição de um sistema agroalimentar mais eficiente (GALLINO, 2011, p. 143-165).

A flexibilização e a precarização do trabalho

Cabe aqui ressaltar algumas consequências desse processo de ampliação da extração de valor do trabalho humano, que ocorre

por meio da intensificação da exploração do trabalho. Ela ocorre quando se procede uma reorganização da produção e do trabalho, de modo a maximizar a extração de valor. Essa reorganização ocorre de modo a promover uma diminuição do pagamento pelo tempo trabalhado, o emprego de uma quantidade de trabalho reduzida ao estritamente necessário de acordo com a demanda, a não retribuição do trabalho, a minimização do pagamento de custos adicionais, inclusive aqueles de ordem trabalhista.

Esses procedimentos provocam a precarização do trabalho e a redução dos direitos dos trabalhadores. Uma das consequências desse procedimento é o reaparecimento na história da figura do trabalhador pobre, cujas condições precárias de trabalho são exercidas em troca de uma baixa remuneração, que acarreta um triplo empobrecimento: nominal, real e relativo. Nominal, porque o salário que recebe é nominalmente muito inferior ao salário médio do local que habita; real, em função da diminuição de seu poder de compra; relativo, porque aumenta a diferença entre o valor que produz e a remuneração que recebe. “Em outras palavras, torna-se mais produtivo, mas porque mais explorado” (GALLINO, 2011, p. 145).

Gallino sublinha ainda duas outras formas de maximização da extração de valor do trabalho. A primeira é a flexibilização das ocupações de trabalho, que se multiplicam por meio dos trabalhos de curta duração. A outra é o aumento do ritmo de trabalho e a redução e redistribuição dos períodos de descanso. Além disso, o autor aponta a existência de formas de trabalho não remunerado, que se exerce por meio do trabalho que o trabalhador realiza em casa, fora de seu período de trabalho e sem receber remuneração adicional. Essas formas de maximização da extração de valor do trabalho humano ocorrem simultaneamente a um desmonte do Estado social promovido pelo capitalismo financeiro e industrial por intermédio de seus agentes políticos, como no caso da privatização de fundos públicos.

Gallino conclui que os procedimentos de maximização da extração do valor e suas consequências negativas sobre a vida dos trabalhadores indicam a irracionalidade inerente ao sistema, que se expressa objetivamente em suas contradições imanentes:

A racionalidade objetiva subjacente à perseguição do trabalho a baixo custo como máxima expressão da racionalidade instrumental emerge não apenas se considerar se o tipo de ser humano e de

trabalhador produto desta última seja coerente com a finalidade mesma do finanzia capitalismo, ou com os objetivos que os seus ideólogos, já há décadas, asseguravam que seriam infalivelmente alcançados graças a isso. Haviam de fato assegurado que as crises econômicas eram um fato do passado; ao invés, o mundo conheceu a partir dos anos 80 um suceder-se de crises sempre mais graves, das quais aquela que eclodiu em 2007 nos EUA é apenas a última em ordem de tempo. E os baixos salários americanos têm sido apontados como um componente relevante dela.

Haviam lardeado, esses mesmos ideólogos, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, a qual requer profissões de altíssima qualificação. Ao invés se constata que as profissões hoje requeridas em maior número pelas empresas são auxiliares, bartenders e operários genéricos, enquanto um após o outro os centros de pesquisa fecham ou se deslocam e seu pessoal é demitido. A ocupação flexível deveria contribuir para elevar a produtividade do trabalho, fazendo com que cada um passe rapidamente à ocupação mais adequada, mas as empresas a utilizam sobretudo para exercer trabalhos a baixo valor agregado, que significa a baixa produtividade. A quantidade dos salários decaiu precipitadamente à metade do último salário para os dependentes a tempo indeterminado, e para os trabalhadores flexíveis, a um terço do salário médio. À frente desta mudança regressiva ocorre dar razão a Max Horkheimer: “a irracionalidade forja agora o destino do homem” (GALLINO, 2011, p. 150).

Vidas adiadas: os custos humanos do capitalismo financeirizado

Dessas conclusões a respeito da intensificação da exploração do trabalho e de sua flexibilização e precarização, Gallino extrai um conjunto de reflexões que são expostas em seu ensaio “Vidas adiadas. O escândalo do trabalho precário” (GALLINO, 2014), no qual o autor aborda os impactos desse processo sobre a vida dos trabalhadores, dando relevo às dificuldades destes se estabilizarem e constituírem projetos de vida a longo prazo. É pertinente retomar algumas dessas reflexões de modo a compreender algumas consequências sociológicas e antropológicas da precarização do trabalho e da vida em sociedade sob o capitalismo financeiro.

Em “Vidas adiadas”, Gallino se volta mais especificamente para a questão da flexibilização do trabalho e sua decorrente precarização, refletindo sobre suas consequências para a vida do trabalhador. Ele retoma o argumento de que a flexibilização do trabalho foi propugnada como um fator essencial para a competição econômica nacional no contexto da globalização, sendo também compreendida como socialmente benéfica por supostamente aumentar a quantidade de empregos. No entanto, Gallino aponta que essa flexibilização tem consequências diretas sobre a vida do trabalhador, provocando impactos de longo prazo em função do adiamento do projeto de vida, pela lacuna formativa decorrente desse adiamento e pela experiência fragmentária do trabalho, que é exercido de maneira descontínua e intermitente, dificultando o domínio técnico de suas funções e, conseqüentemente, a progressão na carreira, culminando na não realização dos projetos de vida, da identidade pessoal e coletiva.

Apoiado por reformas políticas que implicam a retirada de direitos sociais e econômicos do trabalhador, e consistindo em uma série de experiências descontínuas e intermitentes de trabalho em postos diversificados, o trabalho flexível se caracteriza pela insegurança que provoca na vida dos trabalhadores: insegurança em relação ao seu próprio projeto de vida, que lhe provoca um mal-estar subjetivo, tornando-se uma constante fonte de angústia.

A precarização do trabalho constitui o pior custo humano de sua flexibilização. O significado etimológico do termo precário ajuda a compreender o problema: “qualquer coisa que se possa fazer somente com base em uma autorização revogável, do momento em que é obtida não mais por direito, mas através de uma oração”. O trabalho precário, portanto, é o trabalho inseguro, que não está assegurado por direito, que pode ser revogado. E se o trabalho não está assegurado, tampouco a renda do trabalhador. Como explica o autor:

Conseqüentemente, a precariedade implica primeiramente na insegurança, objetiva e subjetiva. Insegurança que, a partir das condições de trabalho, produz insegurança das condições de vida, porque o trabalho, e com isso a renda, é revogável ao arbítrio do sujeito – a empresa, o empregador – que o concedeu (GALLINO, 2014, p. 8).

Gallino argumenta que a difusão generalizada – e normalizada, ou seja, tornada norma, normal – desse tipo precário de trabalho implicaria na revogação da própria normalidade do trabalho e da vida. Dessa forma, a precariedade objetiva produzida pelos contratos de trabalho flexibilizados, a curto prazo e revogáveis, engendra a precariedade subjetiva, que tem início com a limitada capacidade de se formular um projeto de vida a longo prazo.

Para alguém que tem uma ocupação flexível, essa limitação da possibilidade de projetar a própria existência pode se manifestar através de duas formas: a) quando o sujeito sabe que a sua ocupação possui um prazo, por força de dispositivos contratuais ou de uma licitude pendente da empresa a decidi-lo, não importa se essa ocupação dure poucos dias ou alguns anos; b) quando o trabalho é exposto a variações temporais contingentes, ou seja, imprevisíveis para o sujeito.

Acontece também, em casos não infrequentes, que as duas vias se combinem, tornando vã qualquer possibilidade de se construir e perseguir projetos de vida (GALLINO, 2014, p. 12).

Esse mal-estar subjetivo possui, segundo o autor, uma contraface política: a insegurança na vida produz a percepção de que o trabalhador é incapaz não só de definir seu futuro, mas também de intervir nos rumos da sociedade, que qualquer ação política é ineficaz: “Para reconquistar o controle da própria vida, não precisa confiar em outros. Sob este aspecto a precariedade das vidas flexíveis é um eficaz meio da anti-política, do absentismo eleitoral, da afirmação do existente” (GALLINO, 2014, p. 10), operando como um meio eficaz de produção do conformismo.

Além dessa consequência política, a flexibilização também prejudica o processo formativo do trabalhador e a constituição de sua própria identidade e de suas relações sociais. Como foi mencionado, a flexibilização do trabalho implica na experiência fragmentária do trabalho, no exercício descontínuo e intermitente de atividades laborais, que impede a acumulação de experiência profissional por parte do trabalhador flexível, uma vez que a experiência adquirida em uma profissão nem sempre é transferível a outra.

Gallino expõe a gravidade da situação:

Dito de outra forma, isso não permite ao indivíduo nem construir uma carreira, nem uma identidade laboral. Mas esta última não representa um elemento suplementar ou acessório da identidade pessoal e social: é o seu fundamento mesmo. De seres humanos, de fato, é constitutiva a necessidade de poder dar uma resposta definitiva seja à pergunta “que sou?”, seja à questão pública “que és?”. Da resposta à pergunta interior depende a ideia que um sujeito tem de si próprio, a atitude para o próprio Ser. Da resposta à questão pública depende a ideia e a atitude que os outros, quase todos com os quais se tem contato, terão em relação a ele ou em relação a ela. No complicado percurso da adolescência à idade adulta, da juventude à maturidade, para a maior parte das pessoas o instrumento mais eficaz para dar uma resposta a esses dois quesitos é o trabalho que se faz, ou melhor, que por longo tempo se tem feito. Não chegar a dar esta resposta porque se tem realizado muitos trabalhos diferentes, descontínuos, continuamente interrompidos em um lugar e recuperados noutro, representa para muitos um sofrimento, um custo humano de modo algum computável, e não obstante pesado de portar e suportar (GALLINO, 2014, p. 10-11).

Do exposto, é possível concluir que a precarização do trabalho, produto necessário da flexibilização que fornece um fundamento para a maximização da extração de valor pelo capitalismo financeiro, engendra danos profundos para a vida dos trabalhadores. Acarreta, também, consequências políticas e sociais, uma vez que acentua a polarização entre trabalho qualificado e trabalho precário, contraindo relativamente os estratos médios (GALLINO, 2011, p. 159-165; 2014, p. 16-28). Suas consequências servem como desmentido da retórica que tenta lhe conferir legitimidade política.

Uma luta política do nosso tempo

Ao se verificar alguns aspectos da teoria de Gallino sobre o capitalismo financeiro, tem-se a impressão de que não é possível encarar a situação de maneira otimista. No entanto, o sociólogo não deixa de apontar perspectivas. Como ele argumenta, o capitalismo financeiro padece de uma fragilidade sistêmica, uma vez que sua imbricada estrutura pode ser afetada por danos localizados. Conforme suas palavras:

Um sistema é sólido quando a eventual disfunção de um componente é localizada e não se transmite rapidamente a outros. É um critério básico da projeção de sistemas complexos. O atual sistema financeiro, motor da mega-máquina, parece ao invés construído seguindo critério exatamente oposto. [...] um incidente local, afinal circunscrito, arriscou no outono de 2008 de levar ao colapso da economia mundial (GALLINO, 2011, p. 166).

De fato, a própria interdependência do sistema, inclusive sua excessiva dependência das instituições financeiras, a utilização contínua de operações a débito e a crédito, que movimentam valores que não encontram correspondentes na economia real, a criação de novos tipos de dinheiro e de títulos financeiros, cujos valores são opacos e constituem uma forma de economia fictícia, demonstram a dificuldade de gerir os riscos e lidar com uma eventual crise sistêmica (GALLINO, 2011, p. 166-167).

Dessa forma, a mega-máquina cujo poder de tudo dispõe e a tudo controla, torna-se, contraditoriamente, a maior fonte de insegurança de que se tem notícia, constituindo o fator central da civilização-mundo que ela própria engendra e à qual confere unidade. Se as reflexões de Gallino não dão vazão ao otimismo ingênuo, não deixam de indicar a tarefa que se coloca para o sociólogo que pretende pensar criticamente o a realidade social em que vivemos. Como ele conclui:

Se trata de entender a que ponto a crise em essência da civilização-mundo, de que tal caráter é intimamente parte, terá que avançar até forçá-lo a reconhecer a própria insustentabilidade. Quando tal reconhecimento ocorrer em larga escala, a mega-máquina do finzcapitalismo se encontrará rapidamente privada dos servos-unidade humanos indispensáveis ao seu funcionamento (GALLINO, 2011, p. 324).

O capitalismo financeiro pode colapsar em função de seus próprios aspectos sistêmicos, por suas contradições internas. Em sua narrativa sobre o processo de financeirização da economia que levou à crise de 2007, Gallino (2013) caracteriza o capitalismo financeiro como um regime de acumulação que se constitui em resposta à crise do regime de acumulação anterior, mas que prepara sua própria crise. Compreendendo esse processo como um processo político, de acordo com a tradição gramsciana, ele

não se furtou de indicar os caminhos para uma possível superação da crise e para a construção de um sistema mais justo, comprometido com a democracia e com a justiça social. Dessa forma, apontou a necessidade, em primeiro lugar, de rejeitar a teoria econômica neoliberal, cujos efeitos nocivos desmentem a falsidade ideológica, disfarçada de ciência, sobre a qual ela se constrói; em segundo lugar, de enfrentar o problema do desemprego e da precarização dos postos de trabalho, recuperando a noção segundo a qual o trabalho é um direito que deve ser garantido e motor do desenvolvimento econômico; em terceiro lugar, de vincular a finança à economia real, produtiva, de acordo com a responsabilidade social.

Gallino sabia que não se trata de uma tarefa fácil, mas a julgou imprescindível. Com as mudanças na configuração da luta de classes, a qual abordou em longa entrevista concedida a Paola Borgna (GALLINO, 2012), a fragmentação da classe trabalhadora e a grande influência dos ideólogos do neoliberalismo, as condições não são favoráveis a uma mudança rápida de cenário. Em seu último livro, (GALLINO, 2015) afirmou que a história das últimas décadas é a história de uma derrota política, que agora se configura como uma luta a ser vencida pelas futuras gerações. Sua obra constitui uma arma nessa luta, que só pode ser vencida com a compreensão objetiva da realidade, como ensinou o professor e sociólogo. Luta que se faz urgente, como se nota pelos ruídos políticos dos últimos tempos, que parecem levar, cada vez mais, a uma realidade tão tenebrosa e tão violenta quanto aquela descrita por Hobsbawn.

CARVALHO, J. M. From financialization of economy to precariousness of labour: notes from Luciano Gallino's late work. *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p. 69-86, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *This article aims to present the recent work of Luciano Gallino, an important Italian sociologist, who devoted his last years to the critical analysis of the neoliberal globalization process. According to the author, this process would have been marked by the primacy of the financial capital over the productive capital, in accordance with the proposals of the neoliberal formula, which promoted economic deregulation and the flexibilization and consequent precariousness of labour, intensifying the competitive pressure and life insecurity of the working classes. Economic transformations that would be produced*

by a political process of implementation of a neoliberal ideological hegemony, simultaneously promoting the erosion of the democratic political culture.

■ **Keywords:** *Neoliberalism. Financial capital. Social theory. Luciano Gallino.*

Referências

GALLINO, L. *Finanzcapitalismo*. La civiltà del denaro in crisi. Torino: Einaudi, 2011.

_____. *La lotta di classe dopo la lotta di classe*. Roma-Bari: Laterza, 2012.

_____. *Il colpo di stato di banche e governi*. L'attacco alla democrazia in Europa. Torino: Einaudi, 2013.

_____. *Vite rinviate: lo scandalo del lavoro precario*. Roma: Laterza, 2014.

_____. *Il denaro, il debito e la doppia crisi spiegati ai nostri nipoti*. Torino: Einaudi, 2015.

HOBBSAWN, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A CRISE DA POLÍTICA E A IRRUPÇÃO DA “VIOLÊNCIA DE ÓDIO DIFUSA”

Ana Paula SILVA¹

■ **RESUMO:** O conceito de “violência de ódio difusa” é definido aqui como uma multiplicidade de atos vinculados à intolerância e que possuem diversas motivações, gerados como consequência da crise da política e do enfraquecimento da cidadania. Para trabalhar este tema, pretende-se desenvolver duas dimensões: uma teórica e outra histórica. A primeira envolve a concepção da filosofia política de Hannah Arendt, de que a violência é o oposto do poder, compreendendo este como ação política concertada. Tal concepção contribui para o entendimento de que este tipo de violência pode ser caracterizado pela construção de um autoritarismo destrutivo. Além disto, esse axioma arendtiano é reforçado, posteriormente, por Michel Wieviorka (2013) ao diferenciar metodologicamente a noção de conflito social da de violência. Semelhante abordagem permite a esse artigo estabelecer uma relação entre as transformações históricas do capitalismo e a violência de ódio difusa. A adoção da perspectiva histórica também é importante porque atualiza o debate iniciado com Hannah Arendt e Erich Fromm. Assim, sustenta-se que o caráter múltiplo e difuso da violência está relacionado à fragmentação do capitalismo flexível, em que o Estado não tem mais a força que teve de tornar homogêneo um discurso e uma identidade nacional.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Violência de ódio difusa. Crise da política. Capitalismo flexível.

¹ FACCAT – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Tupã – SP. Brasil. 17600-090. anapaulasilva4@yahoo.com.br.

Introdução

A noção de “novo paradigma da violência”, desenvolvida por Michel Wieviorka (1997, 2003), é explicada, em grande medida, pela dificuldade de agir politicamente face às mudanças materiais e ideológicas promovidas pelo capitalismo flexível. Para compreender este processo e seus resultados, uma abordagem teórica e histórica se faz necessária. Neste sentido, exemplos contemporâneos de violência das realidades brasileira e estadunidense, colocados em perspectiva comparada, são importantes para revelar a amplitude de manifestações que podem ser incluídas neste novo fenômeno da violência. Uma das contribuições desta proposta é demonstrar a importância das transformações nos processos de socialização, a partir dos anos 1990, e da teoria política para os estudos da violência. A organização do debate nestes termos é algo já há muito tempo solidificada nos estudos sobre violência no Brasil, mas nos Estados Unidos, principalmente nos estudos sobre *rampage shootings*, este tipo de abordagem acadêmica não foi encontrado. Segundo o professor do *Boston College*, Charles Derber, “[...] a maioria dos americanos aprende a ver o mundo através de uma lente psicológica ou individual. Eles veem sociopatia como essencialmente psicopatia [...]. Isto ficou claro na reação em 2012 ao massacre de *Sandy Hook*” [tradução livre] (DERBER, 2013)².

Para ratificar a relevância atribuída a esta proposta, foi delimitado um tipo de violência como objeto de pesquisa, que se caracteriza por se manifestar em situações onde há pouca possibilidade de se expressar um conflito social sob o registro da ação política. O tipo de violência abordado, além de ser bastante atual, se caracteriza por ter como base ou motivação o ódio. Por ódio entende-se um sentimento forte de aniquilação do outro, no qual a pessoa – imbuída de ódio – não é capaz de produzir o repertório de valores necessários para negociar, dialogar e produzir empatia.

No entanto, diferentemente de experiências limites como a do nazismo, este tipo de ódio se manifesta de maneira difusa, fragmentada, e não possui uma única narrativa que o sustente. Assim, pode-se dizer que a forma de violência abordada é

² O massacre de *Sandy Hook*, ocorreu em Newtown, Connecticut, nos EUA em 14 de dezembro de 2012. Adam Lanza, após matar sua mãe, entrou na escola de *Sandy Hook* armado, com colete a prova de balas e roupas militares. O atirador matou oito meninas e doze meninos de 6 a 7 anos. Os adultos mortos, 6 ao todo, eram todas mulheres.

típica deste momento pós-fordista e pode ser enquadrada como difusa porque se dissemina por toda a sociedade e adquire uma multiplicidade de manifestações, todas elas vinculadas ao dilaceramento da cidadania (SANTOS, 2004). Segundo José Vicente Tavares dos Santos:

Os fenômenos da violência difusa adquirem novos contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade. Essa multiplicidade das formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas – violência ecológica, exclusão social, violência entre os gêneros, racismos, violência na escola – configura-se como um processo de dilaceramento da cidadania (SANTOS, 2004, p. 5).

Sobre esta delimitação, duas características merecem destaque: o caráter múltiplo destes fenômenos e o fato de estarem associados ao dilaceramento da cidadania. Assim, sobre o primeiro aspecto, é importante dizer que este tipo de violência é de difícil conceituação devido à multiplicidade de formas através das quais ela se manifesta. Por não ter uma definição conceitual precisa, não há um estudo que demonstre sua evolução a partir de uma série histórica abrangente. Neste sentido, objetiva-se delimitar um marco teórico e reflexivo que permita fazer convergir a análise sobre a violência difusa para um foco preciso, centrado em formas de violência caracterizadas tanto pela impossibilidade de conviver com o “outro”, expressa na ação contra grupos minoritários, tais como, homossexuais, negros, moradores de rua, quanto pela inabilidade de lidar com opiniões, comportamentos e estilos de vida diferentes.

Assim, o segundo ponto de destaque do argumento de Santos, que é o dilaceramento da cidadania, se constitui como uma das bases explicativas das formas de violência delimitadas. Associa-se este dilema atual da cidadania com a ideologia do “novo espírito do capitalismo”, que é extremamente privatista e instrumental e, portanto, gera impasses para a construção de conflitos sociais que possam ser institucionalizados ou negociados através de uma “ação política concertada”. Este viés de análise se combina com outro aspecto enfatizado por José Vicente Tavares dos Santos, que afirma que “a violência difusa [...] é, em larga medida, legitimada pela consciência coletiva, instituindo-se como norma social, ainda que controversa e polêmica” (SANTOS, 2004, p. 3). Esta abordagem se distingue da

de Durkheim sobre o crime, que o identifica como uma ruptura com a consciência coletiva.

A violência como problema da política

Tendo como do pressuposto que os tipos de violência aqui tratados se constituem como um problema da política, o recorte traçado se dá, resumidamente, através da noção de que a disseminação do neoliberalismo como cultura provoca “a crise da política”, que é, por sua vez, uma das razões centrais para a intensificação de formas específicas de violência atreladas a problemas na socialização e identidade e que têm como base o ódio. Deste modo, a relação entre violência e política não é explicada aqui como um problema de *institution building*, ou seja, “que envolve as agências da ordem, suas relações com a sociedade civil e a formulação de políticas democráticas de segurança pública” (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 117). É sabido que estudos de violência que apontam falhas no sistema repressivo são muito relevantes para o aperfeiçoamento das polícias, das prisões, das medidas socioeducativas e das políticas públicas de segurança pública, no entanto, a ênfase dada aqui à afirmação de que a violência se constitui, predominantemente, como um problema da política leva a um caminho teórico distinto. Ou seja, o conceito de política aqui tratado não se refere à engenharia institucional, mas à capacidade de transformar paixões em demandas, projetos, e, em consequência, em conflitos sociais, produzindo, assim, uma esfera pública plural que se distancia da lógica da ruptura.

Deste modo, têm-se como pressuposto que a política deve ser constitutiva das identidades individuais e coletivas para que as diferenças possam ser trabalhadas de forma democrática, de tal forma que opositores estabeleçam uma luta “agonística” e não se constituam como inimigos. Levando em consideração esta noção de política, compreende-se que a violência é resultado da incapacidade de perceber e lidar com a alteridade e, portanto, resultado de uma socialização precária e/ou autoritária. Portanto, o estabelecimento de uma oposição de ordem-desvio não fornece substância para se compreender as raízes sociais que podem construir um convívio mais propenso a determinados tipos de violência. Para tanto, é preciso identificar o processo

de socialização que gera na sociedade civil estes dilemas na cidadania ou, em outros termos, esta crise da política.

Através do uso de um arcabouço teórico e histórico busca-se demonstrar que a violência de ódio difusa se constitui como um fenômeno típico da modernidade tardia, como um resultado da ideologia do “novo espírito do capitalismo” que dá sustentação a um modelo neoliberal de sociedade. Assim, tem-se como base um processo amplo de transformação social que permite compreender que a violência se complexifica na medida em que a sociedade também passa por grandes mudanças convulsivas. Neste sentido, Michel Wieviorka (2009) defende que para pensar a violência atualmente é necessário um novo paradigma, ou seja, é fundamental uma abordagem original que dê um papel central para a subjetividade dos atores e para os processos de perda de sentido ou de produção exagerada de sentido. Além da reflexão do autor supracitado, há uma diversidade de teorias (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; SENNETT, 2010; BECK, 2010; WACQUANT, 2001; MOUFFE, 2003, 2009) que, embora não abordem o tema da violência, buscam compreender as transformações do capitalismo, as mudanças na subjetividade e na socialização, e que, por isto, ajudam a compreender as especificidades da violência no momento contemporâneo. Este processo de transformação pode ser sintetizado no fato de que a transição da acumulação fordista para a flexível trouxe a reboque mudanças no trabalho e diminuição de políticas de bem-estar social, ambas acompanhadas por uma transformação generalizada na ideologia e na socialização.

Assim, o objeto específico deste artigo, a violência de ódio difusa, está inserido neste processo histórico mais amplo, no qual o conflito social típico do capitalismo industrial, vinculado às relações contraditórias entre capital e trabalho, já não possui mais centralidade (OFFE, 1989), sendo substituído por um outro conjunto de dilemas relacionados a uma ideologia privatista e instrumental, chamada de “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Para compreender os nexos que foram construídos para se chegar a esta suposição e depreender quais as suas implicações, é necessário deixar claro, em primeiro lugar, o que se entende por violência de ódio difusa e, posteriormente, indicar o caminho escolhido para desenvolver esta problemática.

Compreende-se por violência de ódio aquela que é motivada por preconceito em relação à raça, nacionalidade, etnia, religião,

orientação sexual, entre outros. O adjetivo “difusa” foi incluído para evidenciar que não há um grande discurso, nem uma prática idêntica que una todos os agressores em um grande grupo. Além disto, a noção de difusão tem a ver com sua extensão territorial, ou seja, elas se difundem tanto em regiões periféricas, centros urbanos ou áreas gentrificadas, como em diferentes territórios e países. Cabe destacar que este termo abrange a noção de que o ódio é múltiplo também no sentido de que não se expressa, em uma sociedade cosmopolita, somente contra grupos socialmente marginalizados, mas pode se constituir contra uma diversidade de comportamentos, opiniões e estilos de vida.

É possível sintetizar e adiantar que, em relação ao processo de transformações do capitalismo contemporâneo, estas formas de violência ocorrem em decorrência de um mecanismo de fuga à liberdade moderna, que se sustenta diante da inabilidade dos sujeitos de lidarem com o cosmopolitismo inerente à modernidade radicalizada. Tendo este ponto de partida para compreender as violências de ódio contemporâneas, se faz necessário acrescentar também outro tipo de violência que possui a mesma origem: os *rampage shootings*. Estes massacres são, na sua grande maioria, executados por jovens em escolas³, shopping centers, cinemas, templos e comunidades religiosas. Estes ataques são premeditados e não há um único alvo estabelecido para o ataque, sendo que, em geral, o atirador acaba se suicidando. De acordo com os dados levantados na minha pesquisa de doutorado Silva (2016), há, principalmente nos Estados Unidos, a formação de sujeitos vulneráveis e isolados que sofrem preconceito e que não se vinculam a grupos consolidados, relacionados às noções de gênero, raça/etnia, nacionalidade, religião, etc. E, devido também a isto, possuem dificuldades de se articular e agir politicamente. O caráter inegociável dos *rampage shootings* e sua nítida referência a problemas na socialização contribuem para o entendimento de que esta violência é típica da modernidade tardia e está associada à dificuldade de agir politicamente no mundo contemporâneo.

³ Conhecidos como *school shootings*, estes massacres aumentam principalmente a partir dos anos 1990, nos quais os atiradores, na sua maioria, são alunos que atiram sem alvo estabelecido e, depois, atiram contra si mesmos. Há uma infinidade de reportagens, principalmente nos Estados Unidos, país onde mais acontece este tipo de massacre, que buscam compreender as causas deste fenômeno. Em geral, seja na mídia ou no campo acadêmico americano, as causas deste fenômeno são explicadas pela influência de jogos, filmes e músicas violentos; pela facilidade de comprar armas; por transtornos psicológicos, entre outros. Como exemplo, é possível fornecer duas referências disponíveis na internet: http://www.schoolshooters.info/PL/Articles_files/Rampage%20School%20Shooters-%20A%20Typology.pdf e http://www.cmpa.com/files/media_monitor/99julaug.pdf

Assim, a criminalidade comum, a violência instrumental ou o conjunto de crimes comumente compreendidos como “violência urbana” não se constituem como o objeto de pesquisa delimitado. Isto não significa que a violência comum não tenha também se transformado, assimilando discursos de ódio. Vários exemplos poderiam ser levados em conta para se demonstrar que o “novo paradigma da violência” está inserido nas transformações também do crime comum, no entanto, a violência de ódio difusa como objeto de pesquisa se justifica para se ressaltar a importância das transformações no processo socializador contemporâneo para a compreensão das motivações da violência. A importância deste processo socializador hegemônico fica mais evidente quando se aborda a violência que não parte de sujeitos marginalizados e estigmatizados, tal como se constitui o “sujeito bandido”. Segundo Michel Misse (2010), o conceito de “sujeito bandido” refere-se a uma representação social que tem as seguintes dimensões:

A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória criminável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma “experiência social” específica, obtida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária. A terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação criminável (MISSE, 2010, p. 24).

Assim, o “sujeito bandido” não é simplesmente um sujeito incriminado, mas que possui simultaneamente uma trajetória marcada por uma proximidade com o crime, de marginalização e estigmatização social. Segundo Misse (2010, p. 17), “o sujeito bandido é, por assim dizer, ‘especial’, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados”. Neste sentido, é possível traçar um paralelo com a obra de Judith Butler *Marcos de Guerra: las vidas lloradas* (2010), que aborda como a vida comum nos EUA está submetida a algumas estruturas de pensamento elaboradas a partir da guerra e isto inclui uma

série de precauções, cuidados e visões de mundo. Estes marcos de guerra estabelecem aquelas vidas que merecem ser vividas e, quando perdidas, lamentadas e, por outro lado, aquelas que não merecem ser lembradas ou choradas, tais como os presos de Guantánamo. Assim, mesmo que seja de fundamental importância avaliar como a marginalidade social e estigmatização podem gerar uma propensão maior de os “sujeitos bandidos” cometerem crimes, o que se quer ressaltar aqui são as consequências também violentas do outro lado do pensamento hegemônico que sustentam esta marginalização. Em outros termos, a constituição do “sujeito bandido” e de toda a representatividade social que o envolve é uma das evidências de como está sendo moldada a sensibilidade social e a política no Brasil contemporâneo.

Para sustentar estas afirmações este artigo se delinea a partir de duas dimensões de análise: uma teórica e outra histórica. A primeira envolve a concepção, bastante arraigada na filosofia política de Hannah Arendt, de que a violência é o oposto do poder, compreendendo este como ação política concertada. Esta concepção contribui para o entendimento de que o tipo de violência aqui delimitado pode ser caracterizado pela construção de um autoritarismo destrutivo que é motivado, na experiência moderna, pelo medo à liberdade (FROMM, 1964). Além disto, este axioma arendtiano é reforçado posteriormente por Michel Wieviorka (2013) na diferenciação metodológica que estabelece entre conflito social e violência, ainda que o autor não faça uso da teoria de Arendt.

Esta reflexão teórica permite construir a ponte entre as transformações históricas do capitalismo e a violência de ódio difusa. A perspectiva histórica é também importante porque atualiza o debate iniciado com Arendt e Fromm, que têm como referência as barbáries do nazismo, praticadas em um momento de excessiva concentração dos poderes político, econômico e ideológico nas mãos do Estado. Assim, sustenta-se que o caráter múltiplo e difuso da violência está relacionado à fragmentação do novo capitalismo, em que o Estado não tem mais a força que teve, nos momentos de consolidação dos Estados-nação, de tornar homogêneo um discurso e uma identidade nacional.

Assim, há a construção de uma trajetória histórica típico-ideal que parte das análises do nazismo para traçar um fio condutor que identifique as características em comum entre este regime e as expressões contemporâneas de intolerância, assim

como as transformações históricas que as distanciam.⁴ Quanto às dimensões atinentes ao processo histórico contemporâneo, é possível resumi-las em três aspectos: o primeiro diz respeito às transformações pessoais do capitalismo flexível, tais como o risco e a insegurança ontológica, que dão base para a reprodução de uma ideologia extremamente privatista e instrumental, e, tal como expõe Richard Sennett (2010), para a corrosão do caráter; concomitante a este novo modo de acumulação surgiu e se disseminou a política neoliberal, que, ao mesmo tempo, reduziu drasticamente as políticas de bem-estar social e intensificou os mecanismos de punição através do aumento de prisões, o que gerou, associado às altas taxas de desemprego, a marginalidade avançada (WACQUANT, 2001); é possível dizer que a intensificação da marginalização, somada a uma ideologia privatista e instrumental, pode gerar um ambiente social potencialmente violento que se origina em diversos contextos, não estando necessariamente vinculado às condições de vulnerabilidade econômica.

Além disto, é importante acrescentar que no capitalismo as mudanças no modo de produção e nos sistemas de vigilância constituem-se como dimensões da modernidade e estas, por sua vez, são fundamentais para se compreender que um novo tipo de modernidade surge no momento contemporâneo. Ainda, esta compreensão permite identificar aquilo que se apresenta como uma condição: a sociedade do risco, que, atrelada à crise da política, impõe a necessidade de se refletir sobre os possíveis modos de reinvenção da política. Ainda que Ulrich Beck traga esta problemática, Chantal Mouffe aponta algumas lacunas em sua proposta e sugere o modelo de democracia plural e agonística, que tem como referência o pressuposto fundamental que guia esta pesquisa: a contraposição entre conflito social e violência. Assim, depois de tratar de toda a dimensão histórica que envolve a irrupção de um “novo paradigma da violência”, o texto a seguir volta à discussão teórica para fundamentar o argumento de que estes aspectos associados explicam as novas formas de violência, com novos sentidos e motivações mais associados à identidade, socialização e busca de produção de sentido.

⁴ O uso de uma trajetória típico-ideal também se mostra importante porque serve como um guia para buscar nas sociedades delimitadas, Brasil e Estados Unidos, um eixo de análise que conduza a uma síntese que conecte as formas de construção de cidadania peculiares e as expressões de violência também específicas em casa país.

Reflexão teórica: conflito social, violência e o medo à liberdade

O suposto, defendido por Hannah Arendt (2000), de que a violência é o oposto do poder, compreendendo-o como ação política concertada, é a principal ideia na qual se baseia este trabalho e a relevância deste axioma se reitera em trabalhos mais contemporâneos como os de Michel Wieviorka (2013) e Chantal Mouffe (2009)⁵. A despeito da distância histórica que separa as análises dos últimos autores em relação à reflexão fundadora de Hannah Arendt, existe um fio condutor que os une, expresso na importância em comum atribuída à esfera da ação política, o que os torna complementares para a análise aqui delimitada.

Para Arendt, a “severa frustração da faculdade de agir [politicamente] no mundo contemporâneo” (LAFER, 2000, p. 9) gera diversas formas de violência. Há, em seu pensamento, uma contraposição entre violência e poder, compreendendo este último como “a habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 2000, p. 36). Vale ressaltar que, para esta autora, a política se constitui no cotidiano como uma ação potencialmente conflituosa, competitiva e agonística, marcada, portanto, por confrontos, os quais ocasionalmente podem gerar violência. Assim como Max Weber, Arendt examina que a violência é a última *ratio* dos governantes, mas discorda da tese segundo a qual o exercício do poder, compreendido como imposição da vontade de um agente sobre os demais, está intrinsecamente conectado aos meios de violência (DUARTE, 2009, p. 21). Diferentemente da tradição do pensamento político ocidental, Arendt não associa conceitualmente poder com coerção, dominação e violência; ao contrário, diferencia noções como força, vigor, poder e violência para dar ênfase ao fenômeno da geração de poder por meio da ação coletiva concertada. Cabe, neste sentido, reter que se o poder, no sentido arendtiano, é construído de forma comunicativa e intersubjetiva, o isolamento toma uma dimensão profunda ao impossibilitar a construção do poder e gerar, portanto, um contexto antissocial de possível anomia, barbárie e tirania.

Tendo como pano de fundo a contraposição entre poder e violência, Michel Wieviorka (2013) retoma algumas teorias

⁵ Embora o objeto de estudo da autora não seja a violência, sua obra contribui para compreender a importância da institucionalização do conflito social em registro político.

clássicas para enfatizar a importância de se compreender o conceito de conflito, seja para sociologia em geral, seja para a sociologia da violência. Mais especificamente, o autor contrapõe este conceito às noções de ruptura e violência. Isto porque o conflito pressupõe ação, comunicação e geração de poder através de antagonismos. Wieviorka elabora esta reflexão se distanciando de duas abordagens radicais e opostas nas Ciências Sociais que, segundo ele, minimizam o conhecimento sobre o conflito: uma que reduz a vida social à busca pela harmonia, tal como textos influenciados pelo Confucionismo, e outra que tem como base o Darwinismo social e defende a noção de que a luta entre raças ou classes pode resultar em um mundo mais civilizado. Na tradição sociológica, no entanto, é possível localizar um diversificado conjunto de teorias, de Maquiavel a Hobbes e de Marx a Weber, que fornece um espaço considerável ao conceito de conflito. Apenas para enfatizar a recorrência deste tema na obra dos autores supracitados, é possível dizer que Maquiavel e Hobbes se focam nas lutas por poder, enquanto Marx elabora uma “teoria do conflito da estratificação” (*conflict theory of stratification*, no original) e Max Weber enfatiza as divisões de classe social e se foca no controle dos meios materiais de violência (COLLINS, 1975 *apud* WIEVIORKA, 2013, p. 697).

Em Georg Simmel, outro autor que é referência na sociologia clássica, o tema do conflito aparece como central e é nele que Michel Wieviorka mais se debruça para diferenciá-lo de violência. O conflito social é, para Simmel, o centro da vida social, que fornece uma fonte fundamental que une a sociedade, porque contribui para a socialização dos indivíduos e para a regularização da vida coletiva. A ideia de conflito pode ser associada à de poder e, em última instância, à de coerção. É diferente da ideia de sociabilidade; na verdade, significa que os homens são sociáveis, mas também são capazes de se opor e lutar um com o outro. Deste ponto de vista, o conflito acontece quando os interesses dos indivíduos e dos grupos são antagônicos e eles ficam em conflito por status ou poder. Segundo Wieviorka, o conflito não é necessariamente violento, mas as relações entre conflito e violência precisam ser esclarecidas: em certas fases, um conflito pode incluir aspectos de violência, mas se a violência permanece e há a perda da capacidade de ser principalmente racional e de haver controle e limites, nestas circunstâncias o conflito fica completamente erodido e imperam outras racionalidades, de pura

ruptura, guerra e terrorismo. O autor estabelece que ruptura e conflito são dois conceitos opostos:

Rupturas ocorrem quando dois indivíduos ou grupos se separam e, na melhor das hipóteses, constroem o abismo que os isola, ignorando-se uns aos outros ou, na pior das hipóteses, buscam a destruição do outro lado. Pela perspectiva adotada aqui, conflito não significa guerra, ou, pelo menos, não um tipo de guerra que, em vez de continuar a política por outros meios (para usar a máxima famosa de Clausewitz), prefere aniquilar um inimigo. [*tradução livre*]. (WIEVIORKA, 2013, p. 699).

Assim, Wieviorka resume que, para ser conflito, é necessário que se tenha três elementos: uma esfera de ação ou um conjunto de questões que são as mesmas para todos os atores; uma relação de oposição; e um princípio de identidade, que significa que os atores se identificam em uma posição na sociedade, como o trabalhador e o patrão, ou, em outros termos, como o proletariado e o capitalista. O autor deixa claro, portanto, que o conflito social pressupõe atores cientes do seu lugar no mundo, de sua identidade social, daquilo que os oprime e, a partir disto, da criação de demandas e de causas a serem defendidas.

Neste sentido, o momento do capitalismo fordista se diferencia muito do mundo social construído no capitalismo flexível, pois o primeiro pode ser identificado como um capitalismo organizado, enquanto que no segundo o que predomina é a incerteza e a insegurança. Para se compreender as diferenças no potencial de construção de conflitos em cada momento é fundamental aliar esta noção da natureza conflituosa da sociedade a uma abordagem histórica.

Reflexão histórica: o totalitarismo e a violência de ódio

A contraposição entre poder e violência gera algumas questões fundamentais tais como: o que leva o indivíduo a abrir mão de sua autonomia e liberdade? Ou, quais condições sociais levam os indivíduos a recusarem os conflitos sociais de maneira agonística e a optarem pela ruptura? Tendo como base a reflexão de Bauman (1999), é lícito dizer que esta é uma problemática que se solidifica com a modernidade e se mantém até o momento contemporâneo. Na verdade, como bem sintetiza o autor, a “moder-

nidade diz respeito à produção da ordem, então a ambivalência é o refugo da modernidade” (BAUMAN, 1999, p. 23). Ou, em outras palavras, a modernidade se constitui como uma luta constante contra a ambivalência. Um resultado desta luta contra a ambivalência bastante relevante foi o Holocausto, o que significa dizer que este não se constitui como um problema unicamente alemão, ou derivado simplesmente de uma *judeofobia* que existia desde a era pré-moderna e muito menos foi um episódio histórico único e isolado.

Os primeiros a diagnosticarem o Holocausto como consequência de uma autodestruição do esclarecimento foram Adorno e Horkheimer no livro *Dialética do Esclarecimento*. Nas palavras dos autores,

[...] O esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. [...] Contudo, a credulidade, a aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal, o deter-se em conhecimentos parciais: isto e outras coisas semelhantes impediram um casamento feliz do entendimento humano com a natureza das coisas e acasaram, em vez disso, a conceitos vãos e experimentos erráticos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

Erich Fromm, outro integrante da Escola de Frankfurt, parte do mesmo pressuposto que Adorno e Horkheimer, ou seja, revela os fracassos do ideal Iluminista e, de certa forma, antecipa a constatação de que, para compreender profundamente a violência, é necessária a análise das subjetividades, viés mais consolidado nos estudos contemporâneos. Segundo o autor, no debate científico sobre o nazismo há dois campos opostos de análise: um que desconsidera totalmente a psicologia e considera o nazismo um fenômeno essencialmente político e econômico, e outro que defende que o nazismo é um problema inteiramente psicológico. Ao elaborar seu livro *O medo à liberdade*, Fromm se distancia destes dois polos e defende que “o nazismo é um problema econômico e político, porém o fascínio por ele exercido sobre um povo inteiro tem de ser interpretado em bases psicológicas” (FROMM, 1964, p. 175). Assim, ele leva em consideração a estrutura do caráter daqueles que foram

atraídos por este regime e busca compreender as características psicológicas desta ideologia. Para chegar a esta compreensão, ele parte do pressuposto de que, no mundo moderno, ou seja, em um mundo em que são rompidos os vínculos primários que dão segurança ao indivíduo, há dois possíveis caminhos para superar o estado de impotência e solidão: a liberdade positiva e os mecanismos de fuga.

De maneira sintética, o autor define que a liberdade positiva “consiste na atividade espontânea da personalidade integrada em sua totalidade” (FROMM, 1964, p. 214). Os dois mecanismos de fuga, o autoritarismo e o conformismo de autômatos, são utilizados para explicar o comportamento diante do nazismo entre diferentes classes na Alemanha. O caráter autoritário, segundo ele, se constitui através de características masoquistas e sádicas, sendo que as primeiras se definem pela necessidade de encontrar um senhor, uma autoridade fora da própria pessoa que a poupe da necessidade de tomar decisões e da responsabilidade pelo seu destino. O sofrimento sentido, consequência desta característica, se institui como um meio para o esquecimento do próprio eu. De outra parte, os impulsos sádicos se caracterizam pela necessidade de exercer o domínio completo sobre outra pessoa. Segundo o autor, as pessoas autoritárias não são somente masoquistas ou sádicas, elas “ficam oscilando constantemente entre o lado ativo e o passivo do complexo simbiótico” (FROMM, 1964, p. 136). Podem, no entanto, desenvolver a destrutividade, em que a busca para dominar o outro se transforma na busca para destruí-lo. Implicado na vida social, este tipo de caráter dissolve o conceito de igualdade, já que, para ele, o mundo é dividido entre pessoas que possuem poder e pessoas destituídas do mesmo.

Erich Fromm identifica este autoritarismo e a defesa apaixonada ao nazismo na classe média inferior, a mais abalada pelas consequências deixadas pela Primeira Guerra Mundial. A vida desta classe no momento anterior à guerra era estável. Segundo o autor,

A autoridade da monarquia era indiscutível, de modo que nela se apoiando e com ela se identificando o membro da classe média inferior adquiria um sentimento de segurança e de orgulho narcisista. Igualmente, a autoridade da religião e da moralidade tradicional possuía raízes firmes. A família ainda não fora abalada

e era um refúgio seguro em um mundo adverso. O indivíduo sentia que pertencia a um sistema social e cultural estável em que tinha lugar marcado (FROMM, 1964, p. 179).

O pós-guerra abalou profundamente a segurança ontológica principalmente desta classe social, que foi prejudicada pela inflação, que se intensificou em 1923 e, principalmente, depois da depressão de 1929, a derrota da guerra e, conseqüentemente, da monarquia. Este cenário provocou também um abalo drástico da autoridade proveniente da família sem o amparo de sentido que tinha a monarquia, o Estado e a poupança conquistada durante muitos anos. Segundo Fromm (1964, p. 177), esta decadência sofrida, aliada ao caráter social da classe média, que pode ser resumido “[...] ao amor aos fortes e ódio aos fracos, hostilidade, mesquinha e parcimônia no que tocava aos sentimentos tanto quanto ao dinheiro, e essencialmente seu ascetismo [...]” fez com o nazismo tivesse um apelo emocional tremendo e cativasse profundamente esta parcela da população.

Além desta parcela da população que estava fanaticamente apegada ao nazismo havia outro grupo que não expressou grande resistência (exceto uma pequena minoria que lutou contra o nazismo) nem muita admiração, apenas se resignou ao regime nazista. Este grupo consistia, sobretudo, na classe operária e na burguesia liberal e católica. Para Fromm, este grupo reproduzia um mecanismo de fuga que se encontra em maior quantidade na sociedade moderna: o conformismo de autômatos. O autor resume este mecanismo da seguinte forma:

digamos que o indivíduo cessa de ser ele mesmo; adota inteiramente o tipo de personalidade que lhe é oferecido pelos padrões culturais e, por conseguinte, torna-se exatamente como todos os demais são e como estes esperam que ele seja (FROMM, 1964, p. 157).

O que é importante destacar aqui é que, ainda de acordo com Fromm, após Hitler subir ao poder e abolir todos os outros partidos, seu regime passou a ser, para a população, idêntico à Alemanha, o que implicava no fato de que combater o nazismo naquele momento significava desligar-se da comunidade dos alemães. Este ponto, que retrata os motivos do conformismo, assim como o fato da classe média ter encontrado no Estado um amparo de sentido para recompor seu autoritarismo,

permite compreender algo que não foi superado com o fim do nazismo e também aquilo que se transformou completamente. Para dizer mais claramente, ainda que não estejam superados estes mecanismos de fuga à liberdade, ou que a luta contra a ambivalência não tenha terminado juntamente com o nazismo, este regime apenas foi possível nestes moldes porque naquele momento o Estado se constituía na promessa de promover uma sociedade racionalmente planejada, ou, no caso específico do nazismo, de promover ou lutar por uma humanidade homogênea e superior.

O que se transforma é que no momento contemporâneo não é mais o Estado que concentra a função de lutar contra ambivalência, mas o indivíduo sozinho. Segundo Bauman (1999, p. 25),

Com o Estado moderno recuando de suas ambições de jardinagem e a razão filosófica optando pela interpretação em vez da legislação, a rede de especialização, ajudada e mediada pelo mercado consumidor, assume o cenário no qual os indivíduos devem enfrentar sozinhos o problema da ambivalência no curso dos seus esforços autoconstrutivos pessoais, busca da certeza documentada na aprovação social.

Assim, fica claro que a luta contra a ambivalência permanece, mas há profundas diferenças nos formatos desta luta, nas suas motivações e consequências. Em outros termos, a recuperação das origens do nazismo fornece a noção de que a intolerância obviamente não está presente somente no mundo contemporâneo, mas ela se transforma, na medida em que se modificam as formas de eliminação da ambivalência, de busca da ordem ou de negação do conflito social. Isto porque a modernidade, ao mesmo tempo em que inaugura a noção de indivíduo como detentor de direitos e, portanto, livre da obrigatoriedade da tradição, também estabelece a promessa de que através da razão e da ciência o homem vai ser capaz de controlar a natureza e a sociedade. É neste sentido que a Escola de Frankfurt, sobretudo Adorno e Horkheimer (1985), estabelece que o esclarecimento produziu o seu contrário, a barbárie. Este pensamento estabelece que na modernidade há um dilema, ou problema da política, que permanece no mundo contemporâneo. A partir disto, é necessário esclarecer o motivo de se atribuir “a crise da política” ao capitalismo flexível. Para

isto é fundamental diferenciar a noção de modernidade clássica ou industrial da noção de modernidade tardia (ou sociedade do risco).

Na visão de Giddens (2002), a modernidade refere-se a um conjunto de instituições e comportamentos estabelecidos na Europa depois do feudalismo e tornadas mundiais no século XX. A modernidade possui, como principais dimensões, o mundo industrializado, compreendido como “relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção”; o capitalismo, “que é um sistema de produção de mercadorias, envolve tanto mercados competitivos de produtos como a mercantilização da força de trabalho”; e a vigilância, que “se refere ao controle e à supervisão de populações submissas”, no intuito de possuir informações para coordenar atividades (GIDDENS, 2002, p. 21). De acordo com Anderson (2008), a forma social mais importante produzida pela modernidade é o Estado-nação, que monopoliza o controle efetivo dos meios de violência e tem como elemento integrador uma comunidade imaginada, que significa que todos os indivíduos que dela participam possuem uma ideia ou uma narrativa da comunidade na qual participam, independente da classe social. Além de imaginada, é limitada, devido às suas fronteiras, e soberana, condição, por sua vez, estabelecida pelas estruturas administrativas elaboradas a partir da modernidade.

Ainda que o Estado-nação seja um formato fundamental no capitalismo flexível para as relações comerciais e de política externa, ele não tem mais a força integradora que tinha no momento de modernidade industrial. Pode-se dizer que o Estado-nação foi o grande mediador de conflitos sociais na modernidade industrial, assim como, no âmbito cotidiano, foi o trabalho. Ou seja, ainda que o dilema da modernidade se impusesse (sendo o nazismo o exemplo extremo), o Estado-nação e o trabalho eram os organizadores da política no momento da sociedade industrial e, quando se irrompia uma lógica de ruptura, as formas de violência tradicionais se davam, predominantemente, através de guerra entre Estados e de formas de violência de cunho instrumental. Estas possibilidades de ruptura ainda existem enquanto outras começam a surgir como resultado de um indivíduo profundamente desencaixado, que tem como referência de controle e de organização – muitas vezes, apenas – uma ideologia narcisista e competitiva.

A crise da política se institui no capitalismo flexível devido à crise das instâncias que organizavam o campo da política e promoviam a autolimitação. Segundo Bauman:

[...] a arte da política, se for democrática, é a arte de desmontar os limites à liberdade do cidadão: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar individual e coletivamente seus próprios limites individuais e coletivos. Esta segunda característica foi praticamente perdida. Todos os limites estão fora do limite. Qualquer tentativa de autolimitação é considerada o primeiro passo no caminho que leva direto ao gulag, como se não houvesse nada além da opção entre a ditadura do mercado e a do governo sobre as nossas necessidades – como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo. [...] A aversão à autolimitação, o conformismo generalizado e a resultante insignificância da política têm, no entanto, seu preço – um preço aliás exorbitante. O preço é pago na moeda em que é pago geralmente o preço da má política – do sofrimento humano (BAUMAN, 2000, p. 12-13).

Dito isto, a modernidade tardia precisa ser compreendida nas suas especificidades, através das de suas dimensões fundamentais, a saber: o capitalismo flexível, a ideologia do “novo espírito do capitalismo” e a condição social da sociedade do risco. Tudo isto engendra um novo tipo de socialização em que a política precisa ser reinventada.

O “novo espírito do capitalismo” e a corrosão do caráter

De maneira resumida é possível dizer que este novo tipo de acumulação, através de uma intensa inovação comercial, tecnológica e industrial, se “apoia na flexibilidade do trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p. 140). A flexibilidade do trabalho gera o aumento da subcontratação e do desemprego fazendo com que o poder sindical, que dependia do acúmulo de trabalhadores na fábrica, seja diminuído, ao passo que o trabalhador que goza de maior segurança no emprego “deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (HARVEY, 1992, p. 144). Para justificar e reproduzir este padrão de acumulação e de comportamento hegemônico foi construído, de acordo com Boltanski e Chiapello (2009, p. 33), “um conjunto

de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade”, que constitui, nos termos de Louis Dumont⁶, uma ideologia do “novo espírito do capitalismo”. Boltanski e Chiapello (2009, p. 84) buscam na literatura de gestão empresarial um “suporte capaz de dar acesso mais direto às representações associadas ao espírito do capitalismo de uma época”. Esta literatura constitui um *corpora*, sendo objeto de estudo destes autores textos dos anos 1960 e dos anos 1990 que, por sua vez, apresentam diferenças entre seus discursos em razão das mudanças históricas no modo de produção capitalista. Assim, nos anos 1960 a gestão empresarial passa a associar as empresas à democracia e, em consequência, à razão e à liberdade, em contraposição aos regimes totalitaristas, relacionados à paixão e à barbárie. A literatura dos anos de 1990 retoma esta associação da empresa com a democracia, mas para contestá-la. Segundo os autores, a crítica nessa década consistia no argumento de que: “[...] por se querer racionalizar cada vez mais a marcha das empresas, criaram-se máquinas desumanas. O que é ‘próprio do homem’ mudou de natureza: a razão dos anos 60 *versus* sentimentos, emoção criatividade nos anos 90” (BOLTANSKI; CHIAPELLO 2009, p. 118).

Desta forma, se nos anos 1960 havia uma hierarquia forte nas empresas e o objetivo dos funcionários era construir maneiras de subir nesta hierarquia, nos anos 1990, o propósito era e, ao que tudo indica, continua sendo, o desenvolvimento pessoal, a autoconstrução para se manter aberto e flexível, no intuito de se adaptar permanentemente a novas circunstâncias (BOLTANSKI; CHIAPELLO 2009, p. 122-124). Esta ideologia é classificada como “regime de projetos”, pois são eleitos constantemente os maus comportamentos e os comportamentos éticos, que proporcionaram empregabilidade e, mais do que isto, geram a possibilidade de associação sempre a projetos de sucesso. As características desta nova ideologia, que pode ser identificada como privatista e instrumental, geram, no âmbito pessoal, ansiedade e incerteza e, no campo macrossocial, a retração da esfera pública e a desvalorização da cidadania.

No livro *a Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Richard Sennett (2010) fornece alguns exemplos de situações vividas por norte-americanos no

⁶ Os autores Boltanski e Chiapello em *O novo Espírito do capitalismo* utilizam o conceito de ideologia de Louis Dumont.

momento do capitalismo flexível para demonstrar a ansiedade causada pela ausência de parâmetros e caminhos seguros juntamente com a imposição de novos controles. Para o autor, a necessidade de adaptabilidade e flexibilidade gera uma desvalorização da experiência adquirida a longo prazo, o que implica na corrosão do caráter que é construído a partir da experiência, da lealdade e das metas futuras. No capítulo sobre o risco, Sennett define que a incerteza inerente ao risco o torna desnorteante e deprimente através do exemplo de uma publicitária chamada Rose, com mais de 40 anos, que arrendou seu bar em Nova York para participar de um projeto de dois anos em uma empresa do setor publicitário. Após um ano, no entanto, Rose voltou a tomar conta do bar, pois não havia gostado da experiência. Nas palavras de Sennett,

o que a irritava era mais sutil: sentia-se constantemente em teste, mas nunca sabia exatamente em que posição estava. Não havia medidas objetivas que se aplicassem a fazer um bom serviço, além do zunzum e das aptidões necessárias a “não deixar nada grudar na gente”. E isso era sobretudo irritante porque Rose fazia uma experiência pessoal. Não entrara naquele mundo para vencer financeiramente, só para fazer alguma coisa interessante na vida. [...] É preciso coragem para uma mulher de meia idade como Rose arriscar uma coisa nova, mas a incerteza sobre sua posição, combinada com a negação da experiência que vivera, minou sua coragem. “Mudança”, “oportunidade”, “novo”: tudo soava vazio quando ela decidiu retornar ao Trout [Bar]. Embora sua disposição de arriscar fosse incomum, embora o ramo da mídia seja incomumente fluido e superficial, seu fracasso ilustra algumas confusões mais gerais sobre a orientação da pessoa num mundo flexível (SENNETT, 2010, p. 92-93).

O grande dilema que se coloca aqui é que o capitalismo flexível gera uma sociedade profundamente atomizada, que cria grandes desafios para se sustentar um processo político que valorize a construção permanente da cidadania e dos direitos. Esta inabilidade social se torna ainda mais dramática diante dos desafios inerentes à sociedade do risco, quais sejam, as incertezas, os problemas ecológicos e o cosmopolitismo.

A sociedade do risco e o pluralismo “agonístico”

A hegemonia da ideologia do “novo espírito do capitalismo” e sua evidente incapacidade de transformar demandas e antagonismos em uma ação política concertada gera a crise da política, que abre lacunas na vida social e uma propensão a que se originem novas formas de violência. Sabe-se, no entanto, que as ideologias, os sistemas econômicos, a política e a violência se transformam, mas há algo a mais que é preciso considerar e que se constitui como uma condição: a sociedade do risco.

Esta condição social está relacionada à crise do *Welfare State*, às transformações na tecnologia e na informação, e à conseqüente integração do mundo, que se consolida principalmente com o término da Guerra Fria. Através do resgate histórico do processo de transição da sociedade industrial para a sociedade do risco, Ulrich Beck demonstra como os modos de vida e a política se transformaram, com o surgimento do que ele denomina de subpolítica, através do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da economia. Para explicar esta mudança sistêmica na política, Ulrich Beck destaca quatro dimensões deste processo.

A primeira diz respeito à noção de cidadão dividido entre um sistema político-administrativo e outro técnico-econômico. Ou melhor, a partir da sociedade industrial a esfera da política se constituiu como aquela em que os cidadãos usufruem de seus direitos e consentem que o poder e a dominação devam ser exercidos pelos seus eleitos. Por outro lado, a esfera da economia se torna a dos interesses privados no campo do trabalho e das inovações tecnológicas que aumentam o bem-estar coletivo e individual. A conseqüência desta separação, segundo Beck, é que:

Apenas uma parte das competências decisórias socialmente definidoras é inserida no sistema político e submetida aos princípios da democracia parlamentar. Uma outra parte escapa às regras do controle público e justificação, e é delegada à liberdade de investimento das empresas e à liberdade de pesquisa [...]. Com o estabelecimento da sociedade industrial, dois processos opostos de organização da transformação social interpenetram-se – a produção da democracia político-parlamentar e a produção de uma transformação social apolítica e não democrática, sob as regras de legitimação do “progresso” e da “racionalização” (BECK, 2010, p. 276-277).

Como segunda dimensão deste processo, Beck destaca que esta fronteira perdeu parte de sua sustentação nos países ocidentais industriais devido aos efeitos sociais causados (ameaças à saúde, destruição da natureza, injustiças sociais), o que gerou um impulso político para a construção do Estado Social. No entanto, este modelo não superou esta fronteira estabelecida na sociedade industrial, além de ter entrado em crise. Segundo Beck, esta fronteira ao mesmo tempo em que mutilou o político também fez surgir uma faceta política no sistema técnico-econômico devido à “[...] mudança sistêmica do trabalho, fragilização da ordem estamental de gênero, destradicionalização das classes, intensificação das desigualdades sociais e novas tecnologias” (BECK, 2010, p. 278).

Neste sentido, a terceira dimensão a ser considerada é a constituição de uma nova cultura política, que está relacionada ao que Beck denomina de subpolítica. Assim, com a tecnologia de reatores, microeletrônica, genética humana, novos riscos tornam-se evidentes e questões empresariais, científico-tecnológica e da esfera íntima adquirem uma feição política ou subpolítica, nomenclatura que expressa seu status híbrido.

A quarta dimensão, por sua vez, é a revolução da malha da normalidade através da incorporação de um “[...] sistema subpolítico da modernização científico-técnico-econômica” (BECK, 2010, p. 279). A subpolítica se constitui através de uma nova forma de individualização que passa a ter que administrar os riscos e o caráter cosmopolita da sociedade do risco. Assim esta individualização da modernização reflexiva se reflete principalmente no fato de que “[...] hoje as pessoas não estão sendo ‘libertadas’ das certezas feudais e religiosas-transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim da sociedade industrial para a turbulência da sociedade do risco” (BECK, 1997, p. 61). Ou seja, a individualização, nos termos de Ulrich Beck, é uma desincorporação e reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos, os quais surgem, se adaptam diante das condições gerais do *Welfare State*, que considera os indivíduos como atores de sua própria biografia, de sua identidade, de suas convicções. Ou seja, este processo se materializa através da transformação da esfera privada, que, nas palavras de Beck (2010, p. 197): “[...] não é o que parece ser: uma esfera delimitada em oposição ao mundo à sua volta. Ela é uma exterioridade internalizada e tornada privada, uma exterioridade

de circunstâncias e decisões definidas alhures [...] em patente desconsideração pelas consequências biográfico-privadas”.

Esta exterioridade se transforma, sobretudo, diante do conhecimento científico e do avanço da tecnologia, dando forma à sociedade do risco que é marcada profundamente pela impossibilidade de estabelecer apenas alguns lugares de perigo ou sujeitar somente algumas pessoas ao risco. Em outras palavras, a produção de riqueza, na sociedade do risco, é acompanhada pela produção disseminada dos riscos e pelo aumento da percepção dos mesmos. Estão incluídos nestes riscos ameaças nucleares, terroristas, ecológicas, climáticas, alimentares, pandemias, entre outras. Se os riscos evidentemente aumentam com a integração mundial, eles também se tornam mais percebidos devido ao avanço da informação. A consciência do risco gera uma “era especulativa da percepção e do pensamento cotidiano” (BECK, 2010, p. 89), o que pode produzir não somente a consciência da ameaça, mas também o seu inverso “a negação movida pelo medo” (BECK, 2010, p. 91). Segundo Ulrich Beck:

A sociedade do risco envolve assim, justamente com a ampliação dos perigos a simultânea inércia política, uma tendência imanente à sociedade do “*bode expiatório*” [...]. É justamente a inabarcabilidade e o desamparo diante das ameaças que, com sua ampliação, favorecem *reações e correntes políticas radicais e fanáticas*, que transformam os estereótipos sociais e os grupos por eles atingidos em verdadeiros “para-raios” para ameaças que se mantêm invisíveis, inacessíveis à ação (BECK, 2010, p. 93).

Ainda que não seja o foco de Ulrich Beck aprofundar os estudos sobre as formas de intolerância geradas na sociedade do risco em situações de crise da política, ele revela os diferentes caminhos que um processo social pode ter a partir das transformações da modernização. Os pressupostos de Beck são semelhantes aos de Erich Fromm (1964), quando este destaca que os homens podem escolher, na modernidade, entre o caminho da liberdade ou, devido à incerteza inerente à perda de sentido da tradição, a recusa à liberdade, que leva inevitavelmente ao autoritarismo ou à anulação da personalidade. Entretanto, as formas de expressão desta recusa são elaboradas de maneiras distintas, pois incluídas nas transformações da ciência e da tecnologia estão também a ampliação dos fluxos migratórios e a intensificação de políticas

públicas para minorias, o que impõe um novo tipo de socialização mais plural e cosmopolita.

Como expõe Ulrich Beck (2010, p. 7), estas mudanças estabelecem “o fim dos outros”, ou melhor, “o fim de todas as nossas bem cultivadas possibilidades de distanciamento”. Segundo o autor, até então, toda a miséria e toda a violência que os seres humanos infligiram a outros seres humanos estava reservada à categoria dos “outros”,

judeus, negros, mulheres, refugiados, dissidentes, comunistas, etc. De um lado, havia cercas, campos, distritos, blocos militares e, de outro, as próprias quatro paredes – fronteiras reais e simbólicas, atrás das quais aqueles que aparentemente não eram afetados podiam se recolher. Isto tudo continua a existir e, ao mesmo tempo, desde Chernobyl deixou de existir. [...] E aí reside sua força cultural e política. Sua violência é a violência do perigo, que suprime todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade (BECK, 2010, p. 7).

Este contexto transformado pode também ser traduzido como o momento cosmopolita da sociedade do risco, que, nas palavras de Ulrich Beck, significa “a *conditio humana* da irreversível não-exclusão do estrangeiro distante” (BECK, 2008), que coloca a necessidade de reconhecer a pluralidade do mundo no cotidiano. O autor tem como base a história da Alemanha, mas o diagnóstico feito por ele refere-se às mudanças ocasionadas pelo capitalismo flexível na esfera tanto da produção como da vida cotidiana. Desta forma, a flexibilização da jornada de trabalho trouxe formas inovadoras, flexíveis e plurais de subocupação e, em consequência, trouxe situações e padrões de desenvolvimento biográfico inéditos.

Como dito anteriormente, este panorama efetua uma mudança na essência da política, verificável na transição da modernidade simples para a modernidade reflexiva: a primeira concentrando a esfera pública como o seu lugar característico e a segunda evidenciando a “[...] privacidade como a menor unidade concebível dentro do político – contém dentro de si a sociedade mundial” (BECK, 1997, p. 61). Este processo fornece sentido ao conceito de subpolítica (*sub-politics*) cunhado por Ulrich Beck, que significa, resumidamente, “moldar a sociedade de baixo para cima” (BECK, 1997, p. 35); que à primeira vista (de cima) pode

significar perda do poder de implementação, mas, por outro lado, cria a possibilidade permanente de haver arranjos sociais que produzam voz para grupos até então subalternizados. Assim, o indivíduo que emerge na sociedade do risco passa a viver uma dualidade que o coloca, a um só tempo, como responsável pelo próprio sucesso ou fracasso – e, portanto, sob a condição de uma rotina marcada pela pressão e ansiedade – e como possível reformador do mundo, perspectiva que inaugura um novo potencial da política.

Segundo Beck, esta é uma condição irreversível seja no âmbito da administração dos riscos, na transformação da individualização e nos processos políticos. Este último processo diz respeito ao fato de que os campos da subpolítica, tais como economia, ciência, vida privada, estão alterando as condições da vida social e fazendo política através de seus próprios meios. Para o autor, “a política não é mais a única e nem mesmo a mais importante instância em que se decide sobre a configuração do futuro social” (BECK, 2010, p. 338). Há necessidade, no entanto, de controle destas instâncias através de tribunais fortes e independentes que deveriam ser complementadas por possibilidades de autocrítica. Esta é, resumidamente, a proposta política de Beck para a assimilação das condições que se impõem na sociedade do risco. O diagnóstico das transformações da sociedade industrial para a sociedade do risco e sua irreversibilidade é bastante convincente, no entanto, Chantal Mouffe identifica lacunas em sua proposta política.

Estabelecendo sua problemática no campo da política e em consonância com as abordagens teóricas sobre a natureza conflitiva da estrutura social, Chantal Mouffe elabora uma reflexão bastante relevante para o tema aqui delimitado. A autora critica o que chama de “*zeitgeist* pós-político” contido nas teorias dos defensores da democracia liberal contemporânea. Segundo a perspectiva da autora, os teóricos liberais da democracia formam parte de uma visão comum antipolítica que se nega a reconhecer a dimensão antagônica constitutiva do fenômeno político (MOUFFE, 2009, p. 10). Para ela, Ulrich Beck é um universalista que busca um “pacifismo legal” através do estabelecimento de uma democracia cosmopolita, que parte do pressuposto de que a interpretação ocidental dos valores democráticos é a única racional e legítima. Mesmo que bem-intencionada, Mouffe (2003) aponta que esta concepção está muito perto de justificar a hegemonia do Ocidente e a imposição de seus valores particulares.

Mouffe demonstra, em resumo, que o pensamento democrático liberal distancia a política do conflito social ao partir do pressuposto de que, através de procedimentos supostamente imparciais, é possível desenhar instituições que estimulem a criação de um consenso racional universal que reconcilie todos os interesses e valores sociais em conflito. Ao invés disso, diz a autora, a tarefa dos teóricos e políticos democráticos deveria consistir em promover uma esfera pública vibrante, de luta agonística, onde possam se confrontar diferentes projetos políticos hegemônicos (MOUFFE, 2009, p. 11). Com este viés, a autora defende o projeto de democracia radical plural, no qual se compreende que “[...] as relações de poder são constitutivas do social, então a questão principal da política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos” (MOUFFE, 2003, p. 14).

Nesta abordagem a relação entre democracia e poder deve ser constitutiva das identidades sociais, tendo o pressuposto de que os valores democráticos devem conduzir relações que são antagônicas em um processo “agonístico”. De fundamental importância para Mouffe são as consequências da negação do conflito para a política democrática. Isto porque o enfoque consensual, ao invés de criar condições que permitam o florescer de uma sociedade reconciliada, conduz à emergência de antagonismos que uma perspectiva agonística poderia evitar, uma vez que é capaz de proporcionar a estes conflitos uma *forma legítima* de expressão (MOUFFE, 2003, p. 12). O divórcio entre a política e o conflito social, expresso na política democrática contemporânea, leva a que indivíduos e grupos sociais politicamente marginalizados constituam suas identidades em um registro moral. Ao invés de serem definidas mediante categorias políticas, as identidades surgem como consequência de uma polarização radical que, em situações-limite, adquire feições de uma luta entre bem e mal, em que não existem adversários políticos, mas inimigos a serem aniquilados.

A perspectiva de Chantal Mouffe se aproxima com a de Hannah Arendt e de Michel Wieviorka na medida em que identifica que a ausência de conflito e, portanto, da incorporação da política nas diversas relações sociais abre um caminho propício para a intolerância e a violência. Para Mouffe, o colapso do comunismo, longe de ter “conduzido a uma suave transição para a democracia pluralista, abriu caminho para uma explosão de conflitos étnicos,

religiosos e nacionalistas que muitos liberais não podem compreender” (MOUFFE, 2003, p. 12). O uso do termo “político” é intensamente abordado nas teorias democráticas liberais – que possuem como base principal o individualismo, o racionalismo e universalismo –, mas é esvaziado pelo entendimento de que os atores agem apenas orientados pelos seus interesses racionais. Como consequência, as paixões são apagadas do jogo político, o que empobrece a compreensão da elaboração de identidades políticas diante das grandes transformações da globalização.

Mouffe aponta uma lacuna na teoria de Beck que é preciso ser considerada, pois a abordagem da violência aqui delimitada consiste no entendimento de que o conflito social é fundamental para a constituição de uma sociedade mais democrática e plural. Este pressuposto é o que une as principais referências deste trabalho, quais sejam: Arendt (2000), Wieviorka (2009) e Mouffe (2003). Ulrich Beck se afasta deste pressuposto e propõe uma “nova política” que ele expressa como universal. No entanto, mesmo que a sociedade do risco se constitua, de maneira inequívoca, como uma condição social, as formas de incorporação social são múltiplas e estão relacionadas ao conteúdo acumulado de experiência social de cada sociedade. Isto é verificável na comparação de uma sociedade de modernidade periférica radicalizada, como o Brasil, e outra de modernidade radicalizada de um país de capitalismo central, como os Estados Unidos.

O capitalismo flexível e o “novo paradigma da violência”

Segundo Wieviorka, o capitalismo do pós-guerra ou o capitalismo fordista se caracterizava pela rigidez, padronização, vigilância e disciplina impostas no mundo do trabalho e que inevitavelmente conduziam a resultados nas visões de mundo e impulsionavam um conjunto de conflitos sociais. Notavelmente a exploração era principalmente o que sintetizava a vida dos trabalhadores deste momento e motivava os conflitos sociais expressados, sobretudo, pelos movimentos sindicais. Apesar disto, este momento do capitalismo possuía duas características que foram perdidas no capitalismo flexível: a segurança ontológica e uma sensação de utilidade no mundo. Mais especificamente, o autor reflete sobre a dissolução do conflito capital/trabalho e o surgimento de uma ideologia, principalmente entre os jovens, que

segundo ele se resume à oposição perdedor/vencedor. Segundo o autor, esta dissolução do conflito separa o indivíduo da sociedade e o coloca em uma rotina onde é necessário provar constantemente que é possuidor de características que expressam “um vencedor” (WIEVIORKA, 2009, p. 14). Assim, os problemas de dominação social passam a ser vistos como problemas pessoais e de fragilidade pessoal. Neste sentido, Wieviorka cita um problema francês percebido através de um estudo sobre os jovens:

Uma das grandes lições a serem apreendidas a partir de estudos sobre os jovens nas áreas de classe trabalhadora na França, que têm se envolvido em várias formas de violência, especialmente na escola, é que este comportamento é uma expressão do ressentimento, do sentimento de não reconhecimento e, talvez, em um nível mais profundo da própria inabilidade de dar sentido à vida, agora que não há nenhuma relação social que permita com que eles se definam em uma relação com um adversário, ou um opressor, ou com explorador. [tradução livre]. (WIEVIORKA, 2009, p. 14).

Esta relação entre ausência de sentido e violência tem como base a dicotomia reiterada aqui entre poder e violência, devido à ausência de repertório e condições sociais que permitam, principalmente ao jovem, compreender que a insegurança ontológica é resultado de um problema social do capitalismo flexível e não um problema de fragilidade pessoal ou causado por alguma minoria social – no caso de violência que tem como motivação o preconceito contra alguma minoria. As características do capitalismo flexível tratadas aqui condensam-se na demonstração de que a precarização do trabalho, a marginalidade avançada e a ideologia do “novo espírito do capitalismo” geram um ambiente desfavorável para os sujeitos assimilarem uma conduta social baseada em premissas de convivência cidadã.

Esta ideologia de perdedor/vencedor que expõe Wieviorka está associada ao neoliberalismo, tanto enquanto discurso e modo de pensamento como enquanto práticas político-econômicas. Isto porque, além da incerteza e da ausência de uma vida coletiva dotada de sentido, há a redução dos recursos dedicados ao bem-estar social – em áreas como assistência à saúde, ensino público e assistência social –, o que passa a gerar parcelas da população que ficam cada vez mais vulneráveis ao empobrecimento, à estigmatização e à exclusão social. Esta

redução e a conseqüente estigmatização se baseiam na ideia de que os fracassos pessoais são conseqüência de falhas individuais (HARVEY, 2008). Este contexto, no qual o trabalho deixa de trazer segurança, como no capitalismo fordista, e passa a ser parte do problema da fragmentação e da precariedade, enquanto as cidades passam a ter territórios bem demarcados e cada vez mais isolados, produz a marginalidade avançada, para usar uma expressão de Loïc Wacquant (2001). A palavra avançada significa que este tipo de marginalidade não pôde ser visto no passado, mas a partir da cidade pós-fordista, “como resultado não do atraso, mas das transformações desiguais e desarticuladas dos setores mais avançados das sociedades e economias ocidentais” (WACQUANT, 2001, p. 169). Neste sentido, o autor expõe que é necessário encontrar um entendimento sociológico adequado para a cidadania, pois é ela, e não a classe, a renda, o status do emprego ou a raça que está se tornando o pivô central para a exclusão de bens e serviços (WACQUANT, 2001, p. 178). Nesta mesma linha de compreensão, Teresa Pires do Rio Caldeira estuda a segregação social, a cidadania e o crime na cidade de São Paulo e demonstra que, nas últimas décadas, houve uma reconfiguração da segregação social que fez o medo se proliferar e reforçar preconceitos. Segundo a autora,

Em geral, grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nessas cidades constroem enclaves fortificados para a sua residência, trabalho, lazer e consumo. Os discursos sobre medo que simultaneamente legitimam esta retirada e ajudam a reproduzir o medo encontram diferentes referências. Com frequência, dizem respeito ao crime e especialmente ao crime violento. Mas eles também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados (CALDEIRA, 2000, p. 9).

A marginalidade avançada e este modelo de cidade pós-fordista evidenciam a condição de isolamento de todos os membros da sociedade, pois, se por um lado, os sujeitos da periferia possuem trabalho precário e estão em sua maioria excluídos de serviços básicos, por outro, a população abastada, em função do medo e da reprodução de preconceitos, não convive e não dialoga com a diferença, além de sofrer com as pressões e incertezas inerentes ao capitalismo flexível.

Esta situação revela uma sociedade atomizada como um todo, em que a violência, se compreendida como o oposto do poder, tal como expõe Hannah Arendt (2000), pode surgir tanto da periferia como de regiões com uma estrutura urbana favorável. Em síntese, a violência de ódio difusa coincide com a aceleração da mundialização da economia, com a intensificação do individualismo, com o fim da guerra fria e com a diminuição de movimento de violência politizada, seja de contestação, seja de estratégias para a tomada de poder Estatal, tal como afirma Michel Wieviorka (1997, 2003). Assim sendo, este tipo de violência aqui recortada é uma das expressões de um novo paradigma da violência, pois esta noção fornece fundamento para compreender uma violência que não é política, mas antes, infra ou metapolítica. Nas palavras do autor:

Sobretudo, ela parece – ao menos provisoriamente – não estar numa correspondência tão estreita com a política e com o Estado quanto a que sugere Max Weber, para quem a essência do político, e mais ainda, do Estado, está no meio específico, que lhe é próprio, que constitui a violência física e seu uso mais ou menos regrado.

No fundo ela parece por vezes constituir bem mais o avesso do político enfraquecido, a marca da pane de Estado, que a essência de um ou de outro. O planeta encontra-se numa era de mutação, em que a violência política continua tendo um lugar considerável, e segundo modalidades relativamente clássicas, mas em que também se desenvolvem violências infra e metapolíticas que constituem as expressões mais significativas, mas talvez provisórias, dessa mutação. Essas violências, bem mais do que a violência política, por definição fria, calculada, instrumental, traz a marca do individualismo moderno, que faz com que cada pessoa, mesmo muito jovem, seja suscetível de querer existir enquanto indivíduo-consumidor e como sujeito (WIEVIORKA, 1997, p. 36).

Segundo Wieviorka há um aumento da violência infra e metapolítica a partir dos anos 1990, no entanto, não há uma definição específica de ambos os conceitos, eles aparecem em sua obra relacionados a um processo histórico e, geralmente, ilustrados por exemplos. No intuito de estabelecer a definição clara do que significa cada conceito, vale recuperar resumidamente os pressupostos de Wieviorka. Assim, a violência instrumental (roubos, latrocínios, etc.), o narcotráfico e a privatização da

violência estariam incluídos na violência infrapolítica. Segundo ele, em alguns casos a violência infrapolítica pode se revelar como pré-política, podendo assumir posteriormente feições políticas. Neste caso, o conceito de político para Wieviorka se constitui como estrutura organizacional do Estado.

Tendo como base sua abordagem sobre o neoliberalismo e sua compreensão da importância do conflito social, compreende-se que a violência infrapolítica pode ser descrita como aquela que evidencia uma lacuna na assimilação de pressupostos básicos da cidadania. Em consequência, ela está mais propensa a acontecer onde não há uma tradição histórica de construção desta estrutura de valores democráticos. Encaixa-se, portanto, neste tipo de violência, todo o conjunto de expressões que revelam uma inaptidão à convivência com a alteridade.

No segundo caso, a violência metapolítica, Wieviorka, traz como exemplo principal o terrorismo, mas também podem ser incluídos os *rampage shootings*. A violência tem um sentido absoluto, inegociável e geralmente sem alvos específicos, porque ela se destina a toda uma estrutura social na qual o indivíduo não conseguiu reconhecimento e não possui repertório para se expressar através de um sentido político ou achar categorias e formas de lutar por reconhecimento. Este tipo de violência tem uma propensão maior a acontecer em sociedades saturadas de sentido político, geralmente em resposta ao processo de transformação da modernidade que foi estruturado nos países de capitalismo central. Pode ser interpretado também como consequência de uma insegurança ontológica própria da crise da modernidade.

SILVA, A. P. Political crisis and the emergence of the “diffuse hatred violence”. *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p. 87-120, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *The concept of diffuse hatred violence is defined as a multiplicity of acts related to the intolerance which has various motivations, engendered as consequence of the political crisis and citizenship deterioration. To approach this theme, it is intended to develop a theoretical and a historical dimension. The first one is based on the Hannah Arendt's political philosophy concept: that the violence is the opposite of power, which is understood as concerted political action. This conception contributes to the understanding that this*

type of violence can be characterized by the construction of destructive authoritarianism which is motivated, in the modern experience, by the fear of freedom (FROMM, 1964). Besides, the arendtian axiom is reinforced later by Michel Wieviorka (2013) in the methodological differentiation that he establishes between social conflict and violence, although the author does not use the Arendt's theory. This theoretical reflection enables to build the bridge between the capitalism historical transformations and the diffuse hatred violence. The historical perspective is also important because it updates the debate initiated with Arendt and Fromm, which have the barbarities of the Nazism as reference that were committed in a moment of excessive concentration of political, economic and ideological powers in the hands of the State. In this sense, it is argued that the multiple and diffuse character of violence is related to the fragmentation of flexible capitalism, in which the state no longer has the strength that has made homogenous a discourse and a national identity.

■ **Keywords:** Diffuse hatred violence. Political crisis. Flexible capitalism.

Referências

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BECK, U. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

_____. "Momento cosmopolita" da sociedade do risco. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. 2008. Acesso em 15 de agosto de 2012. <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&id=50118>

_____. *Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed.34, 2010.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUTLER, J. *Marcos de guerra*. Las vidas lloradas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

DERBER, C. *Sociopathic society: a people's sociology of the United States*. Boulder, London: Paradigm Publishers, 2013.

DUARTE, A. *Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração*. Selectedworks, 2009.

FROMM, E. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1964.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

LAFER, C. Introdução. In: ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

MACHADO DA SILVA, A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 13, p. 115-124, 1999.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política e Sociedade*, n. 3, p. 11-26, 2003.

_____. *Em torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2009.

OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, 1989.

SENNETT, R. *Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2010.

SILVA, A. P. *Sociedade do risco, novas formas de violência e os dilemas da cidadania: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. 201p. Tese de doutorado. UNESP, Araraquara-SP, 16/05/2016.

SANTOS, J. V. T. (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. *Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia"*. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n.1, jan./mar, 2004

WACQUANT, L. J. D. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 39-50, 1999.

_____. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, n. 9, v. 1. p. 5-41, 1997.

_____. Social conflict. *Current Sociology Review*, Sage, London, n. 61, v. 5-6, p. 696-713, 2013.

_____. *Violence: a new approach*. London, Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2009.

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Sylvia IASULAITIS¹

■ **RESUMO:** O artigo resgata a produção intelectual brasileira a respeito das categorias de Estado e sociedade civil, dando ênfase ao contexto em que tais chaves analíticas tornaram-se centrais e aos principais autores que contribuíram com este debate. Busca-se, inicialmente, refletir como o pensamento político brasileiro foi marcado por uma linhagem que valorizou o Estado para se verificar então a inflexão e o deslocamento teórico que fizeram as ideias de democracia e de sociedade civil a se tornarem preponderantes. Para tanto, serão considerados o processo de surgimento dessas novas ideias, a adoção de conceitos teóricos inovadores, a disputa de rumos para a nação durante a ditadura militar que abriu espaço para a renovação do léxico em vigor, a emergência de novos atores e movimentos sociais que permitiram a valorização da sociedade civil como uma nova categoria analítica para se pensar e organizar o país. Nesse sentido, se procura analisar também o caráter epistêmico desta inflexão, basicamente buscando compreender o papel do teórico italiano Antonio Gramsci, bem como a configuração política e social do país que se mostrou determinante nesse deslocamento teórico.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento Político. Estado. Sociedade Civil. Democracia. Brasil.

A centralidade do Estado no pensamento político brasileiro

Analisando o pensamento político e social brasileiro, verifica-se que inicialmente o mesmo configurou-se como uma extensão do pensamento luso, que expressava a história da Ibéria, de

¹ UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – siasulaitis@hotmail.com.

Portugal e da colônia, e cuja peculiaridade fundamental girou em torno de como conceituar os povos novos com os quais os portugueses haviam tomado contato. Nos primeiros séculos de colonização os temas preponderantes foram a formação do povo, a mestiçagem e a escravidão. Não é exagerado dizer que a cultura e o pensamento brasileiros formaram-se sob o peso desse passado ibérico-português e de suas instituições (WEFFORT, 2006).

É neste sentido que Faoro, tratando da singularidade do “pensamento brasileiro”, nos incita a refletir sobre aspectos como a imitação, a cópia, a importação de paradigmas e modelos culturais, a autenticidade ou mimetismo, e em que medida o pensamento português deu forma às nossas instituições, visto que o pensamento político brasileiro, na sua origem, foi o pensamento político português. Para ele, somente a partir da Independência do Brasil, teria começado a existir um pensamento efetivamente centrado no país (FAORO, 1994). Corroborando esta visão, Bernardo Ricupero (2007) sustenta a tese de que as principais interpretações sobre o Brasil apareceram no período histórico entre a proclamação da República (1889) e o desenvolvimento da universidade, a partir da década de 1930. Para o autor, “a preocupação predominante, nos anos que se seguem à independência, não foi, nem pode ter sido, em interpretar o Brasil, mas sim de criar referências nacionais para o país recém-independente” (RICUPERO, 2007, p.21). Neste período, determinados temas tornaram-se focos dominantes de investigação, como o tema da escravidão e a questão racial.

Bolívar Lamounier (1982), em texto clássico sobre a ciência política no país, também chama a atenção para a existência de uma reflexão política vigorosa, iniciada muito antes do estabelecimento formal de universidades no Brasil, que data dos anos vinte do século XX. De acordo com o autor, só começamos a ter uma reflexão autônoma sobre temas nacionais a partir da década de 1930, quando se inaugurou a teoria social no Brasil, com a reflexão deixando de se concentrar no plano do “dever ser” e passando a olhar para as coisas como elas são. Ou seja, embora ainda contivesse uma perspectiva normativa, esta produção voltou-se para a investigação dos dilemas nacionais.

Levando em conta essa gênese, compreende-se que o pensamento político e social brasileiro tenha sido fortemente marcado em sua primeira fase por um discurso jurídico. Para Lamounier, os pensadores autoritários corresponderam a uma

primeira fase da Ciência Política no Brasil e “demonstra(r) a importância heurística para a compreensão da problemática centrada na consolidação do Estado nacional”. Do ponto de vista das condições institucionais em que este conhecimento foi produzido, essa fase pode ser caracterizada como sendo ainda tributária de um trabalho de pensadores isolados. O que pode ser claramente percebido pela dimensão formal, com a elaboração de amplos ensaios histórico-sociológicos, que visavam sustentar propostas de reforma constitucional. O autor cita Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Nestor Duarte no rol dos pensadores “que se preocuparam intensamente com a relativa inexistência de um verdadeiro Estado nacional no Brasil” (LAMOUNIER, 1982, p.413).

Analisando as ideias que surgiram neste período, é possível identificar que o predomínio desta tradição ensaística adveio de mudanças de caráter econômico, político, social e cultural. Foi bastante significativo o fato de no início dos anos 1920 terem ocorrido quatro grandes movimentos que, de um lado, resultaram de um amplo debate social, e, de outro, concorreram para acelerar o processo de transformação da sociedade: a Semana de Arte Moderna, que simultaneamente desencadeou uma revolução estética, denunciou a ingenuidade do ufanismo e contribuiu para a valorização das coisas do país; as mobilizações sociais de trabalhadores, inúmeras no período, que ganharam nova dimensão e atingiram outra etapa, na medida em que se fundou o Partido Comunista Brasileiro, organização possível pela própria existência daquelas lutas; as ideias católicas, pautadas pela reação tradicionalista, que apareciam como manifestações dispersas, de caráter individual; e, por fim, a rebelião do Forte de Copacabana, marco do movimento tenentista (LAHUERTA, 1997). Tais acontecimentos expressavam o processo de desgaste do pacto oligárquico e revelavam que:

[...] estava ocorrendo a perda de terreno econômico e político pelos setores tradicionais ligados à exportação, em favor de um capital nacional que se desenvolve também através de investimentos industriais” (BASTOS, 1986, p.264-265).

Portanto, o choque de interesses e a disputa de rumos para a nação abriram espaço ao debate das ideias que ora se opunham, ora articulavam-se. Em outros termos, a crise possibilitou o surgimento de um verdadeiro caudal de ideias em confronto.

O aspecto normativo desta produção ensaísta se expressa claramente no fato de que tais pensadores preocuparam-se em inspirar ações concretas: em persuadir possíveis atores a se engajarem na destruição do Estado oligárquico e se articularem na construção de um Estado que seria um híbrido do Estado de Direito clássico (na medida em que preservava a delimitação das diferenças entre Estado e Sociedade) com um Estado tendencialmente autoritário, capaz de assegurar sua independência frente às oligarquias regionais, manter sua coesão burocrática e, sobretudo, implantar um elevado poder de intervenção na esfera econômico-social (LAMOUNIER, 1982).

Marcada pelo ufanismo ou por vezes pelo pessimismo, essa ensaística denunciava o caráter mimético de nossa cultura, o descompasso entre a realidade e as ideias importadas pelas elites, entre as regras e os comportamentos (LAHUERTA, 1997). É neste sentido que os pensadores autoritários buscaram refletir sobre o abismo existente entre o país “legal” e o país “real”, denunciando o artificialismo de nossa legislação, transplantada de realidades muito distintas, como apontaram Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

Guardadas as especificidades das produções de cada autor, o que unificava este pensamento autoritário era uma “ideologia de Estado”, que se contrapunha à ideologia de mercado e ao liberalismo. Tal mudança devia-se ao fato de que os anos de 1920 e de 1930 se constituíram momentos críticos da convulsão e conturbação social, derivados do avanço da modernização no Brasil, da intensificação das demandas de participação dos segmentos urbanos e do esgotamento das estruturas da Primeira República, requerendo um novo pacto social. A partir de então, o Estado aparece como o depositário das esperanças nacionais, sendo a organização da sociedade uma de suas funções. Tal compreensão se expressa no cerne do pensamento autoritário: um Estado para “domesticar” as massas para um projeto de nação.

Ricupero (2007) nos mostra que o gênero ensaístico, predominante nos anos iniciais do século XX, foi perdendo terreno na medida em que a universidade passou a ganhar importância e, conseqüentemente, contribuiu para a mudança no padrão de reflexão sobre o país, quando os estudiosos passaram a atribuir maior rigor aos trabalhos científicos, resultando em trabalhos monográficos voltados para a investigação de temas mais específicos. Com isso, as interpretações mais generalizantes sobre o Brasil foram se tornando cada vez mais escassas.

Desde José Bonifácio, passando por Varnhagen, Alencar, Tavares Bastos, Nabuco, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, além daqueles que realizaram a Semana de Arte Moderna em 1922, reiteradamente colocaram-se alguns dilemas fundamentais sobre o que era o Brasil (BASTOS, 1986, p.89). O intuito era compreender melhor questões como: raça, mestiçagem, cultura, civilização, agrarismo, patriarcalismo, urbanização, industrialização, população, massa, povo, cidadania, elite, sociedade e Estado, obstáculos e condições do progresso. Em suma, os temas em debate nas obras dos ensaístas eram informados pela questão da cultura e pela busca de uma identidade nacional. “Afim, o que é o Brasil?”.

Contudo, é possível verificar uma transição no pensamento político e social no Brasil a partir do esgotamento do discurso jurídico, que havia informado a construção institucional do Império e da Primeira República e era, até então, o principal instrumento explicativo da realidade, e a adoção do discurso sociológico por intelectuais brasileiros. Autores como Gilberto Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque de Holanda sintetizam este ponto de inflexão e sinalizam tentativas de compreensão que buscavam romper com a tradição jurídica ensaística, que marcara o período anterior. O pano de fundo que informava tal démarche era pautado pela seguinte pergunta: “com este povo, que instituições políticas podemos ter?” O objetivo neste momento estava concentrado na compreensão da formação histórica do Brasil e de suas características mais fundamentais: o patriarcado, a família, a miscigenação racial e cultural, as inter-relações das etnias e culturas, a constituição da sociedade a partir do princípio dual (erudita e rústica), o amálgama das culturas no seio da família patriarcal e a monocultura latifundiária.

As figuras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr.:

“[...] nos deram a perceber que o grande problema das elites na formação da sociedade brasileira era menos o de criar um povo do que o de reconhecer o povo realmente existente e que, aliás, nessas mesmas décadas, começava a emergir para as luzes do cenário político” (WEFFORT, 2006, p. 328).

Essa metamorfose no pensamento político e social é componente fundamental do processo de institucionalização das

Ciências Sociais, que se inicia na década de 1930 mediante a criação de cursos na Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934).

Desde a criação dessas instituições, mas principalmente na década de 1940, passa a se estabelecer uma nova mentalidade preocupada com a formulação de uma ciência social rigorosa, desvinculada das injunções imediatamente políticas. Florestan Fernandes foi o intelectual que de modo mais contundente incorporou esse novo *ethos*, impondo-se a criação de uma linguagem distinta da tradição ensaística, pautada pelo rigor científico e bastante atenta às questões de método. Como resultado dessas preocupações iniciais, ao longo da década de 1950, há um salto de qualidade e um rápido crescimento das Ciências Sociais como atividade universitária organizada, ainda que nesse momento haja um predomínio da Sociologia, em especial da Sociologia do Desenvolvimento, na definição do que se entendia por conhecimento científico da realidade (a Antropologia e, mais ainda, a Ciência Política permaneceriam numa posição subalterna durante muito tempo).

Com este breve panorama, é possível perceber, portanto, que os temas referentes ao povo e ao Estado formaram o pensamento brasileiro num processo que, parafraseando Weffort (2006, p.330), atropelou as cronologias. Do mesmo modo, nota-se a prevalência durante décadas daquilo que Lamounier chamou de “ideologia de Estado”, em especial na sua faceta voltada para o desenvolvimento econômico que ganhou tanta importância ao longo da década de 1950.

A valorização do Estado no Brasil em detrimento da sociedade civil se insere naquilo que Brandão (2007) destaca como matriz do pensamento político brasileiro: as famílias intelectuais ou as linhas evolutivas que se mantiveram ao longo do tempo. Essa concepção considera que algumas formas de pensar perpassaram vários grupos sociais e políticos, estabelecendo verdadeiras “linhagens de pensamento”.

Em sua interpretação, inspirada em formulações anteriores de Oliveira Vianna e Guerreiro Ramos, no Brasil ora se pensou a sociedade a partir do Estado (linhagem chamada de “idealismo orgânico”), ora se pensou a sociedade a partir da sociedade ou do mercado (linhagem chamada de “idealismo constitucional”). Tendo como referência as categorizações de Oliveira Vianna,

Brandão (2007) aproxima o idealismo orgânico do pensamento conservador, cuja base é a sobreposição da autoridade à liberdade, diante da sociedade amorfa e inorgânica. Por outro lado, o idealismo constitucional dos liberais estaria vinculado à expansão das liberdades individuais. A primeira concepção se constituiu na corrente de pensamento hegemônica na histórica política imperial e republicana, pelo menos até o final da década de 1980.

Ainda que, nesse ínterim, a ideia de povo também tenha sido incorporada ao Estado. De acordo com Lamounier (1985), estabeleceu-se por intermédio da ideologia de Estado uma integração entre as esferas política e social, mas de tal forma que isso não significou, em absoluto, autonomia e mobilização das massas. Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos (1978), o Estado intervencionista passaria a intervir na ordem de acumulação e de estruturação do desenvolvimento capitalista no Brasil, sob o critério de uma “cidadania regulada”.

Analisando esta matriz estadocêntrica do pensamento político brasileiro Weffort identifica a vigência de uma concepção que não só valoriza o Estado como também expressa uma enorme desconfiança em relação à sociedade, constituindo-se assim como um dos aspectos mais salientes de nossas tradições autoritárias.

Neste país de dimensões continentais, a sociedade, por sua vez de enorme heterogeneidade social e regional, apareceu sempre para as elites como essencialmente incapaz de estabelecer sua própria ordem. Caberia então ao Estado (ou melhor, a burocracia do Estado) fazê-lo, assumindo assim a função de educador da sociedade, de criador da consciência nacional e no limite de criador da própria nação [grifos meus, S.I] (WEFFORT, 1973, p.4).

Os conceitos de Estado e de sociedade civil no pensamento marxista

Uma característica das ciências em geral e, mais especificamente, das Ciências Sociais, é a existência de diversas perspectivas para a explicação dos seus problemas e tratamento de seus objetos e conceitos específicos. O conceito de “sociedade civil”, em particular, é um dos mais complexos para as ciências humanas, devido às diferentes abordagens que recaem sobre ele.

Realizando uma revisão da literatura sobre sociedade civil é possível verificar a influência de distintas correntes de

pensamento na construção deste conceito². Recorrendo a autores como Bobbio (1982), Alonso (1996), Lavallo (1999) e Avritzer (1994), em termos gerais, constatam-se seis perspectivas principais permeando as produções concernentes à temática da sociedade civil: jusnaturalista, hegeliana, toquevilliana, marxista clássica, gramsciana e habermasiana. Centramos-nos neste artigo na corrente marxista clássica e na gramsciana, visto que foram elas que influenciaram sobremaneira o pensamento político e a teoria social no Brasil.

Analisando a corrente marxista clássica é possível verificar que Marx e Engels desenvolveram suas concepções acerca do Estado, tendo por base uma postura bastante crítica com relação aos jusnaturalistas, bem como às concepções hegelianas. No entender desses autores, dirá Bobbio, “o Estado não é mais a realidade da idéia ética, o racional em si e para si, mas – conforme a famosa definição de *O Capital* – violência concentrada e organizada da sociedade”. Ao contrário do que defendiam os jusnaturalistas, reflexão que culmina em Hegel:

no Estado, o reino da força não é suprimido, mas antes perpetuado, com a única diferença de que a guerra de todos contra todos foi substituída pela guerra de uma parte contra a outra parte (a luta de classes, a qual o Estado é expressão e instrumento) (BOBBIO, 1982, p.20).

Marx, em desacordo com Hegel, afirma que a sociedade civil não deve ser entendida como uma instituição, e nem se coloca entre a família e o Estado. Ao contrário, na perspectiva marxista, “a sociedade civil se reduz ao sistema das necessidades, isto é, à economia capitalista, que de forma alguma pode ser considerada uma instituição intermediária – na construção da vida ética” (AVRITZER, 1993, p.33).

Na mesma linha, Bobbio (1982, p.22) considera que para Marx e Engels, ao contrário do que afirmava Hegel, o Estado não se coloca como uma superação da sociedade civil: “a sociedade civil,

² Autores como Alonso (1996), Lavallo (1999), Bobbio (1982), Avritzer (1994) e Olvera (1996) realizaram importantes revisões e categorizações a esse respeito. A discussão sobre a trajetória do conceito de sociedade civil é realizada recorrendo a uma diversidade de pensadores que buscaram refletir acerca da organização política da humanidade, particularmente a partir do advento da modernidade, tais como Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Ferguson, Paine, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Engels, Gramsci, e também aos pensadores que foram responsáveis pela retomada do conceito de sociedade civil a partir das reflexões de Habermas, como Cohen e Arato (2000).

historicamente determinada, não desaparece no Estado, mas reaparece nele com todas as suas determinações concretas". Esta concepção não poderia ser diferente, visto que na teoria marxiana o Estado está subordinado à sociedade civil, cumprindo um papel de instrumento da sociedade civil burguesa, condicionado e regulado por ela. Como é claramente observável, esta é uma concepção contrária à concepção positiva do Estado, difundida pelo pensamento jusnaturalista e, em parte, acatada por Hegel.

Marx inclui a família na sociedade civil e destaca que esta pertence à esfera privada, fazendo parte da chamada infraestrutura, juntamente com o conjunto das relações econômicas. Por tal motivo, atribui à mesma o momento ativo do desenvolvimento histórico e a coloca como a esfera onde se originavam as lutas entre os interesses econômicos e ideológicos privados (ALONSO, 1996).

Portanto, é a partir da concepção hegeliana que coloca o Estado-nação como o fim da realização da história, que Marx e Engels (e, posteriormente, Gramsci) farão a crítica à visão de sociedade civil adotada por Hegel (1821) em sua *Filosofia do Direito* (BOBBIO, 1982, p.33).

Para Marx e Engels (1980), as relações jurídicas e as formas do Estado não seriam compreendidas por si mesmas, mas sim as raízes dos fenômenos superestruturais poderiam ser encontradas nas "relações materiais de existência" denominada como sociedade civil.

A sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa dada fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; todavia, a organização social diretamente resultante da produção e do comércio, e que constituiu sempre a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, tem sido constantemente designada pelo mesmo nome (MARX; ENGELS, 1980, p.94).

Neste sentido, as relações jurídicas e as formas de Estado só podem ser compreendidas a partir das relações materiais de vida,

cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII, e a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política (MARX; ENGELS, 1980).

Reformas estruturais, ruptura revolucionária e ideologia no pensamento brasileiro

No que se refere ao pensamento de esquerda no Brasil, entre intelectuais e organizações políticas, até a década de 1960 as ideias sobre reformas estruturais e sobre as possibilidades de ruptura revolucionária foram hegemônicas, em detrimento das ideias sobre democracia e sociedade civil.

Isto se deve ao fato de que a noção de democracia, em larga medida, até então estivera associada ao conservadorismo, o que fez com que ela fosse renegada pela esquerda, que permaneceu por décadas prisioneira de uma ideia abstrata de revolução, muitas vezes flertando de modo inconsequente (como, aliás, também o fez boa parte do pensamento liberal) com a perspectiva de um golpe de Estado redentor.

[...] o conservadorismo brasileiro nos legou uma concepção de democracia e uma idéia de revolução. O problema é que nos legou uma concepção autoritária de democracia. E por conseqüência a única idéia que pode nos legar de revolução é a do golpe de Estado” (WEFFORT, 1986, p.32).

Accionando Sérgio Buarque de Holanda, para quem a democracia no Brasil fora sempre um lamentável mal-entendido, Weffort (1986, p.51) enfatizava que “uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas”.

Até a década de 1970, portanto, o marco conceitual predominante estava subordinado a algumas premissas básicas derivadas do marxismo clássico, reforçado pelo althusserianismo. Neste contexto, o conceito marxista de ideologia, entendida exclusivamente como falsa consciência, reinava soberano.

A separação entre infraestrutura e superestrutura, a determinação da superestrutura pela infraestrutura econômica e a concepção do terreno das ideias como reflexo ou imagem invertida da realidade formam os princípios constitutivos da ideologia (WILLIAMS, 1977). A cultura, especialmente a popular, era o domínio da alienação, da falsa consciência e da mistificação; em suma, o reino da ideologia (DAGNINO et al., 2000, p.63).

Esta primazia de um conceito restrito de ideologia resultava na impregnação do domínio da cultura por uma dupla negatividade: 1) derivada do determinismo econômico, que retirava da cultura qualquer possibilidade de dinâmica própria, estabelecendo-a como uma esfera separada, expressão de uma “essência econômica” e 2) do fato de que as ideias, e a própria cultura, eram consideradas predominantemente como obstáculos à transformação social, devendo, portanto, serem eliminadas nas massas e substituídas pelo “conhecimento verdadeiro”, pela “consciência de classe”, como se fosse possível realizar aquilo que José Nun (1989, p.17, *apud* DAGNINO et al., 2000) denominava de uma “terapia radical para a classe operária”.

Para o marxismo, as práticas sociais e culturais estão enraizadas em tempo e em espaço específicos, que por sua vez são bases constitutivas da formação das ideologias e das expressões simbólicas em geral.

As práticas sociais, nesse sentido, são fermento para as ideias na medida em que estas visam racionalizar aspirações difusas nos seus produtores e veiculadores. A ideologia, portanto, comporia como persuasão motivações particulares e as projetaria como necessidades gerais. O ponto de partida para a ideologia, portanto, é a sociedade civil (SILVA, 2000).

Além disso, o reducionismo de classe transformara em categorias analíticas as dicotomias que opunham (como se fossem dois blocos monolíticos externos um ao outro) culturas dominantes e culturas dominadas, ideologia burguesa e cultura operária, estabelecendo-se assim aquilo que Canclini (1988) denominou de abordagens dedutivistas sobre o problema (DAGNINO et al., 2000).

É neste sentido que a própria política era equiparada e identificada com o conceito dominante de Estado. E este, sob

a forte influência do estruturalismo marxista, era concebido como uma condensação das relações de poder, e como o lócus específico da dominação na sociedade. O Estado foi considerado a única arena decisiva das relações de poder e, portanto, o único lugar e alvo relevante da luta política, no que veio a ser conhecido como uma visão “estatista” da política.

A concepção de um Estado forte e intervencionista, visto como historicamente ligado à construção da nação e como agente principal da transformação social estava no centro de todas as versões – conservadoras ou progressistas – dos projetos populistas, nacionalistas e desenvolvimentistas (DAGNINO et al., 2000, p.64-65).

Deslocamentos teóricos e emergência do debate sobre democracia e sociedade civil no Brasil

Percebe-se, portanto, que durante boa parte do século XX as perspectivas teóricas vigentes no Brasil partiam de uma concepção do Estado como lócus exclusivo da política, que engessava a discussão sobre sociedade civil. Com isso, de certa maneira, o conceito de sociedade civil acabava sendo estigmatizado, já que pela leitura marxista clássica era visto como sinônimo de sociedade burguesa. No entanto, como decorrência do contexto colocado especialmente a partir da década de 1970, em torno da chamada transição política, o pensamento marxista foi quase que forçado a problematizar seus pressupostos diante das novas situações que se apresentaram à sociedade brasileira.

É o que enfatiza Durand Ponte (1990), para quem as ditaduras militares na América Latina forçaram o pensamento social latino-americano a rever os modelos analíticos marcados pelo determinismo estrutural e pelo economicismo, porque esses modelos, além de não permitirem uma explicação consistente para o autoritarismo e as transições políticas em curso, tampouco eram úteis pensar a autonomia relativa da política e a emergência dos novos movimentos sociais, pois os diluíam no conflito antagônico entre as classes sociais fundamentais da sociedade capitalista – a burguesia e o proletariado.

Por tal motivo é que a partir da década de 1970 verifica-se um ponto de inflexão no pensamento político e social no Brasil, quando, a partir de um amplo deslocamento teórico, passou-se

a incorporar os temas da democracia e da sociedade civil no debate. Nas palavras de Weffort (1986, p.93), descobriu-se que na política havia algo mais que o Estado.

De acordo com Arato (1995), o conceito de sociedade civil passou por um grande renascimento, um verdadeiro *boom* conceitual nas ciências sociais durante os anos setenta e oitenta do século XX, principalmente pelo fato de que

[...] expressava as novas estratégias dualistas, radicais, reformistas ou revolucionárias de transformação das ditaduras, observadas primeiro na Europa oriental e depois na América Latina, para as quais proporcionou uma nova compreensão teórica. Essas estratégias se baseavam na organização autônoma da sociedade e na reconstrução dos laços sociais fora do Estado autoritário e a conceituação de uma esfera pública independente e separada de todas as formas de comunicação oficial, controladas pelo Estado ou pelos partidos" (ARATO, 1995, p.19).

Essa inflexão certamente traz em si uma questão de natureza epistêmica, mas fundamentalmente mantém uma relação com a configuração política e social que se desenvolveu no país e que mostra-se como determinante nesse deslocamento teórico. É o que afirma Lahuerta (2001), quando enfatiza que na década de 1970 no Brasil a história política do país experimentou uma grande virada, sendo marcada, simultaneamente, por momentos de muita tensão e por transformações culturais e sociais de grande monta.

Nela, não só se tornou explícita a ruptura com o quadro conceitual até então inquestionável e referenciado pelo nacionalismo, como foi possível também ter a exata dimensão da derrota sofrida pelo conjunto de forças que lhe dava sustentação política (LAHUERTA, 2001, p. 62).

Assim, a década de 1970 será um marco na transformação da sociedade brasileira e das interpretações vigentes sobre ela.

De acordo com Weffort (1986), nessa década, democracia e sociedade civil tornaram-se palavras no mínimo chamativas para uma postura oposicionista à ditadura militar, por isso emergiram como chaves analíticas, substituindo outros temas, tais como nacionalismo e luta armada, muito presentes entre autores de

esquerda e entre a juventude universitária. Ou seja, se desde a década de 1930 vigorara uma concepção para a qual o Estado era tudo e a sociedade civil desarticulada e gelatinosa, depois de 1964, e, sobretudo, após 1968, ocorre uma verdadeira inversão, com a descoberta da sociedade civil como espaço privilegiado da ação política, o que obriga a intelectualidade do país a operar uma revisão radical de suas ideias acerca do Estado e de sua relação com a política (LAHUERTA, 2001).

Portanto, para compreender esse deslocamento teórico é fundamental relembrarmos o contexto no qual estava inserido. Depois da derrota da estratégia da luta armada, a resistência da esquerda contra os regimes autoritários centrou-se no retorno ao sistema democrático. Assim, no debate político e intelectual se verificou a passagem da linguagem da revolução para a linguagem da democracia (WEFFORT, 1986).

É neste contexto que, de acordo com Dagnino et al. (2000), as abordagens feitas pela esquerda latino-americana mudaram sobremaneira em consequência do amplo processo de renovação da esquerda que se iniciou no final dos anos 1970. Como consequência da derrota vivenciada, paulatinamente, ocorreu uma guinada na esquerda, que adotou a estratégia da transição democrática e abdicou da retórica de luta armada. De certo modo, o fracasso das ações armadas obrigou toda a esquerda a buscar um novo modo de pensar as relações entre revolução e democracia.

É neste exato contexto que o fortalecimento da sociedade civil passa a ser considerado fundamental para a construção da democracia, o que seria reforçado pela crítica teórica ao Estado autoritário, pois essa levaria, por sua vez, a uma revisão profunda das concepções estatistas da política. Nessa crítica, vários autores tem papel de destaque, dentre eles cabe lembrar os escritos de Fernando Henrique Cardoso, em especial no livro *Autoritarismo e democratização* (CARDOSO, 1975), e as formulações de Carlos Nelson Coutinho, sintetizadas no texto "A democracia como valor universal" (COUTINHO, 1980)

A pouco e pouco, pelo menos desde as eleições de 1974, a conquista da democracia se tornaria o principal eixo articulador da política brasileira, o que se podia verificar expressamente nos programas dos partidos e nas declarações dos políticos. Se a década de 1950 representara a consagração da ideia do desenvolvimento como um valor geral, a década de 1980 consagraria a

ideia de democracia como valor universal. Passava-se, assim, da primazia quase absoluta da ideologia de Estado para uma verdadeira consagração da sociedade civil, apresentada como uma espécie de “outro” virtuoso da tradição que se pretendia criticar e que não ficava restrita ao regime militar (LAHUERTA, 2001)

De certo modo, mais do que o reconhecimento de uma esfera social (a sociedade civil) à qual não se havia dado a devida atenção, tratava-se também de afirmar a sua necessidade prática como espaço de atuação da política democrática. Weffort seria muito enfático neste sentido:

Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la. [...] Nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos liberdade [grifos meus, S.I.] (WEFFORT, 1986, p.95,).

Portanto, o reconhecimento do papel que a sociedade civil poderia desempenhar na construção de uma nova hegemonia foi fundamental para sua adoção pela esquerda como um marco de referência apropriado para a luta pela democracia (DAGNINO et al., 2000, p.71).

A natureza epistêmica do deslocamento teórico e a influência de Gramsci

No que se refere à natureza epistêmica deste deslocamento teórico, que substituiu as tendências anteriormente dominantes das abordagens marxistas clássicas, verifica-se o surgimento de um marco teórico alternativo, construído sob a influência do pensador Antonio Gramsci. Pondera Dagnino et al. (2000, p.66) que um número significativo de autores e influências contribuiu para a renovação dos marcos teóricos, mas pode-se afirmar com segurança que a contribuição de Antonio Gramsci e a influência que exerceu na América Latina representaram uma ruptura fundamental.

Gramsci, autor que realizou as suas reflexões acerca da sociedade civil nas primeiras décadas do século XX, referenciou-se nas concepções do século anterior, mas desenvolveu elementos bastante originais. De saída, ele reelabora o conceito

de sociedade civil criticando simultaneamente Hegel e Marx. O primeiro, por reduzi-la à defesa de uma esfera dominada pelo direito à propriedade, e o segundo, pelo viés economicista que está presente em sua ideia de sociedade civil. Em Gramsci, a sociedade civil tem um lugar de destaque na organização da cultura e deve ser entendida como tendo um caráter complexo e multifacetado, mais precisamente, como o lócus da conquista da hegemonia (AVRITZER, 1994b).

Assim, dando um passo além inclusive do marxismo clássico, Gramsci vai afirmar que a sociedade civil não se está exatamente na infraestrutura da sociedade, mas sim em sua superestrutura. Ou seja, a sociedade civil situa-se no campo dos aparelhos ideológicos de hegemonia, no âmbito dos quais são travadas as lutas pela conquista da direção moral e intelectual de uma dada sociedade (COUTINHO, 1999).

Percebe-se, portanto, que o conceito de sociedade civil é central para reconstruir o pensamento político de Gramsci, pois é a partir da utilização desta chave analítica que o autor afasta-se consideravelmente tanto do emprego hegeliano quanto do marxiano e engelsiano. O conceito de sociedade civil em Gramsci parte das formulações marxistas que dividem a sociedade capitalista em estrutura e superestrutura, mas, ao contrário de Marx, que coloca a sociedade civil no momento da estrutura, Gramsci a identifica no âmbito da superestrutura. No entanto, “tanto em Marx como em Gramsci a sociedade civil – e não mais o Estado, como em Hegel – representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico” (BOBBIO, 1982, p.32).

Desta forma, o sistema conceitual gramsciano opera duas inversões em relação ao modo tradicional de compreender o pensamento de Marx e Engels: “A primeira consiste no privilégio concedido à superestrutura com relação à estrutura; a segunda, no privilégio atribuído, no âmbito da superestrutura, ao momento ideológico com relação ao institucional” (BOBBIO, 1982, p.40).

Alonso destaca a existência de dois níveis superestruturais em Gramsci:

[...] el primero coloca la sociedad civil compuesta por organismos privados, por instituciones e medios que defienden e transmiten valores, costumbres e modos de vida (escuelas, medios de comunicación social, familia, iglesia, etc.), y la sociedad propiamente política en donde ubica los órganos de dominio y la coerción (ALONSO, 1996, p.14).

É possível perceber, portanto, que ao contrário de Lênin e de outros marxistas, o tema do fim do Estado quando aparece em Gramsci é concebido como a reabsorção da sociedade política pela sociedade civil. “Em Marx, Engels e Lênin, os dois termos da antítese são: sociedade com classe / sociedade sem classes; em Gramsci, sociedade civil com sociedade política / sociedade civil sem sociedade política” (BOBBIO, 1982, p.50).

Aliás, é sabido que a distinção gramsciana entre sociedade civil e Estado tem acima de tudo uma função heurística. No essencial, Gramsci identifica com a sociedade civil as funções de consenso, de persuasão e de direção hegemônica, já com o Estado identifica as funções de força, coerção, dominação e ditadura, funções cuja eficácia depende da realidade empírica em que são empregadas.

A sociedade civil, para Gramsci, implica pluralismo, não uniformidade. No interior desta ocorrem múltiplas lutas, através das quais os organismos privados prevalecem sobre os outros. É nela que se estabelece tanto a luta pela construção e manutenção de uma hegemonia quanto os embates contra hegemônicos. Ou seja, nela cotidianamente os interesses antagônicos contrapõem-se e disputam os espaços visando estabelecer uma determinada orientação cultural.

Não é possível entender a crescente influência de Gramsci na produção intelectual brasileira a partir dos anos 1970, sem se ter em conta o papel desempenhado por intelectuais vinculados ao PCB, em especial o de Carlos Nelson Coutinho, na tradução e divulgação de suas ideias. Este autor ajudou a consolidar um conjunto de concepções alternativas ao marxismo clássico, a partir da crítica ao reducionismo econômico, afirmando uma imbricação profunda entre cultura, política e economia, estabelecendo, inclusive, uma equivalência entre elementos culturais e forças materiais (DAGNINO et al., 2000, p.66).

Neste sentido, os conceitos de hegemonia e a ideia de transformação social foram extremamente importantes, a partir dos quais a revolução não é mais concebida como ato insurrecional de tomada de assalto ao poder do Estado, mas como processo, no qual uma reforma intelectual e moral é parte constitutiva. Na medida em que a revolução é vista como processo de construção de uma nova hegemonia – o que implica uma nova concepção de mundo –, o papel das ideias e da cultura assume um caráter positivo (COUTINHO, 1980).

A própria noção de poder passa a ser compreendida de forma diferente a partir das formulações de Antonio Gramsci, já que não é vista exclusivamente em sua dimensão institucional, como um “lugar” a ser ocupado, mas sim como uma relação entre forças sociais que deve ser transformada. Gramsci coloca, ainda, uma forte ênfase no caráter de construção histórica da transformação social, afastando-se de qualquer ideia de um processo fatalista e predeterminado.

Em consequência, a questão da agência, ou da constituição de sujeitos, é privilegiada em relação à dinâmica das estruturas sociais “objetivas” e o papel atribuído a elementos “subjetivos”, tais como a vontade, paixão e fé, recebeu em Gramsci uma consideração sem precedentes no marxismo (DAGNINO et al., 2000, p.67).

Outro aspecto fundamental é a ênfase atribuída por Gramsci à sociedade civil como terreno da luta política, concebida como espaço por excelência para se travar uma “guerra de posições”. Tal ênfase é um dos elementos do pensamento gramsciano que veio a desempenhar um papel decisivo nas novas direções do debate. A influência exercida por esse conjunto de ideias atingiu seu auge na América Latina a partir da metade da década de 1970. Os escritos de Gramsci passaram a gozar de uma popularidade impressionante, tendo o autor italiano conquistado um espaço na cultura brasileira a ponto de tornar-se referência obrigatória para qualquer reflexão criadora sobre as nossas contradições e perspectivas (COUTINHO, 1980, p.46).

A partir da adoção do aparato teórico gramsciano houve uma mudança significativa na abordagem das relações entre política e cultura. A negatividade implícita na análise marxista tradicional foi substituída por uma visão positiva que enfatizava a autonomia criativa, a capacidade de reelaboração simbólica e a negociação, como traços das práticas culturais dos setores subalternos (DAGNINO et al., 2000, p.76).

A originalidade de Gramsci refere-se à ampliação do conceito marxista de Estado, que aparece em sua definição de sociedade civil. Em Marx e Engels (que nisso seguem Hegel) “sociedade civil” designa sempre o conjunto das relações econômicas capitalistas, sinônimo de infraestrutura ou base material. Em Gramsci, ao contrário, o termo sociedade civil designa um momento ou uma esfera da superestrutura, o conjunto das

organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os parlamentos, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc.

Nas palavras de Coutinho (1980, p.57), a importância de Gramsci para o Brasil deve-se ao fato de que este autor foi um dos pensadores que melhor analisou as implicações de processos de modernização conservadora, como o do Brasil, nos quais há conservação do latifúndio, dependência ao imperialismo e marginalização dos setores subalternos das grandes decisões.

Na medida em que Gramsci trazia para o centro do debate marxista uma perspectiva que não se restringia à visão explosiva da revolução, colocando em primeiro plano a questão da construção de uma nova hegemonia e o tema da transformação cultural da sociedade, a fim de alcançar o poder de forma progressiva e democrática, ele teria tornado mais palatável para aqueles que se alinhavam à esquerda (e haviam optado pela luta democrática) avançar em seu movimento de abandono das táticas insurrecionais e dos dogmas identificados com o marxismo-leninismo.

Democracia e sociedade civil no pensamento brasileiro

Como se pode ver a renovação de referenciais não se restringiu ao mundo acadêmico. Pelo contrário, o seu impulso principal adveio dos embates concretos que a luta contra a ditadura estavam colocando aos setores intelectuais que a combatiam. Nesse sentido, não pode ser bem compreendida se não se leva em conta o papel que os intelectuais vinculados ao PCB tiveram nesse processo, desenvolvendo durante a década de 1970 importantes reflexões críticas sobre a questão da democracia e sobre suas relações com o socialismo. Neste movimento, sobressaiu-se uma corrente intelectual que foi denominada “eurocomunista”, que abarcava, dentre outros intelectuais, Carlos Nelson Coutinho, Gildo Marçal Brandão, Ivan Otero Ribeiro, Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Werneck Vianna. “Esses pensadores, baseando-se no debate internacional travado, especialmente, entre os comunistas italianos, reformularam o conceito de democracia como valor universal” (SILVA, 2000, p. 62).

Coutinho, em seu texto “A democracia como valor universal”, polemiza com as demais correntes marxistas, que viam a democracia como expediente tático, mero mecanismo político instrumental. Para ele, esse conceito ligava-se ao momento de luta contra a ditadura militar e à crítica ao modelo soviético, considerando que a luta dos trabalhadores ampliava as conquistas sociais e os direitos políticos da sociedade e neste sentido se encontraria o valor universal da democracia, visto que possibilitaria aos trabalhadores construir sua hegemonia cultural e política e permitir o avanço do socialismo. Pode-se dizer que Coutinho partia de uma premissa polêmica: a de que o vínculo entre socialismo e democracia havia marcado desde seu início o processo de formação do pensamento marxista. No contexto brasileiro, defendia que a renovação democrática do conjunto da vida nacional não poderia ser encarada como um objetivo tático imediato, mas como o conteúdo estratégico fundamental da revolução brasileira.

Para ele, os novos institutos democráticos de representação das massas populares, como partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro consistiam em sujeitos políticos coletivos, valorizando, portanto, a auto-organização popular. E era exatamente Gramsci quem Coutinho acionava para afirmar que a sociedade sem classes era aquela na qual o Estado seria absorvido pelos organismos autogeridos da “sociedade civil”.

A renovação democrática era a alternativa à via prussiana, no sentido de que as transformações políticas e a modernização econômica e social até então haviam sido efetuadas através da conciliação entre frações das classes dominantes, de cima para baixo. Com isso, questionava-se o caráter autoritário e elitista que marcara nossa evolução política, econômica e cultural, concebendo a democracia como elemento estratégico da luta pela renovação do conjunto da nação, visualizando no Brasil o processo de constituição de uma sociedade civil articulada e pluralista, fundada sobre a emergência de sujeitos políticos coletivos.

Ainda no que se refere à reflexão sobre democracia junto à intelectualidade acadêmica, havia um grupo intitulado de “marxistas acadêmicos”, dentre os quais se destacavam Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e Francisco Weffort, que criticava duramente a visão liberal-elitista sobre a democracia, muito forte na história do pensamento social brasileiro. Contrapunham-

se a esta visão afirmando uma nova concepção de democracia que não se fundava estritamente no Estado, mas que se abria para a sociedade civil, levando em consideração atores como os sindicatos, as associações, os partidos, os grupos e as classes sociais (LAHUERTA, 2001).

Fundamental para esta mudança havia sido a criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) no início de 1969 por um grupo de intelectuais historicamente vinculados à USP, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti, em virtude do afastamento compulsório de alguns de seus membros da Universidade por conta do AI5. Novos temas e novos enfoques passariam a ser trabalhados no CEBRAP, com o questionamento das teorias estagnacionistas, com a recusa ao nacionalismo, com a discussão em torno do desenvolvimento dependente e associado, e principalmente com a consideração do caráter estratégica da luta pela democracia. O outro eixo importante teria se constituído em torno da caracterização do regime autoritário, de um lado fazendo a crítica do à época chamado “milagre econômico”, de outro, procurando compreender as transformações sociais e o processo de mudança desencadeados pelo Estado autoritário. Seja como for, esses intelectuais, vinculados ao CEBRAP, também passaram a refletir sobre a questão democrática no Brasil, centrados na idéia de fortalecimento da “sociedade civil” (LAHUERTA, 2001).

Nesse movimento, Francisco Weffort teve papel fundamental, ao levar às últimas consequências a recusa ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo e ao varguismo. Weffort, que tinha como objetivo prioritário a análise o populismo varguista, consolida nesse momento uma interpretação do Brasil, centrada na descontinuidade histórica, na qual também se nutre de Gramsci, mas para afirmar a urgência da construção de um novo ator político, sem máculas populistas e vícios corporativos, que pudesse ser o condutor de um processo de estabelecimento de uma nova hegemonia de base popular, com forte presença de uma sociedade civil revigorada e ativa (LAHUERTA, 2001).

No que se refere à mudança de postura intelectual sobre a questão democrática e a sociedade civil, pode-se afirmar que a caracterização do regime político brasileiro como autoritário foi um divisor de águas. Fernando Henrique Cardoso formulou uma perspectiva analítica em relação ao caráter da “dependência estrutural” associada ao final do ciclo populista e coerente com

as novas forças econômicas que haviam surgido na economia brasileira (SILVA, 2000, p.78). Enquanto a caracterização como “ditatorial” ou fascista abria-se à concepção do Estado enquanto “comitê executivo” das classes dominantes, a caracterização como “autoritário e burocrático” possibilitava analisá-lo como um espaço de luta e contradição. De acordo com Cardoso:

Eu penso o Estado como forma, como arena, como matriz de valores e *last but not least*, como organização. Penso-o, pois, como objetivamente contraditório, na medida em que ele sintetiza o interesse particular e a aspiração geral e que nele se digladiam interesses não sempre hegemônicos. Entender o modelo político do Brasil consiste, antes de qualquer coisa, em explicitar a forma estatal, a organização estatal, a ideologia do Estado, as políticas por ele engendradas. Ao fazê-lo, explicitam-se os que mandam, os que são beneficiados, os que são excluídos e os que participam (CARDOSO, 1975, p.196).

Caracterizando o Estado brasileiro como autoritário-burocrático, Cardoso estabelecia como o único antídoto político possível a ele a estratégia da democratização. De acordo com Lahuerta, este foi o autor:

[...] que mais rapidamente deslocou seu foco analítico das dimensões estruturais (inclusive da temática das classes sociais) para concentrar-se na representação política, nos aspectos institucionais e no fortalecimento da sociedade civil como caminhos para se contrabalançar não apenas o regime autoritário, mas o tradicional autoritarismo da sociedade brasileira (LAHUERTA, 2001, p.68).

Esta mudança em suas concepções possibilitou a Cardoso (1975) elaborar uma interpretação sobre o Brasil que apostava na sociedade civil, que estava emergindo da “modernização conservadora” promovida pelo regime militar, como o principal agente de um amplo processo de democratização do país. Em sua leitura, a despeito da dependência, do imperialismo e do latifúndio, estava ocorrendo crescimento econômico, ocasionando por sua vez uma mudança na composição demográfica do país, com o surgimento de novos sujeitos sociais, que possibilitaria (e exigiria) formas de controle sobre o Estado. “Esse é o ponto nodal

da compreensão da sociedade civil para esses intelectuais, ou seja, exercer o controle sobre as decisões estatais e suas políticas públicas” (SILVA, 2000, p.80).

Portanto, com tais intelectuais, passa a ter vigência um novo tipo de pensamento político e social, relegando muitas das elaborações teóricas dos períodos anteriores, pois

era preciso superar o viés terceiro-mundista, a ideia de Estado paternalista, o revolucionarismo (bravo, mas ineficiente), assumindo a participação nas instituições da “sociedade civil” como o caminho para se democratizar e substituir a forma de Estado autoritária (LAHUERTA, 2001).

Percebe-se que a crítica a crítica ao regime militar exigiu uma radical revisão do pensamento social brasileiro e acabou se desdobrando na discussão sobre democracia e sobre sociedade civil. Perderia importância a expectativa de ação iluminada do Estado e de suas elites autoritárias como forma de resolver os impasses brasileiros.

Neste sentido, alguns mitos advindos do período populista tinham que ser desfeitos. Entre eles, ainda nos anos 70, eram fortemente presentes: a economia estagnada devido ao imperialismo e às oligarquias, a crença no Estado desenvolvimentista e nacionalista, a inviabilidade da participação política da população (SILVA, 2000, p. 83).

Assim, foi o distanciamento da perspectiva antiimperialista, revolucionária e centrada na luta de classes que possibilitou estabelecer uma aproximação com os temas da democracia e da sociedade civil.

Isto porque, em decorrência do bloqueio dos canais institucionais de representação política, os intelectuais percebiam que as relações interpessoais e as redes informais eram reforçadas para solucionar os problemas cotidianos da população.

[...] De 1969 a 1975, a repressão atinge duramente os ambientes intelectuais com o fechamento de jornais e revistas, aumento da vigilância sobre a universidade, censura sobre espetáculos e peças teatrais, cassações de professores e funcionários públicos, prisões e perseguições a políticos, sindicalistas e estudantes, etc. A política

governamental levada a cabo contra esses grupos faz com que o meio intelectual viva, pelo menos até o início de 1976, sob uma situação de restrição quase absoluta (LAHUERTA, 2001, 58).

Neste momento, para uma parte dos intelectuais de oposição, em larga medida orientados pelas proposições de Francisco Weffort, caberia às organizações de base social popular comandar o processo de organização da sociedade civil que poderia levar a sociedade brasileira a uma democracia plena. Essas organizações passavam a ser vistas por uma parte expressiva da oposição como as verdadeiras representantes da sociedade civil e como o melhor caminho para se impedir que a abertura democrática acabasse se amesquinhando em alguma forma de retrocesso.

A materialização da sociedade civil nos movimentos sociais e sua idealização teórica

Não obstante seu caráter epistêmico, vale ressaltar que a discussão teórica sobre sociedade civil passou a comportar uma ambiguidade, visto que tal categoria

[...] se impunha mais como uma realidade do que como descoberta intelectual [...] e, embora *no estado molecular das relações pessoais*, ia sendo gestada como consequência do medo criado pelo terrorismo do Estado. Daí a ambiguidade conceitual, já que sua descoberta teria sido *muito menos uma questão de teoria do que de necessidade*. (LAHUERTA, 2001, p.74).

Assim, efetivamente, esta renovação teórica se materializava na luta contra os Estados autoritários no Brasil e na América Latina. A sociedade civil, portanto, transcendia a condição teórica de chave analítica e passava a assumir feições práticas, materializando-se nos movimentos sociais.

Em decorrência da repressão político-militar às organizações revolucionárias, estas teriam se dispersado durante a década de 1970, fragmentando-se e sendo praticamente anuladas enquanto sujeitos políticos (SADER, 1988). Por essa razão, suas atuações acabaram sendo diluídas em diversos movimentos sociais.

Neste mesmo período o movimento operário cresceu e ganhou em capacidade de ação autônoma tanto em relação ao Estado quanto em relação aos partidos. O mesmo ocorre com os

movimentos sindicais; neste momento há a formação da CUT, da CONCLAT e o expressivo crescimento da CONTAG (WEFFORT, 1986). Ocorrem diversas greves (metalúrgicos do ABC, greves gerais de operários, bancários, professores, funcionários públicos, motoristas e cobradores de ônibus), além de mobilizações sociais contra a carestia, por saneamento básico, creches, escolas, linhas de ônibus, contra o desemprego, que tiveram um caráter classista e contribuíram no processo de luta contra a ditadura militar e na transição política no país (SILVA, 2000).

A virada dos anos de 1970 para 1980 marca, portanto, o início de uma cultura de participação política no Brasil, tanto com um caráter de resistência e questionamento ao regime militar, como de reivindicação por direitos em diversas instâncias políticas, particularmente nas esferas locais. Pode-se dizer que este período marca o encontro de dois elementos importantes para a mobilização popular no Brasil: a agenda da redemocratização e a luta pelo acesso a políticas públicas.

No entender de vários autores, a virada dos anos 1970 para os anos 1980 é vista como um período de grande visibilidade e importância política e teórica dos diversos movimentos sociais organizados. Ressalta-se assim o papel que esses atores coletivos passaram a ter para a transformação da cultura política brasileira, principalmente pelo discurso da autonomia em relação ao Estado e independência em relação a outras formas de organização política, como os partidos políticos. Neste sentido é que se pode dizer que,

[...] no final dos anos 1970, um segmento da elite acadêmica via os movimentos sociais urbanos como uma 'nova vanguarda' que substituiria o papel até então ocupado pelo movimento dos trabalhadores, cuja importância estava em declínio" (OTTMANN, 1995, p.186).

É neste momento que, do ponto de vista da trajetória dos movimentos sociais, ocorre o que Ruth Cardoso denomina de a "emergência heroica dos movimentos"³, saudados como um ator político que poderia cumprir um papel diferenciado no cenário

³ Esta será denominada a primeira fase dos movimentos sociais. A segunda fase refere-se a uma institucionalização dos movimentos, de sua participação e da relação deles com o Estado. Esse momento se dá basicamente nos primeiros anos da década de 1980 e é interpretado como um refluxo dos movimentos sociais (CARDOSO, 1994, p.82).

político. A grande contribuição dos movimentos sociais seria então a de operar uma mudança radical na cultura política do país. Sua atuação era vista como sinônimo de uma participação anti-Estado, antipartido, antissistema político geral, sendo o Estado realmente visto como um inimigo (CARDOSO, 1994, p.81-82).

No que se refere aos trabalhos acadêmicos, estes enfatizavam nesta primeira fase o espontaneísmo dos movimentos, o fato de significarem uma quebra dentro do sistema político, de surgirem como alguma coisa nova que, de certa maneira, poderia substituir os instrumentos de participação até então disponíveis, como partidos, sindicatos, associações e outros. Eles apareciam como algo dominante, novo, de caráter mais puro, e, muito mais importante, que poderia ocupar um espaço vazio. Em grande parte, esse espaço encontrava-se vazio porque se vivia a realidade de uma ditadura militar, e todos os canais políticos de representação no país estavam realmente bloqueados (CARDOSO, 1994, p.82).

Deste primeiro conjunto de análises resultaram contribuições que enfatizavam a importância de organismos como a Igreja Católica, por meio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e das Pastorais Sociais; a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), como espaços aglutinadores das diversas organizações da sociedade civil naquele contexto de ditadura militar.

Esta onda inicial de análises sobre o tema sugeriu que, naquele contexto, havia um grande apelo à autonomia da sociedade em relação ao Estado e aos partidos políticos, algo que era de fundamental importância para que esses movimentos pudessem construir suas próprias identidades, o que seria decisivo para o processo de organização e reivindicação dos direitos.

Há que se destacar que a truculência praticada por setores do regime militar contra os intelectuais, ao longo da década de 1970, também os aproximara dessa "sociedade civil" emergente, gerando entre eles uma certa confusão entre ciência e política (LAHUERTA, 2001).

Houve, portanto, uma militância clara por parte dos próprios acadêmicos – extremamente importante e justificada pelo contexto autoritário no qual estávamos – um desejo de valorização, um

entusiasmo com esses fenômenos novos que apareciam e, ao mesmo tempo, a tendência de olhar para eles através de uma técnica de pesquisa [grifos meus, S. I.] (CARDOSO, 1994, p.84).

Enfatiza Ruth Cardoso (1994) que, muitas vezes, em nome de uma ciência social crítica, se fez uma ciência social engajada e pouco crítica, utilizando os discursos que os próprios movimentos sociais elaboravam e ofereciam à sociedade, de tal forma que se elaboraram interpretações simplistas, coladas a esses discursos. O problema nessas interpretações era a falta de uma descrição empírica rigorosa, capaz de analisar contradições e limites importantes dos movimentos que se propunham analisar.

Portanto, a resistência contra os Estados autoritários gradualmente foi tomando forma através da organização crescente da sociedade civil, que foi se afirmando “enquanto conceito e realidade” (LAHUERTA, 2001). Essa característica acabou promovendo uma visão que opunha radicalmente sociedade civil e Estado, resultando numa leitura problemática, assumindo muitas vezes traços de uma dicotomia radical, marcada por uma ênfase maniqueísta. Para Coutinho (1999), tudo que provinha da sociedade civil era visto de modo positivo, enquanto tudo que dizia respeito ao Estado aparecia marcado com sinal fortemente negativo.

[...] O par conceitual sociedade civil-Estado, que forma em Gramsci uma unidade na diversidade, foi utilizado para conformar e cristalizar uma contraposição radical e maniqueísta. Nessa leitura, ao contrário do formulado por Gramsci, acabou por se considerar tudo o que provinha da “sociedade civil” positivamente, enquanto que o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado *a priori* por um sinal fortemente negativo (LAHUERTA, 2001, p.73-74).

A dicotomia assumia um significado concreto e preciso: de um lado, um Estado repressivo e autoritário, de outro, uma sociedade civil em processo de estruturação, considerada a única fonte possível de resistência ao arbítrio e de construção da democracia. (DAGNINO et al., 2000). Com a ampliação das lutas sociais, especialmente das lutas operárias e populares, esse conceito passou a evidenciar o que seria uma espécie de virtuosismo dos movimentos sociais populares como sujeitos centrais na luta contra a ditadura militar (SILVA, 2000).

Este acabaria se revelando um tipo de “aplausos ingênuos” às virtudes da sociedade civil em suas manifestações, já que a sociedade civil foi essencializada, num marco positivo, como o terreno do bom, do justo e do esclarecido. Verificou-se “quase uma profissão de fé quanto ao caráter democrático inato presente na sociedade civil” (LAHUERTA, 2001). Formou-se assim neste momento um razoável consenso na literatura sobre a sociedade civil no Brasil acerca do papel democratizante inato que estaria presente nas ações das associações civis. No fundo, é possível dizer que se estava diante de teorias normativas sobre a sociedade civil, na medida em que sustentavam o caráter de autonomia e de civismo dos organismos sociais, mesmo que isso não pudesse ser comprovado empiricamente (LAVALLE, 2003).

Lavalle (2003, p.103) destaca que os movimentos sociais e outras formas de associações definidas a partir da intermediação e tematização pública de problemas passaram a ser encaradas acriticamente “como novos atores da sociedade civil capazes de arregimentar as energias inovadoras esparsas na sociedade não organizada”.

A polarização entre sociedade civil e Estado situa estes dois pares analíticos em mundos nitidamente diferenciados: o mundo institucional da política, com suas práticas e vícios privados, e o mundo societário, com seus valores positivos e virtudes públicas. No primeiro, reinam os interesses particularistas e as organizações corporativas, em sua conotação mais mesquinha; enquanto no segundo imperam as bandeiras normativas, as organizações autônomas e a política do consenso. Esta visão configura uma hiper-simplificação de duvidosos ganhos analíticos, pois esses supostos atributos da sociedade civil muitas vezes não são verificáveis empiricamente (LAVALLE, 2003, p.103).

Lavalle aponta os problemas dessa abordagem teórica pelo fato de colocar a sociedade civil como o reino da moral, adotar uma visão holística sobre a sociedade civil, que acabou por produzir generalizações de caráter normativo que não se coadunavam com a realidade; ou seja, tratava-se de um figurino de “uma sociedade civil concebida sob tamanha estilização conceitual normativamente reforçada” (LAVALLE, 2003, p.108).

Essa visão positiva da sociedade civil deveu-se ao fato de que esta se constituía, naquele contexto, como a única esfera disponível ou a mais importante para organizar a contestação cultural e política. Como bem observa Milton Lahuerta (2001),

a valorização da sociedade civil continha, ainda, “[...] uma estratégia legitimadora do deslocamento teórico que esses autores estavam realizando, transitando de um marxismo centrado na análise histórico-estrutural para uma perspectiva que dava destaque crescente à autonomia relativa da dimensão política” (LAHUERTA, 2001, p.75).

No entanto, ressalvas importantes devem ser feitas: a sociedade civil não é uma família ou uma “aldeia global” homogênea e feliz, mas um terreno de luta, minado às vezes por relações de poder não democráticas, pelos problemas de racismo, sexismo, destruição ambiental e outras formas de exclusão (DAGNINO et al., 2000, p.39).

É importante ressaltar que os movimentos sociais não constituem atores sociais ou sujeitos políticos homogêneos, mas se caracterizam pela heterogeneidade e diversidade. As práticas autoritárias e clientelistas vigentes na sociedade brasileira certamente encontram espaços significativos também no campo dos movimentos sociais, que não são, portanto, imunes a elas.

É, portanto, equivocado tomar a sociedade como polo da virtude cívica, já que as sociedades contemporâneas são extremamente complexas, contraditórias e atravessadas por ambivalências de todos os tipos. De acordo com Evelina Dagnino (2003) não é possível atribuir linearidade ao processo de construção democrática no Brasil, tampouco apontar a sociedade civil como o demiurgo do aprofundamento democrático, como o polo das virtudes, que deve ser contraposto ao Estado, visto como o portador de todos os defeitos, como a “encarnação do mal”.

No entanto, concordamos com Dagnino et al. (2000, p.81) que se não é salutar a tendência a mistificar as ações coletivas da sociedade civil como encarnação da virtude política, portadora de todas as novas esperanças de transformação social, tampouco o é uma visão radicalmente oposta, que nega ou obscurece as mudanças que resultaram das práticas inauguradas pelos novos movimentos sociais. Outro aspecto a ponderar é que, atualmente, a fronteira entre sociedade civil e Estado fica embaçada muitas vezes nas práticas dos movimentos sociais, tornando ilusória a ideia de um confronto ou mesmo uma delimitação entre os dois como entidades completamente autônomas.

Marcelo Kunrath Silva (2006, p.159), baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da sociologia relacional de Norbert Elias, também critica o pensamento social e político quando este passa a atribuir a determinados atores sociais um papel central

na reconstrução, sustentação e/ou aprofundamento da democracia no Brasil. Silva (2006) questiona as análises que tomam a sociedade civil como um objeto com características intrínsecas no que se refere a sua relação com o Estado, com a política e com a própria democracia. Afirma que este tipo de abordagem da sociedade civil acarreta uma apreensão reificada da mesma, que acaba por simplificar a análise. Neste sentido sustenta que, para se atribuir características à sociedade civil é necessário levar-se em consideração as condições empíricas específicas, pois a sociedade civil se constitui na e pela relação com outras dimensões da realidade social (SILVA, 2006, p.160).

Outro problema dessas abordagens “essencialistas”, aponta pelo autor, diz respeito à “tendência a uma apreensão estática, não histórica de seus objetos de análise (no caso a sociedade civil)”. Assim, o autor, referenciado em Norbert Elias, defende a necessidade de desenvolver análises processuais das realidades empíricas, a partir de uma perspectiva de análise diacrônica. Pode-se compreender a sociedade civil “em um momento e em um lugar, na sua especificidade e complexidade” (SILVA, 2006, p.161).

Em um segundo momento, portanto, após a “emergência heroica” dos movimentos, verificou-se a crise desta concepção “altamente estilizada e idealizada da sociedade civil” (LAVALLE, 2003, p.93). A atual tendência de análise é substituir a tradicional dicotomia da filosofia política, acerca do par sociedade civil / Estado, por um tratamento mais refinado, pautado por uma perspectiva que procura compreender o problema em termos de sinergia, complementaridade e conflitualidade.

O caráter enfaticamente normativo cede espaço a indagações mais preocupadas com a compreensão empírica de processo em curso, notadamente os alcances, entraves e limitações das novas formas de interação entre a sociedade civil e o Estado (LAVALLE, 2003, p.109).

IASULAITIS, S. State and civil society in Brazilian political thought. *Perspectivas*, São Paulo, v.48, p.121-154, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *This article reflects on the Brazilian intellectual production about the state and civil society categories, the context in which such analytical keys become central and main authors who contributed*

to this debate. We will Search to reflect how the Brazilian political thought was marked by a strain of centralization of the state, then to check a turnaround and a theoretical shift in the ideas of democracy and civil society have become dominant. To do so, we shall consider the process of emergence of new ideas, adoption of new theoretical concepts, the social substratum on which this process takes place, as the dispute over the direction for the nation opened up space for debate of ideas and to what extent the new analytical category with which the Brazilian thought began operating – civil society – was reflected in social movements, and even being conceived. Therefore, we analyze the character of this epistemic shift, basically trying to understand the role of the Italian theorist Antonio Gramsci, and the social and political landscape of the country that proved significant in this theoretical shift.

■ **Keywords:** Political Thought. State. Civil Society. Democracy. Brazil.

Referências

ALONSO, J. La sociedad civil en optica gramsciana. *Sociedad Civil*, México, n.1 vol.1, 1996.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ARATO, A. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil – Orientações para novas pesquisas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n° 27. 1995. [disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm]

AVRITZER, L. Sociedade civil: além da dicotomia Estado e mercado. In: AVRITZER, L. (org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

_____. Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: AVRITZER, L. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BASTOS, E. R. *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. 1986. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COHEN, J.; ARATO, A. *Sociedad civil y teoria política*. México: D. F. Fondo de Cultura Económica, 2000.

COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. *Gramsci*. Um estudo de seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____.; ALVAREZ, S. E. (orgs). *Os movimentos sociais, a sociedade civil e o "terceiro setor" na América Latina: reflexões teóricas e novas perspectivas*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001.

FAORO, R. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

LAMOUNIER, B. A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico. In: _____. (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UNB, 1982.

_____. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: HOLANDA, S. B. de. *História da civilização brasileira – O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1985.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p.93-114.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática. Gramsci e o Brasil, *Cad. AEL*, v.8, n.14/15, p.55-93, 2001.

LAVALLE, A. G. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, n.47. Cedec, 1999.

_____. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos de 1990. *Novos Estudos*, São Paulo, n.66, jul., 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. *Para a crítica da economia política*. In: GIANOTTI, J. A. (seleção de textos). Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OLIVERA, A. El concepto de sociedad civil en una perspectiva habermasiana. *Sociedad Civil*, México, n.1, vol.1, 1996.

OTTMANN, G. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Brasiliense/Cebrap, n.41, 1995.

RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SILVA, L. F. *Sociedade civil e democracia política no Brasil*. Aventuras e desventuras no pensamento marxista. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2000.

SILVA, M. K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul./dez., p.156-179, 2006.

WEFFORT, F. C. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). In: *Estudos CEBRAP* n° 4. São Paulo, 1973.

_____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (Primeira parte). In: *Revista de Cultura Contemporânea* n° 1. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

_____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (Segunda parte) In: *Revista de Cultura Contemporânea* n° 2. São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1979.

_____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (Terceira parte). In: *Revista de Cultura & Política* n°1. São Paulo: CEDEC/Global, 1979a.

_____. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens.* São Paulo: Ática, 2006.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ESTADO E DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE OCTAVIO IANNI

Jeanne Gomes de BRITO¹

■ **RESUMO:** O presente artigo analisa os estudos do sociólogo Octavio Ianni acerca da concepção do desenvolvimento brasileiro, da década de 1930 até os anos de 1960. Para isso, destaca o processo de transição do capital agrário-exportador para o capital urbano-industrial, considerando as mudanças e permanências resultantes. Nesse sentido, o artigo contempla o modo como o Estado Patriarcal se transformou em Estado Burguês, sugerindo que a natureza desse Estado, que se metamorfoseou, compreendeu a dinamização da industrialização do país, após 1930. Também são analisados no texto os motivos políticos, econômicos e ideológicos que culminaram no colapso do populismo e na conflagração de Estado de 1964.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Octavio Ianni. Pensamento político. Estado. Sociedade civil. Populismo. Industrialização. Desenvolvimento.

Mudanças e permanências: a coexistência dos mundos agrário-comercial e urbano-industrial

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte, todas as relações sociais. [...] A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as

¹ FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ituverava. Ituverava – SP – Brasil. 14500-000. jeannegomes2004@yahoo.com.br.

mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.

Friedrich Engels e Karl Marx (Manifesto do Partido Comunista).

As ideias de mudança e permanência, além de refletirem as transformações do processo histórico brasileiro, também traduzem as metamorfoses vividas por Octavio Ianni ao longo de sua trajetória intelectual. Em outros termos, nota-se que apesar das inflexões temáticas e metodológicas ocorridas em sua obra, Ianni não perdeu o foco analítico que percorre os seus estudos.² Ou seja, ele buscou compreender o lugar do Brasil no capitalismo mundial, assim como os obstáculos que o havia impedido de se tornar moderno. Pensar o Brasil sempre foi uma preocupação de Octavio Ianni. Seus primeiros estudos expressaram sua inquietação a respeito da desagregação da ordem escravocrata, em especial, das dificuldades vivenciadas por negros e mulatos para se inserirem no universo democrático brasileiro.

A partir do final da década de 1950, com o início de seus estudos acerca da principal obra de Karl Marx, *O Capital*, Ianni assumiu o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico para a elaboração de suas análises. Todavia, cabe ressaltar que Ianni não desprezou outros referenciais analíticos, a esse respeito basta considerar a presença de Max Weber em importantes passagens de sua produção. Contudo, se nesta produção fosse considerado o tipo ideal puro weberiano de capitalismo, é bastante provável que se afirmasse, precipitadamente, que o Brasil não se encaixava num modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental.

Diante do exposto, é aceitável sugerir que o Brasil desenvolveu um capitalismo singular. Enquanto esse país surgia como colônia de Portugal, a Europa transitava para o capitalismo do tipo mercantil. No mesmo sentido, somente na virada do século XIX para o XX é que aconteceu a transição de uma sociedade baseada no trabalho escravo para uma fundamentada no trabalho livre.

² Vale lembrar que das pesquisas acerca das relações raciais, Ianni passa a analisar o processo de industrialização e a ação do Estado brasileiro.

Contudo, deve-se considerar que as mudanças de um tipo de economia e de sociedade não acontecem de forma automática, haja vista a presença de valores de uma sociedade escravista no interior da sociedade industrial e inclusiva.

Portanto, partindo dessa perspectiva Ianni afirmou que o mundo urbano-industrial efetivamente se instaurou no Brasil depois da Revolução de 1930, trazendo consigo os valores democráticos, a exemplo da reformulação das leis trabalhistas e eleitorais; e o processo de racionalização inerente à sociedade inclusiva. Porém, apontou que a industrialização consistiu num processo econômico que continha em si traços marcantes da organização política, econômica e social do período da escravidão, momento qual o Brasil se caracterizava como um país predominantemente agrário e exportador.³

Partindo da obra de Weber, Ianni constata que o progresso em direção ao funcionalismo burocrático compreende critério unívoco da modernização do Estado, tanto do monárquico quanto do democrático, tendo em vista que a

[...] democracia, do mesmo modo que o Estado absoluto, elimin[ou] a administração mediante notáveis feudais, patrimoniais, patrícos ou outros que exerc[iam] como cargo honorífico ou hereditário, em favor de funcionários contratados (WEBER, 1994, p. 529).

De outro modo, Ianni verifica que no Brasil coexistiram duas formas de desenvolvimento burocrático: uma que se caracterizou pela incorporação de técnicas e normas racionais, e outra, que se constituiu diante da permanência de elementos patrimoniais de administração e dominação, como o coronelismo, o nepotismo e o favoritismo.

Dentro desse ambiente marcado pelo predomínio da tradição, Ianni resgatou o conceito de *homem cordial*, formulado por Sérgio Buarque de Holanda. Para Ianni, o homem cordial seria uma espécie de reflexo da mentalidade do mundo rural. Já para Jessé de Souza o *homem cordial* era o inverso perfeito do protestante ascético definido por Weber⁴, nesse sentido, cabe ressaltar que:

³ Essa questão foi elaborada por Ianni em seu livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, que foi publicado em 1963.

⁴ Deve-se destacar uma de suas mais importantes contribuições a obra: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, a princípio publicada sob a forma de dois longos artigos, em 1904 e 1905. Nessa obra, Weber objetivou demonstrar que ainda que tenha havido formas econômicas que visaram o avanço do capital, em países como a China ou a Índia, a finalidade desse estudo era focar uma época histórica

Apenas o homem cordial é concebido como negatividade pura, entidade amorfa dominada pelo conteúdo emotivo imediato e pela necessidade desmedida de reconhecimento alheio. Como resultado, daí a caractereologia do homem cordial ser a essência do livro, não temos aqui nem mercado capitalista moderno nem democracia digna desse nome (SOUZA, 1999, p. 35).

Na perspectiva de Ianni, o favoritismo, o coronelismo e o nepotismo eram manifestações desse universo burocrático que estava impregnado pela mentalidade do homem cordial. Assim, a burocracia desenvolvida no Brasil teria se convertido num entrave para o desenvolvimento da ordem social democrática e da aceleração de determinadas transformações estruturais. Com isso, tanto o setor da administração pública, quanto a esfera privada das empresas clônicas estavam envolvidos pelo critério do patriarcalismo, no qual as escolhas para a ocupação de um cargo, por exemplo, eram realizadas por meio de favores ou vínculos familiares, sem que isso passasse pelo critério da qualificação profissional.

Essa questão acerca da qualificação profissional pode ser percebida como uma ponte entre a discussão sobre a burocracia brasileira, diagnosticada como uma patologia social, e a questão da educação, enquanto elemento chave para a ampliação da racionalidade com vistas a elevar o desenvolvimento industrial e consolidar a democracia. Dito de outra forma, é preciso esclarecer que, além dos fatores estruturais, outros também contribuíam para o crescimento econômico, por isso, Ianni abordou as transformações pelas quais passou o universo racional no que tange à educação e ao mundo do trabalho.

Num certo sentido, em particular no texto “Exigências educacionais do processo de industrialização” (1959), escrito em parceria com Fernando Henrique Cardoso, Ianni demonstrou em sua análise um “realismo instrumental imediatista”, que foi

específica, assim como um espaço geográfico restrito do desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental, e também, nos Estados Unidos da América, à medida que foi nessas regiões que se encontrou um *ethos* capitalista particular (WEBER, 2000). Em outros termos, foi na Europa Ocidental e nos Estados Unidos que houve uma convergência da lógica do protestantismo ascético, dividido em quatro correntes: o calvinismo, o metodismo, o pietismo e as seitas batistas, em especial do calvinismo, com as exigências do mundo moderno, haja vista que o crente era orientado a se dedicar ao trabalho com vistas à salvação da sua alma, sendo que a acumulação de riquezas não era enxergada de forma negativa, desde que o calvinista estivesse cumprindo os seus deveres de acordo com as concepções puritanas que, todavia, exigiam uma conduta disciplinada na vida cotidiana regida pela moral. Portanto, a vocação puritana era favorável e estimulante (não determinante) à organização do trabalho e à acumulação capitalista. Desse modo, deu-se a racionalização da vida econômica, fator que caracterizou o capitalismo moderno.

responsável por enfatizar a necessidade de ocorrer uma aceleração na qualificação de profissionais técnicos de acordo com as exigências do mercado de trabalho. Essa melhora no quadro visava impulsionar a industrialização. Nessa ótica, ambos os autores trabalharam com o conceito de demora cultural e, por conseguinte, apontaram a existência de um hiato entre o desenvolvimento educacional e as condições socioeconômicas da sociedade brasileira.

Ianni e Cardoso chamaram a atenção para a necessidade de que fosse realizada uma revolução científica, isto é, “[...] uma transformação nos métodos tradicionais de pensamento e criação intelectual, e, portanto, nos de ensinar a pensar e produzir intelectualmente [...]”, pois “[...] [s]em a transformação dos conhecimentos científicos em instrumentos de conhecimentos técnicos, acrescentamos nós, não se realizaria a revolução industrial” (IANNI, 1963, p. 239).

No entanto, nos demais textos relativos à questão educacional, também encontrados no livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963), Ianni direcionou a sua reflexão num sentido diferente do exposto anteriormente. Logo, a educação passou a ser vista numa perspectiva mais humanista, à medida que ela seria capaz de transformar os indivíduos em cidadãos. Ianni passou a compreender que o crescimento da urbanização e industrialização requeria que o sistema de ensino estivesse voltado à profissionalização e à ascensão social. Nesse contexto, as novas e complexas formas de dominação se aliaram às formas tradicionais, criando, redefinindo e/ou preservando o sistema educacional de modo a privilegiar uma elite. Assim, ao estar organizada no âmbito de uma sociedade estratificada em classes sociais, a instituição escolar não conseguia efetivar os ideais democráticos. Nessa linha,

É preciso que se destruam ideais da antiga civilização agrário-comercial, onde se preconizava a formação falsamente humanística, apoiada numa cultura geral estéril, decorativa, que sómente serviria à preparação dos líderes e ideólogos dos grupos dominantes. A cátedra vitalícia, a farsa da cultura geral, o bacharelismo retórico, a preservação e ampliação do ensino privado (leigo e confessional), os currículos inadequados à formação de profissionais e pesquisadores competentes – êsses são alguns dos remanescentes de um ensino

tradicional orientado no sentido de formar “elites” divorciadas das “massas”, às quais nada ou muito pouco se dá (IANNI, 1963, p. 203).⁵

Portanto, baseando-se em algumas ideias de Fernando de Azevedo, Octavio Ianni afirmou que a educação consistia numa instituição social que deveria ser organizada para servir às necessidades da coletividade e não estar voltada para obedecer aos interesses da classe dirigente.

Além disso, argumentou Ianni, o proletariado não tinha a consciência de que poderia se qualificar profissionalmente, realizar a sua mobilidade social, ou ainda, se tornar um cidadão por intermédio da escola pública, por isso tal classe não lutava para a sua expansão. Na verdade, a instituição escolar não estava voltada para suprir as necessidades do operariado; este último também não via significado em sua própria qualificação, na medida em que os valores patrimoniais se reproduziam nas relações de trabalho em todo o Brasil. Em outros termos, a profissionalização e a mobilidade se mantinham vinculadas à ascendência familiar e étnica, à fortuna e às ligações políticas.

Nas palavras de Ianni:

Para os que se encontram prêso econômica, política e ideologicamente ao ensino privado, é fundamental a manutenção desse tipo de alienação, contra a qual lutam aqueles que defendem a escola pública gratuita e aberta a todos. Eles estão preocupados com a preservação de instituições educacionais que formem cidadãos insuficientemente preparados para a plena compreensão de sua posição na sociedade, isto é, na história. Indivíduos parcialmente elaborados, ou deformados, na acepção política do termo; mas submissos, dóceis a todo tipo de exploração (IANNI, 1963, p. 264).

Diante do exposto é possível perceber a tensão existente entre a convivência dos padrões de comportamento racionais e com os patrimoniais. Como o próprio Ianni enfatizou, se, por um lado, os valores tradicionais presentes nas empresas clânicas faziam parte do processo de transição econômico-social e, de certo modo, eram positivos para o lucro da empresa, por outro, esses mesmos valores impossibilitavam que os assalariados

⁵ Manteve-se a ortografia original nas citações.

se organizassem nas esferas política e ideológica de forma independente dos princípios do patrão.

Contudo, com a expansão do sistema capitalista e a inserção de normas racionais, tanto a organização produtiva, quanto a estrutura administrativa das empresas clônicas passaram a estar aquém das necessidades do mercado. Isso resultou numa redefinição da postura política do operário, pois o *seu comportamento passou a ser orientado segundo fins racionalmente formulados*, haja vista que ele passou a lutar, gradativamente, pelos seus direitos trabalhistas e civis.

A ação do Estado burguês na constituição do capitalismo industrial no Brasil

Durante o processo de formação do capitalismo no Brasil, nota-se que a industrialização foi marcada, em sua gênese, pelo capital agrícola. Na passagem de um tipo de organização produtiva a outro foram sendo constituídos o capital comercial e o financeiro. Nesse sentido, tornou-se aceitável sugerir que as indústrias emergiram a partir de três formas de empreendimento: 1) as aplicações de capitais dos cafeicultores; 2) as poupanças de imigrantes, em particular, para as empresas fabris, e 3) os capitais externos (IANNI, 1965b).

Todavia, apesar do capital industrial ter nascido da acumulação de capital do setor agrícola, os próprios mecanismos de reprodução do capital demonstraram que as suas relações nem sempre foram harmônicas (IANNI, 1965a, 1965b, 1968). Em outras palavras, o descompasso entre o funcionamento e a organização do setor secundário se concretizou no âmbito conjuntural e na esfera estrutural, ou seja,

Em plano conjuntural, dependem do jôgo e conflito de interesses relativos à apropriação e reprodução do capital. Em plano estrutural (e, portanto, pròpriamente histórico) as contradições entre ambos são governadas pelo fato de que o setor agrário ainda é profundamente determinado pelo modelo exportador. [...] Em certo sentido, o setor agrário brasileiro ainda se encontra dominado pelo “padrão colonial”, ao passo que o setor industrial precisou realizar o rompimento parcial dêsse padrão, para firmar-se. Mais ainda, o setor secundário sòmente pôde criar-se em decorrência do enfraquecimento transitório – devido a crises, guerras, revoluções,

etc. – do sistema colonial do capitalismo. É nesse quadro que estão as razões do antagonismo entre a cidade e o campo (IANNI, 1968, p. 44).

Além do capital acumulado durante a fase agrário-exportadora, Ianni (1963) ressaltou as condições humanas que foram favoráveis à constituição de um mercado de trabalho adequado à expansão do sistema capitalista.

Tanto o movimento imigratório europeu, quanto a transformação do trabalhador escravo em trabalhador livre foram elementos decisivos na industrialização brasileira. Nesse sentido, o imigrante chegava ao país profissionalmente qualificado e com o objetivo de enriquecer e, portanto, isento do preconceito aqui existente que percebia o trabalho braçal como algo degradante. De outro modo, o trabalhador nacional não era mais parte integrante do meio de produção, haja vista que, após a abolição (1888), ele pôde vender a sua força de trabalho no mercado. Contudo, ainda que o trabalhador não fosse mais confundido com o próprio meio de produção, ele continuava sendo o produtor e o produto do sistema.⁶

Há uma diferença histórica importante que precisa ser trazida à cena, trata-se do processo de industrialização em países que desenvolveram o capitalismo clássico e naqueles que *ingressaram “tardiamente” na fase da produção industrial*. Como exemplo do primeiro tipo é possível destacar a Inglaterra. Neste país, as indústrias surgiram e se expandiram de forma gradual e contínua. Já no segundo tipo, Ianni recorreu às apreciações de François Perroix, que destacou três aspectos capazes de explicitar a singularidade do processo industrial em nações em desenvolvimento. De acordo com essas análises, nesse tipo de nação, as suas indústrias precisavam surgir em unidades de grandes dimensões para conseguirem manter certo grau de eficácia e competitividade em relação às empresas estrangeiras. Nesse sentido, os três aspectos compreendiam,

Em primeiro lugar, as unidades de produção, nos setores básicos, são de largas dimensões técnicas e exigem investimentos grandes e indivisíveis. Em segundo lugar, os investimentos necessários nesses setores comportam longos períodos de maturação, se contamos desde o momento de formulação dos projetos e reunião dos primeiros capitais até aos produtos iniciais. E em terceiro lugar,

⁶ Ianni fundamenta sua análise nas contribuições teóricas de Karl Marx.

a indústria e os conjuntos industriais se desenvolvem com base na eliminação ou redução, através da organização, das distâncias físicas que separam a matéria prima da fábrica e o diretor do operário (IANNI, 1965b, p. 63-64).

Como bem assinalou Ianni (1965b), os dois primeiros pontos estavam relacionados com a ação e o papel do Estado frente à expansão do capitalismo no Brasil, esse era o eixo principal da análise proposta em seu livro. Embora Ianni não trouxesse para o debate as abordagens de Raimundo Faoro, que foram apresentadas na obra *Os donos do poder*, cuja 1ª edição data de 1958, ele se posicionou ao lado das teses de Luiz Werneck Vianna, publicadas em 1999, no livro intitulado *Weber e a interpretação do Brasil*. Nessa obra, Vianna trabalhou com as ideias de Faoro a fim de que essas contribuíssem em sua investigação acerca das versões weberianas presentes em interpretações sobre o Brasil.⁷ Diante disso, as análises de Faoro podem servir como um contraponto teórico as teses defendidas por Ianni, em particular, à refutação da ideia de um capitalismo de Estado.

Na visão de Faoro, a derrota da oligarquia paulista na Revolução de 1930 foi o indício do retorno às raízes patrimoniais, desse modo, o Estado brasileiro representou o perfil ibérico que se impunha à sociedade civil. Em outros termos, a expansão da hegemonia cafeeira (1889-1930) teria conduzido o país a um desenvolvimento ocidental (moderno), isto é, em direção à instauração da democracia representativa e da livre iniciativa econômica, contudo, com a Revolução de 1930, se instalou um Estado autoritário, que interrompeu o avanço do setor agroexportador, passando a conduzir o país por meio do modelo de desenvolvimento oriental (atraso).

Dentro dessa linha interpretativa, o Estado brasileiro se assemelhou à cultura política do despotismo oriental, quando se considera a ausência histórica da forma clássica de transição do feudalismo para o capitalismo, tanto em Portugal quanto no Brasil.⁸ Por conseguinte, nesse último não teria se desenvolvido o espírito capitalista, tampouco a ética protestante. Irrrompendo

⁷ No entanto, deve-se ressaltar que o próprio Faoro deixou claro, através do prefácio feito para a segunda edição de 1973, que não seguiu a mesma linha de pensamento de Max Weber, embora tivesse proximidade com seu repertório analítico.

⁸ Para melhor compreensão dessa passagem, Jessé Souza esclarece que “[...] Faoro procura entender a especificidade do atraso brasileiro a partir da herança portuguesa de transplantação para o Brasil de um aparato estatal patrimonialista operante em Portugal desde a Idade Média. Na monarquia portuguesa, o rei,

um Estado patriarcal que, a exemplo do Estado oriental, abafou os interesses particulares, provocando um descompasso entre o Estado e a sociedade civil e uma confusão na fronteira entre a esfera pública e a privada (VIANNA, 1999).

Partindo dessas constatações, Souza apontou que Faoro teria identificado um

[...] “capitalismo de Estado”, o qual o Brasil herda de Portugal. O ambíguo nesse tipo de dominação patrimonial é ela contribuir, por um lado, para a estabilização e flexibilização da economia, de modo a permitir uma notável expansão de um capitalismo de tipo comercial e, por outro, impedir o lançamento das bases racionais do capitalismo industrial (SOUZA, 1999, p. 38-39).

Diferentemente da leitura de Souza (1999), a de Ianni (1965b, p. 206) sugeriu que “[...] o intervencionismo [consistia em uma] condição indispensável para que se process[asse] a industrialização de um país inserido ‘periféricamente’ no sistema capitalista mundial [...], pois, “[...] [m]uitas vezes, são [necessárias] grandes unidades de produção, que envolvem elevados investimentos e longos períodos de construção e maturação, o que a iniciativa privada nem sempre tem condições de realizar” (IANNI, 1965b, p. 29).

Em outras palavras, o Estado brasileiro não se apresentou como o responsável pelo atraso. Pelo contrário, os elementos patriarcais, que representavam o atraso, persistiam na sociedade civil. Nesse sentido, Ianni rechaçou o conceito de capitalismo de Estado, apontando que a maneira como o Estado brasileiro se inseriu na dinamização da economia demonstrava que sua finalidade não era a obtenção de lucro, tampouco se colocar como um obstáculo ao desenvolvimento das empresas nacionais. Desse modo, o Estado no Brasil objetivou: 1) reintegrar a economia nacional no cenário internacional; 2) criar condições à acumulação, à consolidação e à expansão do capitalismo no país; 3) e, quando necessário, eliminar ou ordenar as situações críticas vigentes. Ademais, o capitalismo inexistia sem o mercado, por conseguinte, essa ideia de que o dirigismo estatal resulta em estatismo é, na melhor hipótese, contraditória.

senhor de toda a riqueza, [fosse] ela territorial ou comercial, dirig[ia] a economia nacional como se fosse coisa sua, uma extensão da casa do soberano” (SOUZA, 1999, p. 38).

O que se percebe, portanto, é que as ações estatais foram mediatizadas pelas empresas nacionais e estrangeiras que tinham enquanto horizonte a acumulação capitalista. Por sua vez, o incentivo e a ordenação governamental nas atividades econômicas envolveram duas manifestações do processo acumulativo de capital, as quais interagem, a saber: a concentração e a centralização.⁹

A acumulação capitalista realizou-se de acordo com as tendências da produção dominante, assim, o capital migrou de setor para setor, de nação para nação a fim de multiplicar-se em escala crescente. Por essas razões, as desigualdades regionais, que se formaram em países de “terceiro mundo” como o Brasil, com suas regiões Norte e Nordeste, não poderiam ser consideradas manifestações da dualidade, tampouco serem vistas como barreiras à expansão industrial, como sugere Ignácio Rangel¹⁰, pois

Essas discontinuidades são do mesmo tipo e revelam níveis diferentes de integração. São sub-sistemas que fazem parte intrínseca do todo e representam elementos necessários, ou virtuais, das expansões do todo. As economias de subsistência não são, muitas vezes, senão sub-sistemas que estiveram integrados de outro modo ao mercado, tendo regredido por causa da dinâmica interna própria desse mesmo mercado. Nêsse sentido, são reservas com as quais conta o mercado em suas expansões necessárias. Não se trata de uma integração visível nas relações entre os núcleos dominantes e os “bolsões” de subsistência, mas de uma integração estrutural, que escapa às relações de trocas ou comunicações visíveis (IANNI, 1965b, p. 77).

Além disso, as desigualdades regionais não eram exclusivas dos países subdesenvolvidos (como os latino-americanos, africanos e/ou asiáticos), também podiam ser encontradas em países com alto índice de desenvolvimento (IANNI, 1963).

⁹ Segundo Ianni, “A concentração é um processo que consiste no aumento do capital das unidades empresariais, pela capitalização da mais-valia ali produzida. Ao passo que a centralização é o processo através do qual se realiza a reunião de capitais individuais diversos em um só [...]” (IANNI, 1965b, p. 22).

¹⁰ Rangel afirma que o capital privado (cuja força dominante está no polo interno) transformou-se no capitalismo de Estado (cuja força dominante está no polo externo), sendo que a acumulação e, por conseguinte, a concentração e a centralização, fez gerar “dois brasis” estanques em seus desenvolvimentos. Há que se destacar que essa “dialética dos contrários”, tratada por Rangel, advém desde o momento em que o Brasil foi descoberto e inserido no seio da história mundial onde prevalecia o domínio do capitalismo mercantil europeu, daí originou-se a dualidade, pois nem a matriz arcaica (interna) e nem a matriz moderna (externa) desapareceram ou fundiram-se (RANGEL, 1962).

Tendo em vista a necessidade constante que o capital tinha de se expandir, a burguesia industrial nacional, ao perceber que era incapaz de avançar sozinha, aliou-se à burguesia agrária. Já, num segundo momento, especialmente a partir do programa nacional de desenvolvimento, isto é, do Programa de Metas instaurado no governo de Juscelino Kubitschek, uniu-se à burguesia internacional.

A inserção do capital externo na economia nacional provocou um clima de incertezas no âmbito da sociedade. Criou-se um questionamento em torno da autonomia do Brasil diante do controle estrangeiro, pois, de certo modo, as possibilidades de concretização de uma revolução burguesa no país se frustravam, na medida em que o país se encontrava “associado” ao capitalismo internacional.

Foi nessa configuração que ocorreu a metamorfose do capital agrícola (comercial ou financeiro) em capital industrial, a transformação do poder econômico da burguesia industrial em poder político, e também, a metamorfose do Estado patrimonial em Estado burguês. Além das transformações políticas e econômicas, é preciso ressaltar que na esfera das ideias houve o florescimento da ideologia desenvolvimentista.¹¹ Esta última abalou a hegemonia da corrente liberal que predominava entre a burguesia agrária exportadora, a burguesia voltada ao comércio exportador, assim como a burguesia internacional, vinculada à exportação de produtos primários. Dito de outra maneira, o impacto nos poderes econômico e político dessas facções burguesas, que se apoiavam na ideologia liberal, colocou em xeque o mito fisiocrata de que o Brasil era uma nação eminentemente agrícola. Por isso, Ianni (1965b, p. 115) afirmou que “o desenvolvimentismo é a ideologia burguesa” por excelência entre nós, sobretudo, que ela consiste em “uma ideologia da transição, isto é, de consolidação do predomínio da burguesia industrial”.

O fim do fenômeno populista e a conflagração do Estado colonial-fascista

A ideologia nacional desenvolvimentista foi gerada no seio do nacionalismo, assim, ela deve ser compreendida sob a mesma perspectiva de análise da ideologia getulista, haja vista que ambas

¹¹ O Plano de Metas (1956-1960) é a expressão da consolidação do desenvolvimentismo.

[...] desempenha[ra]m um papel ativo na mobilização das parcelas atuantes do proletariado. Embora tenham sido manifestações diferentes, elas ocorreram na mesma fase de transição estrutural. Uma, atuou como ideologia *para* a classe operária e, a outra, como ideologia *para* a sociedade nacional [...] (IANNI, 1965b, p. 167).

Partindo da constatação de que Getúlio Vargas possuía qualidades carismáticas adequadas ao exercício da autoridade, fato que teria colaborado para torná-lo um chefe político “extraordinário”, no sentido de incomum, “não cotidiano”, isto é, de ser capaz de romper com a tradição. Uma das principais características de seu governo foi trazer à prática o modelo de desenvolvimento nacionalista, cuja efetivação não aconteceu sem a presença de uma política de massas. Semelhante fenômeno pode ser interpretado a partir do repertório weberiano:

A dominação carismática, como algo extra-cotidiano, opõe-se estritamente tanto à dominação racional, especialmente a burocrática, quanto à tradicional, especialmente a patriarcal e patrimonial ou a estamental. Ambas são formas de dominação especificamente cotidianas – a carismática (genuína) é especificamente o contrário. A dominação burocrática é especificamente racional no sentido da vinculação a regras discursivamente analisáveis; a carismática é especificamente irracional no sentido de não conhecer regras. A dominação tradicional está vinculada aos precedentes do passado e, nesse sentido, é também orientada por regras, a carismática derruba o passado (dentro de seu âmbito) e, nesse sentido, é especificamente revolucionária (WEBER, 1994, p. 160).

Getúlio Vargas, em seu papel de líder carismático, ao perceber a expansão da classe operária e estimular o crescimento do setor industrial compreendeu a necessidade de implementar políticas trabalhistas¹², com o propósito de amenizar a pauperização

¹² Em 1931 foi instituído o Ministério do Trabalho e foi “[...] regulamentada a organização e o funcionamento dos sindicatos operários” (IANNI, 1961, p. 32). Contudo, o sindicato se estabeleceu como um órgão assistencialista com vistas a atender as reivindicações imediatas dos trabalhadores e não como um instrumento de luta política da classe. Sobretudo, configurou-se uma rede de relações políticas de cunho manipulador no âmbito sindical que foi denominado de “peleguismo”. Houve a implementação de um imposto sindical controlado pelo Ministério do Trabalho e os dirigentes sindicais eram eleitos com o aval e a fiscalização do Ministério, em consequência disso, constata-se o jogo de forças políticas por parte do governo a fim de manobrar a classe operária. Em 1940 foi criado o regime de salário mínimo. E, a partir de 1943, passa a ser vigorada a Consolidação das Leis do Trabalho. Porém, há que se considerar que a legislação vigente não foi capaz de impedir que o salário real suprisse o custo de vida da população (IANNI, 1968).

crecente e também de manter as relações de produção, em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico. Por intermédio de táticas populistas, Vargas transformou as reivindicações dos trabalhadores em conquistas legítimas, amenizando, desse modo, as tensões sociais.¹³

Na maioria das vezes, os operários provenientes do campo chegavam para trabalhar na cidade e encontravam uma realidade organizada em moldes capitalistas, isto é, pouco auspiciosos aos trabalhadores.¹⁴ Isso significou um choque entre o tipo de mentalidade que eles possuíam e a nova identidade, que era requerida que eles desenvolvessem para sua adaptação nesse universo. Semelhante necessidade/exigência de mudança foi propícia à formação de uma consciência de massa, o que teria estimulado Getúlio Vargas a adotar uma política de massas, que se caracterizou pela constante tentativa de ruptura com o passado (IANNI, 1965b).

Desse modo, um dos principais aspectos que demonstravam a inexperiência política do povo brasileiro foi o fato de que:

[...] O seu horizonte cultural est[ave] profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. Neste, predomina[va]m formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) est[ava] delimitado pelo misticismo, [pela] violência e [pelo] conformismo, como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural [se] modific[ou] na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório (IANNI, 1968, p. 57).

Devido a heterogeneidade da procedência do proletariado industrial brasileiro foi sendo construída uma consciência de mobilidade social. Nesse sentido, os proletários passaram a aderir à política de massas, conduzida pelos grupos dirigentes e, portanto, a se limitar à adoção de um comportamento individual, ou coletivo, voltado principalmente à ascensão econômica e

¹³ Antes da ascensão do presidente Getúlio Vargas ao poder, a relação entre o operariado e a burguesia era bastante conflituosa. Em contrapartida, “[...] as reivindicações na etapa iniciada em 30 se tornaram progressivamente ajustadas às exigências da preservação do *status quo*. Não se verifica uma evolução nos temas dos movimentos políticos, se confrontamos aqueles dos grevistas de 1917 com alvos preconizados no presente” (IANNI, 1961, p. 26).

¹⁴ É preciso lembrar que as técnicas capitalistas também avançaram no campo, provocando desemprego e o movimento migratório de trabalhadores para a cidade (IANNI, 1968).

social, isto é, à conduta distante das *posições e/ou diretrizes políticas autenticamente proletárias*.¹⁵ Consequentemente, esses trabalhadores se afastaram da formação de uma consciência de classe transformadora e autêntica (IANNI, 1960, 1968).

Aliar-se à classe operária parece ter sido parte de uma estratégia política importante para que a burguesia industrial conseguisse consolidar e ampliar o seu poder no Brasil. Tal burguesia se aproveitou da atuação política do proletariado para reformular suas relações com as demais classes. Nesse contexto, ela buscou elevar as poupanças e, com isso, investir no setor secundário, para controlar o circuito do capitalismo, e vencer a burguesia agrário-comercial. Desta forma, ao manter o operariado ao seu lado, a burguesia industrial se imbuuiu da ideia de ser a burguesia nacional (IANNI, 1965a, 1965b, 1968).

Em congruência com a adoção do nacionalismo, como doutrina ideológica da burguesia, as forças políticas de esquerda passaram a defender a política econômica planejada pela burguesia industrial em contraposição ao “latifúndio” e ao “imperialismo”. Por conseguinte, se iludiram com “[...] [a]s reformas preconizadas pela burguesia industrial, [as quais eram necessárias ao] [...] predomínio e [à] expansão do capitalismo, [a ponto de admiti-las] [...] como uma via possível ao socialismo” (IANNI, 1965b, p. 238). Diante do exposto, é possível concluir que se “[...] [aceitou] a estatização nos mesmos termos que a corrente liberal, como uma forma de enfraquecer o capitalismo ou [de] criar condições para a socialização dos meios de produção” (IANNI, 1965b, p. 238).

Se, de um lado, a esquerda brasileira aderiu ao modelo nacionalista, de outro, é preciso recordar que ela se originou da tradição prática e teórica do marxismo-leninismo como solução revolucionária. Dessa forma, Ianni discordava do oscilante caminho escolhido pela esquerda que girava entre a opção revolucionária (marxismo) e a via da democracia getulista (reformista). Na sua visão, a esquerda estava longe de transformar a política de massas numa política de classes e sequer conseguia propor uma interpretação alternativa à política getulista (IANNI, 1968).

A partir dessa perspectiva, Ianni teceu críticas incisivas à corrente marxista da esquerda:

¹⁵ Ianni destaca a presença do mito do *self-made man* no horizonte ideológico do proletário em convergência ao mito de *Fare L'America*, sendo que esse último era específico dos imigrantes italianos.

Realiza-se novamente a neutralização do entendimento dialético, como o faz também a sociologia. Incorpora-se o ponto de vista crítico sem incorporar-se a atividade crítica. Ou melhor, reduz-se a atividade crítica, como atividade prático-teórica, às exigências de expansão do sistema capitalista de produção. Aproxima-se o otimismo burguês e a consciência de mobilidade do proletariado, numa fase de intensa diferenciação interna do mundo da produção como um todo (IANNI, 1965b, p. 244-245).

Assim, por estar impregnada pela ideologia nacionalista, predominou entre a esquerda brasileira dois pressupostos básicos: 1) que o nacionalismo era o princípio fundamental para unir forças e impulsionar o avanço econômico e político do país; e 2) que era possível uma aliança com a 'burguesia nacional', sob a hegemonia dos trabalhadores, para se chegar ao socialismo. Essa última ideia foi difundida no Brasil, especificamente, pelos comunistas (MIGLIOLI, 1996, p. 160).

É interessante refletir sobre a avaliação que Ianni realizou a respeito do papel da burguesia industrial. Num primeiro momento, ele revelou uma crítica contundente acerca da postura da burguesia diante do proletariado e, com isso, buscou enfatizar a posição dócil e manipulável na qual a classe trabalhadora se encontrava diante da burguesia. Esta, por sua vez, recorria ao nacionalismo como *um poderoso instrumento de engodo* para manobrar as massas segundo o seu interesse de classe.¹⁶ Já na obra *Estado e capitalismo* (1965a), Ianni reavaliou as atitudes políticas da burguesia, procurando compreender a capacidade flexível dessa classe para realizar alianças, nesse sentido,

É importante observar, pois, que a consciência burguesa não é definitivamente rígida nem falsa, como se fôra incapaz de absorver experiências, renovar suas orientações, submeter-se a críticas. Por meio da incorporação das experiências próprias e alheias, acumuladas [de forma integrativa], e através dos desenvolvimentos das ciências sociais, em especial a economia política – inclusive em face do marxismo e do regime socialista – a consciência da burguesia industrial ganha nuanças e revela flexibilidade (IANNI, 1965b, p. 234).

¹⁶ Essas análises foram elaboradas em seu livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963).

Em face da situação histórica e ideológica configurada, Ianni percebeu que, tanto no horizonte ideológico da classe operária, quanto no de alguns setores da burguesia ocorreu a reificação¹⁷ do Estado, pois o aparelho estatal, além de ser pensado como se fosse um órgão que deveria realizar os seus objetivos de classe (em particular, essa era a expectativa do proletariado), também era avaliado como o centro das decisões. Ou seja, enquanto tendo a capacidade de promover situações econômicas, sociais e políticas de inovação ou estabilidade, de progresso ou estagnação. Portanto, a visão que contemplou o Estado como um ente com vida e vontade próprias causou certa confusão a respeito daquilo que a burguesia esperava de uma postura estatal, esta oscilava entre um Estado participativo e interventor, à medida que o reconhecia como necessário para assegurar o crescimento econômico do país, e um Estado neutro, pois, às vezes, temia-se que ele assumisse as características do Leviatã, definido por Hobbes (IANNI, 1965b).

¹⁷ O conceito de reificação foi trabalhado por Georg Lukács em seu livro *História e consciência de classe* (1989) durante o período em que Lukács entra numa fase marxista e utiliza-se de Hegel para melhor compreensão da dialética. Ademais, o momento histórico alemão estava marcado pelas crises políticas e pelas dificuldades econômicas. Nesse ínterim, ao contrapor-se às formulações teóricas da II Internacional, Lukács buscava interpretar o marxismo no sentido de uma metodologia orientada para a compreensão do universo social do capitalismo e também pretendia conceber o marxismo como um mecanismo através do qual se pudesse convocar a consciência social para transformar radicalmente o capitalismo. Além de confrontar com o que ele denomina de “marxismo vulgar” da II Internacional, ao longo do livro reporta críticas a Max Weber, haja vista que “[...] certas tematizações weberianas – por exemplo, as questões referentes à burocratização da vida capitalista, à eficácia social e racional dos agentes sociais, etc. – são retomadas por Lukács” (NETTO, 1981, p. 41). Na tentativa de fazer um paralelo com o significado atribuído por Octavio Ianni ao termo reificação com as análises de Lukács, poder-se-ia apontar algumas semelhanças na abordagem desses dois intelectuais. Ambos enfocam em suas análises a transição para o capitalismo industrial e atentam para a formação da consciência dos homens diante desse processo. Porém, no que se diferenciam, ao perceber os aspectos singulares de desenvolvimento do Brasil dentro do contexto do capitalismo mundial, Ianni destaca a importância do Estado no avanço da industrialização da nação. Por outro lado, ao estudar os aspectos mais gerais do desenvolvimento capitalista, Lukács atem-se à mercadoria e ao fetiche dessa na consciência dos homens. Assim, pode-se encontrar em *História e consciência de classe* (1989) conceitos como objetividade e subjetividade, fragmentação e totalidade, mecanização e racionalização do trabalho, a explicação do fenômeno da reificação. Grosso modo, o termo reificação pode ser sintetizado no trecho a seguir: “[...] estas formas do capital (*capital mercantil, papel do dinheiro como aforro ou como capital financeiro, etc.*) [...] só podem, pois, ser compreendidas a partir da essência do capitalismo industrial, mas, na consciência do homem da sociedade burguesa, surgem como formas puras, autênticas e não falsificadas do capital. Para a consciência reificada, estas formas do capital transformam-se necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social, precisamente porque nelas se esfumam (a ponto de se tornarem imperceptíveis e irreconhecíveis) as relações dos homens entre si e com os objectos, relações essas que se encontram ocultas na relação mercantil imediata. O caráter mercantil da mercadoria, a forma quantitativa abstracta da possibilidade de calcular, aparecem aqui na sua forma mais pura; esta forma torna-se, pois necessariamente, para a consciência reificada, a forma como se manifesta a sua própria imediatez que, como consciência reificada que é, não tenta superar, antes pelo contrário, se esforça por fixar e eternizar, ‘aprofundando cientificamente’ os sistemas de leis susceptíveis de serem apreendidos” (LUKÁCS, 1989, p. 108). [Grifos meus J. G. B.].

No que diz respeito ao aspecto econômico, Octavio Ianni propôs a separação do desenvolvimento brasileiro em quatro modelos que se sucederiam e coexistiriam, a saber: 1) o modelo de exportação, que caracterizou a economia brasileira nas três primeiras décadas do século XX; 2) o modelo de substituição de importações, que se desenvolveu aceleradamente de 1930 a 1962; 3) o modelo de desenvolvimento econômico associado, que foi configurado com o golpe de 1964; 4) por fim, o modelo socialista, que não foi levado à prática.

Diante desse quadro, o fulcro da pesquisa de Ianni passou a ser a análise dos motivos políticos e econômicos que culminaram no fim do fenômeno populista¹⁸ e na instauração do Golpe de militar de 1964, pois esses acontecimentos estabeleceram o que pode ser entendido como dependência estrutural no Brasil. Assim, a principal inquietação de Ianni compreendeu a forma pela qual o país estava conduzindo o seu desenvolvimento¹⁹, nesse sentido, ele asseverou que “[...] [u]m país subdesenvolvido somente ingressa na era da civilização industrial quando alcança a autonomia política e econômica. E a autonomia somente ocorre mediante a ruptura político-econômica com a sociedade tradicional e com o sistema internacional dominante” (IANNI, 1968, p. 7).

Na ótica de Ianni foi durante o Governo de Vargas e, posteriormente, no de Jânio Quadros, que houve a possibilidade real de ruptura com a dominação político-econômica externa. A democracia getulista, o dirigismo estatal, o nacionalismo e os movimentos de massas foram essenciais para a consolidação da autonomia do Brasil. Além do fato de as condições internas terem sido favoráveis, há que se considerar as próprias contradições e crises do capitalismo mundial, presentes entre os anos de 1914 a 1964.

Apesar de o presidente Juscelino Kubitschek ter dado continuidade a algumas diretrizes políticas que foram fundamentais durante a gestão de Getúlio Vargas, como a política de massas e o

¹⁸ Recentemente a teoria do populismo foi revista por diversos autores, seja de modo sistemático ou de forma tangencial, dentre eles pode-se citar Maria Helena Capelato, Ângela de Castro Gomes, E. Laclau, Luiz Werneck Vianna, O. Dulci, Frederico Neiburg. Porém, dos autores que consultamos Aggio et al. (2002), Andrade (2000), Vianna (1999), ou não abordam os estudos de Octavio Ianni ou apenas se referem ao seu livro *A formação do estado populista na América Latina*, de 1975. Em virtude disso, uma interlocução mais aprofundada com esses autores, ainda que seja importante, iria afastar-se da proposta desse artigo.

¹⁹ Essa questão foi tratada em seu livro *O colapso do populismo no Brasil*, escrito entre julho de 1966 a outubro de 1967, sendo publicado em 1968.

incentivo ao crescimento econômico do país; Kubitschek passou a estimular a entrada do capital estrangeiro na economia brasileira. Com isso, pode-se afirmar que Kubitschek conciliou muito bem o modelo getuliano (desenvolvimento econômico nacionalista) com uma política internacionalizada. Em contrapartida, após esse momento “[...] instaurou-se, de modo agudo, o antagonismo entre o padrão getuliano e nacionalista de desenvolvimento, por um lado, e o padrão de desenvolvimento associado e dependente, por outro” (IANNI, 1968, p. 10).

No plano econômico, o modelo de desenvolvimento associado e dependente tomou forma através do Plano de Metas implantado por Juscelino Kubitschek. Na esfera política, esse modelo de internacionalização se efetivou com o Governo do Marechal Humberto Alencar Castello Branco, a partir de 1º de abril de 1964.

A ideologia desenvolvimentista preconizou a dinamização das forças produtivas, ao defender a autonomia econômica e independência política. De outro modo, após o golpe de 1964, as diretrizes da ideologia da modernização foram colocadas em prática. Essa ideologia primou pela garantia do *status quo* e pela facilitação do *funcionamento dos processos de concentração e centralização do capital*.

Enquanto política externa, o modelo de modernização da sociedade brasileira foi representado pela doutrina da interdependência. No âmbito interno, esse modelo foi simbolizado pela doutrina de reversão de expectativas. Ambas as doutrinas se “[...] destina[ram] a realizar a reintegração dos poderes político e econômico, consolidando a hegemonia da classe dominante” (IANNI, 1968, p. 213). Então, dentro da concepção da doutrina de interdependência, tornou-se natural e desejável uma política econômica externa que estimulasse a competição e a cooperação entre as empresas nacionais e internacionais, pois o Brasil precisava eliminar o “complexo de inferioridade”, algo que, segundo alguns estudiosos, estava presente na linha nacionalista de uma aliança para o progresso²⁰:

[...] o “sacrifício” de empresas brasileiras [foi] encarado pelos governantes como um resultado inevitável do confronto entre diferentes mentalidades empresariais e capacidades técnicas das

²⁰ Esse era o programa de reformas para a América Latina que fora apresentado por John Kennedy a fim de que os governantes desses países não se enveredassem pela via revolucionária de Fidel Castro (MIGLIOLI, 1996, p. 166).

organizações. Essa [era] a perspectiva com a qual se [enfrentava] o crescimento dos índices de falências e concordatas de empresas brasileiras; ou a associação destas com empresas estrangeiras (IANNI, 1968, p. 195).

No que diz respeito à política de reversão de expectativas, Castello Branco instaurou um programa de reformulação nas instituições econômicas e financeiras, políticas e educacionais, a fim de realizar a reintegração dos poderes político e econômico, que foram dissociados entre os anos de 1961 a 1964, além de “[...] ajustar as expectativas e ideologias das diferentes classes sociais ao *status quo*” (IANNI, 1968, p. 190). De acordo com essa assertiva, Ianni direcionou a sua análise para a compreensão das condições que desencadearam o colapso do populismo²¹ e a conflagração do golpe de Estado. Nessa via, o autor elencou três fatores considerados decisivos para a efetivação do colapso da democracia getulista:

[...] Primeiro, o progresso econômico estêve em vias de conduzir o Brasil à condição de uma potência independente, com ascendência sobre a América Latina e a África. Segundo, a política de massas e o nacionalismo esquerdizante começavam a ameaçar o poder político burguês. Terceiro, os Estados Unidos da América do Norte assumiram plenamente a liderança do mundo capitalista e acertaram uma espécie de “Tratado de Tordesilhas”, um compromisso tácito com a União Soviética, ficando a América Latina sob a sua égide (IANNI, 1968, p. 10-11).

Ademais, esses fatores estiveram relacionados com a substituição da política nacionalista getulista pelo modelo de desenvolvimento associado, estabelecido por Juscelino Kubitschek. Todavia, é preciso ressaltar que o movimento populista só terminou com o golpe de 1964, o qual conduziu Castello Branco à presidência do país.

Na leitura de Ianni, o populismo foi um movimento político marcado pela presença constante de crises, no cerne de seu

²¹ Ianni estende a explicação do fenômeno do populismo às manifestações que vão além do varguismo, na verdade elas também podem ser emblematizadas na figura de líderes provenientes do povo ou de personalidades carismáticas (em sua maioria demagogas) que controlavam os aparelhos burocráticos dos partidos e conduziam a política de massas. Mas, sobretudo, o populismo deve ser analisado como um movimento político que direcionou os rumos de uma política econômica governamental para a concretização de uma nação industrializada e moderna.

próprio esteio, isto é, no centro da política de massas residiu sua própria contradição. Em outros termos, o governo sofreu pressões de grupos conservadores que contestaram o seu elo com a classe assalariada, ou seja, que discordaram do fato dessa classe ser usada como barganha política da burguesia industrial para o seu próprio crescimento no mercado.

Seguindo o argumento de Ianni, o populismo também lidou com a resistência da classe operária, que desenvolveu sua politização devido aos movimentos nacionalistas, às lutas anti-imperialistas, aos debates pelas reformas de base; e às campanhas eleitorais (municipais, estaduais e federais). Já em relação à burguesia industrial, grupo envolvido com o populismo, também é importante lembrar que suas atitudes foram sempre ambíguas no jogo da política de classes. Ianni denominou esse jogo de aliança de contrários, pois somente funcionava bem em “épocas normais”, sendo que, nos períodos de crise, seus antagonismos floresciam com opulência.

A despeito das crises²², Ianni destacou o ano de 1962 como o último no qual o Brasil progrediu economicamente, tendo em vista que a partir de 1963 houve uma aceleração no processo inflacionário. Em consequência disso, emergiu um clima de reivindicações políticas por parte dos trabalhadores que lutavam pelo aumento de seus salários. Inserida nesse ambiente de manifestações e greves, a classe operária se politizou e se organizou em sindicatos e partidos populistas e de esquerda.

Somou-se a crise econômica nacional, a crise do poder político brasileiro que se fez sentir a partir do ano de 1961. Outro fator que desencadeou o processo de politização das massas foi a renúncia do Presidente Jânio Quadros.²³ Tal episódio provocou um movimento de resistência popular que parece ter influenciado Ianni a afirmar que o golpe aplicado contra Jânio, sob o artifício de renúncia, não foi levado até o fim.

Foi dessa forma que o Vice-Presidente João Goulart assumiu o governo. Entretanto, Jango era reconhecido pela direita, e por determinados setores militares, como o símbolo do “[...] perigo d[e] radicalização política e [da] ameaça da emergência do comunismo [...]”, em virtude disso, a sua posse foi realizada

²² Ianni se refere a elas como crises do poder burguês.

²³ Jânio Quadros assumiu a presidência em janeiro de 1961 em decorrência da denúncia de Carlos Lacerda sobre o suposto golpe de Jânio, arquetizado para ampliar seus poderes e ter maior liberdade diante do parlamento. Quadros renunciou à presidência da República em 25 de agosto de 1961.

mediante a limitação de seus poderes. Desse modo, o Congresso aprovou a transformação “[...] do sistema de governo brasileiro presidencialista em parlamentarista. Essa estratégia teria facilitado o controle político do presidente por parte dos diversos grupos de interesses que compunham os estratos privilegiados da sociedade” (AGGIO et al., 2002, p. 65-66).

Jango se utilizou de sua força política entre as massas para pressionar os setores políticos conservadores a fim de que esses desbloqueassem as suas ações governamentais. Então, em 1962, o presidente anunciou um conjunto de *Reformas de base*, relativas às esferas tributária, educacional, agrária e eleitoral, encontrando no Congresso o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) que consistia num pacto político interpartidário entre parlamentares de esquerda. Em janeiro de 1963, Goulart conseguiu realizar um plebiscito que decidiu pelo retorno ao sistema de governo presidencialista, assim, foram restituídos maiores poderes ao presidente e o tema das reformas passou a ganhar força popular.

Com o intuito de sanar a condição desastrosa na qual se encontrava o sistema financeiro governamental, Celso Furtado elaborou o Plano Trienal. No entanto, esse plano não teve êxito, tendo em vista a inviabilidade “[...] de conciliar a contenção de gastos do setor público e o apelo ao ‘aperto dos cintos’, previstos pelo Plano, com a cooperação popular para a sua efetivação” (AGGIO et al., 2002, p. 67).

Por não ser possível contar com o apoio parlamentar para colocar em prática suas propostas de reforma, João Goulart decidiu realizá-las por meio de decretos do executivo. Visando demonstrar a legitimação de sua popularidade, realizou grandes comícios para mobilizar a população e anunciar as reformas. Assim, em 13 de março de 1964, Jango realizou o primeiro comício que contou com a participação de 150 mil pessoas no Rio de Janeiro. Nessa ocasião foram anunciadas medidas que causaram o temor da elite e dos setores conservadores da sociedade brasileira. Em resposta ao governo, esses grupos organizaram um movimento contestatório, dirigido especialmente pela classe média, sendo um dos seus atos a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, ocorrida dez dias antes do golpe.

Octavio Ianni atribuiu a adesão da classe média às soluções autoritárias ao fato de essa classe, desde os “momentos áureos” da política de massas, ter sido conduzida para esse fim, ou seja,

para a opção autoritária. Dessa forma, “[...] [e]m boa parte, o ademarismo, o janismo e o lacerdismo são manifestações da política de massas no seio da classe média” (IANNI, 1968, p. 137). Considerando suas opções políticas: ademarista, janista e lacerdistista, parece que o horizonte cultural e mental da classe média estava tomado pelos valores e padrões da classe dominante. Isso explica seu rechaço aos movimentos de luta das camadas populares. Esse quadro se agravou, à época, em virtude da postura de João Goulart, que ao pretender aumentar o salário mínimo em 93,5%, possibilitaria uma relativa ascensão dos trabalhadores assalariados e, conseqüentemente, uma proletarianização de amplos setores da classe média.

Mas, não foi apenas a classe média que se incomodou com as diretrizes políticas encaminhadas por seu governo e pela crise econômica vigente, os militares também reagiram politicamente a esses acontecimentos. Em realidade, o que ocorreu foi um processo de militarização da política, pois em situações de “normalidade” o poder militar e o poder político são governados por normas e valores distintos, porém, em momentos críticos, eles se confundem:

Em verdade, a crescente militarização da política é o resultado do aguçamento das tensões e contradições entre grupos e classes sociais, em luta pelo poder. Esse processo se torna tanto mais rápido e fácil quanto menos desenvolvidas e efetivas são a ordem democrática e a opinião pública. A militarização da política em geral é uma forma não democrática de exercício de poder. São o “artificialismo” dos partidos políticos e a fragilidade da consciência democrática dos políticos profissionais e dos cidadãos que favorecem a transformação das forças militares em partido político (IANNI, 1968, p. 144).

O que se apresenta é o temor dos militares em relação às atitudes de Goulart, consideradas subversivas devido ao seu envolvimento com o sistema sindical (que havia se desprendido um pouco das amarras da prática do peleguismo) e com grupos políticos nacionalistas e de esquerda. Por isso, o que se receava era uma *guerra revolucionária* que fosse capaz de instaurar uma *República Sindicalista*.

De fato, Ianni afirmou que após terem se esgotado as possibilidades das etapas do modelo getuliano de desenvolvimento,

abriu-se caminho para a efetivação de duas alternativas: 1) a reintegração plena no capitalismo mundial (o modelo internacionalista) ou 2) a revolução socialista. A opção revolucionária tornou-se viável devido ao enfraquecimento do poder da burguesia, diante das crises política e econômica, além da rápida e ampla participação política das massas assalariadas urbana e rural.²⁴

É importante recordar que a politização crescente dos trabalhadores incomodava a classe dominante, que chegou a unir forças entre seus diversos segmentos, isto é, se aliaram as burguesias industrial, agrária, financeira e comercial contra a possibilidade de uma insurgência revolucionária por parte do proletariado. Ao diferenciar ruptura revolucionária e ruptura reformista da ideia de golpe de estado, Ianni percebe que:

[...] O *golpe de estado*, na grande maioria dos casos, é uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas, em andamento ou projetadas. Por isso, envolve a restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas. Isto é, o golpe de estado sempre inaugura um estilo de poder autoritário e implica na cristalização da estrutura de apropriação (IANNI, 1968, p. 8).

Destarte, nem a via revolucionária (socialista), tampouco a reformista (capitalismo nacional) assumiram formas concretas no sentido de uma ruptura, pois, sob a égide da doutrina de interdependência e em nome da segurança nacional e estabilidade social, foi conflagrado o Golpe de Estado em 1964. Nesta perspectiva, Ianni (1968, p. 54) assevera que fora inaugurado um regime colonial fascista nesse ano, pois é restaurado, em certo sentido, o “[...] modelo inicial – como padrão colonial – em termos novos”.

A denominação colonial foi utilizada devido ao fato dos militares terem conduzido o desenvolvimento econômico e político do país para uma relação de dependência estrutural com os Estados Unidos da América do Norte. Com isso, Ianni chamou a atenção para o fato de ser esse o retrato do subdesenvolvimento e do anacronismo efetivados no Brasil, numa época em que a hegemonia estadunidense estava em crise, em virtude das disputas políticas, econômicas e ideológicas que marcaram a Guerra Fria. Já a qualificação de fascista foi decorrente das

²⁴ Não se pode deixar de ressaltar a luta pela reforma agrária que “[...] funcionava como um meio para fazer crescer a força do ‘trabalhismo rural’” (IANNI, 1968, p. 222).

manifestações políticas, culturais e ideológicas, criadas durante o período do populismo, terem sido destruídas pelas mãos do autoritarismo, assim, “[...] [e]m nome da ‘purificação’ (ou modernização) do sistema político-econômico brasileiro, cri[ou]-se uma *cultura do fascismo*” (IANNI, 1968, p. 224).

Diante desse cenário, Ianni (1968, p. 224) afirmou que “[...] [n]o quadro de uma economia estagnada, desenvolve[u]-se também a estagnação política. [...]”. Partindo de seu texto *Democracia e progresso*, de 1965, é possível compreender a razão pela qual esse autor trouxe à cena os questionamentos da associação de nações subdesenvolvidas aos países industrializados, pois no processo de industrialização tanto a estrutura do poder político quanto a estrutura econômica foram marcadas por contínuas instabilidades. Desse modo, foi constantemente recolocada a possibilidade de se seguir o caminho socialista ou de se concretizar o desenvolvimento capitalista; de se estabelecer a democracia ou de se implementar a ditadura no país. Logo, a questão fundamental passou a ser como concretizar a *associação entre desenvolvimento e liberdade*, isto é, como estabelecer os *vínculos entre a democracia e o progresso* (IANNI, 1965a).

BRITO. J. G. de. State and development in the thought of Octavio Ianni. *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p. 155-181, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *This article analyzes the studies of the sociologist Octavio Ianni about the conception of Brazilian development from the 1930s to the 1960s. For this, he emphasizes the transition process from agrarian-export capital to urban-industrial capital, considering the changes and resulting permanencies. Thus, the article contemplates the way in which the patriarchal State became a bourgeois State, suggesting that the nature of this state, which has metamorphosed, understood the dynamization of the country's industrialization, after 1930. The political, economic and ideological motives that culminated in the collapse of populism and the 1964 state conflagration are also analyzed.*

■ **Keywords:** *Octavio Ianni. Political thought. State. Civil society. Populism. Industrialization. Development.*

Referências

AGGIO, A. et al. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ANDRADE, C. R. O conceito de populismo nas Ciências Sociais latino-americanas. *Estudos de História*, Franca, v. 7, n. 2, p. 69-84, 2000.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 26, p. 141-168, nov./dez. 1959.

IANNI, O. Fatores humanos da industrialização no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, v. 30, p. 50-66, jul./ago. 1960.

_____. Condições institucionais do comportamento político operário. *Revista Brasiliense*, São Paulo, v. 36, p. 16-39, jul./ago. 1961.

_____. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (Retratos do Brasil, v. 19).

_____. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965a. 270p.

_____. (Org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965b.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Retratos do Brasil, v. 70).

LUKÁCS, G. A reificação e a consciência do proletariado. In: _____. *História e consciência de classe*. Estudos de dialética marxista. Rio de Janeiro; Portugal: Elfos; Publicações Escorpião, 1989, p. 97-126. (Biblioteca Ciência e Sociedade, v. 11).

MIGLIOLI, J. Estado e burguesia no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. In: CRESPO, R. A; FALEIROS, M. L. (Orgs.). *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: UNESP, 1996.

NETTO, J. P. (Org.). *Lukács*. São Paulo: Ática, 1981. (Grandes Cientistas Sociais, v. 20).

RANGEL, I. A dinâmica da dualidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. II, n. 2, jul. 1962.

SOUZA, J. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: _____ . (Org.). *O malandro e o protestante. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: UnB, 1999. p. 17-54.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53, p. 33-47, mar. 1999.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1994. v. 1. e v. 2.

MACHADO DE ASSIS E CAROLINA MARIA DE JESUS: DA TRAJETÓRIA À ESCRITA DA VIOLÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Eliane da Conceição SILVA¹

■ **RESUMO:** Nesse artigo, pretendo aproximar a trajetória e a escrita de dois escritores fundamentais da literatura brasileira, Machado de Assis (1839-1908) e Carolina Maria de Jesus (1914-1977), através da maneira como lidaram com a violência social brasileira em suas obras. Para isso, a análise se centrará especialmente no conto *Pai contra mãe*, de Machado de Assis, e no livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. O objetivo deste trabalho é analisar alguns aspectos da trajetória de Machado de Assis e de Carolina Maria de Jesus tendo como referência a inserção de ambos os escritores no espaço literário, assim como o modo como representaram alguns determinados elementos da violência social brasileira.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Machado de Assis. Carolina Maria de Jesus. Trajetórias. Violência social brasileira.

Trajetórias e produções: Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus²

Para estabelecer relações entre Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus parte-se do pressuposto que, embora de maneira diversa, já que essa autora não foi reconhecida por seus pares, ambos vivenciaram várias dificuldades para se

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Laboratório de Política e Governo da UNESP. Docente na Secretaria Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901. sophiapedrop@yahoo.com.br

² Esse texto é resultado de análises mais detalhadas que fiz da trajetória e da obra desses autores, tendo como tema central a violência social brasileira, em minha dissertação de mestrado e também minha tese de doutorado, que procurei aproximar nesse artigo (SILVA, 2008, 2016).

tornarem escritores devido a sua origem social. Tal origem, além de impactar o modo como esses autores desenvolveram sua trajetória intelectual, também refletiu na forma e no conteúdo de suas produções.

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 21 de junho de 1839, no Rio de Janeiro. Seu pai era neto de escravizados e trabalhava como pintor. Sua mãe era de origem açoriana e ambos sabiam ler e escrever. Foi a partir do contato com a mãe que aprendeu as primeiras letras, conhecimento que, em uma sociedade majoritariamente analfabeta, serviu-lhe de vantagem. Seus pais eram agregados de uma família importante do Rio de Janeiro, cuja matriarca era a viúva Maria José Mendonça, que exercera grande influência na educação de Machado de Assis. Após a morte da irmã e da mãe, Machado de Assis sai da casa do pai e, aos quinze anos de idade inicia sua trajetória intelectual e artística, que transcende a condição original de agregado.

O início de sua carreira como escritor foi bastante difícil, trabalhando de caixeiro ao mesmo tempo em que se interessava pela política e pelas letras, adquirindo seu conhecimento como autodidata. Segundo Massa (1971, p. 93), “[a]firma-se que boa parte de sua cultura foi adquirida no Gabinete Português de Leitura, que frequentava assiduamente”. Assim, o contato com outros caixeiros e poetas do tempo, através da atuação no jornal *Marmota Fluminense*, permitiu que, já a partir de 1855, esse jovem intelectual começasse sua carreira literária, contribuindo com poesias e mantendo contato com as pessoas que facilitariam sua atuação como escritor. “Ele desejava ser um escritor ou, pelo menos, escrever poemas. Porém Machado de Assis já era, à sua maneira, um homem de letras, por atitude e intenção” (MASSA, 1971, p. 126).

Jean-Michel Massa, em sua biografia sobre a juventude do autor, apresenta um Machado bastante diferente do que a crítica costuma descrever. O “tédio a controvérsia”, a timidez e o isolamento são colocados por Massa como mitos, construídos pela crítica, que termina por analisar a vida e a obra do escritor por um viés meramente psicanalítico, ignorando o início de sua carreira intelectual, na qual Machado de Assis começa abordando assuntos políticos de forma bastante contundente e, passa a se envolver no universo da arte, dedicando-se progressivamente ao teatro, à poesia, ao conto, e construindo sua carreira enquanto escritor. Assim, as questões políticas e sociais de seu tempo

já não são tratadas diretamente pelo escritor, mas se tornam estilizadas e representadas em seus contos, crônicas e romances, ao longo de toda sua trajetória enquanto escritor, que termina apenas em 1908, quando falece.

Seis anos após a morte de Machado de Assis, nascia Carolina Maria de Jesus na cidade de Sacramento, Minas Gerais. Não conheceu seu pai e vivia com a mãe e um irmão, mas muito próxima a seu avô, tios e tias. Formalmente, estudou apenas até a 2ª série do ensino fundamental, pois sua mãe se casara com um homem que a levou junto com os filhos para trabalhar em uma fazenda em outra cidade, o que a obrigou a sair da escola. Pouco tempo depois, já separada, a mãe volta para Sacramento a procura de emprego, sem conseguir, decide partir para outro estado, em busca de melhores condições de vida. Assim, em 1930, quando Carolina tinha apenas 16 anos, mãe e filha chegam ao interior de São Paulo. Após dez anos da morte de sua mãe, Carolina muda-se para a cidade de São Paulo, em 1947, onde se depara com a difícil realidade social e econômica enfrentada por tantos outros migrantes.

Carolina, sozinha no mundo, dormiu sob pontes, em estradas e lugares desprotegidos. Fez várias coisas para ganhar dinheiro, principalmente trabalhou como empregada doméstica. Foi também faxineira em hotéis, auxiliar de enfermagem em um hospital, vendeu cerveja, Algumas vezes tentou ser artista de circo (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 21).

Desta forma, aos 33 anos, Carolina buscava meios de sobreviver nessa capital. Tais considerações são importantes para definir claramente qual era a situação social que Carolina Maria de Jesus vivia. Diferentemente de Machado de Assis, ela vivenciou uma posição de marginalização social ainda mais aguda. Esse aspecto desempenhou um papel importante na e para sua escrita, já que, além de retratar a situação de marginalização e violência da favela, sua condição de mulher, negra e pobre, fez com que sua legitimidade enquanto escritora passasse por restrições ainda mais complexas. Assim, ao considerar a figura de Carolina Maria de Jesus, as chances de que ela se tornasse uma escritora reconhecida, como representativa da nossa literatura, pareciam bastante pequenas. Como definiu Joel Rufino dos Santos (2009), Carolina Maria de Jesus foi uma escritora improvável devido a

sua trajetória enquanto catadora de lixo, favelada e sem educação formal, e também, a sua escrita ser exercida apesar de todas as adversidades materiais, sociais e culturais. Contudo, para entender o sentido de sua trajetória literária e a importância de sua obra, não basta um enfoque sobre suas lutas, vitórias e derrotas pessoais, é necessário compreender Carolina no contexto de crescimento urbano, nas décadas de 1950 e 1960, bem como atentar-se a sua produção intelectual, que foi o meio empregado por ela para criticar a sociedade da época, desvelando tanto os aspectos estruturais dessa sociedade, há muito arraigados, quanto os novos problemas sociais advindos das mudanças econômicas e sociais, realizadas a partir dos anos de 1940. Essas transformações colaboraram para a manutenção de uma estrutura social hierárquica e violenta no país, um cenário que Machado de Assis, a sua época, também representou em muitas de suas obras.

Pierre Bourdieu (2002) define o conceito de campo literário como um espaço de luta por legitimidade, no qual o jogo pressupõe regras e relações objetivas próprias, o escritor ou a obra está subordinado a sua posição dentro do campo e sua trajetória está intimamente ligada à sua posição. Sendo assim, quanto ao escritor, ou como ele prefere definir, o produtor cultural, não se deve indagar como tal ou qual escritor chegou a ser o que foi, mas se perguntar como, a partir de sua origem social, pôde ocupar determinada posição ou desempenhar certo papel no campo literário.

Quando pensamos o posicionamento crítico de Machado de Assis, este se deu não só dentro de um contexto histórico específico, mas dentro do próprio campo literário, então incipiente.³ De acordo com Pierre Bourdieu (2002), analisar o campo literário formado por valores, interesses materiais e simbólicos e regras próprias, bem como a posição do autor dentro do campo é essencial para compreender e sentir a singularidade de sua obra.

[...] Só se pode adotar o ponto de vista do autor (ou de qualquer outro agente), e compreendê-lo – mas com uma compreensão muito diferente daquela que possui, na prática, aquele que ocupa realmente o ponto considerado –, com a condição de reaprender a situação

³ A ideia de “campo literário” não está sendo tomada aqui no sentido proposto por Pierre Bourdieu (2002), ou seja, enquanto espaço de atuação de escritores, leitores, editores, completamente autônomo, como o autor desenvolve em *As regras da arte*. A dificuldade de se pensar num campo literário plenamente formado no contexto brasileiro do século XIX apresenta-se dado o alto índice de analfabetismo, além da falta de um mercado literário plenamente estabelecido.

do autor no espaço das posições constitutivas do campo literário: é essa posição que, com base da homologia estrutural entre os dois espaços, está no princípio das “escolhas” que esse autor opera em um espaço de tomadas de posição artísticas (em matéria de conteúdo e de forma) definidas, também elas, pelas diferenças que as unem e as separam (BOURDIEU, 2002, p. 107-108).

No campo literário, a tomada de posição de Machado de Assis se deu no sentido de não abdicar de seu projeto estético, de sua visão de arte em prol de qualquer corrente literária, ou teoria cientificista. Em “*A nova geração*” (1879), o crítico Machado expôs claramente sua visão de literatura independente que, diante da invasão dos postulados cientificistas, deixava evidente sua aversão a eles no que se refere à obra literária. Analisando os textos literários e poesias de diversos escritores da geração de 1870, ele procurou aplicar os preceitos desenvolvidos nos textos anteriores a fim de desenvolver uma verdadeira literatura nacional. Mais afeito às questões internas e menos devoto dos postulados cientificistas, se preocupou com a obra em si, e não, com os usos políticos e sociais que elas poderiam propiciar. A partir da análise de alguns textos de diversos autores, dentre eles Sílvio Romero, Machado apontou o risco de que o dogmatismo transformaria sua poesia científica em poesia didática. Alternando suas observações com a avaliação geral dos escritores da nova geração, Machado assinalou seu descontentamento com o Realismo, o qual via como “a negação mesma do princípio da arte”.

Segundo José Luiz Ithamar Passos (1998), Sílvio Romero era um polemista aguerrido, dedicando-se a análises mais gerais da cultura nacional, não se detinha devidamente às obras, e por seu um caráter eminentemente nacionalista, orientava-se pelos instrumentos científicos da época, concebendo-os como forma de progresso inexorável da sociedade brasileira.

Para Lilia M. Schwarcz (1993), Sílvio Romero, pautando-se em critérios cientificistas, a partir de um viés evolucionista e etnográfico, definiu Machado de Assis como produto de “uma sub-raça brasileira cruzada”, mas transcendendo a polêmica, a autora apontou para uma outra.⁴

⁴ João Cezar de Castro Rocha (1998), em trabalho que discute a relação entre público e privado na cultura brasileira, especialmente na literatura, percebe que há no Brasil a hipertrofia da esfera privada e, a partir do conceito de “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda, o autor visa analisar o comportamento cordial via literatura, não pelas representações feitas, mas através das relações estabelecidas entre escritores, público e Estado. Assim, o homem cordial surge como aquele que ataca o outro, mas se concilia

Ou seja, a disputa entre “homens de sciencia”, que se auto-identificavam a partir do vínculo com instituições científicas e de uma postura singular, intervencionista e atuante, e “homens de letras”, que, na visão de autores como Romero, encontravam-se afastados das questões prementes de seu tempo (SCHWARCZ, 1993, p. 40).

Na visão de Ithamar Passos (1998), o que ocorria era a luta dentro do campo literário, afirmava isso pautando-se no conceito de campo de Pierre Bourdieu:

Em jogo estava a posição de liderança no interior do campo literário. A tensão que se estabelece entre ambos, embora tomada pela crítica subsequente como um debate de uma só voz – a de Sílvio Romero –, ressalta as peculiaridades da consolidação de um novo reordenamento das forças e dos atores que compunham o campo intelectual da nação entre a proclamação da República e as vésperas do século XX (PASSOS, 1998, p. 136).

No entanto, há um risco em se aplicar as regras de análise empreendidas por Pierre Bourdieu (2002), sobre a produção literária como intrinsecamente ligada ao campo literário, ao contexto brasileiro. A dificuldade para esse tipo de interpretação resulta do fato de que, no Brasil, não podemos falar em um campo literário inteiramente formado e autônomo, posto que os escritores exerciam inúmeras atividades como jornalistas, funcionários públicos (caso do próprio Machado de Assis), políticos, etc. Sem esquecer o alto índice de analfabetismo que tornava a recepção da literatura algo muito restrito.

Contudo, retomando o argumento de Ithamar Passos (1998), não se pode negar a posição de Machado de Assis que, ao contrário de Romero, buscou a autonomização da literatura, via engajamento “por dentro”, atento à própria produção.⁵ Foi justamente com essa postura de distanciamento das polêmicas

ao final para manter uma estrutura inabalada. Ao analisar a polêmica entre José de Alencar e Gonçalves de Magalhães em torno do poema “A confederação dos Tamoios” (1856), o autor mostra a cordialidade como uma estratégia de inserção social, pois, através das polêmicas, ocorridas sobretudo no século XIX, quando não havia um campo literário devidamente formado, e o papel do Estado era fundamental para a consolidação de um escritor ou obra, um escritor poderia ser reconhecido, aceito e depois cooptado, conciliando-se com aqueles escritores ou ideias que outrora combatera.

⁵ A própria fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, é resultado dessa busca por autonomia. Inicialmente ideada por Lúcio de Mendonça, a Academia teve como seu primeiro presidente, Machado de Assis, reconhecimento não só por seu trabalho como escritor, mas pelo seu empenho por uma literatura

que Machado de Assis pode criticar, através de sua obra, os interesses políticos e sociais que estiveram por trás da pretensa neutralidade dos conceitos científicos aplicados por seus contemporâneos.

Observando o contexto de surgimento da obra de Carolina Maria de Jesus, torna-se difícil determinar que posição ela ocupou dentro do campo literário, dada sua origem social, já que não possuía o *habitus* de um produtor cultural, e mesmo quando reconhecida, sua escrita é muitas vezes definida como mero registro histórico, denunciando, desse modo, o seu não pertencimento, uma vez que não dominava as regras básicas de produção literária, desde a gramática até o domínio das escolas literárias às quais pudesse se filiar ou criticar. Entretanto, ela fez parte da produção literária brasileira. Seus livros foram publicados em vida e postumamente, e até hoje ainda existe muito material inédito. Ressalta-se também seu reconhecimento no exterior, muito maior do que dentro de seu próprio país.⁶ Então, o obscurecimento de sua escrita não seria resultado de uma suposta incompetência literária, muitas vezes maldosamente afirmada por intermédio de suposições de inautenticidade de sua escrita, atribuindo a Audálio Dantas, seu editor e descobridor, a responsabilidade por sua obra. Desta forma, Carolina Maria de Jesus é uma “integrante” muito singular do campo literário, uma vez que ela passa de catadora de lixo a escritora famosa, sem nunca ter sido parte deste campo literário de fato, e mesmo após o sucesso das vendas de sua obra aqui e no exterior, o reconhecimento por parte dos outros membros do campo não veio e a situação de *outsider*⁷, ao mesmo tempo presente e excluída do novo campo, fica mais evidente.

Ao pensarmos a escrita de Carolina Maria de Jesus, percebemos como ela escreve sobre sua realidade, expondo sua visão de mundo, muitas vezes contraditória, mas que revela certo hibridismo na sua própria escrita. Em meio a incorreções gramaticais, a escritora utiliza palavras rebuscadas, fazendo uso da linguagem

autônoma, como muitas vezes expressou em seus textos de crítica desde sua juventude (PEREIRA, 1949, p. 159-160).

⁶ O livro de maior sucesso da escritora, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, foi editado e publicado com o apoio de Audálio Dantas, jornalista que conheceu Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé, em 1958, em virtude de uma matéria que fora produzir. *Quarto de despejo* tornou-se o maior sucesso de vendas no Brasil, em 1960, e foi traduzido depois para 17 línguas.

⁷ Ver Richard Miskolci (2006) em texto que discute a posição do próprio Machado de Assis como, ao mesmo tempo, *outsider* e estabelecido.

formal para descrever as situações do seu cotidiano. Essa postura foi motivo de críticas, pois tal vocabulário não condizia com a imagem de classe construída para ela: “[...] alguns críticos dizem que sou pernostica quando escrevo – os filhos abluíram-se – Será que preconceito existe até na literatura? O negro não tem direito de pronunciar o clássico?” (JESUS, 1961, p. 63-64)⁸. Carolina questiona tal postura e nos chama a atenção exatamente para esse espaço “contraditório e ambivalente da enunciação”, de que nos fala Bhabha (1998), que invalida visões ou reivindicações de originalidade ou “pureza” das culturas, pois há o hibridismo independente das relações hierárquicas que se estabelecem.

Para além do aspecto formal do texto, outros aspectos de sua experiência mostram como sua obra representa esse “entre lugar”, posto que expressa “momentos e processos produzidos na articulação de diferenças culturais” (BHABHA, 1998, p.20).

Não estou tranquila com a ideia de escrever o meu diário da vida atual. Escrever contra os ricos. Eles são poderosos e podem destruir-me. Há os que pedem dinheiro e suplicam para não menciona-los. [...] Estes dias eu não estou escrevendo. Estou pensando, pensando, pensando. Quando escrevi contra os favelados fui apedrejada... (JESUS, 1961, p. 83).

Carolina percebe-se num mundo diferente após a saída do “quarto de despejo”, e, estar na “sala de visitas”, demanda um grande esforço de aprendizagem e adaptação, em que a busca por ser reconhecida, esbarra na negação e no estranhamento.

Eu era do quarto de despejo. Agora eu sou da sala de visita. Estou na casa de alvenaria. No quarto de despejo eu conhecia os pé-rapados, os corvos e os mendigos. Na casa de alvenaria estou mesclada com as classes variadas. Os ricos e os da classe média. (JESUS, 1961, p. 130).

E logo a seguir relata mais um encontro em casa de pessoas da elite, que a deixam confusa: “Ela falava uns termos políticos que eu desconheço. Ouvindo eles falar de política tinha impressão que eu estava num mundo estranho” (JESUS, 1961, p. 130).

Essas observações, se vistas comparativamente ao que ela imaginava quando vivia fora deste mundo, no espaço da favela,

⁸ Manteve-se a ortografia original nas citações.

com sua violência, escassez e dificuldade de toda ordem, mostram que neste outro espaço, no qual ela também não se reconhecia, evidenciam sua visão crítica da realidade social, justamente por estar nessa fronteira, sem pertencer a nenhum dos mundos, mas trazendo deles elementos que constituem a sua própria escrita.

Para pensarmos essa relação entre mundos socialmente distintos, mas em ambos, em uma situação de marginalidade, é necessário retomar o contexto socioeconômico brasileiro. Para Oliveira (2012), há uma especificidade no caso do capitalismo no Brasil, que trouxe uma mudança nas forças produtivas, mas pouco alterou as relações sociais, uma vez que as classes dominantes brasileiras lograram dar um “jeitinho” para garantir a coesão de um sistema atrasado e sua exploração. Com base no exemplo do fim da escravidão, o autor assinala a atitude dessa classe dominante em relação aos ex-escravizados, que, negadas as condições de uma cidadania plena dada à exclusão do seu trabalho nas fazendas de café e na indústria incipiente pela opção pela mão de obra europeia, gerou o chamado trabalho informal – fato que se aplica claramente à situação vivida por Carolina Maria de Jesus.

Surgia o trabalho informal, quer dizer, sem formas. O jeito da classe dominante obrigou os dominados a se virarem por meio do jeitinho do trabalho ambulante, dos camelôs que vendem churrasquinho de gato como almoço, das empregadas domésticas a bombarem de Minas e do Nordeste para as novas casas burguesas dos jardins Europa, América, Paulistano (OLIVEIRA, 2012, p. 4).

No caso da escritora Carolina Maria de Jesus, havia uma postura, mais ou menos generalizada (por parte da crítica, mas principalmente por parte da imprensa), de ridicularizá-la.

Alguns contavam casos exagerados ou pitorescos que contribuíam para a caricatura de uma ex-favelada pretensiosa e que apesar de “rica” não se adaptava aos padrões exigidos pela ética social. A multiplicação destes pressupostos foi munição constante na guerra brasileira de aceitação da escritora (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 28).

Por outro lado, é importante a ressaltar que a escrita de Carolina inaugura um tipo de literatura que hoje se define como literatura marginal, tanto por sua produção ser feita por aqueles

que historicamente não tiveram voz, os marginalizados da periferia, das prisões etc., cujos exemplos já conhecidos da grande mídia são Paulo Lins, com seu *Cidade de Deus* e Ferréz, com *Capão pecado*, quanto por sua produção ser feita fora do campo literário propriamente dito, criando um novo espaço de produção cultural, mas capaz de tecer suas redes que proliferam nas diversos saraus e encontros literários que ocorrem em diferentes pontos da periferia (pensando especificamente na cidade de São Paulo) e que, na medida do possível, permite fazer e circular essa produção cultural.

Segundo João Cézar de Castro Rocha (2013, p. 36), a produção cultural contemporânea apresenta uma transição daquilo que Antonio Candido identificou na formação social brasileira como representativo de uma “dialética da malandragem”, que preconiza a conciliação, através da articulação feita pelo malandro ao transitar entre ordem e desordem a fim de ocupar um determinado espaço social, para uma “dialética da marginalidade”, que propõe uma superação da desigualdade social, não mais pela conciliação, mas pelo confronto, expondo a violência de maneira direta através de sua produção cultural. Sendo assim, Carolina Maria de Jesus seria uma das precursoras desse movimento, uma vez que apresenta um modo de escrita singular, que, aliado ao contexto em que produziu sua obra, representa a violência da sociedade brasileira, confrontando-a.

Portanto, em termos literários, o que define essa escrita é a forma direta de falar, seja da miséria e pobreza vividas pelos marginalizados, mas também o uso da exposição da violência na escrita do texto. Essa escrita afronta tanto por expor explicitamente a violência social cotidiana vivida pelos mais pobres, quanto pelo uso não normatizado da língua, que se refere à falta de escolaridade, bem como de capital cultural, em termos eurocêntricos, afligindo os mais ciosos de uma escrita perfeita, na qual o uso de neologismos, erros gramaticais, impropriedades etc., são aceitos apenas se comprovada a intenção do autor, o que não é o caso. Este último aspecto ressalta ainda, a centralidade da voz do dito marginal, que não só fala por si mesmo, como fala de problemas que o afligem diretamente.

É exatamente essa centralidade que permite à Carolina Maria de Jesus expor sua visão crítica, analisando o mundo da elite, as pessoas da “sala de visitas”, ao qual ela ainda não se habituou.

Agora que estou mesclada com o povo fico observando os tipos de pessoas, classificando os seus caracteres. Há os tipos trapaceiros fantasiados de honestos. São os cínicos. Tem duas faces. Tipos que querem ser granfinos sem ter condições de vida definida. Sonham com o impossível, aludindo a cada instante: – “Se eu tivesse dinheiro...” Penso que eles devem dizer assim: “Se eu tivesse coragem para trabalhar...” (JESUS, 1961, p. 151).

Tomando esse mecanismo por base, notamos como o texto de Carolina expõe as contradições da sua experiência após a saída da favela, e a ascensão social via literatura a torna um ser exótico, um objeto de curiosidade e cobiça e a todo instante essa percepção a incomoda e a faz refletir sobre sua própria experiência.

Estou ficando nervosa com os aborrecimentos diários. Tem dia que não escrevo por falta de tempo. [...] O que sei dizer é que a minha vida está muito desorganizada. Estou lutando para ageitar-me dentro da casa de alvenaria. E não consigo. Minhas impressões na casa de alvenaria variam. Tem dia que estou no céu, tem dia que estou no inferno, tem dia que penso ser a Gata Borralheira (JESUS, 1961, p. 151).

Portanto, os textos de Carolina Maria de Jesus vão muito além do simples rótulo de personagem extravagante, capaz de chamar a atenção do cânone por sua originalidade (mais pela origem social do que pelo teor de sua escrita), mas cuja obra é essencialmente ingênua. Taxá-la como produto da mídia, criada e destruída por ela não permitem perceber que, para além das representações feitas sobre Carolina Maria de Jesus, está a escrita de uma mulher negra e pobre que ascendeu socialmente, mas que não foi devidamente reconhecida como escritora, uma identidade que buscou incansavelmente ao longo de sua vida.

Segundo Meihy e Levine (1994), a obra de Carolina Maria de Jesus foi descoberta num período muito propício, social e economicamente falando. Vivíamos o *boom* desenvolvimentista e a crença num país moderno e progressista. Por outro lado, era um momento de forte contestação, de reivindicação por mudanças de antigas desigualdades e incorreções políticas. Desta forma, seu livro remetia a questões centrais no período, como a migração, a industrialização e a urbanização, bem como a desigualdade social, o crescimento das favelas e a violência social.

Apesar disso, esse período de efervescência e contestação foi tomando contornos sombrios que culminaram com o golpe de 1964, que não só reprimiu os que se opunham diretamente ao regime ditatorial, como também a qualquer questionamento da ordem social. Nesse sentido, para os autores o golpe de 1964 foi um dos responsáveis pela queda de Carolina Maria de Jesus, uma vez que suas obras atingiam cada vez menos público a partir de 1964. Outro ponto ressaltado pelos autores nesse período é o papel da imprensa e da elite intelectual diante da figura Carolina Maria de Jesus.

Por razões diversas e algumas de explicação indireta – como a inadequação da mensagem do seu primeiro livro ao padrão proposto pelo golpe militar de 1964, que evitava a crítica social – mas especialmente pela reação estranha da escritora em face da atitude impertinente da imprensa, da classe média paulista e brasileira e da elite intelectual, a queda de seu prestígio foi tão brusca quanto o fora sua ascensão (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 17-18).

Por outro lado, não é atendo-se apenas a sua posição subordinada enquanto escritora, dada a sua inadequação aos padrões impostos pelo campo (domínio da tradição, reconhecimento e conhecimento das regras) e pela sociedade (origem social), que compreenderemos a trajetória da escritora, muito menos sua obra. É necessário levar em conta o contexto histórico mais amplo, não só conjuntural, mas estrutural também. Assim, a novidade da escrita caroliniana está na capacidade de captar e representar uma realidade social, apesar de ser feita por uma mulher negra, pobre, favelada e ex-catadora de lixo, adjetivos que a qualificam, mas não explicam, por si só, a repercussão e a importância de sua obra.

Mimese e realidade: Arminda, Carolina e Cláudia

Quando tomamos a violência social brasileira como elemento presente na obra de Carolina Maria de Jesus, representada por ela de diferentes maneiras, como algo que perpassa toda sua obra, o foco está justamente na forma como a estrutura social brasileira se funda em relações hierárquicas e violentas, observadas através da representação das experiências que a autora-personagem-narradora, ou mesmo suas personagens, vivenciam em sua

obra. Além disso, ao pensarmos a violência social como algo intimamente ligado à desigualdade social, racial e de gênero, ressaltamos seu caráter histórico, ligado a uma estrutura social herdeira da escravidão e do patriarcalismo, cujo legado ainda não foi completamente superado.

Segundo Nilo Odália (1983, p. 24), a violência social nem sempre é facilmente identificável em um simples ato ou fato. Na maioria das vezes, a violência se insinua e, mais do que isso, passa-se como algo natural, não sendo possível desnudá-la prontamente. Assim, ela acaba sendo usada como prática de “dominação entre desiguais”. Para o autor, uma das consequências dessa naturalização da violência social é que ela acaba sendo institucionalizada, perpetuando muitas vezes situações que não deveriam mais existir.

A partir dessa análise da violência como um fato estrutural e que, portanto, mantém-se através de mecanismos sociais, culturais e políticos duradouros, a ideia de dominação que o autor ressalta implica na adesão tácita dos dominados, que aplicam às situações de violência que sofrem, e, conseqüentemente, à violência também, ideias, justificativas e valores que são impostos de fora para dentro, interiorizando-os.

Sendo assim, no conto “Pai contra Mãe” (1906), percebemos que não só trata da escravidão no contexto da sociedade brasileira do XIX, como nos remete a situações de violência social que se apresentam ainda hoje para a nossa sociedade através da pobreza, da hierarquização e do racismo.⁹ O enredo é simples: o rapaz pobre Cândido Neves é perseguidor de escravos, casa-se com Clara e vai morar com a tia dela, D. Mônica. Sem conseguir muitos ganhos, vão vivendo de suas capturas esporádicas e das costuras da esposa e da tia, até que nasce o primeiro filho do casal. Sem condições de mantê-lo, decide entregá-lo a uma instituição.

Machado de Assis inicia o conto dando um panorama da sociedade da época, mostrando de forma irônica os horrores da ordem escravocrata através da descrição de objetos utilizados para castigar os escravizados:

⁹ O filme *Quanto vale ou é por quilo?* (2005), de Sérgio Bianchi, volta-se para os temas colocados neste conto de Machado de Assis, atualizando-os ao contexto da sociedade brasileira contemporânea. De modo peculiar, Bianchi apresenta críticas mordazes à má distribuição de renda, à honestidade das ongs, à corrupção em seus diferentes níveis e ao racismo velado que nos é tão característico.

Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel (ASSIS, 1997a, p. 659).

Da mesma forma que cada época produz determinados objetos, assim também o é com as profissões: “[...] [o]ra, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras [...], pôr ordem à desordem” (ASSIS, 1997a, p. 659-660).

Após mostrar esse panorama, Machado apresenta as personagens, cujos nomes não poderiam ser mais sugestivos: Cândido Neves, Clara, mostrando ao leitor a que camada da sociedade elas pertenciam, sem precisar dizê-lo explicitamente.¹⁰ Cândido Neves passa a capturar escravos fugidos por ter um defeito grave: “carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo”. Ao definir um homem branco, com esta característica, Machado critica a visão biologizante, que definia o mestiço como naturalmente degenerado e imitativo¹¹ mostrando que tal característica é antes socialmente construída por essa ordem autoritária, hierarquizada, na qual, o trabalho é tido com desprezo, “Cândido Neves faz a figura do homem branco constituído pelo pensamento que rebaixa e desvaloriza o trabalho, sobretudo manual, não se apegando a nenhuma profissão” (DUARTE, 2007, p. 261).

¹⁰ A interpretação se pauta não só na sugestão que aferimos a partir dos nomes, mas principalmente, do ponto de vista do autor em relação às teorias raciais como modos de explicar ou representar a realidade social (ASSIS, 1997b, p. 836). Apesar de a ironia ser um traço marcante nas obras do escritor e o ofício de capitão-do-mato ser historicamente desempenhado por mestiços (EXPILLY, 1977, p. 166), Cândido Neves só passa a trabalhar na captura de escravos após inúmeras tentativas frustradas de trabalho.

¹¹ Essa é a ideia contida nessa passagem de Silvío Romero, citada por Roberto Ventura: “O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tapanho do português produziram uma nação informe, sem qualidades fecundas e originais”. A formação do povo a partir de três raças sem originalidade teria, como consequência, a tendência à imitação do estrangeiro” (VENTURA, 1991, p. 49).

– Que quer então que eu faça, além do que faço?

– Alguma coisa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armário, o tipógrafo que casou sábado, todos têm um emprego certo... Não fique zangado; não digo que você seja vadio, mas a ocupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém (ASSIS, 1997a, p. 662).

O que mais nos interessa nessa discussão é o aviltamento do trabalho para o homem livre, pois o “escravismo gerava uma desqualificação do trabalho aos olhos do homem livre [...]” (SOUZA, 1986, p. 62).

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), somos herdeiros de formas de convívio, instituições e ideias trazidas pelos portugueses, tais como a aversão às estruturas organizadas, grande valor ao mérito pessoal de cada indivíduo, “cultura personalista” baseada na abundância de bens de fortuna e altos feitos, falta de racionalização no convívio cotidiano, carência de uma moral do trabalho e vontade de mandar (HOLANDA, 1995, p. 33-39). Por meio de uma classificação típico-ideal, o autor coloca que, a obra de colonização e conquista é caracterizada pelo tipo humano ideal representado pelo aventureiro, como um homem que ignora as fronteiras, vive em espaços ilimitados, horizontes distantes, tem ânsia pela prosperidade sem custo e pela posição e riqueza fáceis. Se nos pautarmos nesse traço cultural herdado dos portugueses, Cândido Neves representaria a desvalorização do trabalho e a ânsia pela aventura, “Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda” (ASSIS, 1997a, p. 663). Contudo, ao considerarmos apenas essa herança, não avançaríamos a discussão, pois esse traço teve na escravidão sua base social mais palpável. Portanto, Cândido Neves, é um homem livre, moldado pelos valores dessa sociedade e, assim, seu comportamento social é informado e definido por ela.

Esse homem livre e pobre da capital do Império sente na pele a miséria, mas está inserido numa estrutura social hierarquizada, na qual estão presentes os dois tipos ideais definidos por Sérgio Buarque de Holanda:

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral

positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo (HOLANDA, 1995, p. 44, grifo do autor).

Mas o que Machado de Assis assinala com essa personagem, é que não é necessário ser “trabalhador” para se ver envolvido nas relações hierarquizadas e hierarquizantes da sociedade brasileira em uma posição de inferioridade. Tanto Dona Plácida de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, cosendo, cozinhando, lavando, alcovitando... e Candinho que cogitara buscar um emprego fixo, mas “por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa” (ASSIS, 1997a, p. 663), são representativos de uma sociedade que valoriza a ordem burguesa com sua ética do trabalho e a despreza conforme o interesse do momento. Essa é a percepção de Roberto Schwarz ao analisar a personagem Dona Plácida (que acaba na miséria) e a visão que Brás Cubas tinha dela.

Assim, a dignidade que Brás não reconhece ao trabalhador, ele a exige do vadio. Nos dois casos trata-se para ele de ficar por cima, ou, mais exatamente, de ficar desobrigado diante da pobreza. Não deve nada a quem trabalhou, mas quem não trabalhou não tem direito a nada (salvo à reprovação moral). Segundo a conveniência, valem a norma burguesa ou o desprezo por ela (SCHWARZ, 1990, p. 99).

Embora Cândido Neves não pertença à elite, como Brás Cubas, sua visão de mundo é marcada pelos mesmos valores.

Se ficássemos na forma aparente do conto, o enredo seria facilmente interpretado como a luta de um pai pela vida de um filho (presente até no título), mas a situação não é tão simples assim. O modo de agir, a maneira como Cândido Neves leva a vida, aparece de modos distintos. A princípio o narrador nos apresenta um rapaz pobre que culpa o destino por seus percalços, mas que, na realidade, prefere seguir sua vida sem se prender a trabalhos maçantes e/ou servis. Deste modo, percebemos a influência da sociedade no seu comportamento, tanto pelos aspectos apontados acima, no que se refere ao trabalho, quanto pelas mudanças que nela se operavam à época.

O desequilíbrio da narrativa se dá quando Cândido Neves se casa com Clara e com o nascimento do primeiro filho, a condição financeira da família piora. Assim, ele é persuadido a entregá-lo para uma instituição, sendo sua única chance para continuar com o bebê, encontrar uma “mulata fugida”, cuja recompensa era animadora. Machado cria toda uma situação de tensão, de expectativa, para que Candinho a encontre e possa ficar com o filho.¹²

Com isso, percebemos porque sua obra tinha tão boa aceitação, pois ele a escrevia em duas partes: uma que representava a sociedade e outra que a criticava, mas de forma subentendida, “A Machado de Assis, como John Gledson já sugeriu, interessava desvendar o sentido do processo histórico referido, buscar as suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos” (CHALHOUB, 2003, p. 92).

Quando Cândido Neves está prestes a entregar o filho à Roda¹³, avista a “mulata fujona”, Arminda, prendendo-a:

A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus. – Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço! (ASSIS, 1997a, p. 666).

¹² O próprio emprego do diminutivo em várias partes do conto é utilizado para aproximar o leitor da personagem e com ela simpatizar. “A terminação ‘inho’, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração” (HOLANDA, 1995, p. 148).

¹³ Segundo Jurandir Freire Costa (1999, p. 164-170), a instituição Casa dos Enjeitados, Casa da Roda ou simplesmente “roda” foi criada em 1738, por Romão Mattos Duarte com fins caritativos e assistenciais de acolher as crianças abandonadas. Sendo o nome de “roda” disseminado pelo tipo de dispositivo através do qual a instituição recebia as crianças. “A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidos os ‘expostos’. Este dispositivo permitia que as crianças fossem entregues à Casa sem que o depositário e o recebedor pudessem ver-se reciprocamente” (COSTA, 1999, p. 164). O autor aponta como esta instituição fundada a princípio para proteger a honra da família colonial e a vida da infância, acabou por servir às transgressões sexuais, incentivando a libertinagem. Além disso, pela pobreza das instalações era alto o número de mortalidade infantil dentro da instituição. Deste modo, passou a ser alvo de ataques dos higienistas, antes preocupados com a conduta das famílias abastadas, do que com o destino das crianças ali deixadas, uma vez que era a conduta libertina dos senhores de escravas que geravam a maior parte desses filhos ilegítimos. Ademais, havia a prática de muitos senhores de retirar os filhos recém-nascidos de suas escravas e entregá-los à roda, e com isso conseguir uma maior renda alugando as escravas como amas de leite. No entanto, essas mães caíam em profunda tristeza quando separadas de seus filhos o que, segundo os higienistas, prejudicava sobremaneira o leite que era oferecido às crianças da elite. Assim, o problema essencial a ser combatido não era a mortalidade dos “enjeitados”, mas a saúde das crianças que fossem amamentadas por tal maneira.

Mesmo não focando a elite propriamente dita neste conto, Machado nos mostra como a ordem social é incorporada por todas as camadas sociais, que compartilham do mesmo imaginário social, o que, segundo Alfredo Bosi, resume-se em:

A lei é sempre: *mors tua vita mea*. O pobre, se é livre, faz retornar aos ferros o escravo que, fugindo para a liberdade, concorreria com ele no páreo dos interesses. O antagonismo não se fixa apenas nos extremos; há uma guerra de todos contra todos, que percorre os elos de ponta a ponta: aqui a vemos comunicar-se do penúltimo ao último (BOSI, 1982, p. 456). (Grifo do autor).

A gravidez de Arminda, contraposta à “única” possibilidade de ficar com o filho de Cândido, evidencia a violência que permeia toda a situação. Percebe-se a questão dos interesses que coloca todos contra todos, em uma corrente que pode ser facilmente rompida se não houver o comportamento esperado por parte de cada um dos elos.

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoutes, – coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoutes.

- Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou Cândido Neves.

Não estava em maré de riso, por causa do filho que lá ficara na farmácia, à espera dele. Também é certo que não costumava dizer grandes cousas (ASSIS, 1997a, p. 666).

Segundo Alfredo Bosi (1982), a relação entre Cândido Neves e Arminda não geraria conflitos no plano natural, pois ele é um pai e ela é uma mãe, mas no plano social a relação é completamente antagônica, pois ele é o perseguidor de escravos e ela uma escravizada. Mas se nos ativermos ao comportamento de Candinho, para além da hierarquia social, ele livre e ela escrava, percebemos que Machado visa criticar não ao comportamento individual da personagem-membro de uma classe, mas à sociedade que engendrava esse processo, pois Cândido Neves

é homem e branco, nessa sociedade patriarcal e escravocrata. Se parece que sua ação deixou de ser pautada por valores e resta agora só o interesse de continuar com o filho, sendo esta sua finalidade maior, daí o antagonismo, percebemos no julgamento que sua ação continua norteadada pelos valores dessa sociedade.

É essa violência que percebemos em ainda hoje, a violência que naturaliza certas práticas, certas situações de conflito dependendo de quem é a vítima. Pois, facilmente tomamos o ponto de vista do dominante como o verdadeiro e justo, ao passo que a vítima se torna, na melhor das hipóteses, o meio para a realização do final feliz.

Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor (ASSIS, 1997a, p. 666-667).

A beleza artística do desfecho não está na denúncia explícita da violência desta ordem social, mas na sutileza com que esta é exposta¹⁴:

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo (ASSIS, 1997a, p. 667).

Desta forma, Machado encerra o conto que pode ter tido um “*happy end*” para muitos, mas que mostra uma crítica arguta à sociedade da época, não só pela ordem social e econômica que

¹⁴ Machado assinala a falta dessa sutileza em Afonso Celso Junior, que também tratou da dor materna, no poema *Cena vulgar*: “[...] O desfecho, aquele tocador de realejo, que exige a paga, enquanto a mãe convulsa abraça o filho defunto, esse desfecho teria mais força, se fora mais sóbrio, mais simples, se não tivera nenhum qualificativo, nem a ‘rudez grosseira’, nem os ‘insolentes brados’; o simples contraste daquele homem e daquela mãe era suficientemente cru” (ASSIS, 1997b, p. 822).

aniquila as pessoas, mas também por ser aceita como natural, pois representa a visão de mundo dos indivíduos.

Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto. – Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração (ASSIS, 1997a, p. 667).

Survival of the fittest, melhor dizendo no jargão cientificista tão em voga na época. Desta forma, Machado de Assis, através da sua ironia, consegue criticar as situações mais odiosas no modo com as representa, por trás de uma aparente normalidade.

O modo como Carolina Maria de Jesus representa as situações de violência social em suas obras é distinto da maneira como vimos no texto de Machado de Assis. Mas, seja questionando essas situações ou reproduzindo-as, Carolina também nos mostra o quanto a violência social brasileira está intimamente ligada a nossa estrutura social, principalmente quando tomamos as situações concretas de dor, sofrimento, morte e dominação sofridas pelos indivíduos e grupos representados em sua obra, ao mesmo tempo em que nos permite analisar o imaginário social que sustenta e dá legitimidade a uma estrutura social hierárquica e violenta, que justifica e mantém a desigualdade¹⁵.

Em *Quarto de despejo*, percebemos o quanto o problema é recorrente, o que nos ajuda a compreender os modos como a violência social brasileira está representada na obra, servindo como instrumento importante para entendermos as mudanças sociais pelas quais passava a cidade de São Paulo, sem, no entanto, representar uma ruptura com o padrão de desigualdade racial existente. Dentre as ocupações de Carolina na cidade de São Paulo, a de empregada doméstica foi a primeira e a mais desempenhada por ela ao longo de sua vida, desde sua mudança do Estado de Minas Gerais para São Paulo, passando por algumas cidades do interior paulista até chegar à capital. Nesse sentido, a própria trajetória de vida da escritora corrobora muitos argumentos da análise de Florestan Fernandes (1965) a respeito da migração do negro no primeiro *boom* industrial (1900-1930).

Segundo o autor, este foi, sobretudo, um movimento de mobilidade horizontal, pois, em concorrência com o branco, o trabalhador negro acabou ocupando os espaços menos

¹⁵ Para Jessé de Souza (2000), a naturalização da desigualdade na periferia do capitalismo é consequência da modernização pela qual o Brasil passou a partir do início do século XX. Em seu estudo, o autor retira o enfoque de uma origem pré-moderna e personalista para explicar essa naturalização. Assim, não será a oposição tradicional/moderno, mas a maneira bastante singular com que se deu a modernização no Brasil o cerne de seu trabalho.

vantajosos, econômica e socialmente falando, quando não ficou em situação pior de desemprego de fato. Além disso, Florestan Fernandes aponta que, para a mulher negra, nesse primeiro momento, o trabalho nas grandes cidades estava mais acessível por conta dos serviços domésticos e pelo modelo paternalista das relações que impediu a concorrência com as estrangeiras, pelo menos nesse primeiro momento. Assim, a mulher acabou se tornando um “meio de subsistência” para o homem, sem a defesa de uma família estável. Embora o autor refira-se ao primeiro momento do desenvolvimento industrial ocorrido nas primeiras décadas do século XX, a situação ainda é perceptível no contexto em que Carolina torna-se mãe solteira e, já na favela, observa a realidade de muitas mulheres em situação análoga ou pior que a sua.

...Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas. Há os que prevalecem do meio em que vive, demonstram valentia para intimidar os fracos. Há casa que tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os espôsos adoece e elas no penado da enfermidade mantem o lar. Os esposos quando vê as espôsas manter o lar, não saram nunca mais (JESUS, 1960, p. 21-22).

E aponta ainda a situação de violência sofrida por essas mulheres que a julgam por não ser casada¹⁶:

Elas alude que não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolos. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mante-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os espôsos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas (JESUS, 1960, p. 17-18).

¹⁶ Cabe ressaltar na passagem, a visão ambígua de Carolina Maria de Jesus sobre a situação das mulheres. O humor presente na passagem nos mostra que Carolina percebe a violência presente na vida dessas mulheres, mas, ao mesmo tempo, questiona o julgamento que elas lhe fazem através da ironia com que trata a violência sofrida por elas em suas casas.

Se por um lado, Carolina não trata sobre a questão racial como tema central em seu texto e nem se coloca como defensora da causa negra, por outro lado, a escritora reflete sobre o assunto em diversas passagens ao longo do seu diário, o que nos permite compreender como a violência social brasileira é exercida no cotidiano das personagens e da própria Carolina através da desigualdade racial existente e das manifestações abertas ou veladas de racismo. Além disso, a escrita de Carolina não é neutra e, apesar de não se posicionar explicitamente sobre o assunto, isso não nos impede de analisar como essa violência é exercida e como acaba sendo legitimada, reproduzida e ao mesmo tempo questionada pela escritora de *Quarto de despejo*.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatorio. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1960, p. 106).

Tal reflexão contradiz o tipo de visão que naturaliza a violência marcada pela desigualdade social, visto que, diante de uma situação de discriminação ou de reflexão sobre o que é ser negro, a escritora apresenta sua visão crítica ao expor sua revolta pelo abuso da violência sofrida por outro igual, associando o fato ao período da escravidão e ironiza a atitude do policial (como também a de “certos brancos”), e tudo isso também ligado à cor da pele¹⁷. Portanto, apesar da ambiguidade do discurso de Carolina Maria de Jesus, seu texto nos permite entender como a violência social brasileira, representada em *Quarto de despejo*, faz parte das relações sociais, formando e informando comportamentos e valores.

¹⁷ Em 2014, um fato semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, quando um adolescente negro foi espancado, teve um pedaço da sua orelha cortada e foi preso a um poste por uma corrente de bicicleta. Eliane Brum (2014) faz uma análise interessante sobre o fato. A escritora utiliza o termo “verdadeiros humanos”, maneira pela qual os críticos dos direitos humanos para “bandidos” se auto definem, reconhecendo-se como uma “falsa humana”, portanto, por não aceitar esse tipo de julgamento que valida e naturaliza a atitude dos “justiceiros” responsáveis pela violência. “Os falsos buscariam analisar como a violência é uma marca de identidade nacional, presente ao longo da constituição da sociedade brasileira – e que aquele que diz punir, de fato se vinga. Os falsos saberiam que uma imagem não desvenda tudo nem é toda a verdade”. Eliane Brum cita texto de Clarice Lispector em que a escritora questiona a omissão, o alheamento à injustiça, criticando a si mesma e seus iguais como “sonsos essenciais”.

Alice Walker (1983) escreve sobre a impossibilidade de que as mulheres negras escravizadas pudessem desenvolver-se ou expressar-se artisticamente. Muitas mulheres dotadas de criatividade tiveram seu dom duramente sufocado, impedido de se desenvolver. Assim, toda a sua criatividade, sem meios de expressão, foi levando muitas mulheres à perda da sanidade, física e mental. “*The agony of the lives of women who might have been Poets, Novelists, Essayists, and Short-Story Writers (over a period of centuries), who died with their real gifts stifled within them*”¹⁸ (WALKER, 1983, p. 234). Mulheres “*so rich in spirituality*”¹⁹, mas subvalorizadas, cujo talento foi desperdiçado em meio ao trabalho forçado, à exploração e à violação de seus corpos.

A autora problematiza a questão da arte, mas, principalmente, a escrita de mulheres negras nos Estados Unidos, ao dialogar com o texto de Virginia Woolf. Os impedimentos reais à escrita da mulher negra, impostos a elas por muito mais tempo, implicaram em uma maior negação e desvalorização de sua capacidade criativa. A autora analisa os escritos de uma menina escravizada, Phillis Wheatley, que viveu no século XVIII, definida por sua fragilidade física, mas que não contava com o apoio de ninguém. Sem recursos, brutalmente explorada e destituída da posse, inclusive de si mesma, a sua escrita traz sutilezas, contradições que só podem ser compreendidas levando-se em conta a sua experiência de vida. Sendo assim, a autora ressalta que seu texto carrega as contradições de sua situação, nele a liberdade é uma deusa branca e loira, não porque ela seja uma “idiota ou traidora”, mas porque foi essa “Deusa” que ela penteou todas as manhãs. Com isso, a autora visa ressaltar que a luta e a força que ela precisou empenhar, apesar da sua fragilidade física, para continuar a criar, manteve viva “*the notion of song*”²⁰. E isso é o mais importante. Muitas vezes somos tentados a incidir nesse erro quando lemos trechos de Carolina em que ela condena as mulheres com base em valores que as oprimem, ou quando se mostra subserviente ou preconceituosa demais ao nosso juízo. Mas, pensar a escrita de Carolina Maria de Jesus também nos

¹⁸ A agonia das vidas de mulheres que poderiam ter sido poetas, romancistas, ensaístas e contistas (ao longo de um período de séculos), mas que morreram com seus reais dons sufocados dentro delas. (Tradução nossa).

¹⁹ “Tão ricas em espiritualidade”. (Tradução nossa).

²⁰ “A noção do canto”. (Tradução nossa).

faz refletir sobre as imensas barreiras que ela precisou derrubar para poder continuar a música. Quantas mulheres negras criativas, inteligentes e sensíveis tiveram sua arte, a sua música, emudecida pela dureza das condições sociais? Carolina Maria de Jesus ousou gritar em um mundo que dizia a ela o tempo todo que se calasse.

*When we have pleaded for understanding, our character has been distorted; when we have asked for simple caring, we have been handed empty inspirational appellations then stuck in the farthest corner. When we have asked for love, we have been given children. In short, even our plainer gifts, our labors of fidelity and love, have been knocked down our throats. To be an artist and a black woman, even today, lowers our status in many respects, rather than raises it: and yet, artists we will be.*²¹ (WALKER, 1983, p. 237).

Da mesma forma, suas contradições nos permitem inferir sobre a presença e a representação de uma mulher negra moderna e periférica em sua obra. Se a literatura marginal tem o valor de trazer à cena literária a voz dos marginalizados, ela é, porém, majoritariamente representada por homens. Por isso, essa literatura centra-se muito mais em seus dramas, envolvendo a violência física e o crime e somente esporadicamente as relações familiares. As mulheres retratadas aparecem geralmente encobertas por certos estereótipos da mãe resignada, da esposa fiel, ou seu oposto, da mulher vulgar e interesseira, todas sempre definidas pela função que exercem na vida das personagens masculinas, nunca por si mesmas. Entretanto, em *Quarto de despejo*, vemos o quanto o foco se volta para a personagem feminina, normalmente silenciada. Ao representar a vida de uma mulher negra sobrecarregada, afetivamente solitária, capaz de grandes esforços, mas perdida e confusa num mundo cujas regras ainda são dadas pelos homens.

[...] Eu fui buscar o guarda-roupa velho. Quando cheguei para pegar o guardaroupa, uma jovem que reside lá auxiliou-me a descer o guarda-roupa e deume um colchão. Eu não conseguia travar o

²¹ “Quando suplicamos por compreensão, nosso caráter foi distorcido; quando pedimos um simples carinho, ficamos de mãos vazias de denominações inspiradoras. Presas, então, no canto mais distante. Quando pedimos amor, nos deram filhos. Em suma, até nossos dons mais singelos, nossos trabalhos de fidelidade e amor foram sufocados em nossas gargantas. Ser uma artista e uma mulher negra, ainda hoje, reduz nosso status em muitos aspectos, ao invés de elevá-lo: e, no entanto, artistas seremos.” (Tradução nossa).

guarda-roupa no carrinho. (...) Tinha uns homens da Light trabalhando. Surgiu um e deu-me uma corda. Comecei a amarrar. Mas não conseguia. Começou afluir pessoas para ver-me. O João ficou nervoso com os olhares. Eu olhava os empregados da Light e pensava: no Brasil não tem homens! Se tivesse ageitava isto aqui para mim. Eu devia ter nascido no Inferno! (JESUS, 1960, p. 129-130).

A revolta que gera a situação de impotência e dependência diante das dificuldades que enfrenta nos remete à outra imagem associada à mulher negra e que Alice Walker percebe como o que sustenta ainda hoje a visão negativa sobre a artista negra.

Black women are called, in the folklore that so aptly identifies one's status in society, "the mule of the world", because we have been handed the burdens that everyone else – everyone else – refused to carry. We have also been called "Matriarchs", "Superwomen" and "Mean and evil bitches"²² (WALKER, 1983, p. 237, grifos da autora).

A raiva que Carolina sente daqueles homens por não serem capazes de ver a "mulher", que precisa de ajuda naquele momento, mas apenas a "negra", cujo sofrimento não comove ninguém, apenas atrai a curiosidade. Tal qual Arminda, que na sua luta solitária para salvar a si e ao filho lutava, se arrastava pelas ruas do Rio de Janeiro, mas que aos olhos de quem passava ou presenciava a cena, "naturalmente não acudia".

Eu puis o colchão dentro do guarda-roupa. Piorou. Os homens da Light olhavam a minha luta. E eu pensava: para olhar eles prestam. Pensei: eu não vim ao mundo para esperar auxílios de quem quer que seja. Eu tenho vencido tantas coisas sosinha, hei de vencer isto aqui! Hei de ageitar este guarda-roupa. Não pensava nos homens da Light. Eu estava suando e sentia o odor do suor (JESUS, 1960, p. 130).

Carolina reforça o estereótipo tentando afirmar-se diante da situação. Como se ser sempre forte e vencer todas as adversidades fosse uma qualidade sua e não uma imposição social a tantas mulheres negras, que como ela sofrem com a violência social.

²² "O folclore, que tão apropriadamente identifica o status da pessoa na sociedade, chamava as mulheres negras de 'as mulas do mundo', porque nos entregaram os fardos que todos, realmente todos os outros, se recusaram a carregar. Também nos chamaram de 'matriarcas', 'supermulheres' e 'vadias malvadas e perversas'." (Tradução nossa).

Portanto, a barreira imposta à mulher, a que Virginia Woolf se refere, no caso de Carolina, e em decorrência da violência social brasileira, é ainda mais intensa. Carolina Maria de Jesus ocupa uma posição dominada na sociedade, historicamente fundada na escravidão, na violência e no sofrimento dos mais pobres, e que condiciona as mulheres a um papel de coadjuvantes.

Em 2014, uma notícia nos chocou a todos por se tratar de um exemplo de violência extrema. Cláudia Silva Ferreira é baleada e arrastada por uma viatura da polícia militar do Rio de Janeiro, morrendo aos 38 anos de idade, no mesmo mês em que se comemorava o centenário de nascimento de Carolina Maria de Jesus. Guardadas as devidas proporções, essa tragédia urbana nos remete ao conto “Pai contra mãe”, como vimos acima, pois a personagem Arminda, escravizada, foge do cativo na esperança de ter seu filho em segurança, mas é capturada e arrastada pelas ruas do Rio de Janeiro. Cláudia não era escravizada, mas como Arminda, era negra e pobre, nesse sentido, sua vida tem um valor menor em uma sociedade que tem na violência social, uma marca que se mostra difícil de apagar, e aqueles que a levaram ferida no porta-malas de uma viatura “naturalmente não acudiam”. Carolina Maria de Jesus, como Cláudia, também foi uma mulher negra e pobre, também mãe de três filhos (Cláudia deixou quatro) e que não só sofreu com essa violência social como escreveu sobre ela em sua obra.

Ao tomarmos o momento em que o narrador situa o conto “Pai contra mãe”, “Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão” (ASSIS, 1997a, p. 659), apesar da ironia utilizada para falar das condições em que viviam pessoas escravizadas nos idos de 1850, percebemos o quanto as passagens descritas por Carolina em 1958 período em que foi escrito seu diário, tanto em relação ao homem negro amarrado a uma árvore quanto em relação à experiência da própria Carolina às voltas com o guarda-roupa sob olhares inertes, nos remetem às situações de violência ocorridas em 2014, seja através do menino acorrentado a um poste por uma corrente de bicicleta ou de Cláudia alvejada e arrastada pelas ruas do Rio de Janeiro. Assim, 1850, 1958 e 2014 se ligam e demonstram o quanto a violência social brasileira tem suas raízes na escravidão e na manutenção da desigualdade racial gritante que não deve ser escamoteada. Com isso, podemos perceber que Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus têm em suas

trajetórias e em suas obras alguns aspectos em comum os quais procuramos analisar nesse artigo, já que a violência social que vivenciamos ainda hoje teve impacto na vida e na obra de ambos.

SILVA, E. C. Machado de Assis and Carolina Maria de Jesus: from the trajectory to the writing of Brazilian social violence. *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p.183-212, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *This paper aims to approach the trajectories and writing of two fundamental writers of Brazilian literature, Machado de Assis (1839-1908) and Carolina Maria de Jesus (1914-1977), and to analyze the way in which both dealt with and represented Brazilian social violence in their work. Thus, the analysis focuses especially on the story "Pai contra mãe", by Machado de Assis, and in the book "Quarto de despejo: diário de uma favelada", by Carolina Maria de Jesus. The purpose of the work is to investigate some aspects of the path of Machado de Assis and Carolina Maria de Jesus, taking as reference the insertion of both writers in the literary field, as well as the way they represented certain elements of Brazilian social violence.*

■ **Keywords:** *Machado de Assis. Carolina Maria de Jesus. Trajectories. Brazilian social violence.*

Referências

ASSIS, J. M. M. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997a. 1 v.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997b. 2 v.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSI, A. A máscara e a fenda. In: BOSI, A. et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. p. 437-457.

BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRUM, E. *Nós, os humanos verdadeiros*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/17/opinion/1392640036_999835.html>. Acesso em: 01 jun. 2014.

CHALHOUB, S. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DUARTE, E. A. Estratégias de caramujo. In: _____. (Org.). *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo* [antologia]. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Pallas; Crisálida, 2007. p. 239-281.

EXPILLY, C. *Mulheres e costumes do Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1977.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*. São Paulo: Dominus/Editora da Universidade de São Paulo, 1965. 1 v.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Dominus; Edusp, 1965. 2 v.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo, 1960.

_____. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.

MASSA, J-M. *A juventude de Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MEIHY, J C. S. B.; LEVINE, R. M. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

MISKOLCI, R. Machado de Assis, o outsider estabelecido. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 15, p. 352-377, jan./jun. 2006.

ODÁLIA, N. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, F. de. *O jeitinho e o jeitão*. [2012]. Disponível em: <<http://www.revistapiaui.estadao.com.br/edicao-73/tribuna-livre-da-luta-de-classes/jeitinho-ejeitao>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

PASSOS, J. L. I. *Ação e dissimulo nos primeiros romances de Machado de Assis, 1872-1881*. 1998. 194 f. Tese (Doctor of Philosophy in Hispanic Languages and Literatures) – University of California, Los Angeles.

PEREIRA, L. M. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1949.

QUANTO vale ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Produção: Patrick Leblanc. Intérpretes: Ana Carbatti, Cláudia Mello, Herson Capri, Ana Lucia Torre. Caco Ciocler, Silvio Guindane, Lena Roque, Myriam Pires, Leona Cavvali, Lázaro Ramos, Ariclê Perez, Zezé Motta e outros. Roteiro: Sérgio Bianchi e Eduardo Benaim. [S.l.], 2005.

ROCHA, J. C. de C. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. *A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou: a "dialética da marginalidade"*. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r32/revista32_2.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2013.

SANTOS, J. R. dos. *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SILVA, E. da C. *"Estudos" da violência: uma análise sociológica dos contos de Machado de Assis*. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

_____. *A violência social brasileira na obra de Carolina Maria de Jesus*. 2016. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SOUZA, J. de. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, L. de M. O falso fausto. In: SOUZA, L. de M. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 19-50.

_____. Da utilidade dos vadios. In: SOUZA, L. de M. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 51-90.

VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WALKER, A. In search of our mother's gardens. In: _____. *In search of our mother's garden*. Orlando, Austin, New York, San Diego, Toronto, London: A Harvest book; Harcourt, Inc., p. 231-243, 1983.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

América Latina, p. 47
Brasil, p. 121
Câmaras Municipais, p. 11
Capitalismo financeiro, p. 69
Capitalismo flexível, p. 87
Carolina Maria de Jesus, p. 183
Crise da política, p. 87
Democracia, p. 121
Desenvolvimento, p. 155
Estado, p. 121; p. 155
Industrialização, p. 155
Luciano Gallino, p. 69
Machado de Assis, p. 183
Neoliberalismo, p. 69
Octavio Ianni, p. 155
OIT, p. 47
Pensamento Político, p. 121; p. 155
Política local no Brasil, p. 11
Populismo, p. 155
Representação política, p. 11
Sociedade Civil, p. 121 e p. 155
Teoria democrática, p. 47
Teoria social, p. 69
Trajetórias, p. 183
Vereadores, p. 11
Violência de ódio difusa, p. 87
Violência social brasileira, p. 183

SUBJECT INDEX

Brazil, p. 151
Brazilian social violence, p. 209
Carolina Maria de Jesus, p. 209
City councils, p. 43
Civil Society, p. 151; p. 179
Councilors, p. 43
Democracy, p. 151
Democratic theory, p. 65
Development, p. 179
Diffuse hatred violence, p. 118
Financial capital, p. 86
Flexible capitalism, p. 118
ILO, p. 65
Industrialization, p. 179
Latin America, p. 65
Local politics in Brazil, p. 43
Luciano Gallino, p. 86
Machado de Assis, p. 209
Neoliberalism, p. 86
Octavio Ianni, p. 179
Political crisis, p. 118
Political representation, p. 43
Political Thought, p. 151; p. 179
Populism, p. 179
Social theory, p. 86
State, p. 151; p. 179
Trajectories, p. 209

ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX*

- ANTONIO, G. H. B., p. 47
BRITO, J. G., p. 155
CARVALHO, J. M. G. V., p. 69
DANTAS, H., p. 11
ERVOLINO, I., p. 47
IASULAITIS, S., p. 121
SILVA, A. P., p. 87
SILVA, B. S., p. 11
SILVA, E. C., p. 183

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A Revista *Perspectivas* publica trabalhos inéditos de autores de instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Os trabalhos apresentados, desde que considerados adequados ao padrão editorial e disciplinar da revista, serão avaliados por um membro do Conselho Consultivo e por um parecerista da comunidade acadêmica com reconhecimento no tema tratado. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o texto será enviado a um terceiro membro do referido Conselho ou a um parecerista externo, dependendo do assunto do texto. Além de artigos, serão aceitas resenhas de livros, desde que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos últimos quatro anos.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em espanhol. O **Título**, o **Resumo** e as **Palavras-chave** que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto (**Título**, **Abstract**, **Keywords**), em inglês.

Preparação dos originais

Apresentação. Os autores deverão enviar o artigo, rigorosamente, dentro das normas para apresentação de originais, por via eletrônica pelo sistema SEER, e, através do e-mail perspectivasunesp@gmail.com, enviar também ao diretor da revista. O trabalho deverá ser redigido em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel tamanho

A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3,0 cm e com margens direita e inferior de 2,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de trinta páginas (incluindo referências) digitadas com espaçamento duplo. Os trabalhos que ultrapassem esse limite serão avaliados, previamente, pela Comissão Editorial que considerará a possibilidade de sua publicação.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título** centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando Universidade (SIGLA) – Universidade (por extenso). Faculdade ou Instituto – Departamento. Cidade – Sigla do Estado – País. CEP – E-mail; **resumo** (com, no máximo, duzentas palavras e fonte 11), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo sete e fonte 11), separadas por ponto final. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da área, quando houver, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, se inicia o **texto**, em espa-

çamento duplo e parágrafo 1,25 cm. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês, em fonte 12), **abstract** e **keywords** (*ambos, em fonte 11, espaçamento simples e itálico*). Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto.

Referências. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR6023 da ABNT, de agosto de 2002. Exemplos:

- Livros e outras monografias:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulista (1917-1939)*. 1988. 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

- Artigos e periódicos:

ARAUJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEUnesp*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

- Trabalhos apresentados em evento (publicado):

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-188.

- Autor entidade:

IBGE. *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala [...]”. Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUMFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (REESIDE, 1927a, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto-e-vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de três autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960). As citações diretas no texto, com mais de

três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 1,25 cm da margem esquerda, mantendo a fonte *Times New Roman*, com letra corpo 11, espaçamento simples e sem aspas.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras e Tabelas. Desenhos, fotos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, e outras figuras, assim como tabelas, devem ser impressos em folhas separadas do texto principal. A localização das figuras e tabelas no texto deve ser indicada entre colchetes, em uma linha entre dois parágrafos: [Figura 1. aproximadamente aqui]. Os arquivos eletrônicos de tabelas devem ser fornecidos no formato *Word for Windows* (*.doc) e gráficos no formato *Excel for Windows*. Fotografias e outras figuras devem ser apresentadas nos formatos eletrônicos bitmap JPEG (*.jpg) ou *Windows* bitmap (*.bmp). Figuras e tabelas devem ser identificadas por uma legenda, incluir os termos "Figura" ou "Tabela", seguidos por algarismos arábicos. As figuras e tabelas devem ter largura máxima de 114 mm e comprimento máximo de 174 mm. Todas as legendas, números e textos incluídos em figuras e tabelas devem estar claramente

legíveis. Apenas em casos especiais serão aceitas figuras e tabelas coloridas, recomenda-se, portanto, aos autores que façam as adaptações necessárias e as apresentem em branco e preto.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, para que eles providenciem as adaptações necessárias.

Impressão e Acabamento:



Imagem da capa:

Título: Metaesquema No. 4066

Autor: Hélio Oiticica

Técnica: Guache sobre cartão

Medidas: 53.3 x 58.1 cm

Período: 1958

Fonte: Museu of Modern Art (MoMA)